

Coleção Deu No Jornal

O que disse a imprensa sobre
BRASIL IMPERIAL

Fontes e propostas didáticas para a sala de aula

Cristiano Christillino
Vitória Schettini
Marcia Amantino



Copyright © 2023 por Editora Igualdade

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Que disse a imprensa sobre Brasil Imperial
[livro eletrônico] : fontes e propostas
didáticas para a sala de aula / organização
Cristiano Christillino, Vitória Schettini,
Marcia Amantino. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro :
Editora Igualdade, 2023. -- (Coleção deu no
jornal ; 1 / coordenação Jayme Ribeiro,
Vivian Zampa)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980942-0-1

1. Brasil - História - Império, 1822-1889
2. Imprensa - Brasil - História I. Christillino,
Cristiano. II. Schettini, Vitória. III. Amantino,
Marcia. IV. Série.

23-165377

CDD-981.04

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Império : História 981.04

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados, incluindo os direitos de reprodução integral
ou em qualquer forma. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida
ou transmitida sem autorização prévia, por escrito, dos autores,
sejam quais forem os meios empregados,
eletrônicos, mecânicos, fotográficos,
gravação, ou quaisquer outros.

Capa e diagramação: Mallerey Cálgara

Ilustração: Pietro Peres

Revisora: Bruna Machado

1ª Edição

Publicado no Brasil

Coleção Deu No Jornal

O que disse a imprensa sobre
BRASIL IMPERIAL
Fontes e propostas didáticas para a sala de aula

Cristiano Christillino
Vitória Schettini
Marcia Amantino

Rio de Janeiro
Brasil

2023



A coleção

A coleção *Deu no Jornal*: fontes e propostas didáticas para a sala de aula tem como finalidade constituir um referencial temático e metodológico para os estudos sobre as trajetórias imperial e republicana no Brasil, além da história de países africanos, a partir do uso da imprensa como fonte de pesquisa. Voltados a professores e a licenciados de História, assim como a alunos da Educação Básica, os livros que a compõem, além de tratarem de temas caros a esses períodos, apresentam os periódicos como registros que, assim como qualquer outra fonte, são portadores de interpretações e de versões dos fatos que devem ser problematizadas, de modo a ser mais um elemento na construção do conhecimento histórico.

Logo, o uso dessa fonte pressupõe questionamentos quanto à sua produção, a quem se destinava e aos principais argumentos utilizados em suas narrativas. Nessa mesma perspectiva, é preciso ponderar a notícia como um discurso que não é neutro ou imparcial, necessitando, assim, do confronto com outras referências, o que torna a experiência relevante, especialmente quando consideramos o atual momento das fake news. Desse modo, a utilização desse tipo de documento, cercada de cuidados e em uma perspectiva fonte/problema, pode contribuir para uma aprendizagem significativa, ao estar associada à pesquisa, ao debate, aos questionamentos e à criticidade.

Com a coordenação de Jayme Ribeiro e Vivian Zampa, a coleção traz um recorte temporal para a História do Brasil, que vai de 1808 — ano da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e da publicação dos primeiros periódicos na então colônia — até os dias atuais. Além disso, a coleção traz um volume sobre a História da África, entre os séculos XIX e XXI.

A coleção *Deu no Jornal* é composta por oito volumes:

- 1) Período Joanino e Imperial (1808 a 1889);
- 2) Escravidão (1808 a 1888);
- 3) Primeira República (1889–1930);
- 4) Era Vargas (1930–1945);
- 5) Experiência Democrática (1946–1964);
- 6) Ditadura Militar (1964–1985);
- 7) Nova República (1986 ao século XXI);
- 8) África (século XIX ao XXI).

Os volumes 1 e 2 foram organizados por Vitória Schettini, Cristiano Luís Christillino e Marcia Amantino. Já os volumes 3, 4, 5, 6 e 7 possuem organização de Jayme Ribeiro e Vivian Zampa. Por fim, o volume final ficou sob responsabilidade de Vitória Schettini e Fernanda Nascimento Thomaz.

Quanto à estruturação, os volumes partem de temas-chave, apresentados como capítulos — de autoria de professores titulados e com experiência em sala de aula —, que são trabalhados em três etapas: um texto básico, com a contextualização e a problematização dos temas; a seção “O que disse a imprensa”, composta por fragmentos de periódicos diretamente relacionados ao tema proposto; e a seção “A imprensa na sala de aula”, que aponta propostas didáticas para cada um dos capítulos relacionadas à potencialização do uso dos periódicos em diferentes atividades. Somam-se a esses itens a indicação detalhada das fontes, a bibliografia e o campo “Para saber

mais”, que sinaliza para o possível aprofundamento das questões trabalhadas, a partir de referenciais especializados, documentários, filmes, podcasts e outras referências ligadas aos capítulos.

Ao término desta breve apresentação, agradecemos aos colaboradores da Coleção pela confiança no projeto e pela dedicação à elaboração dos capítulos, e convidamos os leitores — especialmente professores, alunos e interessados — a pensarem a trajetória política, econômica, social e cultural do Brasil e da África a partir de uma outra perspectiva, considerando o que “Deu no jornal” como uma fonte essencial para a compreensão da História.

Boa leitura!

Jayme Ribeiro e Vivian Zampa
Organizadores da Coleção

Apresentação

Nos últimos tempos, a população ao redor do globo está a cada dia mais conectada, especialmente em função da expansão do uso das fibras óticas, e tem assistido a uma ampliação de notícias falsas publicadas por veículos de comunicação, como se fossem informações reais, são as chamadas *fakes news*. Elas chegam na vida das pessoas através dos meios de comunicação mais variados, como TVs, rádios, jornais, panfletos, revistas, e, principalmente, as redes sociais, e têm como função o convencimento ideológico, alicerçado na hipótese de que a notícia é verdadeira. Esse tipo de texto, geralmente é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo. Contudo, não é uma prática exclusiva do século XXI, elas sempre existiram em tempos pretéritos, porém com uma roupagem diferente daquela que vivenciamos na atualidade, e, neste sentido, os jornais, os panfletos, as fanzines, as revistas, dentre outros meios de comunicação foram muito importantes para o crescimento do país e para levar informação ao público.

A imprensa, de forma específica, desempenha, em qualquer parte do mundo, um papel político e econômico muito significativo, pois oportuniza a possibilidade de a notícia chegar a mais leitores e cria condições para críticas em relação à opinião pública. Ou seja, a divulgação da notícia passa ser pré-condição para criar diversas formas de apreciações e possibilitar uma maior liberdade da sociedade de forma geral. Nelson Werneck Sodré, no ano de 1966, definiu a História da Imprensa no Brasil ao próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, pois, para o autor, o controle dos meios de difusão de ideias e de informações é uma luta em que se destacam organizações e pessoas, em diversas situações sociais, culturais e políticas, que corresponde a interesses e aspirações. Uma boa parte das notícias falsas veiculadas nas principais redes sociais no século XXI, são baseadas em reportagens de jornais que, no ambiente on-line, são deturpadas e ganham grande velocidade de difusão e abrangência.

Devemos levar em conta que os jornais não são necessariamente “fiéis” aos fatos, pois esses veículos de comunicação têm proprietário(s), possuem anunciantes com interesses específicos, são produzidos por editores que escolhem uma “linha” de pensamento, por jornalistas nem sempre independentes das proposições da empresa em que trabalham. Logo, os jornais não são isentos, não alcançam uma “cópia fiel” dos fatos. Dessa forma, o que chega até nós é uma interpretação específica de um evento e não a “verdade absoluta”.

Nesse sentido, antes de ler uma matéria é preciso saber/buscar qual a ideologia política desse jornal, as fontes utilizadas em uma reportagem e quem são seus redatores e jornalistas. No caso dos *cards* e fotos de reportagens compartilhadas nas redes sociais, é fundamental conferir se elas de fato existiram no veículo de informação atribuído à publicação e a sua própria data da edição. Presenciamos muitos compartilhamentos de fotos de reportagens que não existiram e de notícias antigas como se fossem “fato do dia”. A leitura e a divulgação de informações exigem cuidados.

Os jornais são fontes de grande importância para o trabalho em sala de aula, nas mais diversas áreas do saber. No caso da história, eles constituem uma ferramenta importante para analisarmos os debates em torno da esfera política, social, cultural, entre outras, presentes em épocas específicas. Durante o século XIX, os jornais foram o principal meio de comunicação.

Nesse sentido, percebemos a importância da publicação de uma obra voltada para o ensino médio e para a graduação que trabalhe os temas do Brasil Império a partir da análise de jornais. Propomos, então, a obra com verbetes de temas importantes para a análise desse período em sala de aula. Construimos coletivamente uma obra voltada para o ensino médio e graduações na área das ciências humanas, com verbetes sobre o Brasil Império, que contam com exercícios em torno dos conteúdos a partir da análise de jornais; com fontes de consulta para alunos e professores; bibliografia específica sobre os temas e também dicas de sites e vídeos para pesquisa.

Hoje, contamos com muitas informações sobre o Brasil Império dispersas na rede mundial de computadores, por isso a importância de concentrar em uma obra temáticas desenvolvidas por historiadores especialistas no tema, e mostrar aos estudantes e ao público em geral, um possível “caminho da leitura”. Em um momento com tantas informações fragmentadas e trabalhos dispersos, é importante saber “por onde iniciar” a pesquisa nos temas de História do Império do Brasil. Os autores que trabalharam nos capítulos do livro *Deu no jornal: o que disse a imprensa sobre o Brasil Imperial* propõem a percepção dos múltiplos olhares em torno de assuntos presentes na historiografia e na produção dos jornais.

Os organizadores

SUMÁRIO

1. A Gazeta do Rio de Janeiro inaugura a imprensa na América Portuguesa	11
2. A Corte na América Portuguesa: entre rupturas e permanências	15
3. A abertura dos portos em 1808	21
4. A Guerra Justa contra os indígenas Botocudos	25
5. Costumes e moda na Corte	32
6. A economia no início do século XIX	37
7. Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal (1815)	42
8. A criação do Banco do Brasil	47
9. A Missão Artística Francesa e a introdução da arte cortesã no Brasil oitocentista	52
10. A Revolução do Porto e a volta de D. João VI para Portugal	57
11. Debates impressos: o Semanário Cívico e do Diário Constitucional na Independência do Brasil (1821–1823)	64
12. A Constituição imperial	71
13. Confederação do Equador	76
14. A Guerra da Cisplatina	81
15. Os partidos imperiais	87
16. Abdicação de D. Pedro I	93
17. A Regência e seus movimentos de rebelião	98
19. A Farroupilha (1835–1845)	108
20. A Sabinada (1837–1838)	113
21. A Balaiada (1831–1840)	118
22. A insurreição Praieira e a crise política em Pernambuco na década de 1840	123
23. 1834: A Rusga em Mato Grosso	128
24. A regência de Antônio Feijó	133
25. O Golpe da Maioridade	138
26. O Segundo Reinado (1840–1889)	143

27. A formação da economia cafeeira	148
28. Epidemias e economia no final dos Oitocentos	154
29. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	160
30. A febre amarela e o cólera	165
31. A Lei de Terras de 1850	170
32. Imigração e colonização no Brasil Império	176
33. As guerras platinas	184
34. Projetos de colonização na Amazônia.....	190
35. Criação da Província do Amazonas e Fronteira Norte: jogos de interesses e disputas	195
36. As relações internacionais do Brasil no século XIX através da imprensa: a formação de uma opinião pública a partir dos tratados de 1851	199
37. Um projeto de industrialização: Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá....	205
38. As ferrovias no Império	210
39. O Darwinismo Social no Período Imperial	216
40. Natureza e legislação ambiental	223
41. Caxias no comando do Exército Brasileiro	231
42. A grande epidemia de febre amarela no verão de 1849–1850	236
43. Festas populares no século XIX.....	241
44. As modernidades do Segundo Império	248
45. A Floresta da Tijuca	254
46. Entre o público e o privado: lugares, lutas e conquistas das mulheres no século XIX	261
47. Os verões da elite em Petrópolis	267
48. O Imperial Colégio de Pedro II.....	272
49. A formação dos letrados no Brasil do século XIX: alguns apontamentos.....	277
50. A Guerra do Paraguai.....	283
51. O primeiro censo do Brasil: 1872.....	288

52. O último condenado à forca do Império: a saga que viveu Manoel da Motta Coqueiro	293
53. O projeto abolicionista de Joaquim Nabuco	301
54. A crise do Império e o republicanismo	306

1. A Gazeta do Rio de Janeiro inaugura a imprensa na América Portuguesa

Juliana Gesuelli Meirelles¹

Com a chegada da monarquia portuguesa ao Brasil sob o comando do Príncipe Regente D. João, em 1808, nascia pelas terras da colônia americana a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal que vigorou em nossas terras. Ela era publicada pela *Impressão Régia*, a tipografia real oficializada pelo decreto de 13 de maio do mesmo ano,² que também era responsável pela produção de livros e pela impressão exclusiva da legislação e dos papéis diplomáticos da Coroa. Os prelos ficavam sob a responsabilidade da Secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ministério incumbido de realizar a censura, a produção e a edição das notícias que, a partir de então, circulariam pela cidade.

Produzido, editado e censurado por homens da alta cúpula governamental (os “proprietários”) que compunham a Junta Diretora, a *Gazeta do Rio de Janeiro* manteve sob suas páginas um discurso peculiar: por mais que expressasse uma visão oficial do mundo, também refletia toda uma gama de interesses coletivos, contribuindo para o enraizamento de novas práticas de leitura, assim como para o debate de questões políticas no universo público.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* estava estruturada em duas partes: a seção noticiosa e a seção de anúncios. No primeiro campo, a folha circunscrevia a fala do redator, incluía artigos escolhidos de diversos jornais europeus, apresentava cartas de militares e políticos de relevância no período, inseria informações burocráticas — como loterias da construção do Real Teatro de São João — e também noticiava o cotidiano da realeza: das graças do monarca para seus súditos civis e militares às diversas festividades do calendário real, como os aniversários do Príncipe Regente e as peças de teatro. A prestação de serviços também era o foco do jornal e estava destinada à seção dos anúncios. Neles, incluíam-se as publicações que se relacionavam ao universo cultural da cidade: informações marítimas, saídas de correio, vendas de livros e periódicos, mapas, vendas de escravos e imóveis, leilões etc.

Com particularidades e lógicas distintas, a conexão entre esses espaços marcava a unidade da folha, pois, ao se integrarem, confeccionavam o caráter geral das notícias da primeira gazeta da América Portuguesa. O amplo processo de comunicação foi marcado por uma complexa rede de relações existentes entre as características do trabalho do redator (a triagem das diferentes fontes e notícias a serem publicadas, bem como o enfoque particularizado ao comentá-las) e sua íntima ligação com os interesses políticos da realeza portuguesa.

Nessa intrincada teia, estava circunscrita a atividade censória, o contato dos editores com os correspondentes ingleses (e, conseqüentemente, a importância da periodicidade), as delimitações das notícias consideradas de confiabilidade e a própria concepção de “gazeta”

¹ Doutora em História Política pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Docente da Faculdade de História Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Campinas.

² Decreto de 13 de maio de 1808 In: Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo expediente a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra no Faustíssimo Dia dos Anos de S. A . R. O Príncipe Regente –N. S. apud CARDOSO, Maria Fachada Levy Cardoso. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988, p.71.

durante o governo de D. João VI no Brasil. Todos esses aspectos apareciam pelas páginas do periódico e estavam circunscritos aos dois setores mencionados. Nesse sentido, ambas as seções foram responsáveis pelo enraizamento e pela circulação de notícias no Rio de Janeiro, constituindo a dinâmica própria da folha no período joanino.

Entre os anos de 1808 e 1821, época conhecida como período joanino, a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou na América e na Europa, sendo lida e transcrita por periódicos portugueses, luso-brasileiros e hispano-americanos. Diferentemente da colonização portuguesa, os espanhóis introduziram a imprensa nas suas colônias americanas ainda no século XVI, em consonância com as transformações que ocorriam no Velho Mundo.

Contudo, a troca de informações e a circulação de ideias impressas entre Brasil e Portugal (e a Europa em geral) foi uma atividade constante e uma das principais preocupações da monarquia lusitana apenas a partir de 1808. Como os diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram responsáveis por pensar o discurso do periódico, faziam-no a partir de uma perspectiva transatlântica, ou seja, de um olhar que atravessaria o Oceano Atlântico e chegaria aos súditos que viviam em Portugal. Com isso, através das notícias do jornal, tinham o intuito de manter um elo político entre o monarca e seus fiéis vassallos.

Apesar de o discurso do redator do periódico ter sempre sido pautado pelo viés da imparcialidade das notícias, os diretores da folha sustentavam um olhar parcial para as fontes impressas que transcreviam e publicavam no jornal, sobretudo em relação aos eventos políticos que envolviam a Dinastia de Bragança, como no caso das guerras napoleônicas (1808–1815) ou da Revolução do Porto (1820), ao mesmo tempo em que buscavam dialogar com os valores jornalísticos vigentes na imprensa portuguesa da época.

Pelas páginas da *Gazeta*, observamos também uma clara linha editorial: ao mesmo tempo em que seus diretores tentavam censurar a entrada de periódicos críticos à administração real, como no caso do *Correio Braziliense*, eles incentivavam a compra de jornais convergentes com as diretrizes do governo, o que convertia a imprensa em um dos focos centrais de sua política cultural. Tudo isso fazia parte de um projeto político mais amplo: a sustentação do Império Português em ambos os lados do Atlântico.

No início do século XIX, a prática da leitura passava por um processo de transição: se nos primeiros anos (entre 1808 e 1815) ainda predominavam os aspectos da leitura coletiva (e em voz alta) dos livros e periódicos, em 1821, vimos o nascimento de um novo espaço público cujo centro será compreendido como uma arena de debates, no qual as leituras individuais e privadas passaram a predominar, consequente resultado do enraizamento da imprensa e do consumo de livros, os quais contribuíam para mudanças culturais decisivas. Nascia, então, um público leitor ativo que expressaria, ao final do período, suas potencialidades de leitura crítica da realidade também na esfera política.

1.2 A imprensa na sala de aula

Publicado em 16 de junho de 1813, o texto a seguir foi escrito por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* por nove anos (1812–1821) cuja responsabilidade era fazer a edição das notícias que circulavam na cidade. Sabendo disso, vejamos o que ele nos apresenta sobre as guerras napoleônicas:

Depois de havermos dado uma ideia dos progressos *Russos* na *Polônia*, na *Prússia* [...] e muitas outras partes da Alemanha, nos pareceu acertado entreter hoje a atenção dos nossos Leitores com o quadro, que o Monitor apresenta da situação das tropas *Francesas*. Não custará muito a perceber a impostura que faz o caráter daquele servil periódico, combinando as mesmas ações, que já descrevemos, segundo relações oficiais [...] Consta-nos, sem dúvida da saída das suas tropas, que o Monitor³ confessa, mas a sua substituição é talvez uma invenção *francesa*. Nós suspendemos as nossas reflexões, convencidos de que o Leitor as fará para si mesmo, como cumpre. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1813, p. 1).

Seis meses depois, em 08 de dezembro de 1813, Guimarães sintetizava sua opinião sobre os papéis franceses:

Nas últimas *Gazetas* havemos entretido os nossos leitores com lisonjeiras, e verídicas notícias, extraídas dos periódicos mais acreditados da *Europa*, agora, para fazer o contraste, daremos alguns extratos dos jornais de *França* bem próprios para mais e mais nos convenceremos do pouco, ou nenhum crédito que merecem as notícias que nos vem por tão má parte. Como é possível faltar a verdade com tanto descaramento? Persuadir-se-ão por ventura aqueles noveleiros, que ainda podem atormentar a *Europa* com fantásticos e pomposos contos? Felizmente para ela, já lá vai o lamentável tempo de prestígios! (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1813, p. 1).

Observe que nas duas falas o jornalista se apropriou do verbo *entreteter* para qualificar o teor das informações veiculadas nos jornais franceses. Com base nos textos lidos, reflita em dupla sobre as seguintes questões.

1. Qual é o sentido do verbo *entreteter* na veiculação das duas notícias?
2. Qual é a relação proposta pelo autor entre *verdade* e *ficção* presente na notícia?
3. Destaque as passagens em que encontramos as seguintes noções jornalísticas presentes no discurso do redator:
 - a) Descrição
 - b) Opinião
 - c) Imparcialidade
 - d) Duas versões do mesmo fato e/ou equilíbrio da notícia.
4. Para você, a imprensa é reflexo da verdade do que ocorreu ou é uma construção narrativa de um determinado tempo histórico? Justifique a resposta apontando aspectos relevantes presentes nos textos.

³ Jornal francês.

1.3 Fontes

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1813, p. 01.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1813, p. 01.

1.4 Referências

AGÊNCIA BRASIL CENTRAL. #TBT da ABC — *O primeiro jornal do Brasil*. Goiás, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.abc.go.gov.br/noticias/tbt-da-abc-o-primeiro-jornal-no-brasil.html>. Acesso em: 01 nov. 2022.

CARDOSO, Maria Fachada Levy Cardoso. *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

FILATELIA HALIBUNANI. *C 2748 200 Anos Imprensa Nacional Jornal 2008 Quadra*. [S. l.], c2022. Disponível em: <https://filateliahalibunani.com/produto/c-2748-200-anos-imprensa-nacional-jornal-2008-quadra/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MEIRELLES, Juliana G. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *Print da notícia “Uma gazeta na corte”*. [S. l.], 24 jan. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/circo-da-noticia/ed678-uma-gazeta-na-corte/>. Acesso em : 01 nov. 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

1.5 Para saber mais

D. JOÃO no Brasil. Direção: Canal Futura. Brasil: Canal Futura, 2009. 1 vídeo (5:26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMCGkrGB9E4&t=32s> Acesso em: 01 nov. 2022.

ACERVO DIGITAL. *Anuário da Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm. Acesso em: 01 nov. 2022.

2. A Corte na América Portuguesa: entre rupturas e permanências

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa⁴

O “tempo do Rei”, segundo o escritor oitocentista Manuel de Antônio de Almeida no célebre romance *Memórias de um sargento de milícias*, originalmente publicado em folhetins do *Correio Mercantil do Rio de Janeiro* entre 1852 e 1853, fazia referência às cenas sociais, aos fatos políticos e aos episódios costumeiros da Corte na América Portuguesa, iniciada em 1808. Apesar da ausência da figura real no romance, Neves (2011) problematizou como a sua presença provocou importante mudança “no tempo do Rei”, o que demonstra que D. João VI, efetivamente, havia ingressado no imaginário do país.

A análise do debate historiográfico que se debruça sobre o período joanino na América Portuguesa, iniciado em 1808 e findado em 1821, aponta a ausência de um consenso quanto aos significados da mudança da Corte e do estabelecimento do aparato político-administrativo do Império português na colônia americana. Desse modo, o longo debate sobre a temática da Corte na América portuguesa discorda, sobretudo, quanto às rupturas e às continuidades do impacto que os treze anos de presença monárquica em território colonial possa ter causado.

Experiência inédita de grande repercussão dos dois lados do Atlântico, a presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro produziu uma vasta documentação — de jornais de época a textos administrativos, como decretos e alvarás —, além de correspondência, iconografia, escritos diplomáticos, relatos de viajantes, documentos literários e outros gêneros. De acordo com Silva (1978), a intensa quantidade de fontes sobre o período joanino atesta o forte processo de urbanidade e de civilidade que a cidade vivenciou com a proximidade do rei.

Para Schultz (2008), todas as mudanças provocadas na vida cotidiana do Rio de Janeiro podem ser explicadas pelo “processo de metropolização” que a cidade viveu. Nesse sentido, o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro envolveu uma série de práticas cotidianas que interligava camadas populares aos altos círculos de poder.

Na análise das transformações provocadas pela presença da Corte na América Portuguesa, Schiavinatto (2014) avaliou que a instalação da Corte significou, também, uma opção política pela grandeza do Império português em detrimento do Reino, além da obrigatória redescoberta das potencialidades da América Portuguesa e da garantia de manutenção da possessão monárquica considerada de destaque no conjunto do corpo imperial.

Em relação ao aparato administrativo e às redes de poder, Gouvêa (2005) explica que a presença da Corte implicou a instalação de uma máquina governativa espelhada nos modelos lusitanos. No entanto, no Rio de Janeiro, houve a necessidade de duplicação de órgãos lisboetas — como a Casa de Suplicação, a Mesa do Desembargo do Paço e a Intendência-Geral de Polícia —, o que significou uma operação complexa com impactos importantes para os rumos do próprio Império.

⁴ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta Substituta do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ).

Tal processo foi descrito por Dias (1972) como a transformação da Colônia em uma metrópole interiorizada a partir do enraizamento do Estado na região Centro-Sul da América Portuguesa. Assim, a tese de Dias (1972) acerca da interiorização da metrópole se identifica com a presença da Corte em termos de continuidades com o Império. Nesse viés, acerca das permanências político-institucionais, Malerba (2000) aponta a aproximação entre as duas elites — a saber, a elite da Corte migrada com a família real, bem como a elite dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro — como fator crucial para a inflação das honras e mercês da Coroa.

Em visão oposta, Monteiro (2010) defende a inexistência de uma significativa fusão das elites durante esse tempo, uma vez que a elite formada por nobres, fidalgos e titulados portugueses regressara à Europa quase como partiu, tendo permanecido apenas uma parcela dos filhos excedentários. Embora não a enxergue no topo da pirâmide nobiliárquica, o historiador admitiu que uma “miscigenação de elites” em patamares inferiores da nobreza pode ter se desenvolvido durante a permanência da Corte.

Contudo, a recepção e a implantação da Corte não foram pacíficas e, se houve disputas por privilégios, houve, também, uma série de descontentamentos dentro e fora do Rio de Janeiro, como apontou Schiavinatto (2014). O governo joanino enfrentou graves conflitos com as Províncias do Norte, que compreendiam, à época, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e a comarca de Alagoas.

De acordo com Mello (1997), a conhecida Revolução Pernambucana de 1817 se insere em uma longa tradição de luta e negociação com a realeza que remonta ao período de dominação holandesa no século XVII. Muito mais grave, no entanto, foi o movimento de 1817 ao negar a monarquia e declarar tais províncias como independentes, federalistas e republicanas, projetando, inclusive, uma Constituição.

Em decorrência do episódio, o Império português procurou reiterar a imagem de unidade do povo, sobretudo com a aclamação de D. João VI em 1818. Para tanto, a imprensa da época do governo joanino foi crucial. A esse respeito, Algranti (2004) discutiu que a *Gazeta do Rio de Janeiro* veio a funcionar como uma voz oficial da monarquia. Entretanto, a experiência de produção de periódicos se multiplicou, tornando-se impossível controlar o volume de impressos circulados entre 1821 e 1822.

Nesse processo, Neves (2003) identifica o surgimento de uma nova cultura política que marcaria o processo emancipatório da América Portuguesa. Nessa batalha pela cena pública e pela recém surgida opinião pública, a partir da circulação de jornais, panfletos e folhas avulsas, nasceu a opinião pública (MOREL, 2005). Nesse debate, Villalta (2016) discute como tal opinião se transformou em recurso de legitimação de práticas políticas e instrumento pelo qual a opinião individual se convertia em opinião geral, desgastando a Corte instalada.

De acordo com Neves (2003), a convivência da Corte com questões em voga no debate público, como federalismo, cidadania e soberania, levou a um processo de constitucionalização de um império luso-brasileiro, como herança de uma matriz imperial portuguesa, que habilitou a opção imperial em 1822. Nessa interpretação, o governo joanino representou um momento de transição marcado pela própria centralidade do Rio de Janeiro como Corte.

Em termos historiográficos, Guimarães (2010) identifica que as raízes desse debate remetem às tradições discursivas dos Oitocentos. Na continuidade político-institucional portuguesa, teria sido Francisco Adolfo de Varnhagen (1854–1857) o precursor, com *História*

Geral do Brasil, considerando que os grilhões coloniais estalaram pelas mãos do príncipe dos Braganças. Na defesa do episódio como ruptura do pacto colonial, José Inácio de Abreu e Lima (1843), autor de *Compêndio de História do Brasil*, teria mostrado que o projeto já havia sido cogitado em outros momentos de instabilidade política da monarquia.

Convém ressaltar que o sentido de ruptura com o sistema colonial não necessariamente exclui certas continuidades político-administrativas, sobretudo aquelas ligadas à escravidão e ao tráfico negreiro, como concluiu Schiavinatto (2014). A problematização de extratos de periódicos em salas de aula é um convite a reconstruir a complexidade histórica exigida para a compreensão da temática.

2.1 O que disse a imprensa sobre a Corte na América Portuguesa

Taes efeitos de um systema [Bloqueio Continental] adoptado na pressa, e cegueira da vingança, e ainda que os contemporâneos o julguem com severidade, a História hum dia o julgará ainda mais severamente. O Governo Francez em vez de conseguir delle os intentos a que se propunha, abriu novas, e incalculáveis fontes à indústria da Inglaterra, e a magnânima Resolução de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor foi o primeiro arrependimento, que Bonaparte se viu obrigado a ter do seu arbítrio. Nós viemos patentear mais e mais um novo mundo ao commercio, e à civilisação, mostrar ‘que há no Sul constelação mais benéfica para os navegantes, e prosseguir na demonstração de que semelhante Decreto he como a lança de Priamos. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809, p. 04).

Pela Nau S. A. R. Martim de Freitas Commandante o Excellentissimo Conde de Vianna, que entrou neste Porto no dia 7 do corrente se recebeu do Rio de Janeiro notícias particulares de estar francos os portos do Reino Unido da Gram Bretanha, e Irlanda ao Commercio dos Portuguezes. (*Idade d’Ouro*. 1811, p. 03).

Tendo chegado a esta Villa no dia 8 do corrente a Carta de Lei de 16 de Dezembro do anno próximo passado, pela qual foi Servido o Príncipe Regente Nosso Senhor felicitar aos seus vassallos, evelando o Estado do Brazil à dignidade e preeminência de Reino Unido ao de Portugal e dos Algarves; o Juiz de Fora da mesma Villa, o Dezembargador Ignacio José de Souza Rebello, passou immediatamente a congregar a Camara para em nome d etodos os seus habitantes se congratularem por tão plausível e interessante motivo, e deliberarem sobre os público testemunhos de júbilos e de gratidão, que se devião prestar por tão grande benefício. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1816, p. 03).

2.2. A imprensa na sala de aula

A utilização de periódicos como fonte história em salas de aulas tem se mostrado uma possibilidade ricamente explorada pelos professores de História. Através de metodologias como o método de exposição, o método de exploração e a resolução de tarefas, Libâneo (1994) apresentou propostas didáticas que passavam pela análise de cópias de exemplares da imprensa periódica do século XIX até a comparação com jornais atuais, considerando, inclusive, a viabilidade de confecção de jornais pelos próprios alunos.

Na esteira de tais metodologias, é possível pensar propostas didáticas para o tema em questão a partir do uso de periódicos oitocentistas publicados entre 1809 e 1821. Uma atividade viável é o estudo, em pequenos grupos, de trechos previamente selecionados e transcritos pelo professor de História. Por meio de um roteiro de perguntas, os grupos de alunos podem discutir cada transcrição e preparar uma apresentação para a turma.

Nessa atividade, cada grupo deve ficar responsável por uma notícia, sobre a qual recairão as seguintes indagações:

1. Qual é o nome do periódico?
2. Qual é a data do periódico?
3. Em que cidade ele foi produzido?
4. Sobre qual evento histórico a notícia se trata?
5. Como a história está sendo contada?
6. É possível suspeitar dos interesses na versão lida?

No encerramento, a apresentação de cada grupo deve culminar com a reflexão final sobre a possibilidade de contar o mesmo fato a partir de uma versão diferente a depender da fonte, de modo que os alunos recriem as informações com suas próprias palavras.

Outra atividade possível é a criação coletiva de um jornal a partir da apresentação de trechos de alguns periódicos da época. Nessa proposta, a turma pode pensar mais no uso do jornal como veículo difusor de informações e na figura do jornalista como agente político do século XIX. É recomendável a apresentação de notícias com diferentes assuntos, a fim de que os alunos selecionem aqueles que mais lhes interessam. Assim, sob orientação do professor, será trabalhado o contraste do olhar do século XXI para os eventos do XIX.

Por fim, outra atividade de natureza comparativa pode ser proposta a partir da apresentação da mesma informação, ou ainda, de notícias dentro do mesmo assunto, publicadas em periódicos distintos. O objetivo central, nesse caso, será enfatizar a discussão sobre a existência de versões distintas para o mesmo fato histórico.

Enfim, há uma gama variada de trabalhos didáticos a ser realizada com os alunos da Educação Básica a partir de periódicos do século XIX. A veiculação de informações proporcionada pela permanência da Corte permite a construção do conhecimento histórico escolar por meio da problematização de fontes históricas. Ademais, em todas as atividades, ressalta-se a centralidade do professor de História na mediação. Por fim, longe de esgotar as possibilidades, o capítulo visou fornecer algumas propostas pedagógicas relacionadas à temática em discussão.

2.3. Fontes

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1809, p. 04.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1816, p. 03.

Idade d'Ouro. Bahia, 11 de junho de 1811, p. 03.

2.4 Referências

ALGRANTI, Leila. *Livros de devoção e atos de censura*. São Paulo: Hucitec, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808–1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOUVÊA, Maria de Fátima. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no império luso-brasileiro.

ISTVAN, Jancsó (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 707-752.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, José Inácio Abreu e. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Nobreza titulada e elites na monarquia portuguesa antes e depois de 1808. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (orgs.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2010.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (org.). *História do Brasil Nação: 1808–2010*, v.1: Crise colonial e independência: 1808–1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*. A cultura política da Independência. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. 1: 1808–1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808–1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime Português (1788–1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

2.5 Para saber mais

HAAG, Carlos. Uma Corte na História do Brasil. *Revista da Fapesp*, São Paulo, n. 143, jan. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial — sua desagregação. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, v. 3: 1720–1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SOUZA, Laura de Mello; KANTOR, Íris. Apresentação do Dossiê Família real no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 79, 2008.

3. A abertura dos portos em 1808

Fernando Gaudereto Lamas⁵

Já desde muito tempo a historiografia brasileira apresenta o tema da abertura dos portos às nações amigas como um passo essencial para o processo de independência nacional. Em obra datada de 1933, Caio Prado Júnior classificou a transferência da Corte para o Brasil como um fato que “veio a dar à nossa emancipação política um caráter que a singulariza [...] e que o certo é que os quatorze anos que decorrem da sua chegada até a proclamação formal da independência não podem ser computados na fase colonial da história brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 45 e 47).

É importante frisar que, ao abrir os portos brasileiros para o comércio internacional, o Príncipe Regente desencadeou um processo irreversível. No entanto, ele não o fez porque desejava a independência econômica e política das terras brasileiras, mas sim porque desde 1797, com a exceção do ano de 1800, o comércio bilateral entre Inglaterra e Portugal vinha sendo bastante positivo para as terras portuguesas, especialmente em função da exportação do algodão brasileiro (PINTO, 1976).

O que efetivamente ocorreu foi uma convergência de interesses em função de um contexto internacional ímpar, ou seja, a expansão napoleônica pelo continente europeu. Nessa convergência, encontramos interesses distintos: os da Corte, a qual necessitava manter o comércio com a Inglaterra; os dos ingleses, os quais desejavam quebrar definitivamente o exclusivo metropolitano; e os dos brasileiros, que, apesar de não estarem presentes no momento do decreto, passaram a existir após a promulgação, uma vez que os negociantes se beneficiaram com o fim das taxações portuguesas sobre os produtos.

Fato é que, após a chegada da Corte ao Brasil e da abertura dos portos às nações amigas, o processo de independência brasileiro se tornou irreversível. Isso aconteceu, pois, unidos, os interesses das diferentes nações se tornaram como um cimento, o qual fundamentou o processo de ruptura em 1822.

3.1 O que disse a imprensa sobre a abertura dos portos em 1808

Em 1º de junho de 1808, circulou pela primeira vez o jornal *Correio Braziliense*. Fundado em Londres por Hypólito José da Costa de Mendonça, o jornal existiu até o ano de 1822 e foi o primeiro a se referir ao Brasil como Império (MOREL, 2008). A utilização do termo “Império” pode inicialmente indicar um sentimento nacionalista, mas, na verdade, a defesa do jornal era a criação do Império Luso-Brasileiro, e não de um Império do Brasil separado de Portugal. Nesse sentido, o *Correio Braziliense* apresentava uma ideia de Brasil Imperial que nem sempre esteve de acordo com os anseios de determinados grupos situados no Brasil. Assim, os textos do jornal buscavam refletir os interesses portugueses, os quais estavam temerosos de perderem sua principal colônia e a parte mais rica de seu reino desde 1810.

Segundo análise feita pelo jornal em 1811 a respeito do impacto da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, as restrições — que Hypólito José da Costa de Mendonça não

⁵ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Colégio de Aplicação João XXIII da UFJF.

eximiu de chamar de “vexames” —, conseguiam, apesar dos pesares, impedir o contrabando e proporcionar receitas para os portos portugueses. Contudo, após a abertura dos portos, as mesmas vistorias alfandegárias realizadas nos portos portugueses protagonizavam tão somente “vexar o comércio daquele porto [Portugal] sem acautelar as fraudes na importação de tais gêneros do Brasil” (*Correio Brasiliense*, 1811, p. 470)⁶.

Observe-se que o referido problema levantado por Mendonça se situava nos portos portugueses, que insistiam em manter uma política alfandegária típica dos tempos em que ainda prevalecia o exclusivo metropolitano. O tal prejuízo, portanto, não era para o exportador brasileiro, que desde então alcançava outros portos sem o intermédio lusitano, mas dos comerciantes e dos burocratas do aparelho estatal portugueses, desprovidos de possibilidades que iam desde o suborno (da parte dos burocratas) até os lucros obtidos pela (re)exportação dos gêneros brasileiros (notadamente tabaco, ouro e diamantes).

Mais adiante, o jornalista expõe mais claramente sua posição, ao afirmar que:

Donde se vê que o continuar os mesmos regulamentos em Lisboa depois que o sistema comercial das colônias tem sido alterado, tirando-o das mãos dos portugueses, para o por em mãos estrangeiras; sendo certo que se os maus regulamentos do governo não derem diferente direção aos negócios, nenhum comércio é mais congenio ao Brasil, que o de Portugal, ainda que suponhamos aquele país, um Estado independente do outro; quando mais que, sendo como são, partes integrantes do mesmo império, nada convém mais do que dar a preferência ao comércio do Brasil em Portugal e ao comércio de Portugal no Brasil; enquanto esta preferência se não opõem à bem entendida liberdade de comércio que é, ou ao menos deve ser, a primeira lei. (*Correio Braziliense*, 1811, p. 470-471).

Fica muito clara a posição do jornal ao Império Luso-Brasileiro e aos interesses dos comerciantes portugueses na passagem anterior. Ainda que, ao final do texto, faça uma defesa do liberalismo econômico, percebe-se que o jornal é claramente favorável a uma ligação umbilical entre Brasil e Portugal, sendo oposto à comercialização com outras nações, a qual deveria ocorrer apenas se não proporcionasse prejuízo à praça lusitana de comerciantes. O que fica evidente é que existia, à época, mais de uma visão a respeito do projeto de independência, ocasionando, nas primeiras décadas do século XIX, uma disputa de narrativas feitas pela imprensa e pelos meios de comunicação em geral (MOTA, 1999).

3.2 A imprensa na sala de aula

A utilização de jornais em sala de aula não é propriamente uma novidade para os professores de História. Contudo, pensar a metodologia de trabalho é fundamental para que o

⁶ O *Correio Braziliense* era publicado em formato de livro e também era intitulado de *Armazém Literário*. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Braziliense_\(1808\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Braziliense_(1808)). Acesso em 26 dez. 2022.

jornal não apareça apenas como mais um documento sem contextualização, ainda mais em uma realidade em que cada vez menos pessoas leem jornais.

A pequena relação com a imprensa escrita nos dias atuais já se apresenta como uma possibilidade de chamar a atenção dos discentes para o trabalho com o tema proposto. Estabelecer uma comparação entre o jornal impresso nas duas primeiras décadas do século XII, com seu formato incomum para os dias atuais, é a primeira tarefa. Muito mais do que um mero exercício de comparação entre épocas diferentes (o que, por si só, já é uma tarefa), a apresentação da fonte tem a função de familiarizar o estudante com a matéria-prima da produção historiográfica, bem como é capaz de abrir os olhos dos incautos e/ou mal intencionados que pensam ser a História uma mera questão de “ponto de vista” e que, portanto, toda e qualquer narrativa faz sentido e é merecedora de atenção.

Nesse sentido, a atividade requer uma preparação que passa pelas seguintes etapas:

1. Discutir com os estudantes o que é uma fonte histórica. Na maioria das vezes, esse debate aparece no 6º ano do Ensino Fundamental II. Portanto, o papel do professor é retomar esse debate, agora voltado para turmas mais velhas (provavelmente no 8º ano do Ensino Fundamental II e/ou no 2º ano do Ensino Médio). Nesse caso, caberá ao professor adaptar o grau de profundidade do debate para cada momento intelectual dos estudantes.
2. Apresentar a fonte histórica do *Correio Braziliense*. O jornal se encontra disponível on-line no sítio da Biblioteca Nacional, na parte referente à hemeroteca digital, no link disponibilizado a seguir: <https://www.bn.gov.br/>. Ao apresentar a fonte, o professor deve explorar a diferença de grafia e a diferença de formato para as publicações atuais. Ele deve também mostrar as semelhanças, especialmente aquelas voltadas para os discursos sobre determinados temas (para nosso caso, a abertura dos portos para as nações amigas pelo decreto de 28 de janeiro de 1808.). Permita que o estudante se familiarize com a fonte, peça que leiam e que destaquem o que mais chamou a atenção deles. Nessa etapa, em função das diferenças gráficas, poderá ser necessária (e mesmo útil) a utilização de dicionários e até mesmo uma aula interdisciplinar com Português.
3. Toda atividade voltada para o aprendizado requer direcionamento. Nesse caso, o professor poderá explorar questões concernentes às contradições internas presentes nas fontes, como no caso abaixo:

Os motivos destes regulamentos opressivos, a respeito dos navios chegados do Brasil, era o impedir que o tabaco, o ouro e os diamantes não fossem exportados dos portos do Brasil sem pagar os direitos a que estavam sujeitos estes gêneros; e, portanto, esta precaução das visitas em Lisboa era, em certo modo eficaz, aos fins propostos, enquanto ao Brasil não podiam sair navios para outros portos. (*Correio Braziliense*, 1811, p. 470).

Ao contrapor o trecho apresentado com análises presentes em livros (para)didáticos a respeito do contrabando, o professor ajudará os estudantes a compreenderem a formação de um discurso político e ideológico que ocultava a presença do contrabando e enaltecia a fiscalização portuguesa. Por que um jornal que é classificado como o primeiro jornal brasileiro faria isso? Quais as intenções ele estava acobertando? Tais perguntas irão ajudar a orientar uma produção

de texto, no formato de uma pequena redação, a respeito da fonte. Como o estudo da história não se refere ao passado, mas à realidade presente, caberá ao professor solicitar aos discentes que, na produção textual deles, estabeleçam uma comparação entre as razões políticas e ideológicas que se apresentavam à época da publicação do *Correio Braziliense* e as diferentes versões apresentadas a respeito da política nacional na imprensa nacional, incluindo as informações que circulam nas redes sociais.

4. O objetivo final desse exercício é ensinar a pesquisar e a duvidar metodologicamente das informações que chegam incessantemente a todos, seja pelos meios tradicionais ou pelas mídias digitais. Realizar tal distinção é essencial para a formação de um cidadão crítico e para o efetivo exercício da democracia.

3.3 Fonte

Correio Brasiliense. Londres, volume 6, janeiro de 1811, p. 470.

3.4 Referências

MENDONÇA, Hypólito José da Costa. Comércio e Artes. *Correio Braziliense*. Londres: Lews, Paternoster-Row, 1811, p. 470.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza;

LUCA, Tânia de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: A experiência brasileira*. São Paulo: EDSENAC, 1999.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

4. A Guerra Justa contra os indígenas Botocudos

Marcia Amantino⁷

No Império, da mesma forma que aconteceu durante todo o período colonial, alguns grupos indígenas foram considerados um problema para a realização da colonização, porque não aceitavam perder suas terras para os colonos, não colaboravam e nem trabalhavam para eles e também não se sujeitavam ser colocados em aldeamentos controlados por funcionários do governo ou por religiosos. Esses indígenas foram, da mesma maneira que os do período colonial, denominados de “índios bravios”, “antropófagos” e “bárbaros”, sendo acusados de cometerem todos os tipos de violências.

Esse era o caso dos índios, chamados genericamente por grupos não indígenas, de Botocudos (MATTOS, 2004). Nesse grupo, estavam grupos variados que viviam em diferentes regiões, mas que tinham em comum o uso dos botoques nos lábios e nas orelhas. Em geral, percorriam o Vale do Salitre (na Bahia) e o Rio Doce (no Espírito Santo), passando por regiões de Minas Gerais.

No período colonial, autoridades e colonos tinham interesses em controlar os grupos indígenas porque teriam acesso a sua mão de obra, mas, com a entrada cada vez maior de negros africanos, o interesse mudou: agora queriam as terras ocupadas por nativos para aumentarem as suas plantações e buscarem riquezas minerais (CUNHA, 1992). Isso não significa afirmar que, a partir da entrada maciça de africanos, não se tenha mais utilizado o indígena como mão de obra. Apenas permite afirmar que seu uso ficou localizado em regiões mais específicas.

Poucos meses depois de ter chegado ao Rio de Janeiro, D. João VI decretou guerra aos Botocudos de Minas Gerais, depois aos bugres de São Paulo e, por último, a vários grupos indígenas em Goiás. Pela Carta Régia, de 13 de maio de 1808, D. João VI decretava a escravização dos aprisionados por um tempo de dez anos, ou enquanto durasse sua “ferocidade”. Aos índios aliados dos colonos, ele ordenou que atuassem na guerra contra os bárbaros, recebendo metade do pagamento que um soldado receberia. As guerras aconteceram também com indígenas “selvagens” de outras localidades.

O que teria levado D. João VI a promulgar a guerra contra os indígenas? As pesquisas históricas têm demonstrado que, desde o período colonial, ocorreram inúmeras guerras contra grupos indígenas, e que a decretada em 1808 nada mais foi do que uma continuação dessa prática, legitimando a escravização dos indígenas acusados de serem bárbaros e incapazes de serem civilizados.

Por outro lado, há historiadores que associam as guerras a esses grupos como uma necessidade de ampliar a fronteira agrícola, empurrando a colonização para o interior. Com isso, novas terras seriam incorporadas à produção de alimentos e de produtos para a exportação (MOREIRA, 2019). Não se pode esquecer de que, desde a chegada da família real em 1808 e de centenas de pessoas que a acompanhava, a cidade do Rio de Janeiro (e sua população)

⁷ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

continuava crescendo, precisando sempre de mais alimentos para o abastecimento, daí, a necessidade de mais terras.

As determinações da Carta Régia só foram abolidas no ano de 1831. Nesses 23 anos, milhares de indígenas foram mortos ou escravizados, perderam suas terras e seus referenciais culturais e, com isso, na maior parte das vezes, viram suas vidas serem desagregadas (MOREIRA, 2019).

Mesmo assim, não assistiram passivamente a tudo o que lhes acontecia. A historiografia atual tem proposto, com base em ampla influência dos estudos antropológicos, a efetiva participação das comunidades nativas nos diversos processos históricos. Alguns aceitavam o contato com os brancos apenas quando lhes interessava, incorporando práticas cristãs-ocidentais quando faziam sentido ao grupo ou quando elas eram úteis e fazendo/desfazendo alianças quando entendiam ser o melhor. Toda essa capacidade de fazer suas próprias escolhas demonstra que os indígenas foram agentes atuantes na vida colonial. Isso não significa postular, entretanto, que não tenham sofrido grandes derrotas e aniquilação demográfica e cultural. Isso apenas quer dizer que alguns grupos souberam como se reestruturar criando novas formas culturais de existências.

4.1 O que disse a imprensa sobre a Guerra Justa

Trechos da Carta Régia, de 13 de maio de 1808, escrita pelo Príncipe Regente:
Os índios Botocudos

devastam todas as fazendas [situadas] naquelas vizinhanças e tem até forçado muitos proprietários a abandoná-las com grave prejuízo seu e da minha Real Coroa... [e praticam] as mais horríveis e atrozes cenas da mais bárbara antropofagia, ora assassinando os Portugueses e os Índios mansos por meio de feridas, de que servem depois o sangue, ora dilacerando os corpos e comendo os seus tristes restos; tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos [para civiliza-los]. (*Carta Régia*, 1808).

Por causa de todas essas ideias, o rei, por meio da carta régia, determinava que:

contra estes Índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis [...].

Que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os Índios Botocudos que se tomarem com as armas na mão em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo comandante por dez anos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo ele

empregá-lo em seu serviço particular durante esse tempo e conservá-los com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono de sua atrocidade e antropofagia. (*Carta Régia*, 1808).

Exatamente um ano após o decreto da Carta Régia, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava uma notícia a respeito do que estava acontecendo com os indígenas em Minas Gerais:

No mês de fevereiro deste ano, deu parte o alferes comandante da 2^a. Divisão que tinha inteiramente conseguido fazer paz com a sobredita nação, [Xamichuana/Botocudos] em consequência de haver-lhes dirigido dois emissários, índios já mansos da mesma, que por efeito de repetidos ataques houvera apreendido com muitos outros: produziu isso o mais feliz resultado por quanto vendo-se eles assaltados a miúdo e por diferentes partes; suas plantações devastadas e sem mais meios de hostilizarem os portugueses, facilmente abraçaram o convite feito pelos 2 emissários que desde logo foram seguidos por muitas famílias para o quartel da segunda divisão, as quais vão sucedendo diariamente até o número de 150 cabeças. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809, p. 4).

Por esta última notícia é possível identificar que a população era informada dos passos dados na conquista do território e na aniquilação dos indígenas, e que, provavelmente, apoiava as medidas. Isso é o que demonstra o trecho a seguir:

Por ofício que se acaba de receber da Junta de Civilização e Conquista dos Índios, em data de 8 do corrente, consta que os Botocudos foram batidos com grande perda junto ao Cuiaté pela 4^a. Divisão [...] ficando 12 mortos, 5 prisioneiros e muitos feridos que puderam escapar-se pela precipitação com que se meteram ao mato, onde seria imprudente segui-los no estado de fadigas e extenuação de forças que se achava a gente da Partida que não passava de 13 homens. Semelhantemente e quase ao mesmo tempo, foi aquela cruel raça antropófaga acometida pela 5^a. Divisão... que havendo-lhes feito uma horrível mortandade aprisionou 45, não havendo da nossa parte mais do que 1 homem morto e 4 feridos. Principiam pois, a sentir-se já os saudáveis efeitos das sábias e paternais providências que S.A.R. [Sua Alteza Real] foi servido dar pela Carta Régia de 13 de maio do ano passado, não só porque aqueles índios devastadores começam a destruir-se; mais porque assim se animam já os colonos a entrarem novamente para a cultura dos terrenos, que haviam abandonado pelos sustos das atrocidades daqueles bárbaros. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809, p. 4).

Já na próxima notícia, o jornal afirmava que a Carta Régia tinha um importante papel:

[..]O da defesa dos vassallos de S.A.R, [Sua Alteza Real] e civilização dos índios, e para se conseguir ao mesmo tempo a navegação do Rio Doce, que por si só deve elevar ao maior grau de prosperidade e de opulência as capitanias de Minas Gerais, e Espirito Santo, promovendo o seu recíproco comercio com a facilidade dos transportes dos gêneros por meio de muitos rios navegáveis, que passando pelas comarcas de Vila Rica, do Sabará e da Vila do Príncipe, desaguam no Rio Doce. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 3.

Muitas das ideias veiculadas pelos jornais no século XIX sobre os indígenas considerados “bravios”, continuaram na mentalidade da sociedade brasileira e isso pode ser identificado pela notícia abaixo publicada no Jornal O Globo, datado de 2009.

“Assessor dos povos indígenas no Acre contesta canibalismo no Amazonas:

O assessor especial dos povos indígenas do Acre, Francisco Pianko, divulgou nota contestando a prática de canibalismo na tribo kulina, no Amazonas. A polícia de Envira (AM) investiga a participação de pelo menos seis índios na morte do deficiente intelectual Océlio Alves de Carvalho, 21 anos. O crime ocorreu entre 1º de fevereiro, quando a vítima desapareceu, e o dia 2 deste mês, quando um índio da mesma aldeia teria feito a denúncia do caso às autoridades. Há suspeitas de que os índios tivessem ingerido partes do corpo da vítima. Em nota, Pianko disse que não há comprovações de canibalismo nas aldeias dos kulinas e teme que a repercussão do caso provoque preconceito contra os índios da região... O assessor disse ainda que não tem qualquer registro, na mitologia do povo Madijá (como os kulina se auto-denominam), na sua história recente ou em relatos de viajantes, missionários e antropólogos, a respeito de práticas de canibalismo ou mesmo da consumação ritual dos corpos dos parentes mortos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) também informou que descarta a prática de canibalismo entre povos indígenas no Brasil contemporâneo. Em nota, informou que a única informação a respeito deste costume data do período colonial... O sargento José Carlos Correia da Silva, da Polícia Militar, e que também responde pela delegacia da cidade, disse que ouviu, em depoimento, um dos índios que teriam participado do crime. Este indígena teria dito, preliminarmente, que a morte do rapaz teria sido uma vingança, motivada pela morte de um índio há cerca de um ano. Neste caso, o laudo da morte do indígena teria atestado que houve afogamento, mas os integrantes da tribo não teriam acreditado na versão do documento... De acordo com Maronilton da Silva Clementino, chefe de gabinete da

Prefeitura de Envira, o alcoolismo pode ser um dos fatores que provocou o crime. "Há um índice muito grande de alcoolismo entre os índios da região. A Funai é ausente e não ajuda neste sentido. O representante da fundação só chegou aqui 72 horas depois de ser avisado sobre o homicídio e até agora não se posicionou sobre o caso. (*O Globo*, 2009, on-line).

Brutalidade

Segundo o laudo do Instituto de Medicina Legal (IML) de Envira, a morte foi provocada pela quantidade de facadas no corpo da vítima, que tinha cerca de 60 marcas, seguida de esquartejamento. "Os órgãos foram assados em uma espécie de ritual na aldeia. Não foram encontrados o coração, cérebro, fígado e outros pedaços do corpo", disse o sargento, responsável pela apuração do caso. Ainda de acordo com ele, os índios suspeitos foram identificados apenas pelos nomes civis que usam no convívio social. "São índios civilizados. Não sabemos os nomes indígenas, apenas como são chamados na cidade", disse o sargento. (*O Globo*, 2009, on-line).

Drogas

O consumo de crack entre os índios da tribo kulina, associado ao elevado uso de bebidas alcoólicas, pode ter sido a causa do canibalismo ocorrido na cidade de Envira (AM). Essa é a opinião da indigenista Rosa Maria Monteiro, 59 anos, que conviveu por cerca de 15 anos na aldeia onde vivem pelo menos seis índios suspeitos do crime. Ela deixou a região há quatro anos. "A brutalidade desse caso é assustadora. Isso nunca foi registrado em aldeias de índios kulinas. Se for confirmado o canibalismo, só mesmo o álcool aliado a alguma droga, como o crack, que poderia provocar uma violência como essa", disse a indigenista Rosa, integrante da Organização Não-Governamental (ONG) Operação Amazônia Nativa (Opan). (*O Globo*, 2009, on-line).

Maconha e crack

Ela disse ao G1 que presenciou a entrada gradativa de drogas na aldeia kulina, em Envira. "Nos anos de 1990, o álcool já era consumido em escala crescente. Na mesma época, vi a maconha ser introduzida na comunidade, mas consegui conscientizar os índios que aquilo era muito prejudicial. Eles chegaram a plantar maconha nas terras indígenas, mas desistiram do cultivo quando expliquei os riscos de a Polícia Federal prender todos por tráfico", afirmou Rosa. A indigenista explicou que o crack começou a surgir na aldeia no início dos anos 2000. "Trabalhei

muito para conseguir fazer com que os kulinas deixassem de usar o crack. Inicialmente, acredito que eles tenham associado o crack à semelhança da pedra com a resina usada pelos pajés nos rituais de cura. Depois foi o vício mesmo", disse Rosa. Outro fator que faz parte da cultura dos kulinas é o uso do rapé. "Se bem-feito, como costuma ser o rapé indígena, eles sentem uma lombra (efeito provocado pela droga) poderosa. Isso e mais outras drogas e bebidas pode gerar uma reação violenta", afirmou a indigenista.

(*O Globo*, 2009, on-line).

4.2 A imprensa na sala de aula

Lendo a Carta Régia, de 13 de maio de 1808, e os recortes dos jornais, é possível identificar que os Botocudos causavam bastante medo na população por causa de seus ataques, sendo a ferocidade a principal justificativa para a guerra decretada contra eles. Entretanto, esses mesmos recortes permitem identificar que existiam outros interesses no controle ou mesmo na eliminação desses grupos. Quais interesses eram esses?

Em 2009, o jornal *O Globo* publicou a matéria sobre um possível canibalismo entre os Kulina, no Amazonas, demonstrando que as concepções sobre as práticas indígenas relatadas nos períodos colonial e imperial ainda se mantêm até os dias atuais. Para piorar a situação, muitos indígenas de hoje sofrem com problemas ligados a invasões de suas terras, com alcoolismo e com inúmeras drogas. Isso faz com que muitos deixem de lutar por seus direitos e passem a ser vistos como bêbados, preguiçosos e perigosos, o que remete novamente às concepções do passado. Por outro lado, quando reagem a tudo isso, são identificados como ameaça à sociedade local. Seria possível pensarmos que grande parte do que aconteceu com os milhares de indígenas no período colonial e imperial (guerras, escravidão, mortes, expulsão de suas terras) pode ter reflexos na maneira em que eles vivem hoje?

4.3 Fontes

Carta Régia. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1808.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1809, p. 4.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1809, p. 4.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1810, p. 3.

O Globo. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2009, on-line.

4.4 Referências

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: São Paulo:EDUSC, 2004.

MOREIRA, Vania Losada. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito santo, 1535–1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

4.5 Para saber mais

AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens em aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Doutorado em Livre Docência) — Universidade Estadual de Campinas Campinas, 2001.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, n. 14, p. 110 - 300, 1854.

5. Costumes e moda na Corte

Camila Borges da Silva⁸

A moda é um tema que somente recentemente vem ganhando maior espaço na historiografia, a despeito de ter sido objeto de reflexão na obra de sociólogos e filósofos do final do século XIX e início do XX. Como autores que forneceram as bases para o que ainda hoje se reflete a respeito da, pode-se citar Gabriel Tarde (1890), Thorstein Veblen (1899) e Georg Simmel (1911).

Destaca-se a própria conceituação teórica da palavra moda, embasada na separação dos termos “moda” e “costume”, na qual moda é entendida como um fenômeno que se reporta a um sistema em que a valoração do novo ganha destaque. Isso significa dizer que a moda apenas existe quando a mudança constante das formas de vestir, motivada pelo desejo do novo e impulsionada pelo desenvolvimento do capitalismo, torna-se uma norma que molda o comportamento humano. Por isso, do ponto de vista geográfico, a emergência desse fenômeno será localizada em termos espaciais no Ocidente e, do ponto de vista temporal, no período moderno.

Ao contrário da moda, o costume é a designação dada às vestimentas utilizadas antes do período moderno no Ocidente e em outras sociedades humanas não ocidentais, por se entender que nelas a mudança constante nas vestimentas como norma da ação coletiva não existia. Nessas sociedades, as roupas e adereços seriam marcados por um processo muito lento de mudança, mas que tende a solidificar padrões culturais e/ou políticos consagrados pela tradição.

Para os teóricos do século XIX, as chamadas “eras da moda” e “eras do costume” podiam conviver em uma mesma temporalidade, de forma que uma não excluía completamente a outra. Pode-se compreender isso se observarmos a sociedade oitocentista, especialmente após a chegada da Corte portuguesa, que inaugurou um novo tempo ao abrir os portos às nações amigas em 1808. Tal medida permitiu que tanto as modas europeias quanto os profissionais que trabalhavam com ela (modistas, comerciantes, cabeleireiros, sapateiros) chegassem com crescente intensidade.

Tudo isso desencadeou um processo no qual acompanhar as modas vindas da Europa era fundamental como forma de inserção na “civilização” e de afastamento da “barbárie” representada pela força de hábitos e da cultura material do Oriente (China e Índia) e da África, em virtude das relações próximas que a colônia estabelecia com essas últimas regiões. Gilberto Freyre (1981) denominou esse processo, inaugurado pela transferência da Corte e que percorreu todo o Oitocentos, de “europeização dos costumes”.

Contudo, não era apenas a lógica da moda que imperava. Essa sociedade ainda era profundamente marcada pela tradição em certos usos da vestimenta, como no caso dos uniformes ligados a instituições. Assim, funcionários da Casa Real, ministros de Estado e desembargadores, por exemplo, usavam uniformes específicos (SILVA, 2010).

Na segunda metade do século XIX, as roupas masculinas passaram pelo que se chamou de “a grande renúncia” (FLÜGEL, 1966; SOUZA, 2005), quando houve uma simplificação das

⁸ Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

formas e o predomínio de cores escuras na esteira do que se considerou como o avanço de uma sociedade mais marcadamente burguesa. Nesse sentido, as roupas masculinas se associaram mais diretamente ao trabalho, entendendo-se que o universo da moda passou a ser exclusivamente feminino. Seriam, portanto, nas vestimentas femininas que as mudanças incessantes da moda se circunscreviam.

Veblen (1899) já se referia a isso no século XIX como uma diferenciação existente entre os sexos, na qual as roupas imponentes femininas das classes média e alta, marcadas pelo uso de espartilhos, enormes chapéus, saltos e saias volumosas serviam ao propósito de marcar o que chamou de “ócio vicário”, ou seja, que se referia à circunscrição dessas mulheres à esfera do lar e não ao mundo do trabalho, ao mesmo tempo que tinham a função de demonstrar a condição social de seus pais e maridos.

Também foi Veblen (1899) quem apontou o caráter de distinção social, ou “consumo conspícuo”, presente nas roupas e que tinha a função de demonstrar a riqueza daqueles que a vestem. Pode-se dizer que no Oitocentos brasileiro as vestimentas apontavam para os lugares sociais ocupados, tanto pelo fato de que, nas primeiras décadas do século XIX, os uniformes tornavam visíveis os cargos ocupados, quanto pelo fato de que a roupa masculina, mesmo simplificada, demonstrava o grau de riqueza de seu portador. Além disso, as roupas femininas das classes mais altas também tinham a função de exibir a riqueza da família a qual a mulher pertencia, da mesma maneira que a vestimenta dos escravos, especialmente aqueles dedicados ao trabalho do lar, também tinham a função de apontar a riqueza de seu proprietário.

Desde os estudos clássicos para se pensar a história da moda brasileira no Oitocentos de Gilberto Freyre (1981), Gilda de Mello e Souza (2005) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1978), tem-se, especialmente a partir do século XXI, um aumento gradativo de dissertações e teses sobre moda na área da História (RAINHO, 2002; SILVA, 2010, SOUZA, 2011), nas quais se destacam as múltiplas interfaces que a vestimenta estabelece entre as esferas política, social, cultural e econômica. Dessa forma, as vestimentas e adereços (ou indumentárias) são elementos que permitem uma profunda reflexão sobre as sociedades humanas, tendo sido já por longo tempo negligenciados.

5.1 O que disse a imprensa sobre costumes e moda na Corte

Este culto das pessoas do mundo reconhece por deusa a frivolidade; [...] e todos nós, pobres papalvos, não somos mais do que escravos convertidos, que sem reflexão, sem ideias próprias, seguimos maquinalmente as leis arbitrárias dessa divindade fantástica. Com efeito, de França nos vêm quase todas as modas; e nós, que achamos todo o nosso prazer em macaquear, tudo a esmo abraçamos alto-e-malo, só porque nos entrou por aquela barra. Não sou eu contudo tão quinhentista e intolerante, que deseje proscrever todas as modas, mas não sou também tão superficial e aparvalhado, que todas aprove a carga cerrada [...]

Ainda que as modas sejam filhas da imaginação, não devem ser elas tão extravagantes e destemperadas [...] que as mangas dos vestidos

das senhoras sejam mais curtas ou mais compridas, mais folgadas ou mais estreitas, não devemos estranhar. Mas ver uma senhora com mangas de *jambon* (de presunto) é coisa em verdade muito extravagante, porque em que é que se parece um braço humano com a disforme perna de um porco? Que graça pode ter este arremedo, tanto mais fastidioso quanto o porco é dos animais domésticos o mais feio, mais grosseiro e desengraçado? [...]

E vá alguém dizer a nossas senhoritas que o saquitel [bolsinha] que enfiam no braço não é uma coisa mesmo indispensável. Tiplam logo a vizinha, e dizem muito sentenciosas: em que há de a gente levar, quando sai fora, o lenço, o leque, o vidrinho de cheiros etc. O que reprovo na maior parte das coisas é o excesso e a extravagância, e essa espécie de fanatismo gamenho, com que muitos dos nossos moços abraçam as modas, fazendo consistir nestas frioleiras o seu total e único merecimento. (*O Carapuceiro*, 1832, p. 1-2).

Adotem as Senhoras esta moda que cativarão todos os corações.

Há dias houve uma *partida* a que tivemos a honra de assistir. Muitas Senhoras estavam vestidas de maneiras diferentes; - entre elas havia uma exatamente trajada no gosto da gravura⁹. - O que aconteceu? Foi ela atrair a atenção geral. Todas as pessoas diziam: - Como está encantadora, como está bela! Vede, pois, amáveis leitoras se temos razão.

[...]

A moda é uma divindade misteriosa, ora se ostenta grave e severa, ora galhofeira, folgasona, e desleixada: caprichosa em seus decretos, é o transumpto do coração do homem... A moda tem seu culto, tem seus sacerdotes, tem exércitos... Oh! Quem não vive sob o domínio d' esta poderosa rainha do universo! Haja alguém que se não queira dobrar ao seu jugo, e ela se vingará com o ridículo. Se não fora a moda não haveria antiguidades, porque então nada seria velho... se não fora a moda, não haveriam progressos na indústria, nas artes e ciências; tudo seria estabilidade completa e absoluta; (*O Correio das Modas*, 1839, p. 3).

5.2 A imprensa na sala de aula

As duas fontes transcritas na seção anterior mostram duas visões divergentes a respeito da moda no século XIX. Enquanto *O Correio das Modas* permite vislumbrar como o discurso sobre a moda tinha a função de estabelecer padrões de comportamento e beleza para as mulheres, reforçando os papéis da mulher na sociedade através da valorização daquelas que seguissem a moda, *O Carapuceiro*, ao contrário, possui uma visão crítica sobre o fenômeno, o

⁹ O jornal trazia não apenas textos, mas também imagens com os modelos dos vestidos a serem usados.

que demonstra que a moda ainda era vista com estranhamento no século XIX por ser relativamente recente.

Assim, a intenção da atividade proposta é mostrar aos estudantes como um fenômeno que hoje é visto como natural, ou seja, como tendo sempre existido, foi, na realidade, naturalizado (tornado natural) ao longo do tempo. Por esse motivo, foi objeto de discursos contrários a ela, de disputas, embates e questionamentos, a ponto de a adoção das modas precisar ser reforçada em periódicos que a defendiam, como *O Correio das Modas*. A moda é, dessa forma, entendida enquanto fruto de um processo social complexo, marcado pela valorização do novo (expresso nas constantes mudanças da moda), que foi intensificado pelo advento da produção industrial capitalista e pela sua circunscrição ao universo feminino.

A partir dos trechos dos jornais apresentados, responda:

1. Eles partilham da mesma visão sobre a moda? Justifique.
2. A partir da resposta anterior, podemos dizer que a moda é um fenômeno natural e inevitável, ou ela é resultado de um processo histórico? Desenvolva.

5.3 Fontes

O Carapuceiro. Pernambuco, 06 de outubro de 1832, p. 1 -2.

O Correio das Modas. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1839, p. 3.

5.4 Referências

FLÜGEL, John Carl. *A psicologia das roupas*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções* – Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SILVA, Camila Borges da. *O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808–1821)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808–1821)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

SIMMEL, Georg. A Moda. *Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte*. São Paulo, v. 1, n. 1, abr./ago. 2008.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Patrícia March de. *Visualidade da escravidão: representações e práticas do vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. 2011. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation*. Paris: Seuil, 2001.

VEBLÉN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

5.5 Para saber mais

SILVA, Camila Borges da. O domínio das roupas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, p. 42–46, jul. 2011.

Locais históricos:

1. Museu Histórico Nacional: possui um grande acervo de indumentária do século XIX
2. Instituto Moreira Sales: possui acervo fotográfico com imagens de mulheres negras do século XIX, o qual pode ser consultado no site do próprio instituto.
3. Museu da Chácara do Céu: possui acervo iconográfico com obras do pintor francês Jean Baptiste Debret (1768–1848) que esteve no Brasil entre 1816 e 1831 e pintou inúmeras cenas do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Em seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, também é possível encontrar suas gravuras, juntamente com textos explicativos sobre cada uma delas.

6. A economia no início do século XIX

Rafael Martins de Oliveira Laguardia¹⁰

O presente capítulo busca estimular uma reflexão crítica sobre os textos publicados em jornais, muitas vezes tomados como verdade única, sem alertar para o fato de que são, antes de tudo, construções que refletem interesses específicos. Verificaremos jornais do século XIX, apesar do conceito de notícia ser diferente do adotado hoje em dia. Maior atenção será dada a assuntos relacionados à economia do início do século XIX.

Nessas terras mineiras, por vezes, a leitura de sua economia a via como estagnada ou em decadência, em consequência das minas exauridas do final do século XVIII. Porém, diversas pesquisas destacam a economia interna a partir de variados estudos regionais. A esse respeito, cabe a síntese de Paula (2012, p. 182 *apud* CARVALHO, 2012):

A economia brasileira entre 1830 e 1889, apesar da efetiva centralidade da produção cafeeira, foi relativamente diversificada e dinâmica. Ao longo do século XIX certas características estruturais e vocações regionais criaram um mosaico de relações de trabalho, de tecnologias, de produtos, de mercados, de formas de propriedade, o que contraria a imagem, que ainda tem ampla difusão, de uma economia exclusivamente escravista, de monocultura e voltada para a exportação. De fato, a economia brasileira esteve longe de ser homogênea em qualquer de suas características básicas, antes se desenvolveu a partir de peculiaridades regionais. (PAULA, 2012, p. 182 *apud* CARVALHO, 2012).

Assim, é necessário trabalharmos com um recorte baseado em publicações da época, isto é, em notícias que expressavam o pensamento sobre a agricultura, a mão de obra e as manufaturas no Brasil.

6.1 O que disse a imprensa sobre a economia no início do século XIX

Após três séculos de domínio português, uma novidade nas terras do Brasil foi a liberação da produção e da circulação do primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*¹¹. O Príncipe Regente D. João de Bragança, obrigado por “imperiosas circunstâncias, a separar-se dos vassallos de Portugal e a transportar a sede do império temporariamente para outra parte dos meus domínios” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 01), determinou a abertura dos portos às nações amigas, fato que impactou e libertou a economia da América portuguesa do intermédio e monopólio de Portugal.¹² Essa transferência beneficiou, diretamente, os ingleses, conforme notícia a seguir:

¹⁰ Professor do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO. E-mail: rafael.laguardia@nt.universo.edu.br

¹¹ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi um dos principais meios de comunicação e, também, de administração oficial do governo português, circulando no período entre 1808 e 1829.

¹² Identifica-se um exemplo dessa libertação da economia do Brasil da de Portugal em Arruda (2008, p. 56), através da “carta do comerciante Guilherme Warren, escrita em 2 de fevereiro de 1808, exatamente cinco dias após a

Os ingleses perderam de vender as suas fazendas de lã e algodão em Portugal, é verdade. Mas não sabem todo o mundo, que as fábricas de Portugal exportavam para o Brasil, grande valor, nestas mercadorias? Todas estas fazendas, portanto, que se exportavam para o Brasil das fábricas de Portugal não podem ir agora; e por consequência são os ingleses, que os tem de fornecer ao Brasil com estas fazendas, no que lucrarão três vezes mais do que lucravam no mesmo gênero de fazendas em Portugal. (*Correio Braziliense*, 1808 p. 44).

De fato, para os ingleses, o mercado do Brasil era de fundamental importância (ARRUDA, 2008). Como vemos, a citação é exemplo de uma estratégia econômica com o objetivo de superar o bloqueio comercial continental que Napoleão impôs aos ingleses. Em consequência dessa transferência, D. João VI informou aos vassallos do reino que:

foi necessário procurar elevar a prosperidade daquelas partes do império... a fim de achar não só os meios de satisfazer aquela parte dos meus vassallos, onde vim estabelecer-me, mas ainda para que eles pudessem concorrer as despesas necessárias para sustentar o lustre e esplendor do trono. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 01).

Os jornais, em consequência de tal transferência, reportavam: “assim existia Portugal, derrubado o trono real, reduzido a escravidão e pobreza, sopeado por três exércitos, gemendo pela sua liberdade” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809, p. 04. Grifo nosso). O príncipe corroborava: “enquanto não há meio de parar a torrente devastadora da mais ilimitada ambição” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 01).

Após a abertura dos portos, o príncipe buscou demonstrar um novo direcionamento da economia no Brasil: o modelo liberal.

[...] para criar um império nascente fui servido a adotar os princípios mais demonstrados na sã economia política, quais são o da liberdade e franqueza do comércio, diminuição dos direitos nas alfândegas, unidos aos princípios mais liberais... e muito superior ao sistema restrito e mercantil... (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 02).

No entanto, D. João VI, em cartas régias emitidas em 13 de maio de 1808, de 2 de dezembro de 1808 e de 7 de outubro de 1809, dirigia “as mais adequadas e luminosas providências” publicadas nos jornais da época:

ao clero, a nobreza e ao povo [...] ao governador da capitania de Minas Gerais [...] da defesa dos vassallos de S.A.R, e civilização dos índios e para se conseguir ao mesmo tempo a Navegação do rio Doce, que por si só deve elevar ao maior grau de prosperidade, e de opulência, as capitanias de Minas Gerais e do Espírito

publicação da Carta Régia que abria os portos do Brasil, fato que não poderia saber... considerando que incalculáveis benefícios comerciais e políticos resultariam [...] propunha-se a mandar o mais cedo possível alguns dos seus sócios e agentes ingleses, até então instalados na cidade do Porto, em Portugal, para o Brasil... enquanto não se estabelecer o novo tratado comercial em que atualmente se trabalha”.

Santo [...] Estas providências são: na repartição de todo o território infestado por índios, e por eles invadido [...] para o áspero e rude trabalho, qual o de uma guerra, que se devia por necessidade fazer aos povos bárbaros sem domicílio certo, ou conhecido, no meio de matos extensivos e quase impenetráveis devendo estes serem perseguidos e buscados unicamente pelo trilho, a maneira das feras [...] e de tudo quanto convier a redução, civilização e aldeamento do índios, [para] povoação dos terrenos que se forem libertando [...] em recompensa: a isenção do pagamento dos dízimos por espaço de 10 anos... isenção de direitos dos gêneros de comércio [...] No estabelecimento de aldeias de índios [...] [em] terrenos proporcionados ao seu número para o cultivarem, erigindo nessas aldeias as Igrejas necessárias... para cuidarem da educação religiosa e civil dos índios que se forem aldeando, na distribuição dos índios que se conquistarem, sendo em pequeno número, pelos fazendeiros e agricultores que deles se quiserem encarregar [...] sendo-lhes permitido o utilizarem-se gratuitamente do serviço dos mesmos índios por espaço de 12 anos. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809, p. 4).

Em boa medida, a guerra contra os “povos bárbaros” representa a conquista das terras, a manutenção e a determinação da forma econômica de mão de obra no Brasil. Aproximadamente dez anos após a chegada da Corte, o quantitativo de escravos no Brasil era o equivalente a 50% de sua população (GORENDER, 1992). Essa marca demonstra o impacto da escravidão no Brasil naquela época e, atualmente, gera consequências que são identificadas no preconceito e no racismo, ou seja, na desigualdade social.

Na seção de avisos de muitas outras edições dos periódicos do período, encontra-se ainda destaques sobre a comercialização e a fuga de escravos: “Fugiu [...] uma crioula por nome Clemencia, de idade de 38 anos pouco mais ou menos, com os seguintes sinais: magra, pernas finas e zambas, os dedos dos pés unidos e falta de dentes, foi escrava do padre Pancrácio” (*Diário do Rio de Janeiro*, 1830, p. 04). Esses povos escravizados, capturados em terras americanas ou trazidos pelo tráfico atlântico, eram utilizados em variados trabalhos, como: atividades domésticas, mineração e produção agrícola para o mercado interno e externo. Para o mercado externo, a produção de açúcar, de café, de algodão, de cacau, de erva mate, de fumo, de borracha, de couros e de peles, recebia atenção nas notícias dos jornais do período:

As colônias padecerão, e sem dúvida tem padecido já com estas novas circunstâncias políticas; porque a sua agricultura tinha quase somente sido dirigida para a sua exportação comercial. Uma vez que estas terras comecem a tratar da agricultura de outros gêneros próprios para as subsistências, e para as matérias primas das suas imediatas manufaturas; aqueles objetos de cultura mudarão rápida e progressivamente para os outros. O açúcar, por exemplo, é o gênero que mais se cultiva na América portuguesa, e que servia para o consumo da Europa. É preciso que atualmente esta produção seja substituída por outras, ou que se forme dela aguardente, que tem um gasto certo por toda a costa da África. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 03).

O excerto anterior mostra a atenção dos contemporâneos aos impactos externos na produção agrícola colonial e à necessidade de substituir-se o açúcar, produto exportado em grandes volumes, por longa data, por outro produto que possa atender as demandas européias e, principalmente, mais lucrativo.

(...) é a este momento de muito pouco valor em Londres, pela dificuldade que há de o reexportar para o continente da Europa; e pela grande quantidade desse gênero, que tem chegado das Índias Orientais e Ocidentais. Além disso o açúcar que não é de colônia inglesa, paga tão pesados direitos na Alfândega, que não faz conta nenhuma em vendê-lo em Inglaterra. (*Correio Braziliense*, 1808, p. 589).

O açúcar deveria ser substituído por outros produtos agrícolas ou pela produção de aguardente para troca na África, possivelmente devido à ambição por mais povos escravizados. No caso específico da aguardente, a substituição era possível devido ao desenvolvimento dessa manufatura.

Outra manufatura, a do algodão, produto que impactava diretamente no desenvolvimento das manufaturas têxteis, teve o bloqueio das exportações pela Inglaterra: “a exportação deste artigo, para fora da Inglaterra é proibida; para conservar o algodão no mais baixo preço possível” (*Correio Braziliense*, 1808, p. 588) e era um produto procurado dado o embargo dos EUA. Seu valor estava crescendo durante o berço da revolução industrial. Assim, em relação à manufatura no Brasil, seguem as palavras do regente: “onde mal podem cultivar-se por ora as manufaturas, exceto as mais grosseiras e as que asseguram a navegação e defesa do Estado” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 02).

O pouco desenvolvimento local deveu-se, em parte, à proibição na colônia portuguesa de manufaturas, após o lançamento do alvará de 1785, o qual foi revogado após a transferência da Corte. No entanto, diz o regente em relação aos seus domínios que “a diminuição dos direitos das alfândegas há de produzir uma grande entrada de manufaturas estrangeiras” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1810, p. 04).

Naquele contexto, a política econômica pouco incentivou a manufatura nacional, visto que havia atenção e expectativa constante quanto à função agroexportadora e não ao desenvolvimento interno. Existiu, no início do XIX, um redirecionamento da atenção do açúcar para o café, produto que despontou na produção do Brasil ao longo dos séculos XIX e XX: “o café tem agora mais consumo[...] por isso tem subido seu preço” (*Correio Braziliense*, 1808, p. 589). Assim, nos jornais, expressava-se o que era planejado e esperado do Brasil pelas demandas europeias.

6.2 A Imprensa na sala de aula

A leitura deve ser feita em conjunto com os alunos, com revezamento de participação nela. Após a leitura do texto, grupos devem ser formados para debater as questões a seguir:

1º Etapa: despertar e identificar o interesse dos alunos no tema e no texto.

- ✓ Qual citação de notícia chamou mais sua atenção, e por quê?

2º Etapa: explorar o contexto e o objeto.

- ✓ Você consegue identificar o propósito dos textos citados em jornais para os agentes históricos? Para quem esses textos de notícias foram construídos?
- ✓ Você percebe distinção de públicos entre as notícias? Em caso afirmativo, quais?

3º Etapa: despertar o pensamento crítico.

- ✓ Você consegue identificar contradições nos textos noticiosos?
- ✓ Quais pensamentos podem estar contidos, mas não expressos diretamente nas citações noticiosas?
- ✓ É possível estabelecer correlações com as informações e as notícias atuais?

4º Etapa: conclusões e aprendizados da aula.

- ✓ É importante pontuar a leitura crítica para identificar quais interesses estão em jogo, bem como o jogo de forças envolvido, de forma a permitir que os alunos façam uma leitura rica e tenham um aprendizado ativo.

6.3 Fontes

Correio Braziliense. Londres, junho de 1808, p. 04.

Correio Braziliense. Londres, dezembro de 1808, p. 589.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 31 de março de 1830, p. 04.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1809, p. 04.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1810, p. 03.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1810, p. 01–02.

6.4 Referências

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800–1808*. Bauru: Edusc, 2008.

CARVALHO, José Murilo de (coord.) *A Construção Nacional (1830–1889)*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva e Fund, 2012.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2005 [1978].

6.5 Para saber mais

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Helena*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1911.

7. Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal (1815)

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho¹³

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves é decorrência da Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, assinada pelo então Príncipe Regente D. João VI. Tal ato legal consiste em três artigos: o primeiro, determina que “o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência, e denominação de Reyno do Brazil”; o segundo, formaliza a denominação de “Reyno Unido de Portugal, Brasil e Algarves” para o arranjo político do Estado português, como “um só e único Reyno”; o terceiro, atualiza o pomposo título do ocupante da Coroa Portuguesa, em conformidade com a nova configuração¹⁴.

Tal ato abolia a secular distinção entre metrópole (Portugal) e colônia (a partir de então, Reino do Brasil), estabelecida desde as primeiras décadas do século XVI. De fato, a vinda da família real portuguesa, de sua Corte e de todo o aparato burocrático para a América em 1808 já havia inaugurado uma nova relação entre as partes do império português. Muitas das prerrogativas políticas e fiscais passaram a ser exercidas do Rio de Janeiro, de onde o Príncipe D. João VI administrava os domínios asiáticos, africanos e americanos da Coroa Portuguesa, além do próprio Reino de Portugal.

A lei surgiu no contexto da derrota de Napoleão e dos arranjos políticos dela decorrentes no Congresso de Viena. No bojo das negociações diplomáticas envolvendo as grandes potências europeias, tal solução — proposta pelo representante francês, o Ministro Talleyrand — acomodava a presença da Coroa Portuguesa na América ao equiparar o solo do Brasil ao solo europeu. Entre outras coisas, a estratégia visava “defender a presença da Europa e da realeza na América, quando as porções inglesa e espanhola já estavam em grande parte em mãos republicanas” (CUNHA, 2003, p. 169).

No entanto, a Elevação do Brasil a Reino Unido também respondia à nova condição que as diversas partes americanas do Estado português haviam alcançado a partir de 1808, graças à dissolução de antigas restrições coloniais e às facilidades comerciais com a abertura dos portos e o fim do exclusivo colonial. Diversos interesses econômicos haviam sido deslocados “A elevação do Brasil a Reino Unido aliada à recusa de D. João a retornar a Lisboa, deixava clara a penetração que os interesses americanos tinham adquirido junto à corte” (NEVES, 2009, p. 115).

Assim, a elevação do Brasil à condição Reino foi vista na porção americana do Atlântico como mais um passo na consolidação da nova realidade dessa região. Nas capitânicas, a lei foi recebida com entusiasmo. Praças, casas, monumentos e prédios públicos iluminados, missas, teatros, salvas de tiros, festas nos salões e nas ruas marcaram as comemorações de norte a sul do novo reino. Nos meses seguintes, “Irromperam comemorações por todo o Brasil, ante o reconhecimento oficial de sua igualdade formal com seus senhores imperiais” (WILCKEN,

¹³ Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

¹⁴ Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-39554-16-dezembro-1815-569929-publicacaoriginal-93095-pe.html>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

2010, p. 213). Jornais publicaram o texto da lei e também notícias das manifestações de regozijo e gratidão ao Príncipe D. João VI.

Em Portugal, no entanto, a notícia foi recebida com certa desconfiança. Se, por um lado, a criação do Reino Unido poderia ser uma oportunidade para a modernização da máquina burocrática portuguesa, de outro, temia-se que a decisão aprofundasse as perdas políticas e financeiras que o país vivia desde a primeira invasão francesa, em 1807. Governados por uma junta que tinha à frente um militar estrangeiro (inglês), os portugueses fermentavam a ideia de um abandono e falta de reconhecimento, por parte do Príncipe Regente, pelos sacrifícios decorrentes das guerras napoleônicas. Assim, “generalizava-se em Portugal o sentimento de que o país ficara submetido a um estatuto colonial desde a instalação do Governo no Brasil, ao mesmo tempo que a crise econômica desencadeada pela perda de privilégios se acentuava” (LUCAS, 1998, p. 250).

A condição do Brasil tornado reino ocorria num momento de grandes transformações nas diversas partes do mundo. A partir daí, “o novo reino transformara [...] um conglomerado de capitanias atadas pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de territorialidade e de um centro de gravidade que, além de sê-lo do novo reino, era-o também de todo o império” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 154–155).

A reunião das antigas capitanias num só corpo político possibilitava uma nova percepção política para seus próprios habitantes, os quais, a partir dos eventos políticos que se seguiram à lei de 16 de dezembro de 1815, puderam vislumbrar horizontes políticos antes impensáveis.

7.1 O que disse a imprensa sobre elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal (1815)

Rio de Janeiro

Havendo-se publicado nesta Corte a Carta de Lei de 16 do corrente, pela qual Sua Alteza Real Houve por bem elevar o *Brazil* a Reino, e assumir o título de Príncipe Regente do Reino Unido de *Portugal, do Brazil, e dos Algarves*, o público desta Cidade se apressou a dar as demonstrações do mais completo jubilo, iluminando se espontaneamente um grande número de edifícios. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1815, p. 3).

BAHIA

S. A. R. O príncipe Regente Nosso Senhor acaba de dar ao Brazil a mais evidente demonstração de sua Real Beneficência. Por huma Carta de Lei promulgada a 16 de Dezembro de 1815, Elle condecorou o Brazil com o título de Reino, e Mandou que d’ora em diante ficassem substituídos os títulos da Sua Coroa por este novo Título: *Príncipe Regente do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarve*.

O Senado da Camera desta Cidade [da Bahia], recebido este faustíssimo Diploma, mostrou logo os mais vivos desejos de applaudir tão Alta

Generosidade, e com o zelo mais prompto, e fervoroso publicou os dois Edictaes abaixo copiados, ao quaes forão executados de huma maneira tão solemne, e tão brilhante, que He difficil descrever com exacta miudeza.

O mesmo Senado tratou logo de obter do Governo hum dia em que com grande Cortejo e Cerimonial se apresentasse, como He costume nos dias da maior Gala, nas Salas de Palacio, e ahi desse o primeiro testemunho da sua Gratidão em presença de todos os Empregados públicos alli juntos e agradecedores.

Por oito noites successivas foi esta cidade illuminada, e divisarão-se em todos os seus moradores os mais sinceros sinaes de reconhecimento, e alacridade. A Fortaleza do Mar illuminou-se iualmente, salvando ao acender e apagar das luminárias com huma salvav Real; e publicou-se hum Bando pelo qual se concederão mascarar, farças decentes, e bailes. Sabbado 24 do corrente celebrou-se na Cathedral esta gloriosa fortuna do *Brazil* com solemne Pontifical, e *Te Deum* a que assistio o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde ovevrnador com toda a Officialidade, e Empregados públicos, que havião voltado da Sala do overno, aonde, depois do mais luzido arrumamento das Tropas, tinhão feito o Cortejo do estillo como se pratica do Dia de Annos de S. A. R. Entre o Pontifical, e o *Te Deum* pregou o Reverendo Padre *Inacio José de Macedo* huma Oração acomodada á natureza do Motivo, e as circumstancias do Dia; e para desenvolver em toda a sua extenção o assumpto da Festividade, e imprimir nos Ouvintes o maior reconhecimento á Beneficencia do Soberano tomou por thema as seuites palavras de *S. Paulo* aos de *Epheso*: *Fecit utraque unum... ut reconciliet ambos in uno corpore*. Parafraseou o 2º Capitulo do Appostolo aos *Ephesinos*, e comparou o jubilo dos Brasileiros com o jubilo, que *S. Paulo* insperava aos *Gregos* quando lhes dizia, que o Messias em virtude da Nova Lei não queria mais distincões entre a *Judea*, e a *Grecia*, e que dos differentes povos queria organizar hum só Reino.

Mostrou as perigosas consequencias da divisão dos Reinos como se vê em *Daniel* da divisão do Imperio de *Balthasar*; desenvolveo as vantagens da união; e resumindo a História do *Brazil* fez ver os innumeraveis obstáculos, que elle tem encontrado á sua elevação até esta ditosa época, em que elle entra na carreira de sua representação, e da sua prosperidade.

Á noite fez-se a mais rica, e delicada illuminação na Praça de Palacio sobre huma bem construída arcada; e appareceo o Retrato de S. A. R. dando á Americ encurvada a Carta de Llei da sua exaltação. A maior Orquestra, que He possível ajuntar-se rompeo neste momento em harmoniosos concertos; e a Musica da Tropa enchia os intervallos da

noite. Foi innumeravel o concurso de gente de todas as classes; e o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde Governador franqueando o seu Palacio, e a casa da Relação deu refresco, e baile a todos os concurrentes. A mesma illuminação continuou nas duas noites seguintes; e póde-se affoitamente dizer, que esta foi a função mais luzida, e de maior prazer, que se tem feito na *Bahia*. Pela angustia do tempo se transferirão para o tempo Pascal as Cavalhadas, e outros testemunhos públicos da gratidão da *Bahia*. (*Idade d'Ouro do Brazil*, 1816, p. 2).

Miscellanea

PORTUGAL

A união política do Brazil a Portugal, que deixamos annunciada acima, annihilando a distincção entre colonia e metropole, deve trazer com sigo alguma mudança na administração do Governo em Portugal, assim como suppomos essencial no Brazil.

O Governo, que S. A. R. deixou em Lisboa, ao tempo de sua partida para o Brazil, foi uma medida filha das circumstancias, um arrançamento meramente interino; agora, porém He preciso pensar em um plano de administração permanente, em que se evite até a menor apparencia de que Portugal será governado como colonia do Brazil. Temos demaziado boa opinião das intençoens de S. A. R. para não suppomos, que taes são os sentimentos do Principe Regente do Reyno Unido; mas He preciso que seus Ministros ponham em practica essas intençoens, meditando e excogitando medidas, que efficazmente conrespondam com os desejos de seu Amo. [...]

Quanto mais distantes estão as províncias do seu Soberano, tanto mais se requer que seja reprimida a arbitrariedade dos que governam, e que se de azo ao publico, para ter em refreio os excessos desses indivíduos. Do contrário se os que governam obram mal, o Soberano não póde ter disso conhecimento, e o que peor He, em muitos casos, ainda depois de o saber He obrigado a dissimular, para evitar escândalos, e males ainda maiores, que a prudência, e o mesmo bem dos povos requer, que se atalhem com o outro mal de fechar os olhos aos crimes dos que governam. E por mais dura, que pareça ésta máxima, He com tudo mui verdadeira, e necessaria, quando a machina política se acha mal montada.

Um regulamento, porém, mui obvio, vista a união de Portugal e Brazil como Reyno Unido, he, que o commercio entre Portugal e Brazil seja feito unicamente em vasos Portuguezes. Esse arrançamento He adoptado em todas as naçoens, e assim He de esperar, que immediatamente se ponha em practica em Portugal. (*Correio Braziliense*, 1816, p. 204).

7.2 A imprensa na sala de aula

1. A Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal causou reações e impressões diversas. Identifique as diferentes formas como a notícia foi recebida nas diversas partes do império português.

Os trechos das notícias apresentadas na seção anterior demonstram que os periódicos e seus editores se posicionaram acerca do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Identifique os principais argumentos sobre quem ganhava e quem perdia com a nova configuração política do Estado Português.

7.3 Fontes

Correio Braziliense. Rio de Janeiro, março de 1816, p. 204.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1815, p. 3.

Idade d'Ouro do Brazil. Bahia, 27 de fevereiro de 1816, p. 2.

7.4 Referências

IANCSÓ, Istvan; PIMENTA Pimenta, João Paulo Garrido. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta A Experiência Brasileira (1500-2000) Formação Histórias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, p.129-175.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A Fundação de um Império Liberal. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 3, 9. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LUCAS, Maria Manuela. Organização do Império. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: o Liberalismo*, v. 5. Lisboa: Estampa, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Estado e política na independência. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 95-1336.

WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva: a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808–1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

8. A criação do Banco do Brasil

Carlos Gabriel Guimarães¹⁵

O primeiro banco do Brasil foi criado pelo Alvará de 12 de outubro de 1808. Fruto da ação política de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, o banco “integra-se no conjunto de medidas de organização econômica e financeira naturalmente associadas à instalação da corte portuguesa no Brasil” (CARDOSO, 2010, p. 169).

Concebido com “uma tripla função de garantia de melhoramentos no financiamento do Estado [...], na circulação monetária [...], e no fomento ao investimento produtivo” (CARDOSO, 2010, p. 171), o banco teria um capital de 1.200:000\$000, “divididos em 1.200 ações de 1:000\$000 cada uma” (Artigo IV), e organizado sob a forma de uma sociedade anônima de responsabilidade limitada (Artigo III). Tal forma de organização, juntamente com “um fundo de reserva constituído pela sexta parte do valor das ações subscritas” (Artigo XIX), era uma novidade para a época. Embora os diretores e a junta de deputados do banco tenham sido nomeados pelo Decreto de 24 de janeiro de 1809, somente em 11 de dezembro de 1809 o banco entrou em operação com localização numa casa da Rua Direita, esquina com a Rua de S. Pedro (FRANCO, 1973).

Analisando os nomes da primeira diretoria e dos deputados da junta, destacamos: João Rodrigues Pereira de Almeida (firma Joaquim Pereira de Almeida e Co.); José Marcelino Gonçalves (Viúva Gonçalves e Filhos); Manoel Caetano Pinto; João Morgan; José Fernando Carneiro Leão (Carneiro, Viúva & Filhos); Antonio Gomes Barroso; Luís de Sousa Dias, entre outros. Todos esses eram negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro, com negócios no tráfico de escravos, companhias de seguros e outros. Podemos dizer que faziam parte da elite mercantil carioca (GORESTEIN, 1993; FRAGOSO, 1993; FLORENTINO, 1995).

Em 16 de abril de 1810, por ordem do então Secretário de Estado Conde de Aguiar, o Banco do Brasil recebeu o cofre do Depósito Público, que ficava a cargo do Senado da Câmara (FRANCO, 1973). Essa decisão, presente na criação do banco em 1809, estava relacionada com o aumento da arrecadação com a Corte no Rio de Janeiro (GOUVÊA, 2005), e interferiu na autonomia no espaço de poder da elite local carioca, o Senado da Câmara, na medida que retirava o controle desta sobre a renda gerada com os depósitos judicial e extrajudicial de ouro, prata joias e dinheiro com a legação da “ausência de um controle efetivo sobre os valores ali depositados” (MARTINS, 2017).

Ainda em 1810, foi criada a agência do Banco do Brasil em Londres, “que devia ficar incumbida da colocação, naquela praça, dos gêneros privilegiados cuja venda competia ao Banco pelos estatutos” (FRANCO, 1973, p. 41). Entre os gêneros, estavam diamantes, pau-Brasil, marfim e urzela, já os agentes eram Antonio Martins Pedra, Filho & Cia, Barroso Martins, Pousadas & Carvalho e João Jorge Junior. A casa comercial de Antonio Martins Pedra migrou para Londres fugindo da invasão francesa em Portugal, tendo relações comerciais e de parentesco com a família Carneiro Leão, representada no banco com José Fernando Carneiro Leão.

¹⁵ Doutor em História Econômica pela Universidade Federal de São Paulo (USP). Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do CNPq.

Mesmo com todos os privilégios concedidos aos acionistas, em fins de 1812, “o Banco do Brasil só tinha podido reunir 126 contos, ou sejam 126 ações” (FRANCO, 1973, p. 45), aproximadamente 10% das ações postas à venda para a integralização do capital de 1.200 contos. No intuito de fazer o banco entrar em operação, além de reforçar o pedido aos governadores das capitanias de obterem acionistas, o Príncipe Regente concedeu uma série de mercês aos acionistas presentes e futuros do banco, dentre essas, temos a concessão do Hábito e da Comenda da Ordem de Cristo, uma das principais mercês honoríficas ligada às Ordens Militares no Antigo Regime Português (FRANCO, 1973).

A concessão de mercês, os alvarás de 20 de outubro de 1812 — que criavam os impostos “sobre seges, lojas e embarcações, em benefício do banco” e conhecidos como os “impostos do Banco” (FRANCO, 1973, p. 48–49) —, bem como a criação do Juiz Privativo para o Banco, fizeram com que as atividades do banco acelerassem, principalmente na emissão de notas. A criação das caixas filiais¹⁶ parece ter impulsionado o aumento das subscrições das ações do banco, pois, em 1816 e 1817. Isso porque, mesmo com os boatos de insolvabilidade, o banco teve seu capital subscrito aumentado, e “as ações do Banco distribuíram grandes dividendos, respectivamente de 16,45% e 22, 75%” (FRANCO, 1973, p. 65).

Na realidade, e mesmo distribuindo dividendos “sobretudo a partir de 1815, quando os acionistas nunca deixaram de receber retornos inferiores a 10% por apólice” (AIDAR, 2018, p. 19), o que beneficiou principalmente os negociantes e traficantes de escravos das Praças do Rio de Janeiro e da Bahia, a historiografia destacou a contraditória política do banco, em que “os aumentos de capital e a contínua emissão de papel-moeda foram expedientes fáceis para acudir aos problemas que o próprio banco criava” (CARDOSO, 2010, p 175).

Em 1821, com as Cortes instaladas em Lisboa, e com a pressão sobre a família real no Rio de Janeiro, a crise do Banco do Brasil chegou ao seu ápice. Face a situação de insolvência do banco, D. João VI, através do Decreto de 05 de março de 1821, criou uma Comissão para analisar a situação da instituição. No entanto, com a impossibilidade do resgate do papel moeda, que girava em torno de 4.800:000\$000, mais que o dobro do capital do banco,¹⁷ através do Decreto de 23 de março de 1821, o governo reconheceu a dívida do Erário Régio com o Banco como sendo dívida nacional, e como garantia entregava de imediato ao banco “de todos os brilhantes lapidados da Coroa que se encontravam no Real Erário e de todos os diamantes brutos, também da Coroa” (FRANCO, 1973, p. 89).

Além disso, através do Decreto de 28 de março de 1821, o governo resolveu negociar um empréstimo na Europa para salvar o banco, e nomeou o negociante João Rodrigues Pereira de Almeida para as negociações. No seu lugar na Comissão, foi nomeado João Ferreira da Costa e S. Paio, contador geral do Tesouro (FRANCO, 1973).

Mas, as boas intenções da Corte duraram pouco. Em 26 de abril de 1821, os fundos metálicos (ouro, prata e cobre), os diamantes e as joias do banco retornaram com a Coroa para Lisboa, complicando ainda mais a situação do Banco do Brasil, o que levou a sua liquidação em 1828 durante o Primeiro Reinado de D. Pedro I.

¹⁶ Segundo Franco (1973), a caixa filial da Bahia foi estabelecida somente em 1818, e a de São Paulo em 1820.

¹⁷ Baseado no trabalho de Souza Franco, Franco (1973) destaca que, “em 1820, o capital realizado atingiu 2.069 contos” (FRANCO, 1973, p. 81).

8.1 O que disse a imprensa sobre a criação do Banco do Brasil

Sendo bem conhecida a vantagem que resulta aos estados comerciantes do estabelecimento e introdução de bancos públicos, que tanto facilitam a circulação geral, contribuindo a diminuir o juro dos capitais e introduzindo uma moeda artificial, que deixa empregar no comércio exterior os metais preciosos e tirar dos mesmos um lucro anual sem que daí resulte ao comércio falta ou estagnação, a que também crescem as utilidades do estabelecimento de um grande e mais extenso crédito. Será agradável aos leitores desta Gazeta, e aos habitantes do Brasil, que vão receber mais este beneficiada Real Mão do Nosso Augusto, e Pio Soberano, [...], o conhecer os progressos, que vai fazendo o Banco Público. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1809, p. 03).

Em 28 de fevereiro (1809) se lhe expediu outro Aviso da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro, em que se participava ao ministro que o Banco havia feito essa nomeação de seus agentes, que eram as Casas de Antonio Martins Pedra, Filho & Cia., Barroso Martins Dourados & Carvalho e João Jorge Junior; mandava-se neste Aviso, expressamente, que o Ministro de S. A. R. fizesse logo entrega aos sobreditos agentes do Banco de todos os efeitos que estivessem em seu poder, pertencentes aos contratos dos produtos exclusivos da Fazenda Real (diamantes, pau-brasil, marfim e urzela), e S. Exa. Recusou mui formalmente e diretamente obedecer às ordens do seu soberano e até o dia de hoje ainda se deu cumprimento àquela ordem régia. (*Correio Braziliense*, 1810, p. 247).

Apareceu nessa época contra as pessoas empregadas na casa bancária a seguinte sátira:

Lá vão no banco opinar
Piolho, Rato, Leões,
Hão de talentos mostrar,
E no fim das discussões
Morder, roer, devorar.
Não há destinos prefixos;
Foi o foco da riqueza,
Porém, sujeito a caprichos,
Depois de tanta grandeza,
Vem a ser pátio de bichos.

(AZEVEDO, 1887, p. 275).

8.2 A imprensa na sala de aula

Segundo Bittencourt (2004, p. 330), os documentos em sala de aula devem “ser motivadores e não se podem constituir em texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade”. Dessa forma, a proposta consiste em elaborar com a turma uma notícia sobre o tema deste capítulo. Primeiramente, a partir do texto, deve-se realizar um debate sobre o assunto, para, depois, trabalhar em sala de aula as notícias selecionadas nos jornais. Para tanto, deve-se pedir que um aluno leia o texto em voz alta, como um jornal falado, sendo assim, uma maneira de trazer a notícia para a sala de aula.

8.3 Fontes

Alvará de 12 de outubro de 1808. Rio de Janeiro, 1808.

Decreto de 24 de janeiro de 1809. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1809, p. 03.

Correio Brasiliense. Londres, agosto de, 1810, p. 247.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.

8.4 Referências

AIDAR, Bruno. Financiar o império: o Banco do Brasil e seus acionistas, 1808–1821.

Seminário Internacional Empréstos, Donativos y Especulaciones con la Real Hacienda en los imperios ibéricos. Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 9 nov. 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARDOSO, José Luis. Novos elementos para a História do Banco do Brasil (1808–1829): crônica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 167–192, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790–1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do Banco do Brasil: Primeira Fase, 1808–1835*. vol. 1. Brasília: Banco do Brasil, 1973.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade dos poderes do Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-brasileiro. In: JANCSO, Instvan (ed.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 2005, p. 707–752.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial* [recuso eletrônico]: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GORESTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808–1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORESTEIN, Riva.

Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, pp. 125–255.

9. A Missão Artística Francesa e a introdução da arte cortesã no Brasil oitocentista

Denise Maria C. G. Porto¹⁸

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 07 de março de 1808, o século XIX inaugurou na porção portuguesa da América, um novo tempo. Aquela que, até então, fora uma colônia protegida pela metrópole lusitana dos olhos curiosos das nações estrangeiras, tornou-se a sede política, econômica e administrativa da monarquia portuguesa, que daquele ano até a Proclamação da República em 1889, fincaria profundas raízes em solo brasileiro. Era preciso, portanto, modernizar e transformar a antiga e isolada cidade de São Sebastião em uma próspera e cosmopolita capital da monarquia, que aspirava, segundo Carvalho (2008, p. 69), “ser uma nova Lisboa” aos moldes da “concepção de cidade ilustrada que vigorou na Europa ao longo do século XVIII” (MEIRELLES, 2016, p. 179).

Assim, em 13 de maio de 1808, há apenas alguns meses após ter transmigrado de Portugal com toda a sua Corte para o Reino do Brasil, o príncipe regente D. João VI, instituiu o decreto que colocava em marcha o seu projeto de emancipação cultural, que, com a criação da Imprensa e Tipografia Régia a partir de 10 de setembro do mesmo ano passou a publicar o periódico oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nas palavras de Carvalho (2008, p. 69), “além da publicação da legislação portuguesa, [a *Gazeta*] possuía a finalidade de incentivar a publicação de textos relacionados a ciência e literatura”.

Dando prosseguimento a uma espécie de cruzada civilizatória que contemplava o “compromisso assumido por D. João VI de fundar um Império no Novo Mundo” (TELES, 1999, p. 63), chega ao porto da capital do Reino Unido de Portugal e Algarves, no dia 26 de março de 1816, a Missão Artística Francesa, que viera a convite do Príncipe Regente e era composta por 26 integrantes, incluindo artistas e artesãos. Essa verdadeira caravana cultural multidisciplinar, que teve como principal idealizador e organizador o francês Joaquim Le Breton (1760–1819), tinha como objetivo estabelecer o ensino oficial das artes plásticas no Brasil, inexistente até então. Faziam parte daquela pequena colônia estrangeira, o pintor de paisagens Nicolas Antoine Taunay com sua família e seu irmão Auguste (o pintor histórico Jean-Baptiste Debret), o gravador Charles Pradier, o arquiteto Grandjean de Montigny com sua família e seus discípulos Levavasseur e Meunié, o compositor e pianista Sigismund Nuekomm, entre outros. Posteriormente, juntaram-se a eles os irmãos Marc e Zeferin Ferrez, escultor e gravador, respectivamente.

Os artistas da Missão Francesa, pintavam, desenhavam, esculpam e construíam à moda europeia, e segundo Bandeira (2019, p. 76), “ao chegarem ao Brasil, eles instituíram a escola artística que professava o estilo Neoclássico”, a qual estava vinculada ao Estado e às suas representações públicas e privadas. A partir de então, “a cidade do Rio de Janeiro passa a ser palco de festejos nunca imaginados [...] onde os artistas franceses [...] criaram cenários em que se podia perceber o projeto civilizador que a elite reinol pretendia construir nos trópicos” (TELLES, 1999, p. 59).

¹⁸ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

Do grupo de Missionários, o arquiteto Grandjean de Montigny (1772–1850) e o pintor histórico Jean-Baptiste Debret (1768–1848) foram os mais solicitados pela família real, seja pelas encomendas de construção de edifícios, como por exemplo, a Bolsa do Comércio (atual Casa França-Brasil no Rio de Janeiro), seja na execução de cenografias das grandes cerimônias oficiais da Corte.

Por fim, quanto ao vasto legado deixado pelos artistas franceses para a introdução da arte cortesã e à institucionalização do ensino de artes no Brasil, sublinhamos a criação em 06 de junho de 1816, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que teve o plano curricular e as diretrizes metodológicas estabelecidas por Joaquim Le Breton sendo utilizadas ao longo de todo o século XIX. Pessoa e Santos (2019, p. 43) lembram, ainda, que o arquiteto Grand Jean de Montigny foi “construtor de monumentos e palacetes e se consagraria como o formador das primeiras gerações de arquitetos brasileiros”. Por último sublinhamos, igualmente, a relevante contribuição do pintor oficial de D. Pedro I, Jean Baptiste-Debret para a formação de uma escola de artistas brasileiros na Academia Imperial de Belas Artes, criada em 05 de novembro de 1826, na qual destacamos a presença do dileto aluno e discípulo de Debret, o pintor gaúcho Araújo Porto Alegre (1806–1879).

9.1 O que disse a imprensa sobre a Missão Artística Francesa

A chegada da Missão Francesa no Brasil foi noticiada na *Gazeta do Rio de Janeiro* em 06 de abril de 1808, como transcrito abaixo:

Em o navio americano Calpe , chegaram do Havre de Grace a este porto as pessoas abaixo nomeadas (a maior parte das quais são artistas de profissão) e que vem residir nesta capital. Joaquim LeBreton, Secretário perpétuo da Classe das Belas Artes do Instituto Real da França, Cavaleiro da Legião de Honra. Taunay, pintor, membro do mesmo Instituto, trazendo sua mulher e cinco filhos. Taunay, escultor, e traz consigo um aprendiz. Debret, pintor de História e decoração. GrandJean de Montigny, arquiteto, traz uma mulher, 4 filhas ,2 discípulos e um criado. Pradier, gravador em pintura e miniatura, trazendo sua mulher, uma criança e uma criada. Neukbomm, compositor de música, excelente organista e pianista, e o mais distinto discípulo de Haydn. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1808, p.3).

Os faustosos festejos públicos e privados na Corte Joanina, com especial atenção para os arcos monumentais criados por Debret e Grandjean de Montigny, foram noticiados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 12 de novembro 1817, por ocasião da chegada da Princesa Leopoldina ao Rio de Janeiro. A fonte informa ainda sobre as pensões concedidas por D. João VI aos artistas franceses:

Entre os objetos que desafiavam a atenção, eram os arcos[...]desde o arsenal até a Capela Real. Os estreitos limites desta folha não nos permitem descrever com conveniente extensão esses monumentos de

grandeza, que de afeto e veneração [...]. Deve-se esse elegante monumento a habilidade de M. GrandJean de Montigny, arquiteto e de M. Debret, Pintor de História, artistas pensionistas de Sua Majestade Fidelíssima. (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 1817, p. 03).

Contudo, dez anos após aqueles festejos grandiosos, encontramos na fonte *Espelho Diamantino*, de 07 de dezembro de 1827, a crítica quanto ao valor das pensões concedidas, bem como a denúncia pelo descaso do governo imperial para com os artistas franceses:

o governo com bastante despesa, não tivesse mandado vir em 1816, uma colônia de professores do maior merecimento[...]com módico ordenado que mal chegava a viver, homens hábeis que assim ficaram inutilizados, de forma que a maior parte já se tem retirado e os outros estão a ponto de fazê-lo. (*Espelho Diamantino*, 1827, p. 102).

9.2 A imprensa na sala de aula

A partir das referências temáticas citadas ao longo deste capítulo, propomos uma atividade em sala de aula para o Ensino Médio que, por contemplar múltiplos campos de experiências, pretende contribuir qualitativamente na construção do processo de aprendizagem individual, tanto quanto propicie o exercício colaborativo entre os alunos. A atividade consiste em simular as práticas editoriais pertinentes a uma pequena redação de jornal, tendo como objetivo o desenvolvimento, a editoração e a publicação de folhetos impressos que versem sobre o tema da Missão Artística Francesa no Brasil. Como fontes a serem trabalhadas, seguem as indicações listadas ao final deste capítulo. Para a realização da atividade proposta, sugere-se a utilização dos equipamentos de mídia digital com acesso à Internet disponibilizados nos laboratórios de informática das escolas.

Planejamento da atividade:

1. Caberá ao professor dividir a turma em grupos de alunos. Em seguida, cada um dos grupos deverá criar um nome original para o seu folheto e registrar a cidade, a data e a periodicidade editorial da publicação.
2. Finda a primeira fase, os grupos definirão os papéis que cada um dos integrantes representará na redação do seu jornal, quais sejam: editores, redatores, diagramadores e jornalistas.
3. Aos redatores caberá agrupar a sua equipe e definir os temas a serem pesquisados. Os alunos jornalistas sairão a campo para realizar as pesquisas na internet, após o que retornarão com os resultados das pesquisas para uma nova reunião com toda a equipe da redação do seu folheto. As pesquisas selecionadas serão lidas e debatidas pelo grupo. Após essa etapa, os alunos editores e diagramadores de texto passarão para fase de diagramação, editoração e publicação do folheto.
4. Ao final, cada grupo apresentará uma exposição oral do seu folheto publicado. Ao professor caberá avaliar o envolvimento participativo dos alunos quanto aos objetivos alcançados.

9.3 Fontes

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 06 de abril de 1808, p. 03.

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1817, p. 03

Espelho Diamantino. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1827, p. 102.

9.4 Referências

BANDEIRA, Júlio. Debret: retratos da corte, da rua e autorretratos. *In*: PESSOA, Ana; PEREIRA, Margareth da Silva; KOPPKE, Karolina (orgs). *O Gosto Neoclássico: atores e práticas artísticas no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019, p.78–114.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia ilustrada de cidade: As transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808–1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.

MEIRELLES, Juliana Gessuelli. A nova Corte e a circulação de ideias nos impérios luso-Brasileiros. *In*: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladis Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz. *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lúcia Vieira dos. Grandjean de Montigny e os negociantes: a praça, o arquiteto e a clientela. *In*: PESSOA, Ana; PEREIRA, Margareth da Silva; KOPPKE, Karolina (orgs). *O Gosto Neoclássico: atores e práticas artísticas no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019, p. 19–44.

TELLES, Angela Cunha da Motta. “A marcha civilizadora” nos trópicos: percalços e particularidades. Grandjean de Montigny, as festas reais e a Praça do Comércio. *Anais do Museu Histórico Nacional*, p. 59–68, 1999.

9.5 Para saber mais

Indicações de fontes iconográficas sobre a Missão Artística Francesa no Brasil:

DEBRET, Jean- Baptiste. *Acclamation du Roi Don Jean VI*. Paris, 1839. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/autores/16692/Jean-Baptiste%20Debret>. Acesso em: 10 out. 2021.

TAUNAY, Nicolas Antoine. *Marquesa de Bellas*. Rio de Janeiro, 1816. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/@relId/19881>. Acesso em: 10 out. 2021.

MONTIGNY, Grandjean. *Projeto de um orfanato militar: fachada, corte e estudo de detalhes*. Rio de Janeiro, 1801 – 1805. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16313/projeto-de-um-orfanato-militar-fachada-corte-e-estudo-de-detalhes>. Acesso em: 10 out. 2021.

Indicação de site sobre a Missão Artística Francesa no Brasil:

Histórias das artes:

<https://www.historiadasartes.com/nobrasil/arte-no-seculo-19/missao-francesa/>

Indicações de vídeos sobre a Missão Francesa no Brasil

MISSÃO Francesa (Temporada 1, Episódio 01). Direção: Paulo Rezzutti. Brasil: TV PUC/Rio, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=is0-hEh8CmA>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MISSÃO Francesa (Temporada 1, Episódio 02). Direção: Paulo Rezzutti. Brasil: TV PUC/Rio, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=203_Qux5VME. Acesso em: 02 nov. 2022.

MISSÃO Francesa (Temporada 1, Episódio 03). Direção: Paulo Rezzutti . Brasil: TV PUC/Rio, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=plHCXMruZEY>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MISSÃO Francesa (Temporada 1, Episódio 04). Direção: Paulo Rezzutti. Brasil: TV PUC/Rio, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JQKE0IwwCaw>. Acesso em: 02 nov. 2022.

10. A Revolução do Porto e a volta de D. João VI para Portugal

Flávio José Gomes Cabral¹⁹

No final do ano de 1820, D. João VI e o Brasil foram surpreendidos com a chegada de notícias vindas de Portugal sobre a eclosão de uma revolução liberal no dia 24 de agosto na cidade do Porto com o objetivo de instaurar um regime constitucional em todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A revolução era contra o regime absolutista, e não contra a monarquia, que deveria existir sob a forma constitucional, conservando a dinastia de Bragança. As principais exigências dos revolucionários foi eleger uma Junta Provisória para governar Portugal em nome do monarca ausente, determinar o retorno do Rei D. João VI, bem como a convocação de Cortes.²⁰ As Cortes deveriam elaborar uma Constituição a fim de que algumas reformas políticas e administrativas no reino português fossem feitas.

A Revolução do Porto foi motivada por insatisfações em Portugal brotadas com a perda de sua proeminência em relação ao Brasil devido à permanência da Corte na América e à grave crise produtiva, mercantil e financeira desfavorável para o país e agravada desde 1808, por ocasião da abertura dos Portos do Brasil ao comércio internacional (PIMENTA, 2015). Uma das grandes ansiedades dos revolucionários era saber como D. João VI reagiria após tomar conhecimento das novidades portuguesas. Segundo o redator do *Correio Braziliense* de fevereiro de 1821, Hipólito da Costa, elas impressionariam os brasileiros e os estimularia à revolta, porque havia no Brasil insatisfações, principalmente contra os governadores que administravam as províncias (COSTA, 2002).

As primeiras notícias sobre a revolução portuguesa chegaram ao Brasil em datas diferentes e de maneiras confusas, o que levou a reações diversas. No dia 08 de novembro de 1820, elas chegaram ao Rio de Janeiro por intermédio de um navio de guerra (*Gazeta Extraordinária*, 1820), e, no dia 22, em Recife. Enquanto na Corte carioca o rei impacientemente se reunia com frequência com seus ministros em busca de uma resposta à revolução vintista, em Recife uma sedição foi orquestrada em surdina por alguns militares e funcionários com o objetivo de derrubar o governador Luís do Rego Barreto e inaugurar na província um governo de Junta Provisória, à semelhança do que ocorrera em Portugal. O governador tomou conhecimento da conjura e mandou prender os principais articuladores, que foram julgados e expulsos da província. Tal decisão foi inteiramente aprovada pelo rei (CABRAL, 2013).

Em 1º de janeiro de 1821, a província do Grão-Pará declarava apoio à Revolução Constitucionalista de Portugal. A Bahia também o fez no dia 10 de fevereiro, quando instituiu

¹⁹ Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap).

²⁰ O primeiro objetivo do movimento revolucionário de 1820 foi convocar as cortes constituintes com o objetivo de convocar os deputados de todo o reino para elaborarem a Constituição da monarquia portuguesa. Presentes em vários momentos da história portuguesa, as cortes eram formadas por elementos dos três estados: nobreza, clero e povo. Em 1820, preferiu-se a denominação “Soberano Congresso”, termo considerado mais apropriado. Nele, tomaram assento cidadãos eleitos pelo voto para representar a população de várias partes do Reino Unido português (VARGUES, 1997).

sua Junta Provisional de governo desligada do Rio de Janeiro e obedecendo diretamente às cortes lisboetas, não sem antes contar com a resistência do governador provincial, D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde da Palma (CAVALCANTI, 1986).

Esses eventos demonstravam que o sistema de poder absoluto estava desmoronando e, para evitar maiores consequências, alguns aconselhadores do rei eram concordes que ele não deveria retornar para Lisboa para evitar grandes incêndios no Brasil. No dia 26 de fevereiro de 1821, houve na cidade do Rio de Janeiro fortes mobilizações de rua em apoio ao movimento vintista, inclusive ajuntamentos de tropas no Largo do Rocio, obrigando D. João VI a jurar que aceitaria a Constituição a ser promulgada em Portugal. O movimento foi alvo de comemorações. Pelas ruas, davam-se repetidos brados de “Vivas ao rei”. As ruas se iluminaram e houve espetáculo de gala no Teatro de São João (LYRA, 1994).

Com o agravamento dos problemas e as exigências das cortes, resolveu o rei, a contragosto, embarcar no dia 24 de abril de 1821 para Lisboa, deixando no Rio de Janeiro seu herdeiro D. Pedro I como regente do Brasil. Antes de partir, o monarca assinou, em 02 de março, o decreto que suspendia a censura prévia e regulamentava a liberdade de imprensa no Brasil, o que estimulou o surgimento de vários jornais pelo país. No Rio, surgiram cerca de vinte periódicos entre 1821 e 1822. Em número mais modesto, foram fundados jornais na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará. Segundo Lúcia Pereira das Neves, essas folhas foram responsáveis pela divulgação da política vintista, uma vez que “traziam à tona os novos paradigmas do liberalismo” (NEVES, 2003, p. 36).

10.1 O que disse a imprensa sobre a Revolução do Porto

Exposição Justificativa

Dos acontecimentos dos dias 24 de agosto e 15 de setembro dirigida ao Muito Alto, Poderoso Rei Senhor D. João VI pelos seus humildes e fiéis vassallos dos Reinos de Portugal, e Algarves.

SENHOR.

Quando em 1807 o concurso das mais infaustas circunstâncias obrigou a Vossa Majestade a deixar por tal modo a terra que o viu nascer, ficamos nós governados por uma Regência, nomeada por Vossa Majestade, a qual pelas suas instruções devia governar-nos pelos princípios da Justiça, e Leis estabelecidas, dando prêmio, e castigo a cada um, segundo seu merecimento que tratasse os franceses como amigos. Esta última determinação cumpriu-se exatamente, porque os franceses ocuparam Portugal sem se disparar um só tiro; em quanto ao mais, a Regência não teve tempo de por em prática as suas instruções, porque o General Junot no 1º de fevereiro de 1808 lhe arrancou o Governo. Roubados e vilipendiados pelos franceses nós sacudimos o jugo vergonhoso, e a Cidade do Porto foi quem deu o impulso à grande empresa. Sobrevieram os auxílios ingleses, mediante os quais nós recuperamos estes Reinos, e bem que o governo não fosse entregue aos distintos varões que Vossa Majestade havia designado, foi isso devido

ao Gênio do mal, e ao espírito de ambição de um homem, que mais tinha incensado a Ídolo do Despotismo, isto é a Napoleão. Não desistiu este do nefando projeto de conquistar-nos, e por duas vezes mandou para tal fim os seus mais ilustres generais. [...]

Sumamente satisfeitos em cumprir com os nossos deveres resgatando estes Reinos, nós nada mais esperávamos em prova de bem termos servido a Vossa Majestade, do que vê-lo voltar à terra que o viu nascer, e em que Vossa Majestade, e toda a sua Real Dinastia receberam sempre as mais decididas, e enérgicas provas de lealdade, e afeição, o que nada mais era do que o complemento da promessa que Vossa Majestade havia feito aos seus Vassallos; no momento sempre infausto em que se ausentou para o Brasil, para longe de nós, e do nosso amor. Os Ministros porém de Vossa Majestade de nos dar a consolação de o vermos tornar-se ao seio da sua Pátria. Se ao menos se contentassem com isso! Verificando a máxima de que a memória do benefício é sempre pesada, e molesta a quem o recebe, os ministros de Vossa Majestade tratarão de dar cabo do pequeno, e desamparado Portugal, e para isso empregarão quantos recursos, e meios estavam ao seu alcance. [...]

Bem sabiam os ministros de Vossa Majestade, qual era o triste estado da nossa indústria, que estando no maior atraso, e desfalecimento pelo escandaloso desmazelo em que se tinham as Leis que proibiam os contrabandos: isto não obstante, firmaram o Tratado de Comércio de 1810 em que estipularam uma liberdade sem limites às manufaturas inglesas, debaixo do especioso princípio da sonhada reciprocidade, como se tal pudesse existir entre o nada, e a existência. (*Astro da Lusitânia*, 1820, p. 1).

O espírito de inquietação, e o desatino desvario, desgraçadamente soprou sobre uma das mais belas cidades de Portugal, e corrompendo ânimos, e indiscretamente amigos da novidade, causou tumultos efêmeros, que a prudência do governo se apressou a atalhar e a seguir. Para dar-nos aos nossos leitores uma ideia deste abominável acontecimento, basta copiar-nos o seguinte.

Portugueses! O horrendo crime de rebelião contra o poder, e autoridade legítima do nosso Augusto Soberano, El-Rei Nosso Senhor, acaba de ser cometido na Cidade do Porto.

Alguns poucos indivíduos mal-intencionados, alucinando os chefes dos corpos da tropa daquela cidade, poderão desgraçadamente influir-los para que, cobrindo-se de opróbio, quebrassem no dia 24 do corrente o juramento de fidelidade ao seu REI, e às suas bandeiras, e se atrevessem a constituir, por sua própria autoridade, naquela cidade um governo, a que dão título de Governo Supremo do Reino.

[...] Não vos iludais pois, fiéis e valerosos portugueses, com semelhantes aparências: é evidente a contradição a EL-REI Nosso Senhor, se subtraem a autoridade do governo legítimo estabelecido por Sua Majestade, propondo-se, como declaram os intrusos, que a si mesmos se constituíram debaixo do título de Governo Supremo do Reino, a convocar Cortes, que sempre serão ilegais, quando não forem chamadas pelo Soberano; e anunciar, deviam limitar-se a pedir, por isso que só podem emanar legítima, e permanentemente do Real consentimento.

[...] Portugueses! A conservação intacta da obediência a El-Rei Nosso Senhor, é a obrigação mais importante para todos nós, ao mesmo tempo que é nosso mais patente interesse. Haja pois firmeza nestes princípios: concorram todas as classes para manter a tranquilidade pública, e prontamente vereis restabelecida a ordem, que os mal-intencionados se arrojam a tentativa de transtornar.

É o que vos remendam, em nome do nosso adorado soberano, os governadores do reino.

Lisboa, no Palácio do Governo em 29 de agosto de 1820. Cardeal Patriarca, Marquês de Borba, Conde de Peniche, Conde da Feira, Antônio Gomes Ribeiro. (*Gazeta extraordinária do Rio de Janeiro*, 1820, p. 01).

Revolução no Rio de Janeiro 28 de fevereiro

Ao romper do dia [26] se achou a Praça do Rocio juncada de tropa, que marchara no silêncio da madrugada, e na melhor ordem, composta das diferentes armas, e guarnecendo a artilharia as bocas das ruas. Os primeiros, que ocuparam aquela posição o Batalhão de Infantaria Nº 11, o de caçadores Nº 5, e os de artilharia a cavalo, entrando sucessivamente os mais. Convocada prontamente a Câmara a Sala Grande do Real Teatro de S. João, que oferecia melhor oportunidade, apareceu Sua Alteza Real do Reino Unido de Portugal, e Brasil e Algarves, na varanda contígua, e leu em voz alta, segundo as ordens de Sua Majestade, o Decreto de 24 de fevereiro, pelo qual o mesmo benigníssimo Senhor segurava a seus ditosos vassallos do Brasil a sanção da Constituição, que ora se faz em Portugal, e a sua admissão neste vastíssimo continente, como se vê do Decreto, que do melhor grado copiamos. Esta graça foi recebida com repetidos brados de Viva El Rei, Viva a Religião, Viva a Constituição, e com uma salva de artilharia da fortaleza da Ilha das Cobras. (*Correio Braziliense*, 1821, p. 89 - 90).

Decreto de Sua Majestade nomeando a Regência no Brasil

Sendo indispensável prever acerca do governo e administração deste reino do Brasil, donde me aparto com vivos sentimentos de saudade, voltando para Portugal, por exigirem as atuais circunstâncias políticas, enunciadas no decreto de 7 de março do corrente ano; e tendo eu em vista, não só as razões de pública utilidade e interesse mas também a particular consideração, que merecem estes meus fiéis vassallos do Brasil, os quais instam para que eu estabeleça o governo, que deve regê-los na minha ausência, e enquanto não chega a Constituição, de um modo conveniente ao estado presente das coisas, e a categoria política, a que foi elevado este país, e capaz de consolidar a prosperidade pública e particular: Ei por bem e me praz encarregar o governo geral e inteira administração de todo o Reino do Brasil ao meu muito amado e prezado filho D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, constituindo-se Regente o meu Lugar-Tenente, para que, com tão preeminente título, e segundo as instruções, que acompanham a este decreto, e vão por mim assinadas, governe na minha ausência, e enquanto pela Constituição se não estabelece outro sistema de regime, todo este Reino, com sabedoria e amor dos povos: pelo alto conceito, que formo da sua prudência e mais virtudes, vou certo de que nas coisas do Governo, firmando a pública segurança e tranquilidade, promovendo a prosperidade real, e correspondente por todos os modos as minhas esperanças, se haverá com bom Príncipe, amigo e pai destes povos, cuja saudosa memória levo profundamente gravada no meu coração, e de quem também espero, que pela sua obediência as leis, sujeição e respeito às autoridades, me recompensarão do grande sacrifício, que faço, separando-me de meu filho primogênito, meu herdeiro e sucessor do trono, para lhe deixar como penhor do apreço, que deles faço. O mesmo Príncipe o tenha assim entendido, e executará, mandando expedir as necessárias participações. Palácio da Boa Vista, em 22 de abril de 1821. (*Correio Braziliense*, 1821, p. 89 -90).

10.2 A imprensa na sala de aula

Trabalhar com jornais do século XIX como instrumento pedagógico é uma tarefa que exige motivação, uma vez que, talvez, seja pela primeira vez que muitos estudantes terão a oportunidade de ter contato direto com fontes históricas. A utilização de fontes jornalísticas como recurso didático, além de servir como instrumento de reforço ou ilustração de uma aula, permite aprofundar o conhecimento e a criticidade dos alunos, pois gera debates, o que é muito importante para o aprendizado.

As leituras dos trechos dos jornais aqui propostos certamente motivarão interpretações, conexões e várias relações que são inerentes ao tempo do evento em estudo. Para tal sucesso, os estudantes devem contar com o auxílio dos professores, que, sendo pessoas mais

experimentadas, auxiliarão a estabelecer relações entre o conhecimento que já possuem e as informações apresentadas nos periódicos.

Assim, sugerimos uma atividade com 4 etapas:

1ª etapa (Conversa em sala de aula):

Por ocasião da aula sobre a Revolução do Porto e seus efeitos imediatos no Brasil, é importante que o alunado seja motivado e que demonstre interesse em compreender o evento utilizando fontes que, para ele, talvez sejam novidades. É preciso que o docente, em sua exposição, enfoque o papel da imprensa naquele momento e explique que o periodismo foi estimulado em todo o Reino Unido português pelo movimento vintista, o qual tinha a intenção de esclarecer e politizar a população para tomar parte no debate político. Deve-se destacar que uma das consequências da citada revolução foi a convocação de Cortes para elaborarem uma Constituição para o Reino e exigirem o retorno de D. João VI para Portugal. Além disso, deve-se destacar, também, o desconforto dos portugueses em viver em meio a uma grave crise política e econômica, bem como de verem sua antiga colônia brasileira ser transformada em metrópole enquanto o país decaía.

2ª etapa (Explorando jornais):

Concluída a etapa anterior, a classe deve ser dividida em grupos a critério do docente, e os grupos devem escolher uma notícia do jornal que mais lhes chamou a atenção. Se possível, devem ser providenciadas cópias dos trechos das fontes para serem distribuídas entre eles. Cada grupo deverá fazer a leitura de seu texto jornalístico e em seguida devem ser estimulados ao debate.

3ª etapa (Identificação do periódico):

Os estudantes devem pesquisar sobre o jornal escolhido, procurando anotar algumas de suas características: título e subtítulo; diretor ou jornalista responsável; data de fundação; local; e periodicidade.

4ª etapa (Construção de texto):

As equipes utilizarão os textos jornalísticos como mote para incentivar uma pesquisa mais ampla, que deverá possibilitar coletas de informações em livros e textos sobre o enfoque escolhido pelos grupos, assim como análises e produção de um texto sobre a temática. Os alunos devem ser instigados a buscar imagens na internet alusivas à temática para ilustrar a pesquisa. Como sugestão, o trabalho que será desenvolvido pelos estudantes deverá conter título, descrever como e quando o jornal escolhido surgiu, quem estava por trás das edições, local de fundação e duração. O trabalho pode ser escrito em forma de reportagem e posteriormente reproduzido no jornal escolar (caso exista), no mural da sala ou exposto nas feiras de conhecimento.

10.3 Fontes

Astro da Lusitania. Porto, 1 de novembro de 1820, p. 1.

Correio Braziliense. Londres, agosto de 1821, p. 89 – 90.

Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1820, p. 01.

10.4 Referências

- CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- CAVALCANTI, Zélia. O processo de Independência na Bahia. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 231–291.
- COSTA, Hipólito da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império Portugal e Brasil: Bastidores da política, 1798–1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820–1821)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- PIMENTA, João Paulo Pimenta. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808–1822)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.
- VARGUES, Isabel Nobre. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820–1823)*. Coimbra: Minerva, 1997.

10.5 Para saber mais

- DOM João no Brasil (Episódio 11). Direção: Canal Futura. Brasil: Canal Futura, 2009. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8zK3D01dXc0&list=PL5837763F26AB1B87&index=12>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- DOM João no Brasil (Episódio 12). Direção: Canal Futura. Brasil: Canal Futura, 2009. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R76BHD--vB8&list=PL5837763F26AB1B87&index=12>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- IMPRESSÕES Rebeldes. *Home*. Disponível em: https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?revoltas_categoria=1820-motim-a-favor-da-constituicao-portuguesa-pernamuco. Acesso em: 05 nov. 2022.
- O NASCIMENTO da imprensa no Brasil: entre D. João VI e D. Pedro I. Direção: Revista Tema Livre. Brasil: Tema Livre, 2021. 1 vídeo (1h10min). Disponível em: <https://youtu.be/g5PQPOMNy-s>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- REVOLUÇÃO do Porto — 200 anos. Direção: Paulo Rezzutti. Brasil, 2020. 1 vídeo (18 min). Disponível em: <https://youtu.be/jyocqMFN-UI>. Acesso em: 05 nov. 2022.

11. Debates impressos: o Semanário Cívico e do Diário Constitucional na Independência do Brasil (1821–1823)

Lina Maria Brandão de Aras²¹

Moisés Amado Frutuoso²²

Ideias sedimentadas sobre eventos que possuem importância na história de um país empobrecem a reflexão sobre a complexidade dos fatos históricos a que são relacionados. O processo de independência política do Brasil é um exemplo de como esses entendimentos contribuem para a permanência de compreensões equivocadas. Para grande parte da população, as diferenças existentes entre “brasileiros” e “marotos” se resolveram às margens do rio Ipiranga no dia 07 de setembro de 1822.²³ Dessa forma, a ruptura política é tratada como algo inexorável, como se não houvesse outras alternativas políticas para além da separação com a antiga metrópole.

Assim, é imprescindível que os debates presentes nos meios acadêmicos sejam abordados nas mais diversas esferas da sociedade, especialmente nas escolas. Problematizar os eventos políticos relacionados ao processo de independência do Brasil ocorridos nas diferentes regiões do país deve ser realizado pelos professores de história. O uso dos jornais como fontes históricas pode contribuir para a compreensão do clima de incertezas vivenciado por aqueles que estavam inseridos nos acontecimentos que definiriam os rumos políticos do Brasil às vésperas da ruptura com a metrópole portuguesa.

Os jornais se constituem como uma fonte fundamental para a compreensão do processo de emancipação política brasileira. Os anos que antecederam a independência política do Brasil foram marcados por uma multiplicidade de interesses, tendências e projetos. Os acontecimentos desse período foram amplamente observados, relatados e analisados pela imprensa periódica à época. Dessa forma, a imprensa periódica se constituiu como uma “força ativa da história” (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 15), pois ajudou a dar forma aos eventos que registrou e propagou para diferentes localidades, os quais marcaram os momentos iniciais do Império do Brasil.

As atividades da imprensa periódica na América portuguesa se iniciaram em 1808, quando o então príncipe regente D. João VI autorizou a publicação, pela Imprensa Régia, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sob direção do Frei Tibúrcio José da Rocha. Esse jornal entrou em circulação a partir de 10 de setembro de 1808 e demonstrou, desde o início, ser um periódico mais voltado para os acontecimentos europeus do que para os acontecimentos locais, tendo se constituído como um veículo oficial do governo sem grandes atrativos para o público leitor (SODRÉ, 1966).

²¹ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

²² Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

²³ “Maroto”, “marinheiro”, era uma forma pejorativa utilizada para indicar os portugueses natos naquele período. No Dicionário da Língua Brasileira (1832, p. 699), escrito por Luiz Maria da Silva Pinto, *maroto* significava “vil, aquele que se porta mal, descortês”; muito próximo do termo: “indivíduo capaz de ações vis, canalhas, condenáveis; ladino, vivo, malandro”. Cf.: HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1.250.

Em Londres, desde 1º de junho de 1808, já circulava o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa. Suas edições chegavam, clandestinamente, em solo americano entre 1808 e 1822. Apesar de também possuir caráter monarquista, o *Correio Braziliense* criticava abertamente as ações da Corte joanina no Brasil, pois estava livre da censura imposta pela Coroa em territórios aos quais detinham domínio.

O segundo jornal publicado na colônia foi *A Idade d'Ouro do Brazil*. O referido jornal começou a circular em Salvador em 14 de maio de 1811 e, assim como no Rio de Janeiro, a censura política também se fez presente através das ações do Conde dos Arcos, então governador da Bahia, o qual elaborou algumas diretrizes que deveriam nortear o redator do periódico: dentre os princípios a serem seguidos, ressaltou que as notícias políticas deveriam ser tratadas “sempre de maneira mais singela, anunciando simplesmente os fatos, sem interpor quaisquer reflexões que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública” (CASTRO, 1969, p. 27).

As transformações das estruturas políticas portuguesas irradiadas pelo movimento vintista português marcaram a trajetória da imprensa e da vida política no império luso-brasileiro a partir de agosto de 1820. O movimento liberal-constitucional iniciado na cidade do Porto (1820) resultou na instalação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Estas reuniram representantes de todas as partes do Império português, incluindo deputados do Reino do Brasil, com a pretensão de elaborar uma constituição liberal. Sua instalação em 26 de janeiro de 1821 apresentava um

[...] duplo aspecto: ao mesmo tempo que significou um ato revolucionário, pois se tratava de criar um conjunto de leis modernas [...], articulou-se-lhe também um caráter de *regeneração* da nação portuguesa, um sentido de busca de antigos valores e instituições perdidos, cuja recuperação era tida como uma saída da crise atravessada pelo Império. (PIMENTA; SLEMIAN, 2003, p. 50-51).

Os líderes da chamada “Revolução do Porto”, seguindo os preceitos do liberalismo português, decretaram a liberdade de imprensa em todos os territórios que compunham o Império português em 21 de setembro de 1820. Tal decreto foi ratificado pelo rei D. João VI em 26 de fevereiro de 1821, com a suspensão da censura prévia que existia em todos os jornais e periódicos.

Para Pimenta e Slemian (2003), a ampliação da possibilidade de livre expressão por meio da imprensa forneceu materialidade a amplos debates públicos sobre assuntos políticos. O principal combustível desses debates foi a luta entre setores políticos que, com a chegada da revolução no Brasil, tomaram diferentes posicionamentos e buscaram soluções diversas para os impasses que vieram à tona. Nesse contexto de efervescência política e de intensos debates públicos nos dois lados do Atlântico, dois jornais que marcariam o processo da Independência do Brasil na Bahia começaram a circular: o *Semanário Cívico* e o *Diário Constitucional* (depois *O Constitucional*).

11.1 O que disse a imprensa sobre o processo de Independência do Brasil

O *Semanário Cívico* circulou na Bahia entre 1821 e 1823 e teve como único redator o comerciante Joaquim José da Silva Maia, natural da cidade do Porto, berço do liberalismo português. O *Semanário* tinha como desígnio “não só instruir o povo e dirigir-lhe a opinião para os verdadeiros princípios constitucionais”, além de “desmascarar a impostura” e “fazer calar a calúnia” sobre os cidadãos honrados (*Semanário Cívico*, 1821, p. 3) Defensor do sistema monárquico e da atuação das cortes constituintes de Lisboa, posicionou-se contra movimentos emancipacionistas republicanos (e radicais) ainda em 1821:

Haverá ainda malvados que procuram espalhar a cizânia, querendo com pérfidas e refalsadas sugestões renovar entre nós vergonhosas e pueris rivalidades? Que vergonha! Que opróbrio! Quais seriam seus fins? Por ventura se separarem-se de Portugal, estabelecerem alguma quimérica República de Platão, cujos resultados seriam uma guerra civil, e por fim sermos presa de alguma potência estrangeira. (*Semanário Cívico*, 1821, p. 2).

A ênfase dada por Silva Maia em ser contrário ao estabelecimento de uma república, como estava acontecendo nos processos de independência política da América espanhola, reflete seu temor diante de uma luta fratricida que deixasse o reino do Brasil suscetível à invasão de “alguma potência estrangeira”, possivelmente a Inglaterra. Meses depois, ao comentar a repercussão dos decretos das Cortes lisboetas de setembro e outubro de 1821 que extinguíam o Reino do Brasil e ordenavam o retorno do príncipe regente D. Pedro I para Portugal, o *Semanário Cívico* demonstrou sua lealdade às Cortes e à defesa de um único centro de poder para todo o império:

Tal era a agitação em que se achava os habitantes do Rio de Janeiro, quando chegou aquela cidade o decreto das Cortes que ordenavam a retirada do príncipe e a abolição dos tribunais. Esta deliberação do Soberano Congresso não parecia estranha aos verdadeiros constitucionais, que juraram nas Bases a indivisibilidade da monarquia e que julgavam absurdo haver dois Poderes Executivos, um no Brasil, outro em Portugal. (*Semanário Cívico*, 1822, p.1).

O *Semanário Cívico* era partidário da manutenção dos vínculos das províncias do Brasil a Portugal e contrário à existência de uma monarquia dual, com dois centros políticos: um em Lisboa e outro no Rio de Janeiro. Seu redator temia a restauração do absolutismo por parte do príncipe-regente. Após a permanência de D. Pedro I em solo americano, no chamado “Fico”, de 09 de janeiro de 1822 — em que ganhou força a ideia de um centro de poder no Rio de Janeiro —, o *Semanário Cívico* declarou:

Todos finalmente têm bem fundados receios que, ficando S.A.R. no Rio de Janeiro e estabelecendo Cortes a seu jeito, se não restabeleça o antigo despotismo, por que os figurantes na cena atual podem muito facilmente iludir um jovem e inexperiente príncipe. [...]

Temos anunciado por mais vezes nesta folha o plano dos áulicos do Rio de Janeiro [...]. A separação do Brasil é seu fito para restabelecerem o antigo despotismo. Seus projetos seriam infrutíferos (como esperamos que os não realizarão), se não tivesse a astúcia de seduzirem um inexperiente príncipe. (*Semanário Cívico*, 1822, p. 01).

A decepção aumentou ainda mais quando o príncipe D. Pedro I decretou, em 03 de junho de 1822, a convocação de uma Assembleia Constituinte com representantes de todas as províncias, o que, no entendimento do redator do periódico, seria um caminho sem volta:

S.A.R., iludido pelos áulicos, havia dado os últimos passos para a independência do Brasil, decretando a convocação de uma Assembleia Legislativa e Constituinte dos povos deste continente. (*Semanário Cívico*, 1822, p. 04).

Para o *Semanário Cívico*, a ruptura do Império luso-brasileiro não seria benéfica nem às províncias do Brasil nem a Portugal. No entanto, a existência de um centro de poder no Rio de Janeiro teve seus defensores na imprensa baiana, o que podemos constatar em o *Diário Constitucional*. Segundo Sodré (1966), o *Diário Constitucional* foi o primeiro periódico a defender os interesses do Reino do Brasil, tendo começado a circular em Salvador em 04 de agosto de 1821. Foram redatores desse jornal: Francisco José Corte-Real (depois Corte-Nacional e, por fim, Corte-Imperial), Eusébio Valério, José Avelino Barbosa e Francisco Gomes Brandão (posteriormente Francisco Gê Acayaba de Montezuma). A circulação desse periódico foi possível graças ao fim da censura, tendo se tornado “uma voz dissonante [que] se fez ouvir no meio de um coro apologético das Cortes de Lisboa” (SILVA, 2011, p. 07).

Seja como *Diário Constitucional* ou *Constitucional*, o periódico se manteve leal ao príncipe regente D. Pedro I. No entanto, enquanto esteve em circulação, não defendeu a independência política do Brasil, mas o vínculo da Bahia com o Rio de Janeiro, sendo este último como o centro político e administrativo do reino com D. Pedro I enquanto regente:

é útil ao Brasil um ponto central de pública administração, de onde demandem as providências necessárias a manter a unidade das partes competentes deste vasto e riquíssimo reino. (*Diário Constitucional*, 1822, p. 1).

O *Diário Constitucional* ainda apoiou a criação de uma Assembleia Legislativa no Brasil que tivesse o poder de sancionar as leis elaboradas pelas Cortes de Lisboa:

o centro de administração pública do Reino do Brasil deve ter todas as atribuições do centro ou poder executivo do Reino de Portugal e Algarves. Se a este cumpre inspecionar as Cortes com a sanção das leis gerais e particulares destes reinos, a este deve de competir primeiro o mesmo direito a respeito das leis que direta e peculiarmente se dirigem ao Brasil para nele se executarem. Não se julguem impraticável tal sanção, presumindo-se não poderem haver leis que só e tão somente respeitem ao Brasil. [...] é mais do que claro que o Brasil necessita de legislação própria, por ventura em muitos respeitos diferente da que convém a Portugal. (*Diário Constitucional*, 1822, p. 02).

Nas condições apresentadas pelo *Diário Constitucional*, configurava-se uma monarquia dual, defendendo a união entre os dois reinos sem a existência de sujeição do Brasil a Portugal. A autonomia que se propunha para o Reino do Brasil se fazia presente também na arrecadação dos impostos e na aplicação dos recursos:

O Brasil deve ter um Erário, chamado deste Reino, onde sejam recolhidas todas as suas rendas públicas e de onde só sairá dinheiro para satisfazer as nossas precisões e comum utilidade. (*Diário Constitucional*, 1822, p. 2).

É importante ressaltar que ambos os periódicos baianos, enquanto circularam, rejeitaram a adesão à independência política do Brasil. Cada um a seu modo, eles defenderam a manutenção dos vínculos com Portugal, diferenciando-se apenas pela defesa da existência política do Reino do Brasil com o príncipe D. Pedro I como seu regente.

11.2 A imprensa na sala de aula

O acesso a jornais e revistas dos séculos XIX e XX, até recentemente, estavam restritos a bibliotecas e arquivos públicos e particulares. No entanto, a digitalização dos acervos permitiu o livre acesso através de portais e sites. Atualmente, grande parte dessa documentação pode ser encontrada na Hemeroteca Digital Nacional, da Biblioteca Nacional.

Para a realização de uma atividade com uso de jornais relacionados ao processo de independência política em sala de aula, sugerimos a seguinte sequência didática:

- a) Imprima algumas edições dos jornais utilizados neste capítulo ou outros de sua cidade (caso os estudantes tenham acesso à internet na escola ou em casa, demonstre como realizar o acesso);
- b) Oriente os estudantes a utilizarem o dicionário para ampliação do vocabulário referente aos termos e às expressões desconhecidas e, em seguida, registrarem no caderno;
- c) Proponha aos estudantes a elaboração de um quadro comparativo, conforme modelo:

Jornal	Província	Circulação	Posicionamento político	Trechos dos periódicos que comprovem o posicionamento político
Semanário Cívico	Bahia	1821–1823	*Monarquia Constitucional unitária *Poder político concentrado nas Cortes	“Tal era a agitação em que se achava os habitantes do Rio de Janeiro, quando chegou aquela cidade o decreto das Cortes que ordenavam a retirada do príncipe a e abolição dos tribunais. Esta deliberação do Soberano Congresso não parecia estranha aos verdadeiros constitucionais, que juraram nas Bases a indivisibilidade da monarquia e que julgavam absurdo haver dois Poderes Executivos, um no Brasil, outro em Portugal” (<i>Semanário Cívico</i> , 1822, p. 1).
Diário Constitucional I	Bahia	1821–1822	*Monarquia dual *Existência de dois centros de poder político	“O centro de administração pública do Reino do Brasil deve ter todas as atribuições do centro ou poder executivo do Reino de Portugal e Algarves” (<i>Diário Constitucional</i> , 1822, p. 03).

d) Por fim, destaque as ideias, os posicionamentos e os projetos políticos em disputa. Na avaliação, discuta a complexidade das respostas e a sua completude.

Dessa forma, seguindo todos os passos anteriores, a atividade permitirá aos estudantes em contato com os periódicos desenvolverem um pensamento crítico em relação ao texto dado, além de transpor para o seu cotidiano, quiçá para a vida.

11.3 Fontes

Diário Constitucional. Salvador, 23 de março de 1822, p. 1.

Diário Constitucional. Salvador, 27 de março de 1822, p. 2.

Diário Constitucional. Salvador, 1º de abril de 1822, p. 2.

Semanário Cívico. Salvador, 12 de julho de 1821, p. 2.

Semanário Cívico. Salvador, 02 de agosto de 1821, p. 3.

Semanário Cívico. Salvador, 21 de fevereiro 1822, p. 1.

Semanário Cívico. Salvador, 27 de junho 1822, p. 01;04.

11.4 Referências

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (org.). *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775–1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PIMENTA, João Paulo Garrido; SLEMIAN, Andrea. *O nascimento “político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808–1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Diário Constitucional: um periódico baiano defensor de D. Pedro – 1822*. Salvador: Edufba, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

12. A Constituição imperial

Glauber Miranda Florindo²⁴

Podemos dizer que desde 1808 o Brasil não era uma colônia portuguesa (DIAS, 2005). Com a transferência da família real para o Brasil, a Corte do império colonial português ficou lotada no Rio de Janeiro. A chegada da Corte portuguesa imprimiu importantes transformações no cotidiano do Brasil, umas delas ocorreu ainda em 1808: a abertura dos portos do Brasil a todos os países que mantinham uma relação de “paz e harmonia” com a Coroa Portuguesa (MATTOS; ALBUQUERQUE, 1991).

Tal medida, somada aos tratados de aliança e amizade, bem como aos tratados de comércio e navegação, firmados com a Inglaterra em 1810, deram grande vantagens fiscais aos ingleses, em detrimento, inclusive, dos comerciantes portugueses (MOTA; NOVAIS, 1986; MATTOS; ALBUQUERQUE, 1991), que viram encerrada a possibilidade de atuarem como intermediários no comércio colonial. Assim, Portugal, que sofria com diversos problemas econômicos em decorrência das guerras napoleônicas, teve sua crise ainda mais acentuada pelo tratado de 1810 (DIAS, 2005).

Em 12 de dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à condição de reino, compondo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com a derrota de Napoleão, os regimes monárquicos tiveram de aceitar, por meio de Cartas Constitucionais, limites impostos aos poderes dos seus reis (PIMENTA; SLEMIAN, 2003). Se na Europa as Constituições, outorgadas ou não, preservaram as monarquias, na América, as novas nações — Peru, Paraguai, México, Chile, Colômbia etc. — rumavam para arranjos republicanos. Para afastar a ameaça de tal possibilidade, D. João VI elevou o Brasil à condição de Reino Unido, reforçando a unidade do império português (PIMENTA; SLEMIAN, 2003).

A presença da família real no Rio de Janeiro e as transformações ocorridas a partir de sua chegada foram muito bem acolhidas na região Centro-Sul pelas classes dominantes e por suas frações. No entanto, em outras regiões do Brasil, a situação foi outra. O aumento das tributações não agradava os proprietários de terras, os proprietários de escravos e os comerciantes, uma vez que o ônus dos impostos não trazia junto o bônus da proximidade com a Corte (MATTOS; ALBUQUERQUE, 1991).

Em 1820 eclodiu a Revolução Liberal do Porto. Os revolucionários tinham duas principais exigências: uma Constituição liberal e o retorno da família real portuguesa, a fim de recolocar Portugal no centro político e administrativo do Império. A Revolução do Porto logo repercutiu no Brasil, sobretudo, no que dizia respeito ao constitucionalismo (SCHWARCZ; STARLING, 2015). As classes dominantes de diversas regiões do país viam com muito bons olhos a ideia de uma Constituição que limitasse o poder da monarquia e desse a eles a possibilidade de representação por meio de uma assembleia legislativa (PIMENTA; SLEMIAN, 2003).

No entanto, os deputados que foram para Lisboa com o dever de representar os interesses do reino do Brasil logo entraram em conflito com os portugueses que defendiam a

²⁴ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Área de História do Brasil e da África da Universidade do Estado de Minas Gerais (UFMG). E-mail: glauber.florindo@uemg.br.

subordinação direta das províncias ultramarinas, isto é, do Brasil a Portugal (MOTA; NOVAIS, 1986). Frente às pressões portuguesas, D. Pedro I anunciou, em 03 de junho de 1822, uma Constituinte brasileira, por sua vez, em 15 de julho do mesmo ano, parte da deputação brasileira apresentou um projeto de artigos adicionais nas cortes. A proposta residia na existência de dois congressos, mantendo a autonomia do Brasil e sua união com Portugal. O projeto foi rechaçado, e as tensões da Corte portuguesa com D. Pedro I alcançaram seu ápice (BONAVIDES, 2000). Assim, em 07 de setembro de 1822, o Príncipe Regente declarou a separação do Brasil de Portugal.

A Constituinte foi instalada em 1823, dela resultou um projeto de Constituição que atribuiria um arranjo liberal à monarquia brasileira e limitaria o poder do imperador, retirando dele o controle das forças armadas e a possibilidade de vetar de forma definitiva as leis promulgadas pelo parlamento e de dissolvê-lo (MOTA; NOVAIS, 1986). O imperador, insatisfeito com os rumos do projeto e com as disputas entre grandes comerciantes portugueses e grandes proprietários de terras e escravos, fechou a Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823. Em 17 de dezembro de 1823, o projeto elaborado pelo conselho do imperador foi remetido para as todas as câmaras municipais das províncias do império. Em 25 de março de 1824, D. Pedro I outorga a primeira Constituição do Brasil, um documento que atendia aos anseios dos liberais, mas que garantia a autoridade do monarca (FLORINDO, 2014).

O caráter centralizador e autoritário da Constituição de 1824 deixou as diversas frações das classes dominantes, de várias regiões do Brasil insatisfeitas. Um exemplo desse descontentamento pode ser ilustrado com a Confederação do Equador, movimento que eclodiu em Pernambuco. Os revoltosos rejeitaram a carta outorgada e fundaram uma república que deveria reunir as províncias do Norte. Todavia, o movimento foi violentamente reprimido a mando de D. Pedro I (MATTOS; ALBUQUERQUE, 1991).

12.1 O que disse a imprensa sobre a Constituição imperial

Os fragmentos transcritos²⁵ a seguir são exemplos dos posicionamentos dos atores sociais e políticos sobre o fechamento da Constituinte e a outorga da Carta de 1824. A primeira transcrição consiste em uma análise publicada em um jornal mineiro sobre o projeto remetido por D. Pedro I às câmaras municipais, do que veio a ser a Constituição de 1824.

No fragmento, é possível observarmos como parte da imprensa da região Centro-Sul (Minas Gerais no caso em tela) recebeu de forma auspiciosa a outorga da Carta de 1824. O segundo fragmento demonstra as movimentações das tropas da Corte em direção a Pernambuco a fim de lutarem contra os revoltosos da Confederação do Equador. Outro aspecto interessante a ser analisado diz respeito à forma como é tratada a figura do imperador na notícia. A terceira e última transcrição representa o posicionamento dos revoltosos da Confederação do Equador em Pernambuco, uma vez que foi redigido por Frei Caneca, uma das lideranças do movimento no seu jornal.

²⁵ As transcrições foram feitas respeitando a pontuação e a utilização de letras maiúsculas dos originais, no entanto, fizemos a adequação da ortografia para a norma atual.

Uma leitura mais atenta do Pacto fundamental, apresentado ao Seu Povo pelo Augusto Imperador D. Pedro, nos tem feito melhor sentir a extraordinária perfeição daquela obra, que faz por certo, muita honra, tanto ao Monarca, que apresentou as bases dela, como aos digníssimos Conselheiros, que sobre elas levantaram tão nobre, e tão regular é difícil ponto [...]. Não temos, todavia o tempo de examiná-la analiticamente artigo por artigo; mas queremos dar desde já aos nossos leitores sobre a obra mesma em geral. [...]. O título 3º trata dos Poderes, e da Representação Nacional. Este título consagrado o imenso, e fundamental melhoramento da de visão do Poder Real de que falaremos logo. O Artigo 12º consagra tão bem a verdade eterna, que todos os Poderes emanam da Nação. Glória eterna ao Jovem Monarca, que tomando a iniciativa, e apresentando-o ele mesmo uma Constituição, não duvidou em proclamar nobremente a face do Seu Povo este verdadeiro princípio de qualquer organização social. (*Abelha do Itaculumy*, 1824, p. 2).

Antes de ontem teve lugar o embarque da terceira Brigada do Exército em expedição contra os Rebeldes Pernambucanos [...]. Desde o raiar do dia estava a terceira Brigada formada no Campo da Aclamação. Logo depois apareceu nele S. M. I.²⁶ com Sua Comitiva, e foi Recebido entre vivas mil vezes repetidos ao Imperador Constitucional do Brasil. [...]. Achando que, graças ao cuidado do Sr. inspetor, tudo estava pronto, e na melhor ordem possível, voltou S. M. I. pelas ruas Direita e do Ouvidor, passando então entre as filas da coluna atualmente em marcha. Bem fácil era conhecer a satisfação interior que causava à S. M. I. a aparência ao mesmo passo marcial e alegre, daquela brava tropa. [...]. Às 9 horas pouco mais ou menos voltou S. M. I. ao Arsenal a fim de presidir Ele mesmo ao embarque. Sua Augusta presença causou tanto na tropa como nos numerosos espectadores espalhados dentro do Arsenal e até mesmo na muita gente amada suave no morro de São Bento, o mais vivo entusiasmo que se patenteou com vivas enérgicos ao Imperador Constitucional. (*O Spectador Brasileiro*, 1824, p. 1).

Nós queremos uma Constituição feita pela nação soberana; o ministério²⁷ um projeto feito por ele, que não tem soberania. Nós queremos cortes, que nos constituam, como é da natureza das coisas e S. M. confessou, anuiu e jurou; o ministério nos quer constituir sem cortes, contra a natureza do sistema adotado e jurado, e contra os sentimentos, confissão e juramentos de S. M. [...]. Nós queremos dar

²⁶ Sua Majestade Imperial.

²⁷ Foi bastante comum no decorrer do Primeiro Reinado a crítica ao imperador ser desviada para os seus ministros. Essa era uma estratégia para que a crítica não fosse direcionada diretamente ao monarca.

um juramento, que nos una indissolúvel e eternamente com o nosso chefe supremo, por um dever de consciência; o ministério quer que juremos com os lábios, obrigados da fome, da miséria, e com o medo das baionetas do Rio. [...]. Nós queremos uma Constituição que afiance e sustente a nossa independência, a união das províncias, a integridade do Império, a liberdade política, a igualdade civil, e todos os direitos inalienáveis do homem em sociedade; o ministério quer, que à força de armas aceitemos um fantasma ilusório e irrisório da nossa segurança e felicidade. (*Thyphis Pernambucano*, 1824, p. 2).

12.2 A imprensa na sala de aula

Podemos perceber com as transcrições da seção anterior que a imprensa nunca foi neutra no debate político, representando os interesses das frações da classe dominante e suas clivagens regionais. Assim, uma proposta de análise comparativa a respeito das opiniões dos jornais sobre a Constituição de 1824, considerando as regiões e os editores desses periódicos nos parece promissora. Dessa forma, os alunos poderão pensar os diferentes posicionamentos da imprensa do século XIX e pesquisar notícias de jornais da atualidade, a fim de perceber as diferenças de abordagem e de posicionamento político.

Outra proposta é uma pesquisa sobre a sociedade brasileira daquele período, considerando a população livre, liberta e escravizada, assim como a porcentagem da população que era alfabetizada e, por consequência, teria acesso aos jornais. Em seguida, com esses dados em mãos, o professor pode trabalhar com os alunos os títulos II (Dos Cidadãos Brasileiros) e VI (Das Eleições) da Constituição de 1824, a fim de pensar qual era a visão dos jornais a respeito desses itens, e quais eram as críticas, propostas e reivindicações da Confederação do Equador em relação A Carta outorgada.

12.3 Fontes

Abelha do Itaculomy. Minas Gerais, 14 de janeiro de 1824, p. 2.

O Spectador Brasileiro. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1824, p. 1.

Thyphis Pernambucano. Pernambuco, 3 de junho de 1824, p. 2.

12.4. Referências

BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 155–176, 2000.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FLORINDO, Glauber Miranda. *Roupas velhas ou novas: as câmaras municipais no processo de construção do Estado imperial brasileiro (Mariana, 1828–1834)*. 2018. Tese (Doutorado em História) — Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MOTA, Carlos Guilherme; NOVAIS, Fernando Antônio. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1986.

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luiz Affonso Seigneur de. *Independência ou Morte: a emancipação política do Brasil*. São Leopoldo: Atual, 1991.

PIMENTA, João Paulo Garrido; SLEMIAN, Andréa. *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808–1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

13. Confederação do Equador

Jeffrey Aislan de Souza Silva²⁸

A adesão ao projeto de independência das elites do Rio de Janeiro em Pernambuco foi concretizada em setembro de 1822. Alguns grupos da província só aderiram ao intento graças à concordância do estabelecimento de uma monarquia constitucional e à possibilidade da manutenção de pautas federalistas, como a continuação das juntas governativas, instituídas em 1820–1821, por determinação das cortes de Lisboa. Contudo, medidas tomadas pelo governo imperial já em 1823, como a aprovação da lei de criação dos presidentes de província e a formação dos conselhos de governo, desagradaram os interesses dos favoráveis às pautas federalistas, pois retiravam das províncias o poder de escolherem os governantes locais, restabelecendo essa competência ao Rio de Janeiro.

Além desses fatores, ainda naquele ano, o fechamento da Assembleia Constituinte, efetivado por D. Pedro I e seus aliados, foi interpretado como mais um golpe aos interesses autonomistas da facção federalista da província de Pernambuco. Ainda em dezembro de 1823, o Frei Joaquim do Amor Divino Caneca iniciou a publicação de um periódico intitulado *Typhis Pernambucano*, no qual passou a denunciar o fechamento da Assembleia Constituinte e a apresentar críticas às medidas centralistas advindas do imperador.

No mesmo período, alguns grupos passaram a rivalizar pela condução política da província de Pernambuco, que naquele momento estava sob o controle da Junta dos Matutos, estabelecida em setembro de 1822 e formada por senhores de terra da zona da mata sul de Pernambuco. Em 13 de dezembro 1823, a Junta organizou uma reunião com a presença de autoridades importantes para decidir os rumos políticos da província. Com o apoio das câmaras de Recife e Olinda, o Conselho decidiu instituir uma nova junta, comandada pelo comerciante Manuel de Carvalho Paes de Andrade e composta por homens como Frei Caneca e José da Natividade Saldanha, todos ex-participantes da Revolução Pernambucana de 1817 (CARVALHO, 1998; SILVA, 2008).

Os matutos não aceitaram a decisão e, por isso, recorreram a D. Pedro I para revertê-la. A nova junta, presidida por Paes de Andrade, também enviou emissários ao imperador para referendar o novo governo. Mas, como argumentou Marcus Carvalho (1998, p. 15), “Pedro sabia quem eram seus aliados” e encaminhou uma carta régia estabelecendo Francisco Paes Barreto, o morgado do Cabo, ex-presidente da Junta dos Matutos, como presidente de província.

Contudo, em nova reunião das elites da província, ocorrida em 03 de fevereiro de 1824, a maioria se recusou a dar posse a Paes Barreto. Como resistência, os matutos instituíram outro governo, sediado na vila do Cabo, sul da província de Pernambuco. Em 07 de abril de 1824, Frei Caneca argumentou que ceder a presidência da província a Paes Barreto seria como legitimar as ações centralistas e anticonstitucionais do imperador (CARVALHO, 1998; SILVA, 2008).

Em 06 de maio, a junta de Manuel de Carvalho Paes de Andrade discutiu o envio de forças militares para desmobilizar o governo de Paes Barreto. Entre maio e junho, os ânimos se

²⁸ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEDUC/PE).

acirraram devido às críticas e às ações do imperador, bem como à apresentação do projeto de Constituição, enviado para ser legitimado pelas câmaras das vilas da província. Natividade Saldanha ainda questionava o projeto político das elites imperiais, pautado por um “pérfido projeto constitucional”. A junta de Paes de Andrade ainda tentou uma última negociação com o governo imperial, mas sem efeito. Cessadas as tentativas, e sem o interesse em entregar o governo da província aos aliados de D. Pedro I, senhores de terra de Recife e Olinda liderados por Manoel de Carvalho Paes de Andrade enviaram forças militares para derrubar o governo de Paes Barreto. Os matutos se retiraram para Alagoas esperando a chegada das forças militares que viriam do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1998; SILVA, 2008).

Em 02 de julho de 1824, tinha início a Confederação do Equador, nome atribuído ao movimento devido à proximidade geográfica do território com a Linha do Equador. O movimento contou com a adesão das províncias da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Assim como ocorrido na Revolução de 1817, os interesses de grupos políticos e militares da região, contrários às decisões e às ações advindas do Rio de Janeiro, uniu-os em torno de mais um projeto federalista e com feições republicanas. O imperador reagiu rapidamente, enviando forças armadas para conter o levante. Em 12 de setembro, após a capitulação das províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e mesmo com a resistência do Ceará, a Confederação do Equador terminava. Manuel de Carvalho Paes de Andrade, reconhecido como a principal liderança do movimento, fugiu com sua família para a Inglaterra. Frei Caneca, também apontado como uma grande liderança, foi executado.

Segundo o historiador Luiz Geraldo Silva (2008), as intenções dos participantes do movimento não eram constituir um novo Estado e “esquartejar o império”. Os integrantes, como Frei Caneca, almejavam reestabelecer o pacto constitucional instituído na independência e apresentar um outro projeto de organização do Estado, contrário àquele que estava sendo estabelecido pelas elites do centro-sul do império.

13.1 O que disse a imprensa sobre a Confederação do Equador

Brasileiros. A salvação da honra, da pátria, e da Liberdade, a defesa de nossos imprescritíveis, e inalienáveis direitos de Soberania; instam, urgem, e imperiosamente comandam, que com laços da mais fraterna, estrita união, nos prestamos recíprocos auxílios, para nossa comum defesa.

É inato no coração do homem o desejo de ser feliz, e este desejo com princípio de toda a sociabilidade, e bebido na natureza, e na razão, que são imutáveis: para preenchê-lo é indispensável um Governo, que dando expansão, e coordenando todos os seus recursos, eleve os associados àquele grau de prosperidade grandeza, que lhe estiver destinado nos planos da Providência, sempre disposta em favor da humanidade. Reconhecendo estas verdades eternas, adotamos o sistema de Governo Monarca-Representativo, e começamos nossa Regeneração Política pela solicitude de uma Soberana Assembleia Constituinte, de escolha, e confiança. [...]

Brasileiros: salta aos olhos a negra perfídia; são patentes os reiterados perjúrios do imperador; e está conhecida nossa ilusão ou engano, em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As Constituições, as Leis, e todas as instituições humanas, são feitas para os Povos, e não os povos para elas. Eia pois, Brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos: o sistema Americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligarcas, só cabidas na encanecida Europa. (*O Spectador Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº XV, segunda-feira, 2 de agosto de 1824, p. 3.).

Nossas conjecturas sobre Pernambuco, se vão realizando; Manoel de Carvalho tem de todo tirado a máscara, e não contente com os males em que tem envolto uma das mais belas, e ricas províncias do Brasil, neles também nos quer submergir!!! A retirada do bloqueio, muito animou, e julgando tudo prestes a subir aos seus desígnios, envia emissários para todas as Províncias do Norte, a fim de nelas propagar as infernais ideias que tanto ocupam o seu esquentado cérebro. Fez mais ainda; sem saber da vontade das Províncias do Norte, persuade aos pernambucanos que o seguem, que todas elas estão de comum acordo, e querem fazer um novo estado com o título de Confederação do Equador!

Entusiasmado como esta lembrança pretende convocar uma Assembleia Constituinte, e um Conselho Supremo, para dirigir os negócios desta Nova República! Não param aqui os crimes do malvado convida; a todos quantos portugueses há inimigos declarados do Brasil para coadjuvar nesta tão grande empresa, ao mesmo tempo que permite a canalha pernambucana que o cerca, o poder assassinar aqueles que aqueles pacíficos fazem parte da nossa sociedade. (*Grito da Razão*, 1824, p. 01).

Achando-se a integridade deste império ameaçada pela desastrosa rebeldia, e facção de alguns habitantes de Pernambuco, desgraçadamente alucinados pelo rebelde Manoel de Carvalho Paes de Andrade, chefe da mesma, que temerariamente usou proclamar a desmembração daquela província do Império, e outras do Norte, a título de Confederação do Equador, como se manifesta das suas pérfidas, incendiárias, revolucionárias, e malvadas proclamações, dirigidas aos habitantes da mesma, e mais Províncias, chegando até a atacar a Minha Pessoa, a Suprema Autoridade, e a proibir que se jurasse o liberal Projeto da Constituição pedido, e jurado pelas mais

Províncias do Império; e sendo em tão críticas circunstâncias de absoluta necessidade tomarem-se as mais enérgicas, e eficazes medidas para se restabelecer a segurança pública, que é sempre a primeira Lei dos Estados, restituir aquela bela província a sua primitiva tranquilidade, e livrá-la da anarquia que devora, e consolidar a união das mais. (*Abelha do Itaculumy*, 1824, p. 01).

13.2 A Imprensa na sala de aula

Como argumenta Kátia Abud (2013), o ensino de História tem papel importante, pois contribui para a formação do cidadão e possibilita que os alunos compreendam a sociedade de forma crítica. Diante disso, a Confederação do Equador se configura como um evento importante, pois, através de sua análise, os alunos podem compreender posicionamentos e posturas críticas em relação aos espaços de poder instituídos no processo de construção do Estado brasileiro.

Para tanto, é importante que o professor, ao explicar o processo de separação política do Brasil e Portugal, leve em consideração que os eventos que desencadearam na independência foram resultados de escolhas, alianças e projetos político-sociais construídos e pautados por interesses diversos nas várias partes das vilas e das províncias. Em outras palavras, não foi uma contingência na qual o Brasil estava fadado a se tornar independente. A partir dessa compreensão, é possível analisar a Confederação do Equador como uma tentativa de apresentar e construir um projeto de sociedade pautada nos valores constitucionais firmados ainda em 1822.

Além disso, a partir das narrativas captadas pelos jornais da época, presentes no Manifesto da Confederação do Equador, na argumentação de Clemente Ferreira França e no periódico *O Grito da Razão*, o professor pode solicitar que os alunos apreendam ideias e propostas de Estado, bem como críticas a essas propostas. A partir da atividade desenvolvida pelos alunos, o professor pode explorar, através do diálogo com os conceitos e categorias presentes nos textos (governo monarca-representativo, regeneração política, constituição, povo, revolucionário, incendiário, liberal, etc.), os múltiplos usos que esses conceitos e categorias assumiram diante de interesses e projetos políticos envolvidos no processo de construção do Estado brasileiro.

13.3 Fontes

Abelha do Itaculumy. Minas Gerais, 13 de agosto de 1824, p. 01.

O Spectador Brasileiro, Rio de Janeiro, nº XV, segunda-feira, 2 de agosto de 1824, p 03.

Grito da Razão. Bahia, 23 de julho de 1824, p. 01.

13.4 Referências

ABUD, Kátia. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. Cavalcantis e Cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817–1824. *Revista Brasileira de História (ANPUH)*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331–365, jan./jul. 1998.

SILVA, Luiz Geraldo. Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas “Províncias do Norte”. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 158, p. 199–216, jan./jul. 2008.

13.5 Para saber mais

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.

FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

14. A Guerra da Cisplatina

Jonas Moreira Vargas²⁹

Os conflitos entre portugueses e espanhóis na Bacia do Rio da Prata foram comuns desde o século XVI. Guerras, tratados e negociações diversas colocaram parte da região ora sob o domínio de uma Coroa, ora sob o domínio de outra. Com a conquista das missões orientais (no atual noroeste do Rio Grande do Sul), levadas a cabo pelos portugueses em 1801, os limites daquela fronteira imperial colocavam do lado português a Capitania do Rio Grande do Sul e, do lado espanhol, a “Banda Oriental”, que corresponderia hoje ao território da República do Uruguai. Tratava-se de uma região rica em pastagens e rebanhos de gado, mas a sua jurisdição ainda estava longe de ser resolvida, uma vez que o processo de independência dessas colônias (1808–1828) trouxe uma diversidade de projetos políticos, conflitos de soberania e definições de fronteiras bastante complexos (PIMENTA, 2002; PRADO, 2010).

Em meio a esse processo, em 1816, o exército luso-brasileiro invadiu a Banda Oriental para travar uma guerra contra Jose de Artigas, que era o principal líder político e militar da região. Artigas possuía um projeto de reforma agrária bastante progressista para a época, distribuindo as terras de grandes proprietários opositores para a população mais pobre do interior. Um dos objetivos de Artigas era incorporar a metade oeste do Rio Grande do Sul à federação que ele presidia (a Liga Federal dos Povos Livres), mas seu exército foi derrotado e, posteriormente, a Banda Oriental acabou sendo anexada pelos portugueses como Província Cisplatina. O seu estatuto de Província permaneceu o mesmo após a independência do Brasil, em 1822, mas o território foi alvo de uma guerra entre os que queriam jurar lealdade ao novo Império do Brasil, liderados pelo General Carlos Lecor, e os que não queriam se separar de Portugal. Com a vitória dos primeiros, a Cisplatina foi a última província a aderir à causa da Independência, tendo o direito de eleger deputados e senadores para representarem-na junto à Corte do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2007).

Contudo, os próximos anos foram bastante conflituosos, uma vez que um grupo manteve firme a sua posição antibrasileira. Entre 1823 e 1824, o governo de Lecor desfavoreceu muitos comerciantes, estancieiros e saladeiristas orientais, muitos deles seus apoiadores na causa da Independência. Em 1825, rejeitando a dominação brasileira e defendendo a sua autonomia política e administrativa, um grupo liderado por Juan Antonio Lavalleja e formado por antigos orientais seguidores de Artigas, rebelou-se contra as autoridades monárquicas. Eles entraram para a história como os “Trinta e Três Orientais”, pois diz a lenda que formavam uma coluna de 33 homens quando, vindos de Buenos Aires, invadiram a Banda Oriental para libertá-la do domínio brasileiro. Para levar adiante o movimento, Lavalleja contou com o apoio financeiro e militar de Buenos Aires. A declaração de independência assinada por ele e seus companheiros dizia que, a partir daquele momento, a Banda Oriental faria parte das Províncias Unidas do Rio da Prata. Como resposta, o Império do Brasil declarou guerra às Províncias Unidas.

²⁹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A Guerra durou cerca e três anos. A Marinha brasileira era superior à de Buenos Aires e estabeleceu um bloqueio naval que deu vantagens aos imperiais. Contudo, as táticas de cavalaria dos adversários garantiram importantes vitórias sobre o exército brasileiro, como nas batalhas de Sarandi (1825) e do Passo do Rosário (1827).

Na Cisplatina, muitos não queriam a separação, pois viam vantagens em permanecer unidos ao Império. No entanto, ao longo da guerra, o grupo daqueles que queriam romper seus laços com o Brasil foi aumentando. Além disso, ao longo das batalhas, Lavalleja começou a desconfiar que o pertencimento às Províncias Unidas não garantiria a desejável autonomia almejada por conta dos anseios centralistas dos unitários de Buenos Aires.

Contrária ao conflito e buscando pacificar a região para não sofrer prejuízos comerciais, a Inglaterra, representada pelas suas autoridades diplomáticas, buscou mediar uma paz entre o Brasil e as Províncias Unidas. As negociações foram muito demoradas, e a alternativa vencedora acabou reconhecendo, em 27 de agosto de 1828, a independência da província de Montevidéu, que meses depois veio a se tornar a República Oriental do Uruguai (WINTER, 2018).

Durante muito tempo, a história da guerra foi contada por ex-combatentes, memorialistas e pesquisadores diletantes. Seus escritos foram marcados por forte nacionalismo, estudos biográficos e criação de heróis e anti-heróis em ambos os lados do conflito, com destaque para os homens letrados ligados aos institutos históricos. No século XX, por sua vez, começou a ter destaque uma história militar tradicional, mais focada na narrativa das batalhas, nas estratégias de guerra, no deslocamento de tropas e no protagonismo dos generais. No Brasil, essa corrente contribuiu para a ideia de que a guerra acabou em um empate, buscando relativizar o fato de que o Império, na verdade, perdeu uma de suas províncias (LUFT, 2013).

Contudo, nas últimas décadas, os estudos acadêmicos realizados por historiadores profissionais foram ganhando terreno, contribuindo para uma maior renovação teórica e metodológica sobre o tema. No caso do Uruguai, já não se vê mais o início da rebelião oriental em 1825 como a fundação de um novo país, como queriam os escritores nacionalistas. Além disso, os estudos sobre o artiguismo e o seu legado na região, sobretudo para a construção de uma identidade oriental, tem sido renovado por diversos autores (FREGA & ISLAS, 2001; PIMENTA, 2002; CAETANO & RIBEIRO, 2013).

No caso da produção brasileira, temos tanto uma corrente vinculada à nova história militar, preocupada com a história social da guerra e toda a interação e conflitos entre os seus diversos agentes (RIBEIRO, 2005; MIRANDA, 2009; LUFT, 2013), quanto outra inspirada na História dos conceitos e no contextualismo, que pesquisou os periódicos brasileiros, portenhos e cisplatinos da época (PIMENTA, 2002; PEREIRA, 2007; WINTER, 2018). Tais estudos têm redimensionado profundamente a história da Guerra nos mais diversos aspectos.

14.1 O que disse a imprensa sobre a Guerra da Cisplatina

O processo de independência na América Latina contribuiu com a liberdade de imprensa e com a proliferação de impressos. Segundo Winter (2018), entre 1807 e 1821, Montevidéu teve seis jornais, e entre 1821 e 1828, a Província Cisplatina teve mais dezesseis jornais. Embora apresentassem um número de tiragens e uma periodicidade variáveis, no final da década de 1820, Buenos Aires e o Império do Brasil já possuíam dezenas de jornais, sem contar

os numerosos panfletos políticos. Aqui, optamos por transcrever alguns trechos dos jornais brasileiros a respeito da Guerra. No início de 1825, por exemplo, a imprensa brasileira manifestava desconfiança sobre as relações entre a Cisplatina e as Províncias Unidas do Rio da Prata, o que já indicava um cenário de possível conflito militar. De acordo com o *Diário Fluminense*:

A Província de Montevidéu, um dos limites naturais deste Império, é das que mais atenção deve merecer ao Governo de S. M., por ser aquela que mais exposta se acha a poder ser invadida pelo inimigo; não porque receamos ela o seja nas atuais circunstâncias de Buenos Aires; porém bom será lançarmos nossas vistas para o futuro. Temos visto cartas de Buenos Aires; e todas elas são conformes sobre o quanto trabalhava Buenos Aires para por em fomentação a Província Cisplatina; porém de todas a mais circunstanciada é a seguinte, que publicamos, não só para que o Governo de S. M. I. se previna, mas também para que os honrados habitantes de Montevidéu, contra quem se premedita o ataque, estejam alerta contra as tramas que se lhe urdem. (*Diário Fluminense*, 1825, p. 03).

Meses depois, com o início da guerra, a imprensa apoiadora de D. Pedro I tratava de informar os leitores sobre o conflito, destacando a mobilização militar contra os rebeldes e a necessidade de manter a Cisplatina como parte do Império. Contudo, a oposição atacava o governo, criticando decisões e derrotas ocorridas no conflito. A nomeação do General Lecor, por exemplo, foi um desses momentos em que as críticas mais se acentuaram. Segundo o *Farol Paulistano*:

Pouco diremos acerca da nomeação de Lecor para comandar o exército do Sul, mas traremos à consideração dos nossos leitores que a rebelião Cisplatina foi feita por 17 homens sob o comando deste General, e que tinha 4 ou 5 homens às suas ordens; que a rebelião medrou; que este homem foi suspeito ao Governo, e mandado retirar; mas em fim todos concordam em que ele tem talentos e conhecimentos militares, que o exército confia nele, e que nós não temos outro melhor, que para lá vá [...]. Nós ardentemente desejamos ver concluída aquela guerra tão ruínosa, e temos algumas esperanças, pois nos consta que se trata da paz.

Bem auguramos da nomeação do Presidente Zaniga para a Província Cisplatina, ainda que não esperemos tantas vantagens, como parece prometer-se o governo: todavia ele é Cisplatino, e qualquer que seja seu caráter, e inteligência, sempre será preferível ao Barão de Villa-Bella (Magessi) conhecido por mar e por terra. Foi sem dúvida desgraçadíssima a nomeação de um tal homem: pode bem dar esmola

ao diabo quem tal lembrança teve, e aconselhou a S. M. I. (*Farol Paulistano*, 1827, p. 3 -4).

Outro momento importante na cobertura da imprensa foi marcado pelas expectativas quanto ao término da Guerra. A demora na resolução dos conflitos e na pacificação deixou jornalistas de todo o Brasil aflitos por informações. Em maio de 1828, o *Astro de Minas* publicava a seguinte notícia aos seus leitores:

A questão da paz com a República de Buenos Aires continua à ocupar-nos em todas as nossas conversações; mas é notável, que se não apoie em razões tais, que firmem a nossa expectação sobre um arranjo tão geralmente apetecido. As gazetas dali anunciam que se aceitarão os preliminares apresentados por Lord Ponsomby; que Mr. Friser, Secretário de Gordon, partindo daqui para a Cisplatina, tratou na Campanha com o Visconde da Laguna, e com Lavalleja uma suspensão de hostilidades, em quanto se ajuntam em Montevideu os Negociadores dos dois beligerantes. Dizem mais, que pela Fragata Inglesa Heron esperavam-se felizes resultados a este respeito.

Aqui os que se acreditam com proporções para saberem estas coisas, dizem francamente, que nada dali veio, e nada daqui foi pela tal Fragata; que pelo Paquete também nada veio, e, o que foi, nada levou, e em fim, que o Conselho de Estado não se ocupa ainda de paz, mas sim da questão das presas, em virtude da revista, que se concedeu. [...] Os dois Exércitos estiveram à vista um do outro sem nada empreender: o inverno entra, fala-se de paz, deseja-se a paz, e a paz não aparece. (*Astro de Minas*, 1828, p. 2).

Portanto, a imprensa brasileira deixou vasto material informativo e de crítica política sobre a Guerra da Cisplatina, o que serve de preciosa fonte documental para diferentes estudos.

14.2 A imprensa na sala de aula

A liberdade de imprensa que caracterizou as primeiras décadas do Oitocentos proporcionou uma profusão de jornais, panfletos e impressos de todo o tipo, lidos individual ou coletivamente, dentro de casa ou nas ruas. Nesse sentido, trata-se de uma fonte documental muito rica para o estudo dos acontecimentos políticos da época. Com vistas a promover uma experiência didática e lúdica referente a esse tipo de fonte e à própria realidade da guerra, propomos a seguinte tarefa:

Após uma aula expositiva a respeito das causas, do desenrolar e das consequências da guerra, com apoio de um texto didático elaborado pelo professor, a turma deve ser dividida em grupos de quatro ou cinco membros. Cada grupo irá corresponder a um repórter enviado pela Corte imperial para fazer uma cobertura da guerra. Assim, cada grupo deve redigir um relato a respeito do que tem acontecido nos campos de batalha, tanto do Brasil quanto do Uruguai,

tentando ser o mais fiel possível aos acontecimentos para que os leitores imaginários do jornal se sintam no campo de batalha. Os relatos deverão ser lidos para o restante da turma.

Depois da leitura, o professor deve comentar e debater os relatos com os alunos, ressaltando os pontos comuns, mas também as ausências na percepção dos alunos. É importante que se exercite a compreensão da pluralidade dos testemunhos e a diversidade das versões lidas. Além disso, deve-se destacar que as guerras acabam afetando direta e indiretamente toda a sociedade. Na Cisplatina, lutaram escravizados, libertos, indígenas e trabalhadores em geral, que formavam a maioria das tropas. As mulheres também podiam estar nos campos de batalha, mas o mais comum era que ficassem cuidando das lavouras e dos negócios da família, enquanto maridos, filhos, irmãos estavam na frente de batalha. Os ideais de liberdade, que demoraram pra chegar até os escravizados, e a formação dos estados independentes também precisam ser debatidos, assim como a força dos discursos nacionalistas, bem como o passado muitas vezes é usado politicamente para justificar ações do presente.

14.3 Fontes

Diário Fluminense. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1825, p. 03.

O Farol Paulistano. São Paulo, 15 de setembro de 1827, p. 3 -4.

Astro de Minas. Minas Gerais, 13 de maio de 1828, p. 2.

14.4 Referências

CAETANO, Gerardo; RIBEIRO, Ana (coord.). *Las Instrucciones del año XIII, doscientos años después*. Montevideo: Planeta, 2013.

FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideu: Dpto. de Publicaciones de la FHCE, 2001.

LUFT, Marcos V. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825–1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808–1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (org.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 69–96.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os Chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825–1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina, 1818–1820*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, 2007.

WINTER, Murillo Dias. *Imprensa periódica e a construção da identidade Oriental (Província Cisplatina, 1821–1828)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

14.5 Para saber mais

FERREIRA, Fábio. Breves considerações acerca da Província Cisplatina: 1821–1828. *Revista Tema Livre*, c2022. Disponível em: <http://revistatemalivre.com/cisplatina06-html>. Acesso em: 06 nov. 2022.

200 anos da independência: reconhecimento do Império do Brasil à independência do Uruguai, que outrora fora Província da Cisplatina. *Biblioteca Nacional digital*, 2020.

Disponível em:

<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/bicentenario-da-independencia-reconhecimento-do-imperio-do-brasil-a-independencia-do-uruguai-que-outrora-foi-a-provincia-da-cisplatina/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PANFLETOS, jornais e a linguagem política na Cisplatina. Convidado: Prof. Dr. Murilo Dias Winter. *Revista Tema Livre*, Niterói, 2021. 1 vídeo (1h17min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=P3b9vA8LcjA>. Acesso em: 06 nov. 2022.

15. Os partidos imperiais

Suzana Cavani Rosas³⁰

No final da Regência e no início do Segundo Reinado é que se formaram os dois principais partidos imperiais: o Liberal e o Conservador. Embora eles tenham se alternado no governo em diversas conjunturas, foram os conservadores que permaneceram mais tempo no poder, sendo o modelo de Estado que defendiam (o centralizado) o adotado no país. Durante o período regencial, reformas políticas descentralizadoras do poder, inclusive as constitucionais, terminaram implantadas no Brasil, apesar de, por decisão dos opositores do federalismo, passarem depois por reformulações. Assim, foi esse contexto — marcado por intenso e rico debate sobre o rumo do Estado e da nação em construção (BASILE, 2009) — que deu origem aos dois partidos imperiais.

Nem sempre foi consensual a opinião dos historiadores acerca das divergências significativas entre os partidos, seja em termo de composição social, seja em termos ideológicos (CARVALHO, 2003). Todavia, não há como negar as diferenças ideológicas existentes entre ambos, embora elas tenham sido frequentemente deixadas de lado pelos políticos para obtenção de favores e benefícios de quem quer que estivesse no poder. Essa prática política tem nome, chama-se clientelismo, e ainda hoje permanece bem viva no país. Por outro lado, naquela época os partidos não possuíam a organização dos tempos atuais, nem sempre possuíam sede própria e tão pouco processo de filiação, mas todos eles contavam com um órgão oficial na imprensa para divulgação de suas ideias e ações.

Deve-se ainda destacar que nem todo acordo entre partidos com fins eleitorais e de participação no poder devem ser tomados como sintoma de inconsistência ideológica. Alianças entre partidos opostos, desde que não firam os seus princípios básicos, são comuns de acontecer no campo da política. No Brasil Império, por exemplo, foi isso o que aconteceu no período denominado de Conciliação (1853–1856), quando conservadores e liberais moderados apoiaram juntos um governo reformista. De todo modo, mesmo pensando na inconsistência partidária de muitos políticos no Império, havia divergências claras e historicamente desenvolvidas entre os liberais e os conservadores. Porém, antes de apresentá-las, parece oportuno indicar as semelhanças que havia entre ambos.

Os dois eram monarquistas e sem nenhuma identificação com o ideal democrático de governo. Muito pelo contrário, mesmo quando representavam duas tendências políticas durante a Regência, já guardavam distância dos “liberais exaltados”, que, além de se associarem ao republicanismo e ao federalismo, chegaram até a almejar um país menos excludente, tanto no plano social quanto no político.

Em consonância com o liberalismo, os dois partidos defendiam a monarquia constitucional, ou seja, com os poderes do monarca definidos legalmente, de forma a evitar o abuso de sua parte, parlamento eletivo e direito político restrito aos cidadãos “mais capazes” e autônomos, o que significava dizer que só os brasileiros com bens ou determinada renda podiam votar e ser elegíveis em dois graus de eleição. Nas eleições primárias, os cidadãos de menos

³⁰ Doutora em História e professora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

posses ou bens (votantes) escolhiam por meio das urnas os cidadãos com renda maior (os eleitores), aos quais cabiam eleger diretamente os senadores e deputados nas eleições secundárias. Assim era o sistema eleitoral no Império: indireto, censitário (com base na renda e bens do cidadão) e em dois graus (dois níveis de eleições) até 1881. Por volta de 1872, estima-se que apenas 10% da população brasileira votasse (CARVALHO, 2000).

Os liberais advogavam a descentralização política, a autonomia do poder provincial, a preservação do enorme poder dos juízes de paz, o equilíbrio entre os três poderes, a redução das atribuições do Poder moderador e o fim da vitaliciedade do Senado. Em razão dessas bandeiras de luta, eles tinham forte identificação com o Código do Processo Criminal, de 1832, e o Ato Adicional, de 1834, ambos aprovados pelo Parlamento no período regencial.

No Código, destacava-se a valorização dos juízes de paz, que passaram a acumular diversas atribuições no Judiciário. Expressão máxima do poder local no Judiciário e da autonomia da magistratura frente ao Executivo, dado a sua escolha pela consulta das urnas e não pela indicação do governo central, os juízes de paz eram considerados mais independentes no exercício de seu ofício que seus pares. Já no Ato Adicional, o qual era uma lei que reformava a Constituição, ressaltava-se a criação do legislativo provincial (Assembleia Provincial) com autonomia para legislar sobre as matérias do interesse específico de cada província, o que representou um marco da descentralização política do Império.

Todavia, ao longo do tempo, o Partido Liberal ampliou suas bandeiras de luta, passando também a apoiar a abolição gradual da escravidão e a defender as eleições diretas nas cidades maiores no final da década de 1860. Uma ala minoritária dos seus correligionários foi além: o chamado “Clube Radical”, como passou a ser denominado, agregou às suas reivindicações a abolição imediata da escravidão, o fim do Poder Moderador e do Conselho de Estado, o voto universal não censitário e a eleição dos presidentes de províncias.

O Partido Conservador, em contrapartida, pautou seu programa pela centralização política. Nesse sentido, ele defendeu o cerceamento da autonomia provincial e o fortalecimento do governo central, deixando a cargo dos ministérios a escolha do chefe do executivo provincial, que tinha também poderes para vetar as deliberações do legislativo. Além disso, ele era adepto do Poder Moderador, o qual, sendo exercido pelo Monarca e assessorado por um Conselho de Estado, podia interferir nos demais poderes do Estado (Executivo, Judiciário e Legislativo).

Ademais, o Partido Conservador também apoiava a vitalidade do Senado e delegava ao Executivo domínio maior do que os reservados ao Legislativo e Judiciário. Sobre este último poder, os conservadores eram favoráveis à sua centralização e se opunha à magistratura eletiva (juízes de paz). Nesse sentido, ele identificava-se com a reforma do Judiciário ocorrida em 1841 (Reforma do Código do Processo Criminal), que esvaziou as atribuições dos juízes de paz transferindo parte delas para uma autoridade do Poder Executivo, os delegados de polícias. Além disso, sempre defendeu a redução da autonomia do legislativo Provincial (Assembleia Provincial), estabelecida na Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840.

O bipartidarismo dominante no Império foi quebrado pela formação do Partido Progressista, de vida breve (1862–1868) e que surgiu como um desdobramento da política de Conciliação já referida neste texto. Entre suas bandeiras, destacavam-se a reforma do Judiciário

e as eleições diretas nas capitais das províncias. Por fim, na década de 1870, surgiu o Partido Republicano.

Em termo de composição social dos dois principais partidos do Império, muito divergiu a historiografia. Mas atualmente é consenso que o Partido Liberal e o Partido Conservador tinham uma presença expressiva de proprietários de terras no seu meio: os liberais contavam com mais profissionais liberais e os conservadores com mais magistrados (CARVALHO, 2003). O Partido Progressista, como era formado de moderados de ambas as legendas, não tinha novidade em termo de composição social, porém, entre seus correligionários, realçava-se a magistratura.

15.1 O que disse a imprensa os partidos imperiais

Franquezas Provincias³¹

É incontestável a superioridade do governo unitário sobre o federalismo em qualquer país, e especialmente no Brasil. Sendo, porém, igualmente incontestável que em um país desmensuradamente vasto e privado ainda dos meios de comunicação como é o nosso, a ação governamental e administrativa não pode ser levada do centro às mais localidades com tanta rapidez [...]; e que por outro lado, as províncias são mais interessadas em realizar o seu bem e o seu útil do que a Corte³², e tem já atingido o grau de adiantamento que as habilita para bem conhecer esse bem, esse útil: não se pode sem fragrante injustiça, e sem expor sobremaneira o futuro das mesmas províncias e destarte o do país, entregar completamente a sua sorte à descrição do Rio de Janeiro.

Entretanto, assim acontece no estado presente da nossa organização política; e para crê-lo basta considerar que, a exceção dos deputados provinciais e dos juizes de paz, quase não existe um emprego público que não dependa da corte! Um indivíduo que se propõe, por exemplo, a ser provido no ofício de escrivão no Rio Negro ou no alto Amazonas no Pará, não conseguirá senão socorrendo-se ao Rio de Janeiro; sujeitando-se assim a vencer centenas de léguas do Atlântico [...] à necessidade de um bom procurador na corte, às despesas enormes, às informações – processo moroso e cheio dependência, e a mil outras dificuldades!

É verdade que os presidentes, que vivem no seio das províncias, muito podem fazer; porque podem mesmo suspender e nomear inteiramente os funcionários compreendidos na classe – empregados gerais. Mas que são os presidentes? São criaturas da corte, mandatários do poder central, e tanto basta para que seu movimento obedeça ao impulso que por ele lhe foi comunicado, e as províncias tenham sempre a fisionomia que a corte lhes quiser dar. São, além disto, quase sempre indivíduos

³¹ Optamos por transcrever os documentos no português atual.

³² *Corte*: nas monarquias é o lugar onde se reúne a nobreza em torno do soberano e localiza-se o centro do poder.

estranhos às províncias, e desovados nelas por um vapor vindo da Corte, [...] cujos interesses, portanto, não estão identificados direita, nem indiretamente [...] com os das províncias que administram. Demais, os presidentes de província sabem que a sua conservação no cargo nesse lugar, ou a sua recondução a ele não depende do pronunciamento da opinião da província em seu favor pelo bom desempenho do seu cargo. Mas da vontade, e somente do governo [...]

E as províncias sofrem a dura necessidade de aceitar e obedecer a qualquer presidente, embora ele seja infenso, ou indiferente ao bem e aos interesses da província, embora queira sustentar a dominação e prepotência de um grupo, ou oligarquia de família e se insurjam para defender-se, pedindo garantias de vida e de propriedade – se exigir mesmo com armas na mão a substituição desse presidente por outro que respeite a razão e a conveniência da província advogada pela sua maioria; aí estão no Império vinte mil baionetas [...] para apoiar o presidente [...] - Ai estão, em suma, mil recursos da corte para abater a sublevação[...]

Não é somente o poder que está concentrado no Rio de Janeiro. A corte absorve o nosso suor, o nosso dinheiro, todo o sulco nutritivo das províncias; para crê-lo basta ver que de três contos (termo médio) com que concorre anualmente Pernambuco para o cofre nacional apenas seis contos são destinados a benefícios puramente provinciais! Mencionemos também os inúmeros braços que rouba o Rio de Janeiro a nossa agricultura, ao nosso comércio, e a nossa indústria por meio de imposto de sangue, - o recrutamento: chegando a tanto a nossa desgraça neste sentido que dos fins de 1848 até agora a corte nos tem arrebatado mais de cinco mil patrícios. (*A Imprensa*, 1850, p. 02–03).

A Nossa organização política

Agora, em que pode consistir a liberdade do voto? Certamente em eleger cada cidadão aquele representante, que julga mais capaz de fazer a prosperidade do país. Esta liberdade não pode ser plena; porque o homem nasce rodeado de circunstâncias que o escravizam. Mas esta liberdade deve ser a mais plena possível, e ela é tanto maior quanto menor é a dependência social em que se acha o homem pela sua condição.

A grande totalidade dos homens são dependentes; porque a miséria coloca o indivíduo numa escravidão constante, de que muitas vezes não pode ele esquivar-se mal grados seu. Resulta daqui, que o sufrágio universal é um poderoso instrumento de escravidão [...].

Se um homem nasce na miséria, dentro das nossas terras, e uma espécie de cativo feudal; ele que come do trabalho que lhe fornecemos, que vive na choupana que lhe permitimos construir em nossas terras com

materiais que não são seus, é um homem livre? Por mais que lhe digas, ele o não acreditará.

Que liberdade é a de um homem ignorantíssimo, que tudo vê pelos olhos de outrem, e que mal conhece essas noções de bem e de mal [...] e que mesmo se acham sopitados³³ por uma educação brutal? Dar a estes um voto, não é contar com a liberdade da eleição, mas é contar os votos por tantos indivíduos quantos são aqueles que mais influência têm sobre eles, e que os conservam nesse estado de dependência esmagadora. E se acrescentardes a isso, que esses homens são obrigados pela lei a votar, não em seu representante, mas em um intermediário entre ele e o representante, essa eleição será uma verdadeira farsa, e nem vislumbre terá de liberdade.

[...] Duas condições são portanto necessárias para a verdade da representação: 1. Que esta seja direta; 2. Que os votantes tenham tal ou qual independência pessoal. Essa independência pessoal deve ter por base [...] tal ou qual esclarecimento, [...] tal ou qual fortuna. Organizado assim a sociedade, ela por si mesma procurará elevar á ordem dos votantes aqueles que o não são, criando ao mesmo tempo um germe de emulação, que pode ser muito produtivo.

Diminuir um tanto o círculo dos votantes de modo que estes expressem certa independência pessoal, e conceder-lhes a faculdade de elegerem diretamente os seus representantes, são por certo as condições essenciais da maior liberdade da eleição. [...]. Desde que a eleição for assentada nestas duas bases, não será fácil conseguir a influência e dominação de um homem, nem a interferência e dominação de uma família. (*O Liberal Pernambucano*, 1854, p. 01).

15.2 A imprensa na sala de aula

1. A partir do artigo do jornal *A imprensa*, debata a questão da centralização política do ponto de vista dos liberais.
2. Com base no jornal *O liberal Pernambucano*, discuta os argumentos do articulista em favor do censo eleitoral como medida necessária para garantir a liberdade do voto.

15.3 Fontes

A Imprensa. Recife, 12 de setembro de 1850, p. 02–03.

O Liberal Pernambucano. Recife, 14 de julho de 1854, p. 01.

15.4 Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³³ Abrandado, serenado.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. A Política imperial: palco de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831–1840). In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1831–1870*. Vol 2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

15.5 Para saber mais

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997 (ver o capítulo “Facção e Partidos”).

MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos imperiais e o Segundo Império*. Parte 2. São Paulo: Typografia de Jorge Secker, 1878.

CONSTITUIÇÃO de 1824. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 06 nov. 2022.

16. Abdicação de D. Pedro I

Edna Maria Matos Antônio³⁴

No dia 07 de abril de 1831, o Brasil despertou sob os impactos da decisão enérgica de D. Pedro I: seu pedido de abdicação em nome de seu filho D. Pedro de Alcântara (1825–1891). Na madrugada daquele dia, o Imperador encaminhou documento à Assembleia, informando de forma muito direta: “Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, sette de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império. – Pedro” (*Carta de abdicação de D. Pedro I*, 1831).

Abdicação é a renúncia voluntária de monarcas (ou papas) ao trono, o que traduzido em linguagem jurídica é o ato legal pelo qual um soberano abandona o poder, geralmente em benefício de um membro de sua família. Por esse meio, motivado por questões pessoais ou pressões políticas internas ou externas, a pessoa se desliga formalmente do cargo, dos direitos, dos privilégios e dos poderes associados (DINIZ, 2005).

No caso do Brasil, país ainda no início de sua vida administrativa autônoma, a abdicação representou a finalização de um curto, mas tumultuado, processo que levou ao desgaste, por múltiplos fatores, o governo de D. Pedro I. Um deles pode ser localizado no agravamento do antilusitanismo. O que em princípio não parecia problema — a continuidade no poder um representante da família real do antigo colonizador após a separação —, foi se tornando motivo de embates virulentos. Desconfiava-se da efetiva defesa dos interesses brasileiros ao ser imputado ao Imperador privilegiar portugueses na distribuição de cargos políticos, além de proteger os lusitanos em assuntos econômicos.

Acrescentem-se os gastos com a Guerra da Cisplatina (1825–1828) e a acentuada intermediação da Inglaterra no conflito, vista pelos brasileiros como desnecessária e subserviente, uma vez que os ingleses promoveram as negociações que resultaram em acordo de paz e na independência da Província Cisplatina em agosto de 1828, tornada República do Uruguai. Essa ação militar foi desastrosa para o Brasil, pois, além de perder a Cisplatina, acumulou novas dívidas (NEVES; MACHADO, 1999).

Era também motivo de crítica sua indisfarçável intromissão na sucessão do trono português ao buscar restaurar os direitos de Maria da Glória (sua filha) ao trono de Portugal, o que contou com o apoio de constitucionalistas portugueses. O auxílio financeiro do Brasil para apoiar a luta contra D. Miguel em Portugal souo como decisão suspeita, além de agravar a crise econômica e financeira vivida pelo Império do Brasil nos primeiros anos de sua autonomia. Além disso, o país passava por grave crise econômica em razão do fechamento do Banco do Brasil em 1829 e da desvalorização cambial. Todos esses gastos aumentaram a dívida externa causando impopularidade do governo de D. Pedro I.

Os recorrentes conflitos entre o Legislativo e o Executivo, isto é, entre o Parlamento e D. Pedro I, originados nos debates políticos sobre os limites dos poderes desde a preparação das regras de procedimento para a elaboração da carta constitucional em 1823, revelam divergências profundas sobre o entendimento do papel de cada uma dessas esferas na

³⁴ Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora associada do Curso de Licenciatura e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

organização do Estado. Muito criticado pelos liberais brasileiros, D. Pedro I era acusado de possuir tendências absolutistas e autoritárias manifestadas em episódios como a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823, o tolhimento da liberdade de imprensa e a violenta repressão da Confederação do Equador em 1824, revolta de caráter separatista iniciada em Pernambuco, tendo seu principal líder, Frei Caneca, exemplarmente fuzilado. Esses conflitos foram se acumulando e ganharam repercussão pela intensa atividade jornalística, com jornais e panfletos defendendo ou criticando ferrenhamente as decisões do Imperador, o que contribuiu para formar uma opinião pública engajada.

Em fevereiro de 1831, o imperador visitou Minas Gerais. Ao chegar a Barbacena e a outras vilas da província, os sinos repicaram o toque de finados pela morte de Líbero Badaró, jornalista liberal. A afronta se deu em razão de suspeita de que o imperador estivesse envolvido nesse assassinato. Hostilizado por parte da população das vilas visitadas, o imperador retornou ao Rio de Janeiro em 11 de março e, embora encontrasse oposição nas ruas da Corte, foi acolhido por seus partidários. Os conflitos culminaram na noite de domingo, 13 de março, no confronto entre os dois grupos, quando casas de portugueses sofreram ataque, respondendo com arremesso de garrafas. O episódio descrito ficou conhecido como Noite das Garrafadas.

No dia 05 de abril de 1831, o imperador demitiu o ministério, composto só por brasileiros, e nomeou um novo, integrado por seus auxiliares mais próximos, todos detentores de títulos nobiliárquicos, logo apelidado de “ministério dos marqueses”. Na manhã do dia 6 de abril, quando a notícia se espalhou, circulou ainda o boato de que chefes liberais de oposição ao governo, como Nicolau de Campos Vergueiro e Evaristo da Veiga, teriam sido presos por ordem do imperador.

Por esse motivo, uma manifestação popular foi organizada, e mais de três mil pessoas comparecem ao Campo de Santana, exigindo a recondução do ministério anterior, o que não foi aceito pelo imperador. Criou-se clima ameaçador, sugerindo que “povo e tropa” derrubariam o governo para instaurar um novo regime. Assim, em 07 de abril, ante a constatação da impossibilidade de continuar governando sem bases políticas, o imperador entregou sua carta de abdicação e deixou o Palácio de São Cristóvão rumo a Portugal.

D. Pedro I embarcou para a Europa com a esposa D. Amélia e a filha D. Maria, deixando seus filhos D. Pedro, D. Januária, D. Paula e D. Francisca aos cuidados de José Bonifácio de Andrada e Silva e de Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, encarregados da educação do pequeno imperador e de suas irmãs. Nesse mesmo dia, o Príncipe Imperial foi aclamado Dom Pedro II, “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. A abdicação de D. Pedro I marcou o fim do Primeiro Reinado e o início do chamado Período Regencial, que, embora celebrado como fase do governo finalmente nas mãos dos brasileiros, constituiu manobra astuta por garantir a continuidade do regime monárquico.

16.1 O que disse a imprensa sobre a abdicação de D. Pedro I

Brasileiros!

Hum acontecimento extraordinário veio surprehender todos os cálculos da humana prudência; huma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriótica união do povo e tropa do Rio de Janeiro, sem que

fosse derramada huma só gotta de sangue. Sucesso, ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia, e o estado de civilização a que haveis chegado.

Brasileiros! Hum Principe mal aconselhado, trazido ao precipicio por paixões violentas, e desgraçados prejuizos antinacionaes, cedeo a força da opinião publica tão briosamente declarada, e reconheceo que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros. A audácia de hum partido que todo se apoiava no seu nome, os ultrajes que soffremos dessa facção sempre adversa ao Brasil, a traição com que forão repentinamente elevados ao ministério homens impopulares e tidos como hostis á liberdade, nos poz as armas na mão. O genio tutelar do Brasil, a espontaneidade com que a força armada e o povo correo á voz da patria opprimida, tirarão aos nossos inimigos o conselho e a coragem, elles desmaiarão e a luta foi decidida, sem que se nos tornasse mister tingir as armas no sangue dos homens. D. Pedro I. abdicou em seu filho, hoje o Sr. D. Pedro II. Imperador Constitucional do Brasil.

[...] Este Brasil, até hoje tão opprimido, tão humilhado por ingratos, hé o objecto do vosso e do seu enthuziasmo. Não soffrerão aquelles que o Brasil elegeo por livre escolha que a sua gloria, o sei melindre, passem pelo minimo pesar. Do dia 7 de Abril de 1831, começou a nossa existencia nacional; o Brasil sera dos Brasileiros, e livre.

Concidadãos! Já temos patria; temos hum Monarcha simbolo da vossa união, e da integridade do Imperio, que educado entre nós, receba quase no berço as primeiras lições da Liberdade Americana, e aprenda a amar o Brasil que o vio nascer; o funebre prospecto da anarchia e da disolução das provincias que se apresentava aos nossos olhos, desapareceo de hum golpe, e foi substituido por scena mais risonha. Tudo, indo se deve a vossa resolução, e patriotismo, á coragem invencivel do exercito Brasileiro, que desmentio os sonhos insensatos as tirannia. Cumpre que huma victoria tão bella não seja maculada, que prosigais em mostrar-vos dignos de vós mesmos, dignos da liberdade, que rejeita todos os excessos, e a quem só aprazem as paixões elevadas e nobres.

Brasileiros! já não devemos corar deste nome: a independencia da nossa Patria, e as suas leis vão ser desde este dia huma realidade. O maior obstaculo que a isso se oppunha, retira-se do meio de nós, sahirá de hum paiz, aonde deixava o flagelo da guerra civil em troco de hum throno que lhe démos. Tudo agora depende de nós mesmos, da nossa prudencia, moderação e energia: continuemos como principiámos e seremos apontados com admiração entre as nações mais cultas.

Viva a Nação Brasileira! Viva a Constituição! Viva o Imperador Constitucional o Sr. D. Pedro II. (*A Aurora Fluminense*, 1831, p. 1 -2).

[...] Esta nomeação evidentissimamente pessima fez acreditar a noticia de que já estavam lavrados decretos de suspensão de garantias, e que os Brasileiros ião ser victimas: fallava-se em golpe de estado. Em a noite do dia 6 concorrerão para o Campo da Acelamação 3 ou 4 mil pessoas armadas, em convenientes divisões, e commandadas por Officiaes habeis, e a ellas se foi reunindo alguma tropa. Pedião a demissão do novo Ministerio, e a reintregação do antigo.

O Ex-Imperador soube disso; mas não quis annuir, e chamou tropa para ir a viva força dispersar os Patriotas; mas a tropa toda o abandonou, e se reunio aos seus Concidadãos, o que aconteceu á mesma guarda que se achava em S. Cristovão. Vendo-se elle abandonado por todos, demettio o Ministerio, e as duas horas da madrugada do dia 7 de abril firmou a sua abdicação, o se retirou com sua Familia para bordo de uma Nao Ingleza sem todovia nomear novo Ministerio. A bordo da mesma nao se conservava ainda no dia 9, em que sabio a noticia, que damos, e a Tropa ainda se conservava em armas, durante a sua estada no porto, mas tudo estava em socego, e a alegria era geral. Achava-se convocada, a Assembléa Geral em Sessão Extraordianaria; mas ainda não havia numero legal, e apesar disso uniu-se ao Senado e nomearão a Regencia Provisoria, a qual immediatamente nomeou o Ministerio, que o Povo reclamava. Tudo isto se passou sem que houvesse uma gota de sangue derramado, sem que houvesse, por assim dizer, um piparote. E acredita-lo-heis, Brasileiros?! Que montão de acontecimentos espantosos, que mudanças tão grandes no curto praso de 21 horas! Que juizo, que brio, que amor de Patria! Em parte alguma do mundo tanto se faz em tão pouco tempo; em parte alguma do mundo ha tão grande mudança sem sangue, sem desordem. Vivão os Brasileiros, que tão dignos se mostrarão da Liberdade, a que aspirão, que conquistarão á força de bom senso. (*O Farol Paulistano*, 1831, p. 2).

16.2 A Imprensa na sala de aula

Esse importante episódio da vida política brasileira é uma excelente oportunidade de explorar didaticamente como a imprensa atua na divulgação de versões de um fato a partir da defesa de interesses de grupos ou indivíduos. Assim, podemos analisar jornais que defenderam e celebraram a abdicação, e outros que lamentaram o ato de D. Pedro I, condenando seus opositores. Ressalte-se que, na época, os jornais eram muito mais *locus* de opinião do que divulgação de notícias.

1. Diante do apresentado neste capítulo, pesquise na internet informações sobre os jornais *D. Pedro I* e *Aurora Fluminense*, buscando conhecer os autores, a tendência política, etc.
2. O jornal *D. Pedro I*, em 1833, apresenta uma análise diferente dos acontecimentos que levaram à abdicação do imperador. Identifique, nessa edição, os argumentos do redator sobre o governo do D. Pedro I. Para encontrar a referida edição, basta acessar o sítio:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702480&pesq=abdica%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=1>

16.3 Fontes

A Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1831, p. 1 - 2.

Carta de abdicação de D. Pedro I. Rio de Janeiro, 07 de abril de 1831. Disponível em:

Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/d-pedro-i-s-abdicationletter/xAHRskBe7qb1MQ?hl=pt-br>. Acesso em: 07 nov. 2022.

O Farol Paulistano. São Paulo, 16 de abril de 1831, p. 2.

16.4 Referências

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

16.5 Para saber mais

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Abdicação. Verbete. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822–1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002;

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: 2002

WESTIN, Ricardo. *Parlamento derrubou planos de D. Pedro I de restringir a liberdade de imprensa*. [S. l.], 04 jun. 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/parlamento-derrubou-planos-de-d-pedro-i-de-restringir-a-liberdade-de-imprensa>. Acesso em: 07 nov. 2022.

A abdicação do imperador d. Pedro I nas coleções do Museu Imperial Maurício Vicente Ferreira Júnior in:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Abdica%C3%A7%C3%A3o_de_Pedro_I_do_Brasil#/media/Ficheiro:Abdicacao_Pedro_I_do_Brasil.jpg. Acesso 08 nov. 2022.

17. A Regência e seus movimentos de rebelião

Pedro Vilarinho Castelo Branco³⁵

Nos anos 1830, o Império brasileiro foi abalado por intensas movimentações políticas que provocaram a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831. Na sequência, instalou-se um Governo Regencial, momento caracterizado por reformas que reconfiguravam o Estado monárquico, objetivando apaziguar os ânimos políticos das elites regionais, ao tempo que preservavam o projeto político de nação implantado com o movimento de 1822, o qual conservava o controle do governo imperial sobre as províncias.

As estruturas de poder que mantinham o controle social e político da sociedade nas mãos das elites oligárquicas precisavam da coesão, ou pelo menos de significativo grau de entendimento entre os diversos grupos políticos nacionais, regionais e locais. Isso era necessário para que fosse mantido sob controle, não apenas o grande contingente de escravos, mas também a massa de pessoas livres, porém empobrecidas, que não tinham perspectivas de melhoria de vida diante do domínio dos grupos oligárquicos sobre os meios de produção e sobre os espaços políticos de poder na sociedade.

O período regencial foi marcado por diversas rebeliões, tais como a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, a Revolta dos Malês e a Revolução Farroupilha. Embora possamos afirmar que todas as rebeliões citadas ocorreram no curto período regencial, as motivações e os protagonistas desses movimentos apontam uma diversidade de interesses e intenções.

Rebeliões como a Balaiada e a Cabanagem aliavam os descontentamentos das elites dissidentes — que, nesse momento, encontravam-se alijadas dos espaços de poder institucionais — com a grande insatisfação das camadas populares motivadas pelas péssimas condições existenciais a que estavam submetidas, bem como na falta de expectativas e nas escorchantes leis que menosprezavam os pobres. Dessa forma, é preciso entender as rebeliões por seu perfil híbrido, pois eram motivadas por disputas internas das elites dissidentes, e ainda, por forte viés popular, tendo em vista a situação de exploração e as péssimas condições de vida a que eram submetidos os populares.

Movimentos como citar a Sabinada e Farroupilha expressavam o descompromisso e o desinteresse de grupos de elites regionais (ou pelo menos de uma parte delas) em relação ao projeto político de nação capitaneado pelas elites políticas do centro-sul do Império, personificadas na figura do imperador. Inspirados por ideias liberais e republicanas, esses movimentos não desejavam para si o lugar de elite regional, subordinada a grupos políticos organizados em torno de um projeto político imperial, sediado no Rio de Janeiro. Para eles, o sonho era seguir o modelo das elites políticas emergentes nas áreas que compunham a América espanhola e, assim, abraçar o projeto político republicano, alcançar o lugar de elite nacional e projetar seu poder sobre espaços territoriais e populações. Essas elites projetavam, para suas províncias, um futuro como nação independente, isto é, como Estado nacional autônomo.

Em relação à participação popular nos movimentos de rebelião no período regencial, podemos afirmar, de uma forma geral, a existência de duas formas. A primeira consiste em um

³⁵ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

perfil secundário cabendo aos populares um papel de coadjuvante em práticas insurgentes fortemente controladas por lideranças de elite, como são os movimentos de vertente mais autonomista, no sentido de ruptura com o projeto de nação império. A segunda forma era configurada de forma híbrida (elites dissidentes + camadas populares), chegando mesmo a movimentos em que os populares assumem, desde o início, um papel de protagonista da rebelião como foi o caso da Revolta dos Malês ocorrida na Bahia, em 1835.

Nos casos de movimentos de perfil híbrido, como a Balaiada e a Cabanagem, em que grupos dissidentes das elites dividiram com lideranças populares o protagonismo do movimento, os líderes elitistas procuravam manter o controle de todo o processo reivindicatório. Quando isso não acontecia, as elites dissidentes acabavam por se afastar do movimento. Por outro lado, contando com lideranças próprias — como a de Raimundo Gomes e a de Cosme, líder negro da Balaiada —, as camadas populares davam continuidade aos movimentos de rebelião, abalando as estruturas de poder constituídas. Independente das intenções motivadoras, os movimentos rebeldes no período regencial perderam força diante da repressão legalista, realizada por tropas enviadas pelo Governo Imperial ou ainda pela força repressiva das elites locais, nos casos das rebeliões com perfil popular.

No final dos anos 1840, o projeto político do Estado nacional unificado com estrutura de poder centralizada na figura imperial foi consolidado. As elites políticas criaram arranjos institucionais que resultaram em acirradas disputas entre as diferentes vertentes que participavam do jogo político partidário. A costura de conciliação dos interesses oligárquicos se tornou possível com a anistia das lideranças rebeldes ligadas aos grupos de elite, o que possibilitou o apaziguamento dos ânimos e a incorporação desses grupos ao jogo político institucional do Império. Anistiados dos seus atos rebeldes, os grupos políticos descontentes entravam no jogo eleitoral, chegando mesmo a assumir funções políticas, não apenas no âmbito provincial, mas também na Corte.

Quanto às reivindicações das camadas populares, podemos afirmar que elas se viram sufocadas diante da severidade das punições infligidas aos líderes populares, como açoites e pena de morte por enforcamento, como ocorreu com Cosme, líder balaio que foi enforcado em 1842 no Maranhão. As diferenças entre o tratamento dispensado às lideranças rebeldes de elite e o tratamento recebido pelos rebeldes populares falam por si só, expressando de forma eloquente as distinções raciais e sociais, bem como o modo como o povo era tratado pelo Estado brasileiro.

17.1 O que disse a imprensa sobre as rebeliões regenciais

Ficam acima estampadas algumas peças oficiais que dão conta dos motins ocorridos, na Vila da Manga no mês passado, e no estado em que se encontra atualmente aquele município. Por informações particulares, confirmadas pelas mesmas peças oficiais, podemos ver que o início desses tumultos foi o recrutamento violento. O Prefeito do Itapecuru diz que existem descontentes estigmatizados por essa causa, e o Presidente da Província diz que o comissário responsável pelo recrutamento deve ser demitido, por haver prendido várias testemunhas

que vinham jurar num processo de morte! Contudo, por uma inexplicável contradição declara que a prisão não seria ilegal, se as testemunhas estivessem sujeitas ao recrutamento, como se fosse lícito romper assim a marcha da justiça, e como se a prisão das testemunhas, a pretexto do recrutamento, não pudesse ser um meio de as fazer calar ou perjurar. Tudo se vê na administração do Sr. Camargo, e podemos ter por certo, desde já, que esse insolente comissário se justificará facilmente perante o governo, dizendo-lhe apenas que as testemunhas podiam e deviam ser recrutadas. Só estes fatos podiam explicar tudo, mas cumpre acrescentar que, por causa do recrutamento indistinto e ilegal, a maior parte da população, de diversos pontos, conhecida como forros, e que V. Exa. chama de cabras, à moda de Pernambuco, tem abandonado as suas casas e roças, deixando no desamparo as famílias: no Rosário, por exemplo, a gente pobre está passando por todos os inconvenientes da miséria e da fome, por haver fugido a maior parte dos pescadores. Outro motivo de descontentamento tem sido o chamado para o serviço que se tem feito aos paisanos e aos guardas nacionais e, assim, vimos a facilidade com que os 23 que compunham o destacamento da Manga uniram-se com extrema facilidade aos 10 amotinados com que entrara ali Raimundo Gomes.

Acrescentamos a isso os maus-tratos, os troncos, os viramundos que nos constam terem sido restaurados na Vila da Manga pelo Comissário da Manga e pelo Comissário de um dos distritos do Rosário. (*Crônica Maranhense*, 1839, p. 398–399).

Tal podemos nós igualmente exclamar, depois do Memorável Dia 16 de Março, em que, desmoronado o burlesco edifício da hipocrisia e do crime, respirarão os baianos um ar puro e sereno! Restaurado, pois, o império da lei e da ordem, salva a integridade do Império da lei e da ordem, salva a integridade do Império, e, mais que nunca, consolidado o Trono do Nosso Jovem Imperador o Sr. D. Pedro II, é tempo de cada qual volver às suas diárias ocupações, reedificando-se, desta forma, o edifício social Baiano, que, por mais de 4 meses, lutou impávido contra a mais feroz anarquia, que apresentam os Fastos do Império Brasileiro. O correio Mercantil reaparece de novo, depois de um interstício de mais de quatro meses, ocasionado pela ausência de quase todos os seus assinantes, que, depois do detestável dia 7 de novembro do ano passado, pressurosos buscarão uma guarida segura, em que escapassem ao furor devastador da canalha triunfante. Esta circunstância, unida ao perigo, em que se achavam os Redatores do Correios, vítimas constantes dos fures da demagogia, pelo seu afinco á Monarquia Constitucional, e a Ordem, os obrigou a se despedirem de seus ilustres subscritores em o dia 14 de Novembro, ficando o nosso estabelecimento à mercê dos

monstros, que o deixarão intacto, como que adivinhassem deverem nossos tipos, ainda um dia, servir para fazer publicas as suas atrocidades, e implorar, como pretendemos, o castigo inexorável de suas perversidades! Agora porém, que o crime jaz por terra, e a justiça folga desassombrada do jugo tirânico em que a tinham maniatada os infames sequazes da rebelião sabiniana; agora que a virtude não é mais crime, e menos este se acha galardoado com os prêmios d'aquela, cumpre que façamos de novo a nossa profissão de fé política, a qual, se bem que em tempo algum duvidosa, ou alterada, necessita, todavia, de ser ratificada, para que os nossos Leitores fiquem certos da missão honrosa que novamente tomamos sobre nossos débeis ombros, e podemos em qualquer época, partilhar as consequência que se obrigarem da nossa posição d'Escritores Públicos, que conscienciosos, jamais contribuiremos para que fique assim a Gloria do Áureo Dia 16 de Março.

Já muito antes da explosão desastrosa de 7 de Novembro, nós havíamos pressagiado a cadeia de Crimes, de que eram capazes Os propugnadores dos direitos do povo, e, ainda mais, denunciámos ao público a proximidade de uma revolução espantosa, que sendo forjada por sabino, deveria por isso merecer as mais serias vistas do Governo, dos homens honestos (*) Nada disto acordou o governo, d' então, do letargo criminoso em que iria, letargo este, que tão pernicioso influencia causou ao depois nos destino da Provincia! (*Correio Mercantil*, 1838, p. 01).

17.2 A imprensa na sala de aula

Atividade: Fazer relações entre os movimentos sociais no período regencial e a ideia de construção da cidadania e da participação política das camadas populares no Brasil.

Parte 01:

O começo da atividade ocorrerá com a definição de um eixo temático específico, no caso, os movimentos sociais no período regencial. Nessa etapa, o professor deverá propor a leitura de textos didáticos que aproximem o aluno dos movimentos sociais no período regencial, bem como da ideia de participação política e de relação entre Estado e Sociedade no referido período.

Parte 02:

Consistirá no que definiremos como pesquisa documental, que terá como objetivo aproximar o aluno de jornais que circularam no contexto histórico em análise, o que possibilitará ao aluno entender como a imprensa da época problematizava a questão da participação popular e a relação entre Estado e sociedade. Assim, propomos a pesquisa em sites especializados nos quais encontramos acervos de jornais digitalizados, como: a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em que podemos pesquisar jornais publicados no Rio de Janeiro e nas demais províncias do Império, isto é, locais onde as notícias sobre os movimentos de

rebelião reverberaram de forma mais significativa na imprensa. A busca deve ser realizada usando como filtro os anos referentes ao período dos movimentos (1835–1845).

Parte 03:

Consistirá na leitura e na reflexão tanto do material teórico quanto do material empírico selecionado na pesquisa documental. A reflexão deve levar o aluno a identificar os personagens históricos, o lugar que cada um deles ocupa na sociedade da época, a forma como os agentes públicos atuam na sociedade, as condições materiais de existência das camadas sociais, as percepções étnicas e de gênero que se fazem presentes na vida cotidiana e, ainda, as relações entre estado (agentes públicos) e sociedade (particularmente na relação com as camadas populares: os homens forros, os escravos, entre outros).

Parte 04:

Consistirá na construção de textos em que os alunos expressem as suas conclusões sobre a análise/problematização de todas as informações coletadas, seja no material teórico, seja no material empírico (fontes documentais). Na sequência, devem confeccionar material de divulgação dos resultados alcançados com a atividade de pesquisa.

Objetivos da atividade:

1. Instrumentalizar o aluno com técnicas de pesquisa documental, que o levem a compreender a dinâmica da produção do conhecimento histórico com o uso de jornais;
2. Compreender a construção histórica das relações entre Estado e Sociedade no Brasil;
3. Relacionar a realidade histórica do período regencial com a realidade vivenciada pelas camadas populares no Brasil no que se refere à relação entre Estado e Sociedade;
4. Favorecer a formação dos alunos enquanto sujeitos sociais e cidadãos.

17.3 Fontes

Crônica Maranhense. Maranhão, 04 de janeiro de 1839, p. 398–399.

Correio Mercantil. Bahia, 02 de abril de 1838, p. 01.

17.4 Referências

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **De caboclos a Bem-te-vis**. Formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800 – 1850. São Paulo: Annablume. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed. 2014.

17.5 Para saber mais: vídeos e artigos sobre as Rebeliões regenciais.

BALAIADA: revoltas regenciais. Direção: Brasil Escola. Brasil, 2020. 1 vídeo (10 min).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AcScZ1A4dqw>. Acesso em: 08 nov. 2022.

18. Uma milícia mais militar que cidadã: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul nas guerras do Prata (1850–1873)

André Fertig³⁶

A Guarda Nacional foi uma milícia criada pelo Império do Brasil em 1831, no início do período regencial, e que era formada por todos os homens brasileiros entre 18 e 60 anos que fossem cidadãos do Império, ou seja, que pudessem votar, pelo menos, nas eleições primárias (renda igual ou superior a 100 mil réis anuais, 200 mil a partir de 1846). O serviço era obrigatório e, na maioria dos casos, gratuito. Segundo a lei que a criou em 18 de agosto de 1831³⁷, eram funções da milícia: “defender a Constituição, a liberdade, independência e integridade do Império; para manter a obediência as leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas”.

Com a construção da ordem social e política interna do Império em meados do século XIX — após as revoltas regências e como uma das respostas às revoltas —, houve a centralização política e administrativa da milícia por intermédio da lei de 19 de setembro de 1850 que subordinou a Guarda Nacional ao poder central (Ministério da Justiça), a quem cabia, por exemplo, nomear os oficiais. Atuação importante teve a milícia entre 1850 até o final da Guerra do Paraguai, principalmente como força militar nas guerras do Prata. Nesse sentido, destacamos as funções importantes exercidas para a construção e o fortalecimento do Estado imperial brasileiro nos Oitocentos, já que é imprescindível inserir e compreender a Guarda Nacional em um processo histórico mais amplo, ou seja, no contexto de construção do Estado e da Nação no Brasil do século XIX.

Nesse contexto, caracterizamos a milícia como um instrumento político-institucional em benefício da construção do Estado e da nação, com a capacidade de articular os poderes central e local em um extenso território, o Império do Brasil. Destacamos três dimensões de atuação e contribuição da Guarda para garantir a hegemonia imperial bragantina em uma província fronteira como a do Rio Grande de São Pedro: como força policial para manter a ordem social interna; como uma instituição símbolo do Estado e da Nação em uma Província fronteira e considerada “arredia” ao Rio de Janeiro, como havia demonstrado os dez anos de Guerra Farroupilha (1835–1845); e como força militar nas guerras do Prata entre 1850 e 1870.

Ilustram a atuação da milícia como força militar entre 1850 e 1870 a guarnição das fronteiras do Rio Grande do Sul e a participação significativa da Guarda nas guerras contra Manuel Oribe e Juan Manuel Rosas (1851–1852) e na Guerra do Paraguai (1864–1870). A milícia rio-grandense teve entre 1850 e 1870 significativa e permanente atuação como força militar. Em 1854, por exemplo, quando a Divisão Imperial Auxiliadora ocupou o Uruguai, cerca de dois mil guardas participaram na ação. Lembremos que o objetivo geopolítico do Império do Brasil era auxiliar os Colorados na guerra civil uruguaia contra os “Blancos”, que faziam,

³⁶ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³⁷ Lei de 18 de agosto de 183. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

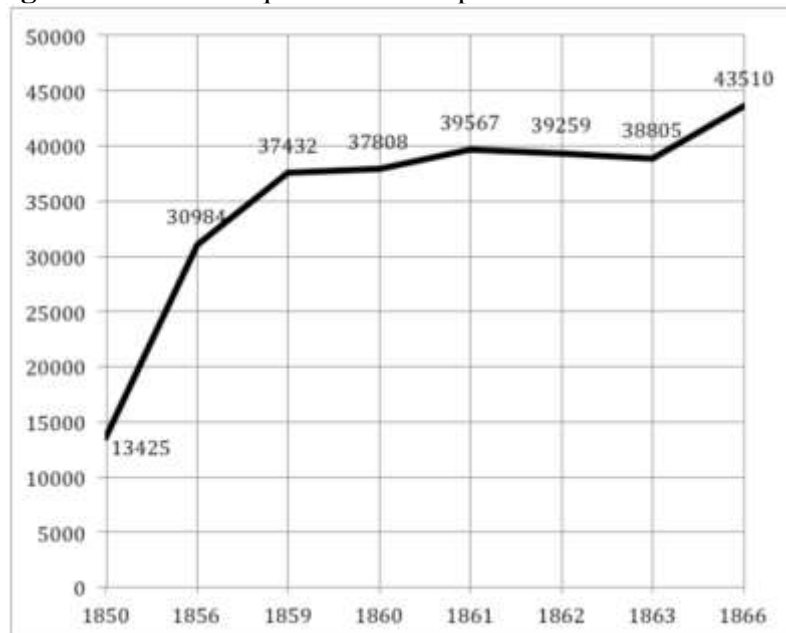
quando no poder, uma política contrária aos interesses do Brasil e dos brasileiros proprietários de terras no Uruguai.

O que podemos concluir é que, após o desfecho da Guerra Farrroupilha em meados dos Oitocentos, a Guarda Nacional articulou o poder central e a elite rio-grandense “arredia” ao Império do Brasil. Entre 1850 e 1873, a Guarda Nacional rio-grandense expressou a união de interesses do governo central com o poder local dos senhores guerreiros rio-grandenses.

Segundo a historiadora Helga Piccolo (1992, p. 53), no ano de 1851 “chegava o momento em que os interesses desse poder privado [...] encontravam ‘respaldo’ nos interesses geopolíticos imperiais. Se para os sul-rio-grandenses era defender suas propriedades, para o governo imperial era garantir a livre navegação no Prata ameaçada pela aliança Oribe/Rosas”. O apogeu da atuação como força militar foi na Guerra do Paraguai, quando houve uma significativa mobilização da milícia nas fronteiras de Quaraí, Bagé e Missões, bem como nos Corpos de Voluntários da Pátria, criado em 07 de janeiro de 1865, com o ingresso de muitos guardas nacionais. Apenas os Corpos de Cavalaria mantiveram a denominação de Guarda Nacional. Para termos uma noção da dimensão de guardas envolvidos na guerra, em 1865, na fronteira de Bagé, sob o comando de Francisco Pedro de Abreu (Barão de Jacuí), comandante interino do Exército em operações no Estado Oriental, estavam destacados cerca de dois mil guardas nacionais.

Um dos processos mais problemáticos era o recrutamento em tempos de guerra, pois havia muita resistência. A prática do recrutamento forçado era algo usual e costumeiro, e envolvia práticas clientelistas, orientadas muitas vezes em prestar favores e proteção aos amigos, e promover perseguições aos adversários políticos e aos desafetos pessoais dos oficiais encarregados da tarefa. Mas, como comprovam os números, mesmo que não sejam confiáveis na sua plenitude para a pesquisa histórica sobre o século XIX brasileiro, ocorreu uma expressiva mobilização da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul após 1850 e, principalmente, a partir da Guerra do Paraguai, conforme vemos na tabela a seguir, que mostra os guardas qualificados da província entre 1850 e 1866.

Figura 1 – Guardas qualificados da província entre 1850 e 1866



Fonte: MUGGE (2017).

A partir de 1873, quando a Lei nº 2395, de 10 de setembro de 1873, restringiu as funções da Guarda Nacional a situações extraordinárias e retirou suas funções policiais e militares, a milícia se constituiu, cada vez mais, como um canal de promoção simbólica de poder para os poderosos chefes políticos locais que, em razão do próprio cargo honorífico que possuíam, eram denominados de coronéis.

18.1 O que disse a imprensa sobre a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul

Em correspondência ao Ministro da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo, o Presidente da Província Ângelo Moniz da Silva Ferraz condenava o comportamento do Coronel Ourives, capitão da 4ª Companhia do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Município de Santo Antonio da Patrulha.

A Comarca de Santo Antonio da Patrulha é a em que a Administração da Justiça se tem, de um modo notável achado subjugada à vontade de um homem, pelo temor que este inspira em virtude de seus feitos, e mau ânimo. Este homem é o Coronel reformado da Guarda Nacional José Ignácio da Silva Ourives. [...] Não há processo criminal sujeito ao Júri, em que não dite a decisão. Na qualificação da Guarda Nacional, na dos jurados, nas deliberações da Câmara Municipal, nas eleições, em tudo se envolve este homem, e de tudo dispõe, e não poucas vezes mediante comissões. Pavoneado (sic) por alguns homens políticos, por motivos eleitorais, julga-se apto e senhor de tudo. O desembarque de Africanos, que em abril de 1852, se operou na costa de Tramandaí, foi por ele coadjuvado, e auxiliado, [...] Sob a influência deste homem se acha o atual Juiz Municipal do Termo de Santo Antonio da Patrulha, o Bacharel Luiz Ignácio de Mello Barreto. Tomou este Juiz o dito Coronel para seu compadre. (AHRs, *Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça*, 1859).

Correspondência de oficiais de Quarai e Livramento ao Presidente da Província, em 19 de agosto de 1865, criticando a maneira como estava sendo realizado o recrutamento pelo Comandante Superior da GN, David Canabarro, para a Guerra do Paraguai.

e sobre seus adversários tem passado todo o rigor dessa leva, acontecendo a alguns verem suas mulheres e filhos menores abandonados em suas estâncias [...] ao passo que dos seus correligionários, todos que querem se escusam do serviço. (AHRs, *Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça*, 1865).

Estou persuadido que teremos de lutar com nossos vizinhos porque conto com a agressão deles: ao menos tudo leva-me a essa crença.

Desde então penso que precisamos dos Corpos da Guarda Nacional na totalidade de suas forças. (AHRS, *Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça* 1850).

Falar na Guarda Nacional desta Província o mesmo vale que falar no valor e no patriotismo e memorar notáveis feitos com que se glorifica o nome brasileiro. A história desta grande instituição do Rio Grande é, como Vossa Excelência não ignora, a de uma longa sucessão de sacrifícios e heroísmos em prol da causa pública. Falam ainda para que não cessem as bênçãos da pátria, os ecos da vitória na guerra do Paraguai e o luto glorioso que cobre as famílias dos soldados da milícia cívica, que ali morreram abraçados à bandeira em que viam a imagem do berço e a honra da nação. (AHRS, *Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça* 1872).

18.2 A imprensa na sala de aula

1. Segundo o relato do Presidente de Província, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, sobre o Coronel da Guarda Nacional de Santo Antônio da Patrulha, quais devem ser as características de poder de um coronel da Guarda Nacional em uma localidade?
2. Quais eram as condições em que muitas vezes era realizado o recrutamento para a Guarda Nacional em períodos de guerra?
3. O que as autoridades esperaram da Guarda Nacional em relação à fronteira platina do Brasil com o Uruguai e a Argentina?
4. De acordo com o discurso do Presidente da Província, Pereira Júnior, qual era a função simbólica da milícia?

18.3 Fontes

AHRS — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça*. Rio Grande do Sul, 14 de março de 1859.

AHRS — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça*. Rio Grande do Sul, 16 de março de 1859.

AHRS — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Correspondência do Presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno ao Ministro da Justiça Euzébio de Queiróz*. Rio Grande do Sul, 22 de agosto de 1850.

AHRS — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Fundo Guarda Nacional, Comando Superior de Quaraí e Livramento*. Rio Grande do Sul, 19 de agosto de 1865.

AHRS — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Relatório do presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio Grande do Sul, 01 de dezembro de 1872.

18.4 Referências

MÜGGE, Miquéias Hemrique. A milícia revisitada: números da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul oitocentista. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 61–73, 2017.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no Século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

19. A Farroupilha (1835–1845)

André Fertig³⁸

Dia 20 de setembro (Dia do Gaúcho) é a data que marca o início da Guerra dos Farrapos (1835–1845), forte elemento do mito fundador da identidade regional do Rio Grande do Sul. Mas a idealização do passado pode criar uma identidade regional exacerbada. O que foi a Farroupilha? A Farroupilha lembra as “causas justas” que mobilizaram os rio-grandenses contra o poder central: o discurso da “exploração, do “descaso”, da “estalagem do Império”.

Os eventos foram narrados como epopeias: os dez longos anos do conflito, a conquista de Laguna, o amor entre Garibaldi e Anita, entre outros episódios. Tais ingredientes forjaram um mito e consagraram uma identidade regional positivada com enorme capacidade agregadora. A memória social trata a Farroupilha como um tempo idílico dos senhores guerreiros, um espaço de liberdade da campanha no qual estancieiros, peões e até mesmo cativos conviviam em certa harmonia.

A Guerra Farroupilha (e não revolução, pois os farrapos não pretendiam mudanças sociais significativas) tem destaque na constituição de um imaginário social sobre o Rio Grande do Sul que adquiriu muita força nas últimas décadas. Se “nossas façanhas devem servir de modelo a toda a terra” é porque somos modelo de heroísmo e virtude. Será mesmo? Essa autoestima exagerada gera preconceitos, trata-se de uma autoafirmação que tende a produzir um discurso excludente. Falando em exclusão: “gaúcho” até a segunda metade do século XIX, era sinônimo de marginal, bandido, excluído social. Somente com o movimento republicano, inverteu-se o significado de “gaúcho”, carregando o personagem de valores positivos.

O “orgulho gaúcho” idealiza um passado heroico e inventa tradições que só existem no idílico passado dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG), criação urbana de meados do século XX e hoje espalhada pelo Brasil. Nessas tradições inventadas, mulheres e homens pobres, assim como indígenas e escravizados não têm espaço de representação, ocupando lugares subalternos. Vários comportamentos e hábitos foram criados bem depois da Farroupilha, como as bombachas, importadas da Turquia para uso dos soldados na Guerra do Paraguai (1864–1870).

Do ponto de vista da história política do Brasil, a Farroupilha é uma guerra civil no contexto de construção do Estado nacional. Na época, estavam em disputa, dois projetos de Estado: o projeto imperial bragantino e o federalismo. O projeto imperial bragantino previa uma monarquia centralizada, unitária e escravista. O federalismo, influenciado pelo liberalismo, defendia a descentralização política e uma maior autonomia para as províncias. Os farroupilhas, como se chamavam os liberais exaltados na época, lutaram contra o Império, como também em outras revoltas: Confederação do Equador (1824) e Praieira (1848), em Pernambuco, Balaiada (1838 – 1841) no Maranhão, Cabanagem (1835 – 1840) no Pará ou Sabinada (1837 – 1838) na Bahia.

Como afirma a historiadora Helga Piccolo (1992), os farroupilhas queixavam-se: da nomeação do Presidente de Província pelo governo central; da concorrência desleal do charque uruguaio e argentino; do alto imposto sobre a terra e sobre importação do sal, entre outras

³⁸ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

demandas. Em suma, eram queixas de um grupo social bem específico (a elite), e não da maioria da sociedade rio-grandense.

No entanto, nem todos os farroupilhas tinham o mesmo projeto político. Na Assembleia Constituinte em 1842, houve uma divisão entre os adeptos de uma República Federativa e uma minoria que defendia uma Monarquia Federativa. Além disso, nem toda a Província foi farroupilha. Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Pelotas foram controladas pelo Império a maior parte dos dez anos de conflito. Por essa razão, a República Rio-Grandense foi itinerante, tendo como capitais Piratini, Caçapava e Alegrete.

Além disso, nem toda a população era farroupilha, nem mesmo toda a elite. Muitos charqueadores se sentiam ameaçados pela possibilidade do recrutamento de escravos para as tropas rebeldes. Grande parte dos habitantes das regiões da Serra e das Missões não foi farrapa, assim como comerciantes de origem portuguesa, charqueadores, tinham receio de perder seus escravos. Por sua vez, os recém-chegados imigrantes alemães de São Leopoldo se dividiram entre imperiais e farroupilhas.

Apesar das cisões ideológicas e pessoais entre as lideranças farroupilhas, havia um interesse comum entre os rebeldes: salvo raras exceções, os farroupilhas não pretendiam o fim da escravidão. Mesmo depois da guerra, Bento Gonçalves, por exemplo, possuía escravos. Portanto, se ele fosse contra a escravidão, poderia ter libertado seus cativos, mas não o fez.

Para grande parte dos liberais no Brasil do século XIX, o liberalismo significava a liberdade para ter e comercializar escravos. Inclusive, a ordem social escravista foi um obstáculo para o término da guerra, já que o destino dos lanceiros negros, escravos que lutaram nas tropas farroupilhas, passou a ser um problema. Para resolver a questão, David Canabarro e Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias, personagem histórico que mais tem estátuas espalhadas pelo Brasil) fizeram um acordo para eliminar os lanceiros negros, na “Surpresa de Porongos” em novembro de 1844.

O fim da guerra significou a subordinação dos até então arredios “senhores guerreiros” rio-grandenses ao projeto imperial bragantino e seu modelo de Estado nacional. Assim, em meados do século XIX, juntamente com a derrota da Praieira, finalizavam-se as revoltas das elites provinciais, derrotadas e cooptadas pela centralização monárquica.

A representação de Caxias como o herói que garantiu a unidade nacional e o Brasil do tamanho que tem hoje foi a versão da história difundida no Estado Novo de Vargas (1937–1945) e na Ditadura Militar (1964–1985). A estátua de Duque de Caxias na Praça Princesa Isabel em São Paulo, construída em 1960, exemplifica esse uso político do passado por regimes autoritários ao representar Caxias como um herói, o “pacificador” que garantiu a ordem e a unidade territorial do Império do Brasil.

Mas Caxias pode ser caracterizado muito mais como o exterminador daqueles que resistiram à construção de um Estado centralizado, elitista e escravista. É o comandante militar que, na força das armas, derrotou revoltas contra o poder imperial como a Balaiada, em que foram mortos milhares de homens livres pobres (brancos, pretos e pardos), indígenas e escravos. Um verdadeiro massacre. A “paz honrosa” de Ponche Verde, em 28 de fevereiro de 1845, foi uma derrota para os farroupilhas que se submeteram ao poder imperial em troca do atendimento de seus interesses pessoais, como a conservação de suas patentes militares e a garantia da nomeação de ex-farroupilhas para cargos de poder no Estado imperial. David

Canabarro, por exemplo, foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional de Quarai e Livramento.

Portanto, não há como inventarmos “heroicos guerreiros que lutaram por liberdade e igualdade” para inflarmos o “orgulho de ser gaúcho”. Essa visão mítica de um passado heroico para o Rio Grande do Sul, cujo evento matriz é a Farroupilha, não resiste a uma incipiente pesquisa histórica. E, talvez, não necessitemos de heróis mesmo, já que a história é feita pela ação humana, por gente de carne e osso, com seus interesses e contradições, e não por mocinhos e vilões.

19.1 O que disse a imprensa sobre a Farroupilha

O jornal *O Americano*, da República Rio-Grandense, publicado em Alegrete, em 24 de setembro de 1842, reproduziu em suas páginas o projeto de Constituição e destacou os versos:

Pela Patria viver, morrer por ella:
Guerra faser ao despotismo insano:
A virtude seguir, calcar o vicio:
Eis o dever de hum livre Americano

(*O Americano*, 1842, p. 1).

O jornal farroupilha *O Povo*, cuja sede tipográfica era na capital farroupilha de Piratini, publicou o “Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes”. A seguir, reproduzimos alguns trechos desse manifesto:

Era o Rio Grande uma Província de primeira ordem se se tratava de concorrer para as despesas gerais; entrava quase na última quanto à sua representação no Congresso geral. [...]

Moveu-se a Província em massa compacta e majestosa contra os verdugos de sua honra, contra os espoliadores da sua liberdade, vida e fazenda...pronunciou o terrível anátema contra o nosso opressor e o delegado do Governo Imperial deixou de nos presidir. [...]

Tirou-nos o dízimo do gado muar e cavalariço, e substituiu pelos direitos de introdução às outras Províncias. Nós os pagávamos oneroso em Santa Victória, escandaloso em Rio Negro, insuportável em Sorocaba, pontos preciosos de trânsito de nossos tropeiros aos mercados de São Paulo, Minas e da Corte. (*O Povo*, 1838, p. 2).

Correspondência enviada em 09 de novembro de 1844 pelo então Barão de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante do Exército, em marcha nas imediações de Bagé, a Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro, o moringue), Comandante da 8ª Brigada do Exército, combinando o ataque em Porongos:

CV-3730 Cópia. Reservadíssimo. Amo. Sr. Regule V. Sa. suas marchas de maneira que no dia 14 às 2 horas da madrugada possa atacar a força ao mando de Canabarro, que estará nesse dia no cerro dos porongos. Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento de dia, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. Suas marchas devem ser o mais ocultas que possível seja, inclinando-se sempre sobre a sua direita, pois posso afiançar-lhe que Canabarro e Lucas ajustaram ter as suas observações sobre o lado oposto. No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro. A relação junta é das pessoas a quem deve dar escapula se por casualidade caírem prisioneiras. Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e do seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sobre [sic] pretexto de desconfiança dela. Se Canabarro ou Lucas, que são os únicos que sabem de tudo, forem prisioneiros, deve dar-lhes escapula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem que não sejam presos, pois V. Sá. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província. Se por acaso cair prisioneiro um cirurgião ou boticário de Santa Catarina, Casado, não lhe reviste a sua bagagem e nem consinta que ninguém lhe toque, pois com ela deve estar a de Canabarro. Se por fatalidade não puder alcançar o lugar que lhe indico no dia 14, às horas marcadas, deverá diferir o ataque para o dia 15, às mesmas horas ficando bem certo de que neste caso acampamento estará mudado um quarto de légua mais ou menos por essas imediações em que estiverem no dia 14. Se o portador chegar a tempo de que esta importante empresa se possa efetuar, V. Sá. lhe dará 6 onças, pois ele promete-me entregar em suas mãos este ofício até as 4 horas da tarde do dia 11 do corrente. Além de tudo quanto lhe digo nesta ocasião, já V. Sa. deverá estar bem ao fato das coisas pelo meu ofício de 28 de outubro e por isso julgo que o bote será aproveitado desta vez. Todo o segredo é indispensável nesta ocasião e eu confio no seu zelo e discernimento que não abusará deste importante segredo. Deus vos guarde a V. S^{am}. (AHRs, *Carta do Barão de Caxias*, 1844)

19.2 A imprensa na sala de aula

1. Contra qual tipo de poder os farroupilhas lutavam quando se referiam, como no jornal *O Americano*, em fazer “guerra ao despotismo insano”? Quais são as características do projeto imperial bragantino do ponto de vista das relações de poder entre as províncias?
2. Quais as características e as motivações da Guerra Farroupilha que são possíveis de serem inferidas a partir dos trechos do Manifesto (Texto 02)?

3. Com base no Texto 03, qual foi o acerto entre o Barão de Caxias e Francisco Pedro de Abreu, ou seja, o que foi a “Surpresa de Porongos”?

19.3 Fontes

AHRS — Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Carta do Barão de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército à Francisco Pedro de Abreu, Comandante da 8ª Brigada do Exército*. Rio Grande do Sul, 09 de novembro de 1844. *O Americano*. Rio Grande do Sul, de 24 de setembro de 1842, p. 1. *O Povo*. Piratini, de 05 de setembro de 1838, p. 2.

19.4 Referências

LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

20. A Sabinada (1837–1838)

Manoel Nunes Cavalcanti Junior³⁹

O período da Regência (1831–1840) foi marcado por uma mudança no que diz respeito à administração do Império. No início desse período, o Brasil não tinha ainda nem mesmo dez anos como país independente e vinha de um governo que se caracterizou pela centralização do poder (o Primeiro Reinado, de Pedro I). Dessa maneira, um dos temas centrais nas discussões políticas era justamente a relação entre o poder central da coroa e as províncias.

A bandeira do federalismo, na qual as províncias alcançariam uma autonomia maior, foi uma das principais defendidas pelos liberais. Assim pensavam, principalmente, os liberais exaltados, donos de um discurso de ferrenha defesa da descentralização administrativa. O resultado foi a implantação de uma série de reformas que promoveram um novo arranjo institucional para a nação, com maior espaço de atuação para as províncias e o surgimento de uma elite que intermediaria as relações entre os poderes locais e a Corte (DOLHNIKOFF, 2005).

Tais reformas começaram ainda em 1831 com a criação da Guarda Nacional, passaram pela elaboração do Código de Processo de 1832 e culminaram com a reforma constitucional levada a cabo pelo Ato Adicional de 1834. Dessa última, o maior símbolo do caráter federalista foi a criação das assembleias provinciais, que acabariam por receber atribuições até então inexistentes para as províncias.

Com tudo isso, senhores da regência, os liberais moderados, viram os problemas se avolumarem logo depois da promulgação do Ato Adicional. A eleição para a nova Regência Unia provocou uma cisão dentro do grupo, e a vitória de Feijó, em 1835, consolidou tal divisão. Seu governo se caracterizou por constante crise, em especial com a Câmara dos Deputados, dominada pela oposição, que aos poucos dava forma ao movimento que viria a ser conhecido como *Regresso*.

Os regressistas eram liberais moderados dissidentes e antigos restauradores, aliados do então falecido D. Pedro I e defensores da política centralizadora do Primeiro Reinado. Eles culpavam as reformas descentralizadoras pelas convulsões que ocorriam nas províncias, defendendo o retorno do centralismo político e administrativo. A força do movimento regressista se consolidou com o a renúncia de Feijó, em setembro de 1837, e a ascensão ao cargo do pernambucano Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda. Um dos principais nomes ligados aos regressistas, o novo regente assumiu interinamente, passando a ser definitivo com a vitória na eleição no ano seguinte. Com o controle da regência agora nas mãos dos regressistas, as reformas descentralizadoras estavam com seus dias contados.

O discurso federalista sempre esteve muito presente na política da província da Bahia desde o início do Brasil independente. Propostas de uma relação de maior autonomia com o novo governo sediado no Rio de Janeiro já eram defendidas logo após a expulsão das tropas portuguesas do solo baiano no 02 de julho de 1823. Embora o projeto centralizador de D. Pedro

³⁹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Instituto Federal da Bahia/Campus de Vitória da Conquista (IFBA). Grupo de pesquisa História, Educação, Espaço e Memória (GRUPHEM).

I tenha prevalecido, as ideias federalistas e descentralizadoras permaneciam fortes na política local. Com a abdicação de Pedro I e o advento da Regência, tais ideias tomaram força.

Em 1832, surgiu em Cachoeira, no Recôncavo, um movimento federalista que durou uma semana. No ano seguinte, foi a vez de um evento semelhante surgir na capital da província: rebeldes federalistas tomaram o Forte do Mar, e as forças do governo levaram quatro dias para derrotá-los e ter novamente o controle da fortaleza. Afora as ideias contrárias ao retorno de D. Pedro I ao trono brasileiro e a oposição aos portugueses no controle do pequeno comércio, os ideais em ambos os movimentos passavam pela proposta de instauração de um sistema federalista para a Bahia, onde seria resguardada sua autonomia frente ao governo central na Corte (QUINTAS, 2004).

Controladas essas duas rebeliões, quatro anos depois eclodiria o principal movimento de cunho federalista baiano naquele período. A nova regência de Araújo Lima e seus aliados regressistas mal completara dois meses, quando os federalistas baianos iniciaram uma sedição militar que os levaria ao controle da cidade de Salvador e ao rompimento de laços com o novo governo na Corte. Começando pelo forte de São Pedro, no entardecer do dia 07 de novembro de 1837, os revoltosos controlaram outras guarnições e, pela manhã do dia 08, eram senhores da cidade. O presidente da província, Francisco de Sousa Paraíso, e outras autoridades fugiram para navios ancorados no porto ou para cidades do Recôncavo. O novo governo seria presidido pelo liberal João Carneiro da Silva Rego, tendo como secretário de governo o médico e jornalista Sabino Vieira, um dos grandes pensadores da causa federalista e cujo nome batizou a revolta (TAVARES, 2008).

Luís Tavares (2008) chamou a atenção para o caráter eclético da Sabinada. Apesar da independência da Bahia ser proclamada em relação ao Rio de Janeiro, os sabinos não proclamaram uma república. Para Amaro Quintas (2004), os federalistas foram mudando suas propostas ao longo do movimento. Se antes defendiam as virtudes de um modelo republicano aos moldes do que acontecia nos Estados Unidos, após a vitória seus líderes, passaram a defender a independência da Bahia em relação ao Rio de Janeiro somente durante a menoridade de D. Pedro II, não defendendo o fim da monarquia. A república, segundo seus defensores, surgiria naturalmente com o passar do tempo, sem necessidade de lutas armadas. No geral, a Sabinada se opôs à nova Regência de Araújo Lima e à centralização administrativa. Além disso, houve uma condenação à aristocracia e a defesa do fim do trabalho escravo (TAVARES, 2008).

O conflito gerado pela Sabinada teve uma configuração muito parecida com a Guerra de Independência: enquanto os sabinos conseguiram controlar a cidade de Salvador, as tropas governistas fizeram o cerco a partir do Recôncavo e com o controle da Baía de Todos os Santos. As escaramuças entre as tropas se desenrolaram ao longo dos meses finais do ano de 1837 e início de 1838. Em março de ano 1838, as tropas federalistas tentaram romper o cerco avançando por entre as fileiras governistas do Recôncavo e planejando fincar um ponto de resistência na retaguarda das forças governistas, em Feira de Santana. No entanto, foram abatidos e logo começou o avanço final sobre Salvador.

No dia 13 de março, a força militar governista, contando com apoio de tropas de outras províncias e da Corte, avançou sobre a capital. Uma luta renhida entre os dois lados oponentes levou a disputa até o dia 15. Ao final da luta, 160 prédios da cidade foram consumidos pelo fogo, com um total de 594 mortos do lado governista e 1.091 entre os rebeldes, além de 2.989

presos. Para estes, começaria um doloroso processo de expurgos e punições, só encerrado em 1840, quando foi dada a anistia com a proclamação da Maioridade de D. Pedro II (QUINTAS, 2004). Findava-se, assim, o último grande movimento armado daquele conturbado período da história da Bahia.

20.1 O que disse a imprensa sobre a Sabinada (1837–1838)

No dia 22 de novembro de 1837, o jornal *O Sete de Novembro*, porta-voz dos sabinos na imprensa, publicou uma proclamação destinada aos habitantes do Recôncavo, região onde se concentrava a resistência governista.

Habitantes do Recôncavo! Não podendo o Governo do Estado da Bahia ser indiferente aos males com que ainda hoje vos pretendem oprimir uma rédua de fofos aristocratas, que a custa de vosso sangue, e de vossa liberdade só tem em vista a defesa de seus lucros, ainda, que para isso se extinga o doce nome da Pátria, e com esta desça ao abismo um número infinito de seres Americanos, e não podendo outrossim deixar de abrir vossos olhos em frente da justiça, e vossos ouvidos à voz da razão; sempre solícito em fim em promover com todas as forças a seu alcance vossa paz, união, e felicidade, cumpre, que sem cessar vos fale a linguagem da verdade. Habitantes do Recôncavo! Não vos deixeis fascinar pelos vossos opressores, pelos vossos verdadeiros inimigos! Cerrai vossos ouvidos à fraseologia fraudulenta dessas sanguessugas do Povo! Uni-vos aos vossos irmãos Baianos, que pelo seu comportamento bem tem demonstrado suas justas e bem fundadas intenções! Não abandoneis vossas famílias, para desta arte atenderdes vossos cruentos inimigos, que debaixo de uma fingida amizade à Pátria (nome para eles fantástico, e abominável) vos pretendem armar e matar deixam-se porém eles acoberto do furor dos homens livres, que jamais tributarão respeito ao monstro horrendo do despotismo! Sim, eles emigrarão: suas vistas são a sua defesa, e o vosso extermínio; eles dizem, que estão prontos a empunharem as armas; porém onde não vejam o menor vislumbre de perigo: entretanto que vós, e só vós estais para eles no caso de expordes vossos peitos às balas, de que só eles são merecedores. Sim! Se saíram da Capital (onde nadam a paz e a união Baiana) para nos fazerem a guerra, ou melhor, para sustentarem seus interesses particulares, a eles compete virem batermos; e não a vós que nenhum interesse tendes, na derrama de sangue de vossos caros compatriotas, e nem no desamparo de vossas queridas famílias! Sim! Eles, que venham; e conhecerão então de quanto é capaz um filho da Liberdade! Deponde as armas: entrai nos vossos misteres; e comigo entoemos todos, com inefável gosto, vivas eternos à Religião; ao Sr. D. Pedro II; à Independência da Bahia, durante a menoridade deste; e a todos os Baianos dignos desse nome, tão brilhante na História das Nações.

Palácio do Governo do Estado da Bahia 21 de Novembro de 1837. – João Carneiro da Silva Rego – Vice-Presidente. (*O Sete de Novembro*, 1837, p. 02–03).

Outra proclamação, também dirigida aos habitantes do Recôncavo, foi publicada no *Diário de Pernambuco* em dezembro de 1837. Agora era o presidente da província deposto pelos sabinos quem se dirigia àquela população.

Habitantes do Recôncavo! As circunstâncias ocorridas na Capital da Província, e que ora nos consternam, exigiram que eu dela me retirasse, e me ache hoje entre vós. Eis-me pois ao vosso lado. O patriotismo, e amor à Constituição da Monarquia, e à Sagrada Pessoa do Imperador Senhor D. Pedro 2º, que nos caracterizam, exigem que não percais tempo em correr às armas contra esse bando de desprezíveis, e aventureiros, que ousadamente abusou da fé da tropa para calcar aos pés os mais sagrados de nossos Direitos, e levar a efeito seus danados, e ambiciosos intentos, como se fôssemos capazes de passar pela baixeza de sujeitarmo-nos ao seu criminoso mando. Todas as medidas estão tomadas para marcharmos sobre a Capital em manutenção da Integridade do Império, e legalidade do Governo. A mesma tropa, que por aqueles perversos foi iludida para insurgir-se; conto que estará arrependida de ter manchado com tão negra nódoa uma classe tão distinta, e tão honrosa, e que refletindo sobre o criminoso passo que dera, não mais quererá cooperar para fartar-se a ambição de seus sedutores. Da Cidade de S. Amaro donde vos falo, sigo hoje para a da Cachoeira: nesta portanto continuarei nas mais enérgicas providências para o triunfo da causa da lei, ajudai-me, e a Capital da Província será salva. Viva a Religião! Viva S. M. o Senhor D. Pedro 2º! Viva a Constituição! Vivam os Habitantes da Província defensores da Legalidade! Cidade de Santo Amaro 13 de Novembro de 1837. Francisco de Souza Paraíso. (*Diário de Pernambuco*, 1837, p. 03).

20.2 A imprensa na sala de aula

Para a discussão deste assunto, propõe-se a produção de um texto contendo entre 20 e 30 linhas por parte de cada aluno. Os estudantes se colocarão como habitantes do Recôncavo da Bahia que leram nos jornais as duas proclamações citadas. A partir do conteúdo de cada uma delas, eles deverão decidir para qual atenderão o apelo. O texto consistirá em uma carta endereçada ao presidente da província governista, no qual serão apresentadas as justificativas da escolha de um dos lados no conflito.

20.3 Fontes

Diário de Pernambuco, Recife, 22 de dezembro de 1837, p. 03.

O Sete de Novembro. Bahia, 22 de novembro de 1837, p. 02–03.

20.4 Referências

QUINTAS, Amaro. O Nordeste e a Bahia. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, v. 4. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed. São Paulo: Editora da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

20.5 Para saber mais

LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837–1838)*. São Paulo: Alameda, 2013.

SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia – 1837*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HISTÓRIAS da Bahia: a Sabinada. Direção: Rede Anísio Teixeira. Brasil, XXXX. 1 vídeo (4min). Disponível em: <https://youtu.be/X5rn43EiNck>. Acesso em: 08 nov. 2022.

21. A Balaiada (1831–1840)

Edyene Moraes dos Santos⁴⁰

A Revolta da Balaiada, um movimento popular também conhecido como Guerra dos Bem-te-vis, foi um dos mais significativos levantes regionais ocorridos durante o período regencial. Desencadeado e chefiado por caboclos e escravos, esse movimento social teve seu estopim na província do Maranhão, contudo, sua luta reverberou para além dos limites provinciais, possuindo ramificações no Piauí.

Como antecedentes, é necessário considerar a influência das condições gerais de um período de instabilidade política e econômica vivenciada durante a fase regencial. No Maranhão, o acirramento das disputas intraoligárquicas entre os representantes dos partidos Bem-te-vi/Liberal e Cabano/Conservador somou-se à profunda crise econômica pela qual atravessava a província no período, agravada pelo “derrame de moedas falsas e pela retração do meio circundante”, assim como pela falta de assistência econômica da Corte (ASSUNÇÃO, 2015, p. 03). Embora a província representasse o quinto maior orçamento, o Império não recebia recursos suficientes para atender às suas demandas (JANOTTI, 1991, p. 41).

As disputas entre os partidos foram motivadas, entre outras coisas, pela chegada ao posto de presidente da província do cabano/conservador Vicente Camargo, em 1837, disposto a privilegiar apenas seus aliados políticos para os cargos da burocracia estatal, deixando de fora a parcela dos bem-te-vis/liberais, desejosos em ocupar importantes postos de mando. Essa disputa se tornou ainda mais acirrada com o assassinato do líder liberal Raimundo Teixeira Mendes, em 1838, na cidade de Caxias (ASSUNÇÃO, 2015). No mesmo ano, a publicação do jornal *Bem-te-vi* ajudou a “dar coesão ideológica aos revoltosos”, pois essa visão de um liberalismo mais radical “havia penetrado no seio das ‘massas’ maranhenses, ou seja, a população livre, desde fazendeiros até camponeses mais pobres. Chegou até a influenciar alguns escravos” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 330).

A aprovação da Lei dos Prefeitos e o recrutamento compulsório para a Guarda Nacional foram a motivação imediata para o estopim do conflito. Então, em 30 de dezembro de 1838, a Vila da Manga foi invadida por um grupo de homens com o objetivo de libertar da cadeia pública o irmão do vaqueiro Raimundo Gomes, que se tornaria uma das lideranças populares junto ao artesão e fabricante de balaios, Manoel dos Anjos Ferreira, e ao quilombola Cosme Bento de Chagas. Esse grupo deflagrou o conflito que adentrou o sertão e envolveu desde ricos plantadores, classe política e poder central, até os estratos menos favorecidos da sociedade.

À medida em que o conflito avançava no sertão do Piauí, o movimento ganhava “apoio de homens da elite piauiense que viam, na revolta em curso, a possibilidade de desestabilizar o governo do presidente Sousa Martins e, quem sabe, destituí-lo do cargo” (CASTELO BRANCO, 2020, p. 09). Os habitantes da cidade de Oeiras, então capital da província, apreensivos com a morte em combate do militar Manuel Clementino e a derrota das tropas legalistas pelos balaios na cidade de Caxias, no sertão maranhense, passaram a ter como principal fonte de informação o jornal *O Telégrafo*, impresso de responsabilidade da Imprensa

⁴⁰ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente do curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Campus Codó).

Oficial que possuía linha editorial ligada ao governo de Manuel de Sousa Martins, o Barão da Parnaíba. Igualmente, no Maranhão, os principais jornais que faziam a cobertura dos acontecimentos foram o *Bem-te-vi* e a *Crônica Maranhense*; também no Piauí, a imprensa teve papel fundamental, tanto na divulgação do levante quanto na construção das ideias em torno dos envolvidos e dos fatos.

Na província do Piauí, embora os estudos sobre o tema tenham ganhado maior força apenas na década de 1970, a Balaiada possui duas grandes vertentes de análise: a primeira considera o movimento como uma expressão das lutas entre as oligarquias locais, cujas camadas populares são caracterizadas como grupos manipulados pelos liberais piauienses; já a segunda apresenta como protagonistas as massas de excluídos sociais que participaram ativamente da luta (DIAS, 2003).

Na historiografia recente, há um movimento crescente em torno da ideia do protagonismo dos balaios e da sua capacidade de articulação nas reivindicações de melhorias nas condições de vida das províncias. Segundo Assunção (2015), essas classes acrescentaram ao movimento a ideia de um liberalismo popular, demonstrando que havia certo contato e conhecimento das ideias circundantes. A Balaiada pode ser tomada como uma manifestação da capacidade de articulação e luta pelas massas populares marginalizadas, mas não alheias às complexidades da realidade à sua volta.

21.1. O que disse a imprensa sobre a Balaiada

As primeiras informações a respeito do início do conflito foram:

Notícias extraordinárias: Consta-nos que há poucos dias uma partida de proletários, (ao muito 15 homens) atacaram o quartel do destacamento da Vila da Manga, do qual se apossaram, por haver ali poucos soldados, roubando depois o armamento, soltando os presos, prendendo o ajudante João Onofre, e fazendo fugir o Subprefeito. Até as últimas notícias ficavam ainda estes homens na vila; mas atento o seu pequeno número, e de crer que sejam facilmente dispersados ou presos por um destacamento de 30 homens que saiu em busca deles desta capital no dia 21 do corrente, seja ou não tiverem sido pelas forças que por lá mesmo se devem ter reunido. Ainda não sabemos ao certo da ocasião e motivos deste desaguisado, posto que vagamente tenhamos ouvido falar em odiosas vexações praticadas ali contra os homens de cor, por meio do recrutamento, que em alguns pontos tem sido até um grande ramo de negócio; porventura os presos que se soltaram seriam recrutas. O descontentamento de uns, a turbulência de outros, a audácia de alguns facinorosos, como por exemplo um dos chefes do bando, que nos dizem ser muito conhecido pelos seus crimes, ajudado tudo do despotismo das prefeituras, eis o que provavelmente deu causa a esta desagradável ocorrência. Como quer que seja, não há motivo algum para se nutrirem sérios receios; aqueles loucos, sem força nem inteligência, a esta hora talvez tenham sido já batidos, e nem se teriam arrojado a tanto [...]

Depois de havermos escrito o artigo acima, soubemos que o chefe dos amotinados da Manga, é um tal de Raimundo Gomes, que foi vaqueiro do padre Ignacio, no Mearim. Não devemos calar que já correm por ali uns vagos rumores de que essa tropa já se eleva a 70 homens [...], mas ainda insistimos em dizer que não há motivo para grandes receios, posto que aquelas paragens sejam infestadas de muitos malfeitores. (*Crônica Maranhense*, 1838, p. 380).

O avanço da revolta na província do Piauí e o pedido de ajuda do presidente da província do Maranhão:

Não nos ocuparemos com a narração das excursões do facioso Raimundo Gomes no território desta Provincia; porque além de ser já sedição este fato, quase nenhuma, ou muito tênue influência teve na subsequente revolta, que trabalhamos em suplantar: principiaremos da época em que pelo Prefeito de Caxias, e exímio Presidente do Maranhão foi requisitado nosso auxílio, e quando já os facciosos punham ou preparavam o assédio àquela cidade. Nos termos que acima referimos, sem armamento suficiente, nem munição, somente com o número de 60 a 70 praças do Corpo Policial, não era possível ao Governo dar, como tanto desejou, um prestante auxílio aos sitiados; e em quanto por suas proclamações chamava ás armas os piauienses, incitando-os a honra de defender a seus irmãos do norte e às suas propriedades ameaçadas, e convidando-os a trazerem as armas, que tivessem, ainda que clavinas fossem, por cartas particulares empenhava sua influência para com a maior celeridade reunir os povos para tão glorioso como justo fim. (*O Telégrafo*, 1838, p. 02).

O número de mortos e feridos durante a revolta no sertão:

Todavia vejamos o que diz a Crônica – o estado de Caxias é verdadeiramente triste, segundo o pintam vários lavradores que de lá tem vindo a Codó e Mearim. Os diferentes grupos rebeldes já tem uma força superior a dois mil homens, e uns duzentos legalistas se acham cercados por um crescido número de inimigos. O número de indivíduos mortos ou em combates, ou a sangue frio, depois da restauração de Caxias, e sua segunda perda, computa-se em mais de trezentos. Para este espantoso resultado tem concorrido a falta de socorros do senhor Sergio [de Oliveira], a retirada da tropa do Piauí para o outro lado do Parnaíba, onde está sendo simples expectadora de tais horrores, a intolerância, e aas vinganças de uns chefes de guerrilhas legalistas. (*O Militar*, 1839, p. 14).

A proclamação de Luís Alves de Lima e Silva, que solicitou aos rebeldes a deposição das armas:

Chegando ao meu conhecimento uma declaração assignada por Raimundo Gomes Vieira [...] e outros seus consócios, que a frente de brasileiros enganados por traidores e inimigos do país, se armaram contra o governo legal e condoído do miserável estado em que se acham errantes pelas matas, sem socorros, e sem esperanças; os chamo a ordem, e lhes ordeno, que deponham as armas, para gozarem do perdão, que lhes concede o Regente em nome do nosso muito amado Imperador o Sr. D. Pedro II. Brasileiros iludidos, já basta de tanto sangue derramado inutilmente. — Quereis viver sempre errantes nesses sertões, como escravos fugitivos? Ou como feras perseguidas pelas numerosas tropas do Governo? (*O Telégrafo*, 1840, p. 03).

21.2 A imprensa na sala de aula

Atividade 01

A narrativa sobre os balaios, os populares e os quilombolas presente na historiografia tradicional tem sido retratada, nos últimos anos, de forma revisada e com um novo enfoque ao protagonismo dessa camada popular como líderes da revolta. Na contramão do movimento revisionista, há toda uma construção feita pelos jornais da época, os quais retratam esses grupos conforme as intenções e posições políticas. Sugerimos a comparação entre o modo como as fontes jornalísticas retrataram esses estratos sociais, a identificação dos objetivos dessa narrativa e a forma como ela se difere dessa nova interpretação da historiografia atual.

Atividade 02

Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, ganhou a alcunha de “Pacificador” por sua participação em vários levantes durante a Regência e o Segundo Reinado. É possível encontrar nos jornais a reprodução da ideia do Duque de Caxias como um representante do governo central mandado às províncias para “civilizar as massas sublevadas”. Sugerimos como atividade fazer um levantamento nos jornais sobre as formas como esse personagem foi retratado e como sua participação na Balaiada serviu para reforçar essa ideia de redentor.

Atividade 03

Tendo como base a versão narrada nos periódicos sobre a Balaiada, sugerimos produzir uma história em quadrinhos sobre o tema ou um álbum seriado com trechos extraídos dos jornais, e debater em sala de aula como a imprensa noticiaria esse tema nos dias atuais.

21.3 Fontes

Crônica Maranhense. Maranhão, 21 de dezembro de 1838, p. 380.

O Militar. São Luís, 11 de dezembro de 1839, p. 14.

O Telégrafo. Caxias, 03 de novembro de 1839, p. 02.

O Telégrafo. Caxias, 13 de agosto de 1840, p. 03.

21.4 Referências

ASSUNÇÃO, Mathias Röhring. *De Caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800–1850)*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2015.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e Política no Piauí na primeira metade do período monárquico. *Revista Ágora*. Vitória v. 31, n. 1, p. 01–22, 2020.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia*. João Pessoa: ANPUH, 2003, p. 01–09.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

21.5 Para saber mais

BALAIADA, um filme de Beto Nicácio. Direção: Beto Nicácio. Brasil: Lume Filmes Oficial, 2020. 1 vídeo (9min27s). Disponível em: <https://youtu.be/bX4xAx1LmYI>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BALAIADA – A Guerra do Maranhão. Direção: XNXX. Brasil: Dupla, 2020. 1 vídeo (10min05s). Disponível em: <https://youtu.be/85prpA3snrk>. Acesso em: 12 nov. 2022.

UMA HISTÓRIA de Amor e Fúria. Direção: Luiz Bolognesi e Jean de Moura. Brasil: RayiZer, 2013. 1 vídeo (1h14min28s). Disponível em: <https://youtu.be/PnWqfACO7as>. Acesso em: 12 nov. 2022.

22. A insurreição Praieira e a crise política em Pernambuco na década de 1840

Bruno Augusto Dornelas Câmara⁴¹

A Insurreição Praieira, deflagrada na Província de Pernambuco em 1848, foi o último dos grandes movimentos rebeldes que ameaçou a ordem imperial em fins da primeira metade do século XIX. Com ela, encerra-se o que a historiografia chamou de “Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste”, o qual foi uma série de levantes regionais que ameaçou a unidade nacional.

A Praieira foi um confronto dentro da própria oligarquia, uma disputa entre facções, isto é, grupos políticos locais que tinham interesses conflitantes. Ela é parte da disputa político-partidária que ocorreu na província de Pernambuco entre 1842 e 1849. Vale destacar que, para além das oligarquias, a Praieira é também um movimento de várias facetas o qual envolveu indivíduos de todos os estratos sociais.

Os eventos que levaram ao confronto armado são parte dos arranjos políticos feitos na década de 1830, ainda nas tensões do período regencial. De meados para o fim da década de 1830, houve uma aproximação entre a aristocracia açucareira pernambucana que uniu as famílias Rego-Barros (a principal liderança do Partido Conservador na província) e Cavalcanti (que liderava o Partido Liberal). Desse arranjo político, em 1837, foi nomeado Francisco do Rego Barros (futuro Barão da Boa Vista), que pouco a pouco adquiriu prestígio próprio devido as suas habilidades políticas. Tanto o Partido Conservador quanto o Liberal estavam em consonância com a política do Barão. A postura conciliatória do Barão, buscando apaziguar a oposição, certamente facilitou sua permanência na presidência da província de Pernambuco entre 1837 e 1844.

O clima de conciliação não perdurou muito. Em 1842, ocorreu um racha dentro do Partido Liberal. Uma ala dos deputados rompeu com as lideranças oficiais, inclusive se colocando contra a presidência do Barão. Os dissidentes organizaram um novo partido, denominado de Partido Nacional de Pernambuco (conhecido mais tarde como Partido Praieiro). Os praieiros acusavam o Barão de monopolizar os cargos públicos de mando, bem como os contratos de serviços nas obras públicas, tudo em benefício das pessoas ligadas ao Partido Conservador ou mesmo dos próximos à chefia do Partido Liberal. Entre esses cargos públicos, destaca-se pelo menos três: o da Guarda Nacional; o da Justiça de Paz; e o da Polícia Civil. Daí por diante, conservadores e praieiros passaram a se confrontar na imprensa e no cenário político (MARSON, 1987).

Antes do conflito chegar às vias de fato, o movimento praieiro começou na imprensa. Em Pernambuco, os jornais e periódicos eram numerosos, tanto do lado dos liberais quanto do lado dos conservadores. Criado para fazer oposição ao *Diario Velho* (como era conhecido o jornal *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825, e que naquele momento tinha vínculos com a

⁴¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor adjunto do Curso de Licenciatura em História da Universidade de Pernambuco (UPE/Campus Garanhuns). Docente permanente do Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas (PROCADI). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

facção conservadora), os praieiros criaram o *Diário Novo*, o núcleo emissor das ideias e das práticas políticas do Partido Praieiro, o qual era impresso na Tipografia Imparcial de Luís Inácio Ribeiro Roma, localizada na rua da Praia (daí veio o nome popular do novo partido). Reza a lenda que esse jornal chegou a ter tiragem de dois mil exemplares. A imprensa praieira foi o principal meio de arregimentação dos indivíduos, divulgando projetos e ideias, além de atacar os adversários e visar a arregimentação de eleitores.

O ano de 1844 marcou a chegada dos praieiros e seus correligionários ao poder. A conjuntura que levou os praieiros ao poder em Pernambuco começou lá na Corte do Rio de Janeiro. Em fevereiro daquele ano, caía o gabinete conservador e ascendia ao poder um novo gabinete, formado por liberais. Para governar Pernambuco, foi nomeado, ainda em 1844, o baiano Antônio Pinto Chichorro da Gama, o qual tomou posse em 11 de julho de 1845 e logo se aliou aos praieiros. Não bastasse isso, ainda em 1844, houve eleição na província para a nova Câmara dos Deputados, que coincidiu justamente com a eleição de vereadores para a Câmara Municipal do Recife e dos juízes de paz (CAVALCANTI JUNIOR, 2001). Os praieiros saíram vencedores na maioria das urnas. Com poder político e de polícia nas mãos, estava definido o predomínio praieiro.

Para desarticular os conservadores (chamados pejorativamente de “guabirus” pela imprensa praieira), a mais radical providência foi a demissão em massa de cerca de 650 autoridades, entre delegados da polícia civil e algumas dezenas de comandantes de milícias e guardas nacionais. Outros proprietários rurais e urbanos, vinculados aos praieiros, foram nomeados para essas posições. Além disso, foram tomadas outras medidas arbitrárias. Delegados praieiros invadiram os engenhos dos seus adversários políticos, sob vários pretextos legais, principalmente para apreender armas do Estado, aprisionar criminosos e recuperar escravos furtados. Isso gerou vários conflitos armados e mortes (CARVALHO; CÂMARA, 2008).

Durante quatro anos, os praieiros foram senhores absolutos do poder. Porém, em 1848, tudo mudou. Na Corte do Rio de Janeiro, o gabinete ligado aos liberais caiu, e ascendeu um vinculado aos conservadores. Nesse efeito cascata, em 26 de abril de 1848, Chichorro da Gama deixava o cargo. Por meses, novos presidentes se sucederam no cargo, aumentando ainda mais a tensão entre praieiros e guabirus.

A reviravolta começou mesmo quando o mineiro Herculano Ferreira Pena assumiu o cargo — ele era um antigo adversário dos deputados praieiros no Rio de Janeiro. O efeito foi rápido, e os praieiros começaram a perder terreno político e poder. A gangorra política reverberou nos cargos públicos. Uma série de demissões foram feitas, sobretudo de autoridades ligadas aos liberais. Eles foram prontamente substituídos por gente vinculada aos conservadores. Essas demissões não passaram batidas, e logo a imprensa praieira passou a serrar críticas ferozes. Deputados praieiros também fizeram pressão, avisando ao presidente da província que as demissões levariam à conflagração de um conflito armado. Quem no passado tinha um cargo de mando e perseguiu seus adversários e desafetos políticos estava agora receoso com o retorno dos guabirus ao poder.

Em toda a província, sobretudo naquelas localidades onde no passado havia ocorrido a inversão do poder e a substituição dos cargos de polícia, a tensão se fazia latente. Havia focos de tensão até no sertão, em Floresta e Pajeú das Flores. O cenário do conflito armado e das

sangrentas batalhas chegaram aos engenhos de açúcar, às fazendas, às vilas e aos povoados do interior. Houve até excursões pontuais dos revoltosos a outras províncias, como Paraíba e Alagoas. Porém, a repressão por parte do governo foi dura, sobretudo com a nomeação do coronel José Joaquim Coelho (que, mais tarde, pelos serviços prestados ao Império, foi elevado e congratulado com o título de Barão de Vitória). A atuação das tropas de linha fez com que as forças rebeldes fossem paulatinamente perdendo espaço. A vigilância na cidade foi redobrada, e a saída de homens, armas e munições foi rigorosamente controlada.

22.1 O que disse a imprensa sobre a Insurreição Praieira

A Praieira foi fartamente narrada na imprensa ainda quando o confronto armado se desenrolava no interior da província. Tanto os jornais vinculados aos praieiros quanto os da oposição buscavam convencer os seus leitores a formar uma opinião pública favorável às suas respectivas causas. O trecho que segue foi tirado do *Diario de Pernambuco*, órgão ligado aos conservadores, e publicado no dia 18 de dezembro de 1848, cerca de um mês depois do início do conflito. A intenção do articulista era legitimar as ações do presidente da província, Herculano Ferreira Pena, e difamar a imprensa praieira e os revoltosos.

Sabemos que muitos de nossos leitores, e principalmente aquelles que mais vivo interesse teem mostrado pelo triumpho da causa da legalidade, notam que não acompanhemos passo a passo os jornalistas da revolta para defendermos o Sr. Ferreira Penna das atrozes calumnias e injurias que diariamente lhe dirigem. Este reparo pode ser filho das mais puras intenções, porque nós mesmos somos os primeiros a reconhecer a obrigação que nos corre de defender o distincto Mineiro, que tão incansavel se ha mostrado em estabelecer o imperio da lei, aniquilando a revolta que actualmente flagela a nossa provincia.

Quando a opposição propriamente dita accusa o governo por quaisquer acto que tenha praticado, provando primeiro que tudo a existencia deppes, torna-se discussão só facil, mas até agradável ao jornalista que conscienciosamente o defende; mas, quando os diretores de uma facção que se insurge armada contra as autoridades legitimas, recorre a imprensa somente para atenuar seus crimes, inventando factos que nunca existiram, attribuindo-os ao governo, não sabemos de todo que resposta se possa dar-lhes em tom sério, único que he proprio do Diario [de Pernambuco] unico que convém nas actuaes circunstancias. He este o caso em que nos temos achado por muitas vezes; e quando guardamos silencio he porque estamos certos de que os habitantes da capital, que testemunham os factos, que observam o comportamento, que ouvem as palavras do actual presidente, saberão fazer-lhe justiça, tendo na merecida conta as declamações dos seus adversarios. Talvez que por ellas se deixe iludir um ou outro leitor do Diario Novo, do Guarda Nacional, ou da Voz do Brasil, que não resida na capital de Pernambuco, mas temos a profunda convicção de que entre todas as

peçoas que conhecerem o Sr. Ferreira Penna, ou que tiverem observado o seu procedimento nos diversos e eminentes cargos que ha exercido, nenhum haverá que o julgue capaz de cometer nem de autorisar um só dos milhares de atentados que os revoltosos lhe imputam a cada momento.

Se para justifica-lo no conceito dos homens imparciaes fosse ainda necessaria alguma explicação de nossa parte, nós a dariamos com muita facilidade, observando: 1º, que a primeira necessidade dos revoltosos he desconceituar, seja por que meios fôr, o presidente da provincia, que com tanta dignidade tem sabido cumprir o seu dever na crise actual; 2º, que esses mesmos revoltosos, na cegueira de seu odio contra a politica que triumphou em 29 de setembro, descrevem em horroroso estado de opressão outras provincias, que alias se conservam pacificas e satisfeitas com a administração dos respectivos presidentes; 3º, finalmente, que elles proprios teem a franqueza de confessar que os seus jonaes mentem como CINCOENTA para serem acreditados ao menos como CINCO fora de Pernambuco.

Assim, vê-se, que será sempre desvantajosa a posição de quem entra em polemica com homens que seguem tal systema, e não devem por isso admirar os nossos leitores que muitas vezes deixemos de fazê-lo. A defesa do Sr. Ferreira Penna resume-se nas proprias palavras que muita gente lhe tem ouvido, isto he, que de todas as calumnias e injurias que lhe dirigem os revoltosos, de todos os sacrificios que houver de fazer durante a sua administração, dar-se-há ele por bem indemnizado, cumprindo fielmente os deveres da honrosa missão que lhe está confiada, e conseguindo o completo restabelecimento da tranquillidade da provincia, que he hoje o unico objecto de suas atenções e de velos. (*Diario de Pernambuco*, 1848, p. 02).

22.2 A imprensa na sala de aula

Antes de propor uma atividade, é necessário destacar o importante papel que a imprensa teve nos movimentos de insatisfação e rebeldia que marcaram a primeira metade do século XIX em Pernambuco, divulgando o pensamento liberal com tons, muitas vezes, republicanos e federalistas. Na década de 1840, o jornalismo político em Pernambuco já estava bastante consolidado. Vale destacar que muitos jornais tiveram periodicidade rápida, vivendo apenas até a motivação política de sua criação se extinguir.

Como documento de uma época, os jornais e os periódicos são excelentes fontes de trabalho para o professor de História, uma vez que funcionam como uma espécie de janela do tempo, na qual os leitores do futuro podem enxergar no passado as tensões e as contradições inerentes ao período em foco. Apesar da riqueza da fonte, o interessante é que, ao longo do século XX, a maior parte da população brasileira era composta por analfabetos.

Mesmo contando com uma parcela mínima de letrados, é possível pensar que esses jornais alcançavam um público mais amplo, formado de gente que não dominava a leitura. Era muito comum a leitura em voz alta em locais públicos. Os redatores e tipógrafos se utilizavam disso em alguns recursos, como o uso de palavras em negritos, em itálico, trechos em maiúsculos, mãozinhas desenhadas apontando para as partes importantes do texto, etc. A intensão era que, justamente nesses trechos destacados, o responsável por fazer a leitura em voz alta desse as devidas entonações para reforçar a mensagem aos ouvintes.

A dinâmica que propomos é justamente essa: a construção de um texto jornalístico ao estilo do século XIX, de caráter político, o qual deve fazer uso (ou não) de um evento do passado (fica a dica: pode ser a produção de um jornal sobre a Insurreição Praieira). Feito o texto, com todos os recursos tipográficos possíveis, um aluno deve ser escolhido para fazer a leitura em público, dando a entonação correta e tentando convencer os ouvintes pela sua oratória e pelos argumentos discutidos. Essa dinâmica não só valorizará a produção textual, muito importante na contemporaneidade, mas também a oralidade e o movimento cênico da leitura em público. Essa atividade pode até ser trabalhada numa perspectiva interdisciplinar com o docente da disciplina de Língua Portuguesa.

22.3 Fonte

Diário de Pernambuco. Pernambuco, 18 de dezembro de 1848, p. 02.

22.4 Referências

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 08, nov. 2008.

CAVALCANTI JUNIOR, Manuel Nunes. “Praieiros”, “Guabirus” e “Populança”: as eleições gerais de 1844 no Recife. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2001.

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842–1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

22.5 Para saber mais

Para quem deseja se aprofundar nas pesquisas referentes aos jornais da época da Praieira, uma dica importante é ir direto às fontes. A primeira opção é o site da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital). Lá é possível encontrar reproduções digitais dos jornais e dos periódicos, provenientes de coleções da Biblioteca Nacional do Brasil. Dessa forma, é possível ter acesso à coleção do *Diário Novo* e do *Diário de Pernambuco*, entre mais de trinta títulos disponíveis para o período. A segunda opção é a Coleção de Jornais Século XIX – Recife, composto por mais de 600 títulos, disponibilizada também de forma digital no site da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). A grande vantagem desses sites são as ferramentas de busca que permitem uma pesquisa rápida e segura.

23. 1834: A Rusga em Mato Grosso

Nauk Maria de Jesus⁴²

Na noite de 30 de maio de 1834, na cidade de Cuiabá, província de Mato Grosso, soldados da Guarda Nacional e cidadãos comuns, sob o comando de dois oficiais, tomaram o quartel controlado pela Guarda Municipal. Organizados em escoltas e armados, dispersaram-se pela cidade. Após o toque de alerta dado pela corneta, arrombaram casas e comércios, perseguiram, mutilaram corpos e mataram alguns dos portugueses e adotivos.⁴³ Explodia a Rusga⁴⁴ na fronteira oeste do Império do Brasil, revolta com perfil antilusitano que faz parte das rebeliões ocorridas no período regencial. Tal período foi marcado politicamente pela formação de facções e projetos políticos distintos: a dos liberais exaltados⁴⁵, a dos liberais moderados⁴⁶ e a dos caramurus⁴⁷ que disputavam o poder e os cargos públicos (BASILE, 2007).

Os rusguentos tinham como argumento central para o fato de que reagiam ao plano dos adotivos para assassinar brasileiros natos. No entanto, diferentes motivações estiveram presentes, assim como uma experiência política e de luta gestada anteriormente. Antes de 1834, as tensões entre as elites provinciais, os boatos sobre conspirações e ameaças contra os portugueses e adotivos, as mobilizações dos soldados contra as condições de trabalho e a repercussão de um ideário liberal e antilusitano do contexto da abdicação de Dom Pedro I já estavam presentes em Cuiabá (LIMA, 2016, 2020).

Além disso, pontos de vistas distintos ecoaram, pois, enquanto parte da elite política e de oficiais pertencentes à Guarda Nacional buscavam conquistar o poder, os soldados e a camada miúda, livre e pobre, desejavam melhores condições de vida (AGUIAR, 2021). A Rusga, portanto, não resultou de ações espontâneas dos soldados embriagados, livres e pobres (LIMA, 2020). Ela foi planejada por membros da Sociedade dos Zelosos da Independência com o objetivo de instituir uma nova ordem política na província.

Essa associação foi criada em Cuiabá em 1833 por Antonio Luís Patrício da Silva Manso, que teve boas relações com a administração central do Império, após a Abdicação de Dom Pedro I em 1831, e foi eleito para a cadeira da província na Câmara dos Deputados em 1833. Nesse mesmo ano, outros membros ocuparam espaços eletivos da província (LIMA, 2020).

A Sociedade defendia a independência do Brasil, ocorrida em 1822, e a constituição imperial. Era constituída por profissionais liberais, militares de carreira e parte da elite. Estavam

⁴² Professora na Universidade Federal da Grande Dourados.

⁴³ Homens nascidos em Portugal, fossem eles estrangeiros ou “brasileiros adotivos” naturalizados de acordo com a Constituição do Império.

⁴⁴ As informações apresentadas têm como base os trabalhos de AGUIAR (2021), LIMA (2016) e SIQUEIRA (1992).

⁴⁵ Defendiam reformas políticas e sociais, como a república federativa, a extensão gradual da cidadania política e civil a todos os segmentos livres e o fim gradual da escravidão.

⁴⁶ Favoráveis à limitação dos poderes do imperador e à manutenção dos direitos assegurados pela Constituição. Defendiam a manutenção da ordem imperial, o funcionamento da Câmara dos Deputados e a autonomia do Judiciário.

⁴⁷ Defensores de um governo autoritário e conservador, em alguns casos de cunho restaurador conforme o modelo vigente no primeiro reinado.

organizados em dois grupos: o dos liberais exaltados e o dos moderados, embora as perspectivas dos exaltados predominassem no seu interior. Ela defendia um “Brasil para os brasileiros” e tinha como objetivo principal tomar o poder político na província de Mato Grosso e ocupar os mais altos cargos públicos. Para tal fim, organizaram o movimento armado para retirar da cena política a elite tradicional formada por portugueses, adotivos e brasileiros a eles vinculados. Estes foram acusados de possuírem privilégios e responsabilizados pelo aumento dos preços dos alimentos e pelo não pagamento dos soldos dos soldados (AGUIAR, 2021).

Dessa elite tradicional faziam parte comerciantes portugueses e proprietários de terras organizados em torno da Sociedade Filantrópica, sendo o presidente da província pertencente ao grupo dos conservadores. Entre o seu ideário, estava a defesa do retorno de D. Pedro I. O presidente da província soube dos planos de revolta dos Zelosos e se afastou do governo justificando problemas de saúde. Movimentações ocorreram até a sua saída definitiva do cargo e o momento em que João Poupino Caldas, líder dos Guardas Nacionais e Municipais e membro do grupo dos Liberais Moderados, assumiu a presidência (a qual ocorreu seis dias antes do início da revolta com o objetivo de sufocá-la ou retardá-la).

A Rusga se propagou pelo interior da província entre os meses de junho e agosto. Ocorreram substituições em alguns dos cargos importantes da administração provincial e o desmembramento da Guarda Nacional (AGUIAR, 2014). Com o fim da revolta, processos foram abertos. Expulsão, degredo e prisão foram alguns dos destinos dos soldados envolvidos. Entre os líderes, tiveram os que foram enviados para a Corte e alegaram irregularidades no processo, e os que fugiram da província, como Antonio Patricio da Silva Manso, que não foi punido por possuir imunidade parlamentar. Dezoito “sócios mais influentes” da Zelosos argumentaram que foram coagidos. João Poupino Caldas, o qual foi acusado de participação na Rusga, escapou da justiça, mas foi assassinado em 1837 por vingança decorrente de traição e abusos na repressão da revolta (LIMA, 2020).

Na segunda metade do século XIX, o movimento fez parte de um acontecimento considerado triste e violento. O Visconde de Taunay reforçou essa interpretação e inseriu a Rusga no âmbito nacional. No ano de seu centenário, em 1934, membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (criado em 1919) denominaram a revolta de Rusga, cujo significado é desordem, confusão, com o fim de superar a imagem do massacre contra os portugueses, e o estigma da população cuiabana como violenta e amenizar a violência do movimento (SIQUEIRA, 2014; MARQUES, 2014). *Rusga* é a expressão utilizada frequentemente e registrada na tradição historiográfica desde a comemoração do seu centenário.

23.1 O que disse a imprensa sobre a Rusga

Os brasileiros tem querido muitas vezes a República

Os Brasileiros tem querido muitas vezes a República, tem morrido para obtê-la, e nunca morreram pela Monarquia, que foi *ficando* entre eles pela vontade de meia dúzia de pessoas e não por vontade da nação.

Nós somos o povo que mais revoluções tem feito contra a Monarquia.

[...] Em 1831, quando Pedro I é obrigado a *abdicar*, isto é, deixar o poder que passou a seu filho Pedro II, havia no Rio e nas províncias um forte partido que queria República.

Em Pernambuco, em 1829; na Bahia, antes do 7 de abril de 1831 (dia da abdicação de Pedro I); no Rio, a 14 de julho, deram-se motins contra o governo [...] no Maranhão, em 1821 e em 1837; na Bahia, a proclamação da *República Bahiense*; no Pará, em 1833; em Minas e no Rio nesse mesmo ano; em Mato Grosso, em 1834 – sempre os Brasileiros mostravam seu desgosto pelo trono. (*A Gazeta*, 1889, p. 1)

A 30 de Maio de 1834 dá-se em Cuiabá o triste morticínio que a história local registra sob a denominação de *Rusga*. (*O Debate*, 1914, p. 02).

[...] Várias versões correm sobre quais sejam os inspiradores e chefes dessa revolta sanguinolenta conhecida vulgarmente pelo nome de *Rusga*. [...] [...] O morticínio de 1834 foi a consequência lógica da exaltação de ânimo da população pelos próceres do partido “nativista” contra os portugueses que ocupavam os melhores cargos públicos e possuíam avultados haveres em ouro, diamantes e mercadorias importadas do Rio de Janeiro.

Esse movimento, contrário à índole boa e pacífica dos filhos de Cuiabá, deve ser tido pelos contemporâneos como resultante da prática nefasta de ideias absurdas entre o povo inconsciente e analfabeto daquele tempo,

A população local, qual vulcão, adormecido, rompeu em erupção formidável causando a desgraça que hoje lamentamos e que enoda as páginas fulgurantes da história de Mato Grosso.

O cuiabano, em geral o mato-grossense, é essencialmente acolhedor de todos os elementos adventícios que procuraram estas paragens distanciadas dos grandes centros da civilização, nacionais e estrangeiros, como colaboradores que são de empreendimentos uteis e impulsionados da marcha evolutiva de nossa terra natal. (*O Mato Grosso*, 1934, p. 03).

23.2 A Imprensa na sala de aula

O primeiro órgão da imprensa de Mato Grosso circulou em 1839. Por esse motivo, várias versões sobre a *Rusga* foram publicadas na imprensa local anos depois. A partir dos trechos citados, publicados em diferentes anos e periódicos da cidade de Cuiabá, propomos as atividades a seguir.

1. Observe os anos de publicações dos jornais 02 e 03 e em seguida comente como a revolta ocorrida em 30 de maio de 1834 foi referida nesses periódicos e por que ela recebeu o nome de *Rusga*.

2. O jornal *A Gazeta* foi publicado às vésperas da Proclamação da República e retoma alguns acontecimentos ocorridos no decorrer do século XIX. Comente e justifique as suas respostas.
3. A partir das informações sobre a Rusga, imagine que você como jornalista acompanhou o desenrolar desse movimento e elabore a primeira página de um jornal, cuja matéria principal seja o “31 de maio de 1834: A Rusga em Cuiabá”.

23.3 Fontes

A Gazeta. Cuiabá, 06 de agosto de 1889, p. 1.

O Matto-Grosso. Cuiabá, 08 de fevereiro de 1934, p. 03.

O Debate. Cuiabá, 20 de março de 1914, p. 02.

23.4 Referências

AGUIAR, Patrícia. *Uma sedição no sertão: a Rusga em Cuiabá (1834)*. Cuiabá: Ed.UFMT (Ebook), 2021.

AGUIAR, Patrícia. O teatro dos orgulhos: o 30 de maio de 1834 e as suas ressonâncias. In: SENA, Ernesto Cerveira de; PERARO, Maria Adenir (orgs.). *Rusga: uma rebelião no sertão (Mato Grosso no período regencial)*. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte regencial. *Tempo*, n. 11, v. 22, 2007.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tem/a/3J8ggxL8xyCYQcV6DTSXv4k/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LIMA, André Nicácio de. *Rusga: Participação política, debate público e mobilizações armadas na periferia do Império (Província de Mato Grosso, 1821-1834)*. 2016. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LIMA, André Nicácio de. Rusga: Motivações e ideários do massacre de portugueses ocorrido em Cuiabá em 30 de maio de 1834. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Da corte ao confronto: capítulos de história do Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

MARQUES, Ana Maria. De borrasca a rusga: a invenção do nacionalismo nos livros didáticos de História de Mato Grosso. In: SENA, Ernesto Cerveira PERARO, Maria Adenir (orgs.). *Rusga: Uma rebelião no período regencial (1831–1840)*. Cuiabá: Ed.UFMT, 2014.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 1992.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A verdade jurídica do sumário crime da rusga e outras versões. In: SENA, Ernesto Cerveira; PERARO, Maria Adenir (orgs.). *Rusga: Uma rebelião no período regencial (1831–1840)*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

23.5 Para saber mais

SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política nas fronteiras do Império (Mato Grosso, 1834–1870)*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2009.

24. A regência de Antônio Feijó

Paulo Henrique Fontes Cadena⁴⁸

O período regencial (1831–1840) é conhecido na historiografia brasileira como uma época de intensa agitação política. A abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831, iniciou uma fase de intensa disputa entre projetos políticos que discutiam como deveria ser a configuração do Império. Entre as regências trinas e unas, dezenas de revoltas tomaram o território brasileiro, pondo em risco o projeto de centralização política do Rio de Janeiro. Não por acaso, as regências foram fundamentais na gênese de projetos e partidos que marcariam o Segundo Reinado. Uma das fases mais agitadas da Regência correspondeu ao governo do padre Diogo Antonio Feijó (1835–1837), com ampla repercussão nas páginas da imprensa.

Diogo Antonio Feijó (1784–1843) não tinha unanimidade para a candidatura a regente. Havia a desagregação dos políticos moderados, que entravam em conflito quanto aos novos rumos e à escolha do regente. Bernardo Pereira de Vasconcellos buscava frear os avanços revolucionários com fortalecimento da autoridade: abandonava os moderados. Evaristo da Veiga procurava inspiração nas populações urbanas e, mesmo temendo os excessos demagógicos, preferia Feijó (SOUSA, 1988).

A eleição para a regência foi realizada em 07 de abril de 1835. Em 05 de outubro, com a reunião das duas câmaras, iniciou-se a apuração dos votos. O resultado do dia 09 de outubro de 1835 trouxe Diogo Antônio Feijó com 2.826 votos e Holanda Cavalcanti com 2.251 votos. Ainda quando os jornais indicavam os resultados, e a vitória do padre se tornava real, alguns adversários lembraram a existência da princesa D. Januária: um golpe adiantando-lhe a maioria era manobra contra Feijó. Aos 12 de outubro de 1835, mesmo adoentado, o sacerdote paulista tomou posse do cargo. O ato consumado afastava o plano da regência de D. Januária (CASTRO, 2010).

O governo Feijó não iniciava bem: contava com oposição forte. Era difícil escolher um ministério, já que não fazia questão de esquecer as antipatias (SOUSA, 1988). Vasconcellos articulava a liderança do que ficaria conhecido como “Regresso”, e ia desgastando o governo. Atritos com a Igreja de Roma, restrições à liberdade de imprensa, anulação de eleições por suspeita de fraude e revoltas que abalavam o Império deixavam o regente vulnerável (BASILE, 2009).

Aos 07 de setembro de 1837, *O Echo da Religião e do Imperio* atacava Feijó com a cópia de um artigo do *Sete d’Abril*, sob o título “Justiça dos Feijoistas”.

Não cessam os inimigos da Pátria de atribuir os males do Brasil ao partido da Oposição. Se o Governo pelos seus atos tem atraído o anátema dos Brasileiros sensatos; se perde todos os dias a confiança nacional; se o Brasil se acha ameaçado de uma Bancarrota; se a guerra

⁴⁸ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Licenciatura em História e Mestrado Profissional em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

civil se prolonga espantosamente ao Sul e ao Norte: tudo isto, dizem os *feijoistas*, tudo isto se deve à Oposição!! (Eco da Religião e do Império). (*O Echo da Religião e do Imperio*, 1837, p. 7-8).

Aos 23 de setembro de 1837, um poema satírico foi publicado. Bilíngue (latim-português) e cheio de referências à mitologia clássica, a personalidades históricas controversas, como lideranças da Reforma Protestante, e a alguns políticos brasileiros, ele ironizava o padre Feijó, sob o nome “Ode saphico-macarronica”:

O dia duodécimo de outubro!
Da morte e do diabo horrível parto, [...]
De todos sejas sempre amaldiçoado!
Vai-te, não voltes! Vai-te c’os diabos!

(*O Echo da Religião e do Império*, 1837, p. 5-6).

A figura de Feijó como o diabo de 12 de outubro de 1835, dia em que assumiu a regência una, fazia contraste com a figura do padre que era contra o celibato. Desde muito as relações do ituano com a Igreja Católica não era das melhores. Mesmo assim, em 09 de outubro de 1835, recebia a nomeação de bispo de Mariana, a qual não aceitaria. Por 1836, na Câmara, os conflitos com a Santa Sé seriam o assunto mais querido pela oposição. E Feijó pouco se importava com a Câmara; desprezava as sugestões, afastando cada vez mais o seu apoio (SOUZA, 1988).

Em setembro de 1837, Feijó pensava na demissão da regência. Assim, cogitou nomes dentre os seus partidários para ser nomeado Ministro do Império, que pelo Ato Adicional, era seu sucessor. Quando Pedro de Araújo Lima procurou o padre paulista para agradecer-lhe a escolha ao Senado por Pernambuco, ocorrida em 05 de setembro, eles conversaram. No dia 18 de setembro, Feijó nomeou-o Ministro do Império. No dia seguinte, o padre Diogo Feijó deixou a regência nas mãos do pernambucano (CASCUDO, 1938). Iniciaram-se novos dias no Império do Brasil. A subida de Araújo Lima à regência era uma vitória da maioria parlamentar.

24.1 O que disse a imprensa sobre a regência de Antonio Feijó

Ode Saphico-Macarronica

Dos Moraves o Chefe, o Patarata / Que os padres quer casar, casado há muito, / Neste dia grimpou, lampeiro e ufano, / Ao cimo do Poleiro.
Que o pode contar com rosto enchuto! / Ontem minhóca... porco... inda ontem burro... / De cuecas, sem jaqueta... e hoje... ó tempos! / *Capitão de Bandeira!*

Dia nefando! Dia climatérico! / Que tão grande celeuma levantaste: / De opróbrio, cinza e trevas tens coberto / O Solo Brasileiro! ...

Ah! Que não sei de nojo como o conte! / Mas é força dizê-lo, antes que o Lethes / Nas voragens te engula; é força ao Mundo / Revelar os teus feitos.

Canta, ó Musa! As façanhas dos *marrecos*,/ E à frente da cambada o burri-céphalo/ Põe; asno! Que a Nau por mares novos/ Presume dar bom rumo.

Emboca a Tuba com que outrora os prélios/ Cantou Placencio dos cerdosos porcos:/ No Didaco rossim monta; e, sem pena,/ Crava-lhe unhas e dentes./

Pinta as feições do monstro, as tretas pintas/ Com que quer Ditador empavesar-se,/ Convertendo em seu prol e em nosso dano/ De Abril o dia sete!

Eis-te-aí, Zinzendorf! Tens rosto humano,/ Mas tens miolos de quadrada besta:/ Patureba! ficou de cara à banda,/ Miando como gato! Do Trono e do Altar inimigo horrendo,/ Palhaço de Lutero, infenso ao Papa,/ Caquinadas chuchou dos adotivos/ Que no anzol lhe mijaram. Tentou manchar com a virulenta boca/ O Velho Ilustre, de honra e cães coberto:/ Ficou *mamado* o pantalão das cuecas,/ Cercado de *larapios*!!! Dando aos coices então o grande zóte,/ Verteu pranto de raiva, e do imo peito/ Soltou jura infernal de alta vingança/ Tomar dos adotivos.

Das botas um punhal então sacando:/ - Corra o sangue dos Lusos (disse) em jorros!/ *Sangue pediu* também o E.....!/ O barriga E.....! - Alerta! Alerta! Do vizinho as barbas/ Ardendo estão! O juramento existe!/ Varões prudentes, evitai com o tempo/ Didaco-siclas-veperas!

Ardentes votos, preces sobre preces/ Voem aos Céus.... Legisladores, eia!/ Suba Pedro Segundo ao Trono avito;/ Tombe no Averno o monstro.

Na Lei das leis tem Pedro os seus direitos,/ Ah! Vem, ó Pedro! Vem, Brasilica Esperança!/ Traz-nos a paz e a glória e o nome e o brio/ Que o asneirão banira.

Honra o Nome do Pai, salva-lhe a Prole!/ Fadam-te os Ceus um Século de assombros!.../ Vá o herege falaz, que nos conspurca,/ Apanhar pés de burro.

O dia duodécimo de Outubro!/ Da Morte e do Diabo horrível parto,/ Que a Cólera Celeste quis mandar-nos/ A punir nossos crimes: De todos sejas sempre amaldiçoado!/ Vai-te, não voltes! vai-te com os diabos!/ Eu te esconjuro: esconde-te no Inferno!/ *Satana, vade retro!*

Por J. da C. B.

Em 30 de julho.

(Do Sete d'Abril)

(*O Echo da Religião e do Imperio*, 1837, p. 05–06)

Profecia

O Sr. Feijó deixará de ser Regente: O NOSSO AUGUSTO IMPERADOR O SENHOR D. PEDRO II tomará as rédeas do Governo: a Liberdade da Imprensa deixará de ser atropelada e não perecerá. (*O Sete d’Abril*, 1837, p. 01).

24.2 A imprensa na sala de aula

Observe o excerto do jornal abaixo:

O Senhor Feijó ACABARÁ o seu tempo de Regente, porque nesse tempo tem o Brasil de purgar os seus pecados revolucionários: o Partido, que adotou o Senhor Feijó pela sua nomeada de republicanismo, e aversão à Igreja Católica Romana, fará esforços para o reeleger: haverá novas cabalas, novos ódios, novas facções, novos partidos, tumultos, e desmembrações: as predições do Solitário de Itajuru serão realizadas, e então o *Poderoso* entre os *Poderosos* da terra virá apagar o incêndio ateadado pelo partido do Senhor Feijó: ele reporá no seu antigo brilho as doutrinas da nossa Religião Santa assaltadas pelo filosofismo do Senhor Feijó: preservará a Constituição do Império de um novo enxerto de federação Rio-Grandense: fará da Monarquia Americana da Aurora, e da Monarquia *barata* do Senhor Feijó, uma Monarquia de realidade, e de salvação: reunirá as Províncias divididas pelo ciúme dos partidos pró ou contra o Senhor Feijó: reviverá a Liberdade de Imprensa sem a temer nem a desejar só para si como o Senhor Feijó: será enfim respeitado e amado por toda a Nação, e não por um partido, como o Senhor Feijó. E vós então, ó Brasileiros do Sul, do Norte, d’Oeste, e do Centro do Império, recordar-vos-eis com assombro e reconhecimento, do que se disse. (*O Echo da Religião e do Imperio*, 1837, p. 06).

O documento traz um apanhado de questões que desestabilizaram o governo do padre Feijó. Entre elas, nota-se referências às ameaças ao projeto centralizador do Rio de Janeiro. Analise o texto, partindo dessa linha de pensamento.

24.3 Fontes

O Echo da Religião e do Imperio. Pernambuco, 28 de julho de 1837, p. 06.

O Echo da Religião e do Imperio. Pernambuco, 07 de setembro de 1837, p. 7 - 8.

O Echo da Religião e do Imperio. Pernambuco, 23 de setembro de 1837, p. 05–06.

O Sete d’Abril. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1837, p. 01.

24.4 Referências

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: e era regencial (1831–1840). *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, vol. 2 (1808–1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 53–119.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793–1870)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana”, 1831–1840. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Dispersão e unidade: História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, O Brasil Monárquico, vol. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

24.5 Para saber mais

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784–1843)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

25. O Golpe da Maioridade

Manoel Nunes Cavalcanti Junior⁴⁹

Em 1840, o Brasil chegava ao nono ano do governo regencial. Desde a abdicação de D. Pedro I, em 07 de abril de 1831, o governo era exercido por uma regência devido à menoridade do príncipe herdeiro, D. Pedro II. Assim permaneceria, em tese, até 02 de dezembro de 1843, quando ele completaria 18 anos. Estava à frente da regência o político pernambucano Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, e, conforme preconizava o Ato Adicional de 1834, exercia o seu mandato de quatro anos para o qual fora eleito em 1838.

A regência promoveu no Brasil uma das mudanças do pêndulo que marca a forma de organização política e administrativa de nossa história entre os polos da centralização e da descentralização: se, no Primeiro Reinado o pêndulo esteve no polo centralista; na regência, ele se movimentou para o lado da descentralização, a partir de novas leis que consolidaram o discurso federalista em defesa de maior autonomia para os poderes locais em detrimento do poder central (CARVALHO, 1998). A mais importante delas foi a revisão constitucional de 1834, conhecida como Lei do Ato Adicional, por meio da qual as províncias conquistaram maior autonomia em sua administração e as Assembleias Provinciais foram criadas.

No entanto, o grupo político liberal que promoveu essas reformas descentralizadoras perdeu o controle do governo regencial quando Feijó renunciou ao cargo em 1837. Araújo Lima, então Ministro do Império, assumiu interinamente e, no início do ano seguinte, foi eleito novo regente. Com Araújo Lima, chegava ao poder um grupo que tinha o controle da Câmara dos Deputados, formado por liberais dissidentes e políticos conservadores críticos das reformas descentralizadoras do início da regência. Era o começo do chamado *Regresso*, movimento que levaria à revisão das leis descentralizadoras e foi a base do núcleo que deu origem ao futuro Partido Conservador (CASTRO, 2004).

Os liberais se encontravam em uma situação politicamente difícil. Fora do poder, viam seus adversários iniciarem um processo de desmonte das reformas por eles empreendidas. A previsão era de que os regressistas ficassem no poder até, pelo menos, o fim do mandato de Araújo Lima. Seriam mais dois anos pela frente. Para tentar mudar esse quadro, os liberais partiram para a estratégia da antecipação da maioridade de Pedro II, que naquele ano chegaria aos quinze anos de idade. Em 1835, diante da eleição para novo regente do líder liberal, padre Feijó, os futuros regressistas lançaram uma campanha para retirá-lo do poder e deixar como regente a princesa Januária, irmã mais velha de Pedro II e, na época, tinha catorze anos de idade. O plano não deu certo. Dessa vez, os lados no conflito se inverteram: para derrubar os regressistas, os liberais iniciaram os planos para um golpe parlamentar visando a derrubada de Araújo Lima da regência.

Segundo Leal (1978), como não havia respaldo constitucional para fazer regente a princesa Januária, então maior de idade, eles partiram para a antecipação da maioridade do próprio príncipe herdeiro. Em abril de 1840, o senador José de Alencar criou uma sociedade secreta intitulada *Clube Maiorista*, na qual se reuniram políticos e pessoas influentes que se

⁴⁹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA/Campus de Vitória da Conquista).

dispunham a trabalhar em favor da aprovação da maioria de Pedro II. Ao mesmo tempo em que os maioristas começavam a montar suas estratégias e a preparar as propostas de lei que seriam apresentadas no Parlamento, conversas eram realizadas com pessoas no entorno do príncipe herdeiro para sondar sua disposição em assumir o trono antes da idade prevista pela Constituição, afinal, sem a sua plena disposição, os maioristas não teriam sucesso em seus planos (LEAL, 1978; CASTRO, 2004). O primeiro embate se deu no Senado, quando Holanda Cavalcanti apresentou um projeto de antecipação da maioria, o qual acabou sendo rejeitado.

Na Câmara, o tema começou a tomar fôlego também no mês de maio. Embora fossem minoria, os liberais conseguiram colocar em pauta um pedido de antecipação da maioria e contar com regressistas insatisfeitos com a política do regente. A marcha dos acontecimentos lhes era favorável. Uma vez posto na arena pública, o assunto começou a tomar vulto e se tornar popular, sem falar no interesse do próprio Pedro II em ser logo coroado.

Na sessão da Câmara do dia 22 de julho, os ânimos estavam acirrados e as galerias estavam tomadas por populares que, instigados por deputados liberais, pressionavam pela aprovação da medida. Nesse cenário, Araújo Lima tentou realizar uma manobra, nomeando como Ministro do Império o experiente Bernardo Pereira de Vasconcelos, que ficaria ao todo apenas nove horas no cargo. Além disso, o governo decretou o adiamento dos trabalhos do Parlamento para o mês de novembro, tentando arrefecer os ânimos.

Mesmo assim, os maioristas não se renderam. Uma comitiva de parlamentares se dirigiu à residência oficial da realeza e, lá, diante da presença do próprio regente Araújo Lima, solicitaram uma declaração de Pedro II sobre sua disposição em aceitar sua proclamação imediata. A resposta foi: “Quero já!” (CASTRO, 2004).

Araújo Lima e seus aliados não tinham outra saída a não ser aceitar o fato consumado, ficando em uma situação difícil, afinal, como representantes das ideias monárquicas e de retorno da centralização na figura do monarca, não poderiam assumir o papel de opositores da vontade do imperador.

Assim, no dia seguinte, 23 de julho, mesmo com um decreto de adiamento de seus trabalhos, Câmara e Senado se reuniram para declarar a maioria de Pedro II e definir os preparativos de seu juramento. Findava-se a Regência e tinha início o Segundo Reinado. Os liberais tiveram uma vitória pouco duradoura. O novo imperador os nomeou para formarem o primeiro Gabinete Ministerial do seu governo, mas que acabou tendo vida efêmera. Logo os conservadores foram chamados de volta ao poder.

25.1 O que disse a imprensa sobre o Golpe da Maioridade

Na passagem a seguir, o periódico *O Homem do Povo*, do Rio de Janeiro e de linha liberal, explicava aos seus leitores, no dia 27 de maio de 1840, as razões da antecipação da maioria de Pedro II.

O Projeto da Maioridade do Imperador, qualquer que seja o lado pelo qual se considere, desfaz todas as dificuldades, e satisfaz todas as vistas políticas, que atualmente ocupam aqueles, que se interessam pela ordem, e pública prosperidade. O Imperador só, a testa do governo pode mudar a política, com segurança, e probabilidade de um êxito feliz. Ele

só pode reunir, em roda do governo, todos os partidos, e conseguir o importantíssimo resultado de desvanecer os caprichos, que se oporão às diferentes crenças administrativas. Ele só pode tirar a Nação da pestilente apatia, em que a tem sepultado os desvarios de nossas administrações, os excessos dos partidos, e a incerteza do longo provisório da menoridade imperial. Quem é que se quer hoje sacrificar por um governo, que tem de findar no curtíssimo espaço de dois anos? Quem é que pode crer na política de um governo, que, sempre receando de sua organização, tem por primeiro de seus cuidados, e por fito e base de sua política, a própria conservação? Que imparcialidade, que tolerância política, que espírito de justiça no apreçamento das qualidades, e mérito dos homens públicos do País, se pode presumir em um governo, elevado pela influência de um partido, que tudo sacrificou por ele? Como recompensar esses serviços feitos? Que os nossos concidadãos reflitam seriamente nestas, e em outras considerações, e depois decidam, se quando defendemos a maioria do Monarca, se quando declaramos fazer por ela todos os sacrifícios, temos ou não em vista o benefício e felicidade nacional: decidam igualmente os nossos concidadãos, se aqueles, que se opõem à maioria advogam o interesse público, ou o individual: se querendo que continue o miserável, o desgraçado estado atual, procuram a conservação de vantagens, e pitanças que desfrutam indevidamente, ou, se são levados por algum motivo de geral utilidade. (*O Homem do Povo*, 1840, p. 02–03).

Por sua vez, o periódico *O Brasil*, também do Rio de Janeiro, mas de linha conservadora, publicou, no dia 23 de junho de 1840, um artigo intitulado “A Nova Panaceia”, atacando os argumentos utilizados por um dos principais líderes da campanha em favor da antecipação da maioria, o senador Holanda Cavalcanti, em um discurso no Senado.

Já tivemos com toda a ênfase proclamada a panaceia da conciliação para desarmar os rebeldes do Rio Grande, hoje outra está sendo apregoada pelos mesmos que inda não esmoreceram com verem quanto foi ineficaz e até desastrada a aplicação da primeira. Quem há de pôr fim imediato aos males do país, quem há de restituir o brilho aos sagrados direitos das minorias? A maioria *já e já*. Eis o que em longo discurso sustentou o Sr. Holanda Cavalcanti.

[...] Ninguém mais do que nós reconhece quanto é grande o amor que a máxima parte dos Brasileiros tributa ao seu jovem monarca, quanta é sua adesão à monarquia, depois que experimentou tão longos anos de interregno; querem porém, que o imperador só com a sua presença desarme as facções, com sua palavra refreie as paixões, que se tem levantado, faça que o assassino quebre, por amor dele, seu punhal, que o ladrão, o salteador criem por amor dele, amor ao trabalho, e cessem

de pedir a fraqueza das leis proteção para as suas fatais indústrias; querer que, por amor dele, as autoridades sejam respeitadas, e mereçam os respeitos públicos; que todo o brasileiro adquira a instrução, que dele exigem as obrigações cívicas, e que as leis atuais lhe impõem, é querer um absurdo; é dar ao Imperador, que em fim é homem, uma influência igual à de Deus, pois só Deus pode operar tantos prodígios.

Não espereis da maioria do Imperador, se, como acreditamos, sois monarquistas, tão extraordinários milagres; não digais ao povo que voltará o século de ouro, que rios de mel, de leite e de néctar correrão por toda a parte: não; porque não sendo possível que isso se realize, pode o povo, embaído por vossas declamações, no dia dos desenganos fazer culpa ao monarca, e à monarquia de suas decepções: promessas inexequíveis sempre são perniciosas. O imperador quando chegar à maioria, há de, para governar, carecer de leis, de força, de apoio, há de precisar que a sociedade se ache governável; se não, se ainda por toda a parte encontrar a ação governativa tantos obstáculos, tantas impossibilidades, ai dos brasileiros! Ai da monarquia! (*O Brasil*, 1840, p. 03–04).

25.2 A imprensa na sala de aula

Para a discussão do assunto em questão, propõe-se um júri simulado. O professor organizará duas equipes com cinco integrantes, sendo que cada uma representará um dos lados da controvérsia em torno da Campanha pela Maioridade. Na primeira parte da atividade, as equipes discutirão os argumentos utilizados nos trechos dos dois jornais, preparando a sua apresentação (um representante de cada equipe defenderá o seu posicionamento, a favor ou contra, acerca da antecipação da maioria). Ao final das apresentações, a turma decidirá quem melhor apresentou seus argumentos e será aberto um debate sobre as formas que encontramos na política para resolver momentos de crise.

25.3 Fontes

O Brasil. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1840, p. 03–04.

O Homem do Povo. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1840, p. 02–03.

25.4 Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CASTRO, Paulo Pereira de. A Regência. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*, vol. 4. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, Aurelino. Do Ato Adicional à Maioridade. In: ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino (orgs.). *O Golpe Parlamentar da Maioridade: coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos (Série Estudos Históricos)*, vol. 8. Brasília: Senado Federal, 1978.

25.5 Para saber mais

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOREL, Marcos. *O período das Regências (1831–1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

26. O Segundo Reinado (1840–1889)

Hugo Paz de Farias Braga⁵⁰

No que se refere ao período imperial (1822–1889), o Segundo Reinado se destaca como o momento mais duradouro (49 anos), de auge econômico e cultural, em que os principais dilemas e crises do século XIX — do Brasil e do Mundo — foram vivenciados. Tais dilemas consistem no desenvolvimento do comércio mundial, na circulação mundial de ideias e produções culturais, na ingerência política e econômica de algumas nações sobre outras (Imperialismo), nos padrões de modernização econômica, no surgimento dos meios de comunicação e transporte de massas, na organização do trabalho, bem como na participação ou exclusão política da população, entre outras questões.

No Brasil, entretanto, essas questões de ordem mais geral eram relacionadas a outras de ordem local: a dependência do conjunto da economia brasileira da exportação de produtos primários, a oscilação, as crises de preço e a demanda baixa ou alta das principais mercadorias exportadas pelo Brasil (algodão, café, açúcar, borracha, cacau, tabaco). Além disso, também eram vivenciados acontecimentos como: o desenvolvimento, ainda incipiente, da urbanização; o surgimento e/ou desenvolvimento de setores da economia não tão dependentes do mercado externo, no qual se inclui a nascente industrialização; e a escravidão e as pressões externas/internas pelo seu fim. Ao mesmo tempo, também havia o interesse dos que lutaram pela sua conservação, a luta das camadas sociais de “baixo” pela participação política e a resistência às formas de dominação autoritárias vigentes até então.

A respeito dessas lutas, destacam-se movimentos populares de resistência e/ou contestação da ordem, como o Ronco da Abelha, o Quebra-Quilos, a Revolta do Vintém, o Abolicionismo, entre outros. Seu início é marcado pelo Golpe da Maioridade. O nome advém do fato de D. Pedro II, na época com aproximadamente quinze anos, não possuir a idade legal para assumir o trono, visto que a Constituição dizia ser dezoito anos a idade mínima.

A maioria dos grupos políticos, entretanto, viam na antecipação da maioria do imperador uma forma de dar fim ao período de instabilidade que havia caracterizado a Regência. Apostavam, portanto, que o retorno da figura do imperador — investido de todos os poderes a ele atribuídos como Chefe de Estado, de Governo e Titular do Poder Moderador — poderia agir em sentido de aglutinar as forças e serenar os ânimos. Outros, ou por cargos e/ou relações que possuíam na Corte Imperial, viam a antecipação da maioria como oportunidade de ganhar espaços de poder.

Fosse por um ou outro motivo, até por ambos, o fato é que, ressalvados alguns políticos alijados do poder com a maioria, a ideia foi bem recebida entre os círculos políticos imperiais, conforme percebido através da produção de textos, discursos e até nos clubes. O mais importante deles foi o Clube da Maioridade, reunindo nomes de peso da política imperial e influentes membros da Corte. Nada disso teria sido possível, entretanto, sem a anuência de D. Pedro II em adiantar sua posse. Com esta, tudo transcorreu mais facilmente e o remate parlamentar passou sem maiores problemas.

⁵⁰ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

É evidente que os conflitos entre os grupos políticos não se resolveram subitamente nem deixariam de existir por completo. Parte do Rio Grande do Sul ainda continuou em Guerra Civil, bem como revoltas parciais continuaram a acontecer — a exemplo das revoltas liberais de 1842 em Minas Gerais e São Paulo, além da Revolução Praieira (1848) ocorrida em Pernambuco. Esta seria a última grande revolta dos grupos políticos imperiais da “alta sociedade”. A partir de então, o Império gozaria de uma relativa estabilidade política, até que a última década de existência trouxesse à tona diversas questões e embates políticos que romperiam de vez a estabilidade do regime (HOLANDA *et al.*, 1972).

No entanto, como os grupos políticos que sustentaram a maioria não tinham o dom de prever o futuro, investiram todas as suas forças políticas na coroação de D. Pedro II, realizada no ano de 1841. A coroação deveria ser um evento que, simbólica e politicamente, inaugurasse uma nova Era em que todos os conflitos mencionados, se não resolvidos, seriam canalizados para serem resolvidos por uma instituição que eles construíram como neutra, acima dos grupos e disputas políticas cotidianas: a Coroa.

É relevante salientar, a respeito disso, que a coroação foi realizada junto à sagração, tipo de cerimônia já em desuso nas monarquias europeias. Daí a necessidade de investir na imagem do futuro imperador, apresentando-o como alguém muito sábio, comedido, paciente, paternal etc. Daí também todo o investimento no evento de sagração/coroação de D. Pedro II, evento que, para ser preparado, não se mediu gastos e esforços por parte do Estado imperial. O Segundo Reinado começava com uma festa que ficaria na memória de parte da população carioca e daqueles que puderam assistir por muitos anos (SCHWARCZ, 1998).

26.1 O que disse a imprensa sobre o Segundo Reinado

O ano de 1840

Deu o ano de 1840 as suas despedidas com os melhores auspícios para o Brasil. Foi neste remarcável e indelével ano, que o Império de Santa Cruz, parecendo tocar ao termo de sua aniquilação, viu desvanecida a tremenda borrasca que ameaçava uma total destruição, e suceder-lhe uma aurora de esperanças e prosperidades! A lima sútil do tempo, que tudo destrói, não fará jamais esquecer a memória de tão grato ano; o ardente estopim da discórdia, e a hidra devoradora da anarquia, deixaram o campo à confraternização, à estabilidade, e à ordem. Mês de julho, mês de Liberdade, nós te saudamos, nós te bendizemos! [...] foi no teu sempre prazenteiro e augusto dia 2 que o bravo exército pacificador pisou ovante as ruas desta Capital [Salvador], evacuadas pelas tropas da antiga Metrópole, foi no teu 23, que esta Pátria de benção, que o diamantino e 5º Império, esse sublime feito do imortal Pedro I e dos Andradas, viu derrubar as ciladas de teus inimigos com a Maioridade de S.M. o Imperador o Sr. D. Pedro II! Sim, foi no ano de 1840 que esse Magnânimo Monarca deu a mais convincente prova da grandeza de seu coração, do amor que consagra a seus súditos, do interesse que tem pela prosperidade do País, no qual viu a luz primeira,

pela concórdia e união de seus povos, que esquecendo as próprias ofensas, qual outro Henrique IV, lançando um véu de esquecimento a desvários de muitas iludidas e desgraçadas vítimas do furor das revoluções, e debaixo da espada da Lei, restituir-lhes à liberdade, e às suas famílias que por eles gemiam e sentiam o amargo do infortúnio, a paz e o descanso. Enfim, foi no ano de 1840 que para o Brasil abriu-se uma nova era. Possa ele ter a fortuna de não ser mais dilacerado pela sede ambiciosa de mando, pelas intrigas, que tanto outrora formigavam e o empeciam de gozar das doçuras da paz. Nós esperamos no Imperador, nos seus atuais ministros e no bom senso dos brasileiros. Oxalá que o ano de 1841, hora encetado, continue a apresentar iguais dias de prazer e de ventura, com a Coroação do Monarca e com as sabias e providentes medidas do seu Governo. (*Gazeta Commercial apud Correio Oficial*, 1841, p. 76).

A Coroação e Sagração de S.M.I

Foi ontem o dia em que, trajando pomposas [e] peregrinas galas a briosa população da Capital do Império aplaudiu às Augustas cerimônias que puseram debaixo da proteção do Altíssimo o esperançoso reinado do Segundo Monarca Brasileiro... Cerimônia religiosa cuja origem se perde nos mais remotos séculos de existência do Cristianismo, a sagração e coroação dos monarcas envolve profundo pensamento filosófico. Por ela a religião consagra em nome da Divindade aquele a quem a sorte de milhões de homens está confiada. Implora a proteção divina que o não abandone, que com sua prudência o esclareça, com sua força o auxilie. Nela vemos o poderoso da terra, o monarca, com todo o seu prestígio de grandeza, toda a majestade e fausto que o cerca, depositar humilde no altar do Altíssimo essas insígnias do poder humano, suplicar-lhe que as abençoe, que o inspire para que possa ele, homem fraco e limitado, cumprir a sublime missão que lhe foi imposta, fazer a felicidade da nação cujos destinos dele pendem. E ao mesmo tempo a nação implora [a]o Todo Poderoso que afaste dela os gérmenes de divisão, as causas de desastres, de calamidades, e assim torne glorioso e próspero o reinado de seu monarca, assim lhe poupe os dissabores da realeza, lhe alivie o peso da coroa.

São esses os pensamentos que de nós se apoderam, que com entusiasmo mediante ao ver o Príncipe Augusto, objeto do amor de toda a nação brasileira, curvado aos pés do altar, receber da velhice e do sacerdócio a Coroa, Cetro, essas marcas do poder lhe destinou o Pacto Fundamental da nação brasileira.

Nunca mais sublime nos pareceu a missão religiosa, nunca mais majestosa a grandeza do poder humano.

De certo devia essa religião santa, que tem uma cerimônia para cada época da vida comum do indivíduo, uma súplica que dirige aos céus para que o não desampare, devido também ter uma prática, uma solenidade especial com que alcançasse o céu sua eficaz proteção para o monarca ao encetar a carreira a que é chamado. Essa cerimônia cumpre reconhecer, é diante seu objeto, majestosa como ele: tudo nele indica que é da ventura de uma nação inteira, da prosperidade de muitos milhões de homens de que se trata [...] Ei-la pois concluída, a religião de nossos pais consagrou o poder do Monarca Brasileiro, o Eterno ouviu suas súplicas e as da nação inteira, ele há de os atender. (*Jornal do Commercio*, 1841, p. 02).

Disposições para a Sagração de S. M. o Imperador

[...] as Insígnias Imperais, que são: I. O manto do Fundador do Império; II. A Espada Imperial do Ipiranga; III. A Constituição do Império; IV.

As oferendas; V. o Globo Imperial; VI. O anel e luvas cândidas; VII. O Manto do Imperador; VIII. a Mão da Justiça; IX. o Cetro; X. a Espada Imperial; XI. a Coroa [...] Então S.M. o Imperador, de Coroa, Cetro e Mão da Justiça, se dignará de descer do trono e apresentar-se ao povo na extremidade da sala fronteira ao trono...[tendo] a direta deste o Ministro do Império com a Constituição na mão. (*Jornal do Commercio*, 1841, p. 01–02).

26.2 A Imprensa na sala de aula

Com base nas leituras dos textos acima e na consulta a textos e imagens indicados, reflita e aborde em aula com vários elementos e símbolos foram utilizados pelos grupos dominantes do Brasil Império para construir a imagem de D. Pedro II e da Coroa, por consequência do Segundo Reinado como nova era capaz de serenar todos os conflitos sociais ou latentes. Deve-se chamar a atenção para como a religião, a arte, a escrita, os monumentos e a arquitetura foram utilizados para dar sustentação a esse projeto político.

26.3 Fontes

Correio Oficial. Rio de Janeiro, 26 de jan. de 1841, p.76.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 01 dez. 2021.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1841, p. 01–02.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 01 dez. 2021.

26.4 Referências

HOLANDA, Sérgio Buarque de *et al.* *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

26.5 Para saber mais

MEDALHA Comemorativa. Museu Imperial. Disponível em:

<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/3704>. Acesso em 07 dez. 2022.

OBJETOS cerimoniais. Museu Imperial. Petrópolis, c2012. Disponível em:

<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/browse?type=subject&value=OBJETOS+CERIMONIAIS>. Acesso em: 07 dez. 2022.

OBJETOS da coroação e pintura. Museu Imperial. Disponível em:

<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/browse?type=subject&value=COROA%C3%87%C3%83O+DE+D.+PEDRO+II>. Acesso em: 07 dez. 2022.

27. A formação da economia cafeeira

Luiz Fernando Saraiva⁵¹

Rita Almico⁵²

O Brasil é até hoje o maior produtor e exportador de café do mundo. A sua importância para a formação do país é tamanha que a planta é um dos ramos que aparece no Brasão de Armas do Império e da República do país (junto com o fumo, que era outro produto importante na pauta de exportações). De fato, as exportações brasileiras de café se constituíram, no século XIX, em nosso principal produto, chegando a participar com 62% da renda das alfândegas brasileiras durante o período imperial. Essas, juntamente com os impostos de importação, eram os principais tributos arrecadados pelo Estado brasileiro.

A trajetória ascendente do consumo mundial do café também é importante para entendermos as transformações na economia mundial e como, paradoxalmente, no momento de expansão de uma economia capitalista no mundo, a produção de café aumentou a importância do tráfico de africanos escravizados e da escravidão entre nós. Quanto maior a necessidade de aumentar a produção cafeeira, maior a necessidade de africanos escravizados, principal mão de obra dessa lavoura no Brasil do século XIX.

Apesar de plantado no Brasil desde 1720, o café era um produto acessório e complementar aos produtos mais importantes das grandes propriedades rurais, especialmente nas lavouras de cana de açúcar. Era considerado uma especiaria, produto consumido pelas classes mais abastadas da sociedade. A grande expansão da produção e do consumo se deveu a vários fatores que atuaram em conjunto. O primeiro fator foi a grande revolta escrava e a guerra que se seguiu em San Domingues (1791–1804), que era, até então, o maior produtor mundial dessa especiaria. Com a guerra, o preço do café subiu, e seu cultivo nas várias capitâneas do Brasil sofreu poderoso estímulo. Outro fator foi a vinda da família real — no contexto das guerras napoleônicas —, que favoreceu a expansão das lavouras na região centro-sul (atual sudeste), principalmente em torno da cidade do Rio de Janeiro, que teve em suas freguesias rurais (como era o bairro da Tijuca) importantes fazendas dedicadas à sua produção.⁵³

Ao mesmo tempo, vários nobres e comerciantes que vieram junto com a família real acabaram se tornando proprietários de terras e se dedicando à cafeicultura, que tinha o atrativo de ter custos menores do que a montagem de um engenho de cana-de-açúcar. Assim, a cafeicultura se expandiu pelas províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, ao longo do Vale do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, fundando novas cidades e convertendo as já existentes em municípios cafeeiros, o que tornou o vale o “coração econômico do país”.

⁵¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Associado do Instituto de História da UFF e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFF).

⁵² Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada da Faculdade de Ciências Econômicas da UFF.

⁵³ Cf. MARQUESE e DALE (2009).

Outro fator importante é que, com a Revolução Industrial em rápida expansão pela Europa e pelos EUA, e com um número cada vez maior de proletários nas cidades, a necessidade de alimentos e estimulantes para aguentar o ritmo frenético do trabalho fabril aumentava. O café acabou se popularizando como bebida, apesar de existirem outras disponíveis (como o mate, o guaraná, o chá preto, a folha de coca, entre outros). Como disse Mello (1982), foi o Brasil que, ao garantir preços relativamente baixos e oferta constante e crescente desse produto, estimulou e formou a demanda, ou seja, o mercado consumidor mundial. Equivale a dizer que o mundo consome café cotidianamente graças à produção brasileira de café que cresceu no século XIX.

Segundo especialistas sobre escravidão, como Rafael Marquese (2009), Ricardo Salles (2008), Dale Tomich (2009) e Robin Blackburn (2016), no final do século XVIII e início do século XIX, a produção combinada e a crescente do algodão estadunidense, do açúcar cubano e do café brasileiro inventaram a roupa de baixo e o café da manhã. Poderíamos acrescentar ainda outros produtos, como o anil (corante azul), o fumo e o cacau, mas o fato é que a América contribuiu com as matérias-primas e os alimentos que se tornaram o motor da produção industrial durante a expansão do capitalismo no mundo. A questão é que a inserção da América (ou do Brasil, que nos interessa mais diretamente) se fez às custas da escravidão. O número de escravos que entrou no país, principalmente a partir da vinda da família real, foi, proporcionalmente e em termos absolutos, muito maior do que nos períodos anteriores, mesmo considerando o *boom* minerador.

27.1 O que disse a imprensa sobre a formação da economia cafeeira

Os fenômenos econômicos, diferentemente dos fatos e eventos políticos ou sociais, por exemplo, são mais silenciosos ou difíceis de serem percebidos de maneira imediata. Exemplos como a abdicação de D. Pedro I, em 07 de Abril de 1822, ou o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001 — embora tenham antecedentes, como o clima de guerra entre os partidários de D. Pedro I e os seus inimigos, ou a escalada dos atos terroristas no mundo ao final da década de 1990 e início dos anos 2000 —, foram fatos que aconteceram naquelas datas exatas e provocaram reações nas pessoas que viveram naquele momento e que foram direta ou indiretamente impactadas por esses acontecimentos.

Já os fenômenos econômicos, como por exemplo o crescimento industrial, a expansão de um produto (como o café) ou a descoberta de uma nova técnica ou produto (é só pensar na invenção e na popularização da internet no final do século XX), demoram bem mais tempo para se estabelecerem e impactarem a vida das pessoas. Isso porque são processos que se desenvolvem lentamente, e não fatos que têm data definida. Como os jornais⁵⁴ eram instrumentos de comunicação cotidiana e tratavam de assuntos comuns, que interessavam às pessoas no seu dia a dia, nem sempre os eventos mais significativos do ponto de vista econômico ou as transformações mais importantes eram notícias ou percebidos por quem escrevia ou por quem lia tais veículos de comunicação.

Um exemplo disso é a forma e a quantidade de vezes que vamos encontrar as referências ao café e à sua produção e exportação nos jornais. Na maioria das vezes, o café

⁵⁴ O nome 'jornal' vem de jornada, que pode ser diário. Podem ser também semanários, ou seja, aqueles que só saem uma ou duas vezes por semana ou, ainda, hebdomadários (que só saem aos domingos).

aparece noticiado como um dos produtos que os navios carregavam. Por exemplo, vemos que o jornal *Idade D'Ouro do Brasil*, publicado em Salvador, no dia 31 de maio de 1811, noticiava que o “Bergatin (espécie de navio) Carmo Leão” havia partido do Rio de Janeiro cerca de 18 dias antes e que a carga transportada era de “1 barrica de azeite, uma gamela de cêra, duas caixa de chá, 124 rolos de fumo, 25 jacazes de toucinho e queijos, 191 sacas de arroz, 33 sacas de café, 16 barris de farinha de trigo e 124 sacas de milho” (*Idade D'Ouro do Brasil*, 1811, p.3).

Como era comum, a notícia trazia ainda os passageiros e para onde o navio se diria depois de zarpar (nesse caso, para Pernambuco). Outras notícias que encontramos nos jornais são os preços que o café alcançava nos vários portos do mundo, além de matérias que traziam análises dos produtos americanos que chegavam à Europa.

O café era um dos quarenta e sete produtos que o Brasil exportava para o continente europeu nesse início do século XIX e, apesar de ser plantado desde pelo menos o início do século XVIII, nem de longe era o produto mais importante de nossa economia naquele momento. Isso se dava porque o próprio hábito do consumo do café na Europa era fenômeno recente. Bebida de gosto amargo, difícil de agradar ao paladar em uma primeira experiência, era considerado como uma espécie de remédio, tonificante, afrodisíaco e principalmente um estimulante. As primeiras notícias do café na Europa datam do século XIII, quando das Cruzadas e dos primeiros relatos dessa bebida exótica do “orientes”.

A produção do café na América começou pelas mãos dos franceses, nas suas colônias nas Antilhas, ainda no século XVII. Como era uma bebida com pouca saída, seu valor apesar de alto não impulsionava muito as vendas e a produção se restringia em poucas unidades, via de regra, plantado nos pomares das fazendas de cana-de-açúcar, essa sim uma produção de grande saída nos mercados europeus.

Sabemos que o consumo do café aumentou durante todo o século XVIII e que sementes, e depois mudas, foram contrabandeadas para o Brasil, inicialmente na capitania do Pará e depois por várias outras regiões, até chegar ao sudeste. Parte dessa história é contada pelo jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro, em edição de maio de 1813, em uma matéria de catorze páginas intitulada “Memória sobre o Café, sua história, cultura e amanhos⁵⁵”. Já no início, o autor anônimo escreve “O café tem sido de tal maneira admitido no uso econômico, que chega ao grau dos objetos de primeira necessidade” (*O Patriota*, 1813, p. 03). Ele continua escrevendo a história do café, desde a sua descoberta na Etiópia, até ser levado ao Oriente Médio pelos árabes, e conta uma lenda sobre as qualidades do café:

Maronite Fausta Niaronne citado no *Dicionário de Trevoux*, diz que o Café foi descoberto por certo Prior da Arábia, a quem comunicando um cabreiro que suas cabras, comendo certa bage [vagem ou o grão do café], saltavam toda a noite, examinou-a, e a deu a beber a seus monges, para que não dormissem no coro. (*O Patriota*, 1813, p. 05).

⁵⁵ Ato de cultivar, forma de preparar a terra para determinada cultura.

O texto segue ressaltando as vantagens do consumo da bebida e como o hábito se espalhou entre os mulçumanos (maometanos), depois na Europa, até finalmente chegar na América. O autor lamenta que não se saiba o nome da pessoa que introduziu o café no Brasil e fala que é necessário

conservar a memória daqueles que, por seus desvelos, deram a sua pátria um novo ramo de comércio e completa, perguntemos uns aos outros, quem nos trouxe a cana de açúcar, e em pouco tempo quem hoje a cana de Taiti, quem as plantas exóticas, que se cultivam na Lagoa Rodrigo de Freitas? (*O Patriota*, 1813, p. 10).

A referência à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, é importante porque lá foi instalado o Jardim Botânico. Criado em 13 de junho de 1808 e inicialmente chamado de Jardim de Aclimação, foi renomeado para Real Horto. O seu objetivo era, como o primeiro nome diz, o de aclimatar plantas de todas as partes do mundo para descobrir quais delas teria potencial econômico para se tornarem comerciais. Em um país eminentemente agrícola como era o Brasil, desde o período colonial e mesmo com a chegada da Corte, é fácil perceber a importância que tal instituição tinha para a nossa economia.

Convém lembrar que o próprio D. João VI, em diversas ocasiões, distribuiu para fazendeiros aqui instalados, mudas de cafezal para estimular o plantio na região. Também é importante destacar que o café esteve presente nos planos do Brasil desde o período de nossa independência.

27.2 A imprensa na sala de aula

Atividade 01

Analise o Brasão do Império do Brasil, criado após a nossa independência, e a frase extraída do texto “Café, sua história, cultura e amanhos”, publicado no jornal *O Patriota*, em maio de 1813, relacionando-os com a História do Brasil naquele momento.



Plantar uma árvore e dar um filho a sua Pátria, são os maiores bens que o cidadão lhe pode prestar diz Montesquieu e não temo errar dizendo o mesmo com ele. (*Autor desconhecido*, 1813, p. 11).

Agora escreva um texto destacando a importância da agricultura no período colonial e no momento da independência, início da importância do café como principal produto de exportação da economia brasileira.

Atividade 02

O quadro “Os comedores de Batata”, do artista pós-impressionista holandês Vincent Van Gogh, traz a imagem de uma família pobre no subúrbio de Paris, por volta de 1885. A família, que pertencia às classes menos privilegiadas da população, somente tinha dinheiro para comer batatas e tomar uma xícara de café, como se pode ver na parte inferior da imagem. A partir dos seus conhecimentos responda, às questões a seguir.



- Qual é a importância de estimulantes em uma sociedade em que está sendo implantado o capitalismo?
- Como entender o fato de que o café tinha se tornado um produto acessível às camadas mais pobres da Europa, ao mesmo tempo que garantia as maiores fortunas aos proprietários rurais do Brasil?
- Qual as semelhanças e diferenças dos pobres de Paris e os escravizados das fazendas de café no Brasil?

Atividade 03

Leia a matéria completa “Memória sobre o Café, sua história, cultura e amanhos”, na edição de maio de 1813 de *O Patriota* e responda às questões a seguir. Para consulta da matéria deve-se entrar no sítio eletrônico:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700177&pasta=ano%20181&hf=memoria.bn.br&pagfis=468>

Perguntas:

- a) Por que o autor resolveu escrever essa matéria?
- b) Quais são os benefícios que o café poderia trazer para a economia do país?
- c) Quais são os argumentos que o autor utiliza para destacar a importância de sabermos a história das nossas culturas?

27.3 Fonte

O Patriota. Rio de Janeiro, maio de 1813, p. 2 - 15.

Idade D'Ouro do Brasil. Salvador, 31 de maio de 1811, p. 3.

27.4 Referências

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo (org). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael; DALE, Tomich. *O Vale do Paraíba Escravista e a formação do mercado mundial do café*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX (senhores e escravos no coração do Império)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

28. Epidemias e economia no final dos Oitocentos

Vitória Fernanda Schettini⁵⁶

Elione Silva Guimarães⁵⁷

A exemplo da covid-19, que desde o ano 2019 assola o mundo, as epidemias sempre assombraram as sociedades humanas, ganhando superdimensão no mundo atual, uma vez que as informações nos chegam praticamente em tempo real. Mas ficam algumas perguntas a respeito dos efeitos dessas epidemias em tempos pretéritos. Essas doenças afetaram a economia e o cotidiano dos indivíduos do século XIX? Quais foram os impactos que elas causaram nas diversas localidades onde se manifestaram?

A crise sanitária, gerada pelas epidemias, vêm acompanhadas pela adversidade econômica e social e, em geral, suas principais vítimas são os trabalhadores e os mais pobres. Isso acontece porque esses são os grupos com menor acesso às condições adequadas de higiene e salubridade e que, por necessidade, estão mais expostos às doenças. A obrigação de trabalhar para garantir suas condições de subsistência e, conseqüentemente, de se deslocarem e aglomerarem, assim como a imposição de manterem o processo de produção de riquezas para os grupos proprietários, colocam-nos em condições de vulnerabilidade frente às crises sanitárias.

Quando nos reportamos à história da saúde e da doença ao longo do século XIX, deparamo-nos com recorrentes e variadas notificações de moléstias como sarampo, varíola, cólera-morbo, malária, febres causadoras de diarreias e outras — todas genericamente chamadas de “febres de mau-caráter”. Frequentemente, essas doenças se espalhavam, ganhando *status* de epidemias e causando preocupações, mortes, devastações e pânico nas sociedades do passado. O aparecimento de qualquer uma dessas epidemias em países da Europa ou da Ásia repercutiam na imprensa brasileira. Se as condições de higiene inadequadas vigoravam nos velhos continentes, nos jovens países da América, a situação era ainda mais preocupante, o que não era sem razão de ser.

Muitas vezes, ao longo do século XIX, o Brasil vivenciou casos de epidemias, que, tanto aqui quanto no exterior, provocaram o isolamento e o abandono de cidades, que foram dizimadas. Portanto, às primeiras notícias sobre a existência de uma epidemia de “febre de mau-caráter”, iniciada onde quer que fosse, as pessoas já se alarmavam, a notícia se propagava e, em geral, medidas eram adotadas para tentar evitar que a doença entrasse nas localidades e que se propagasse.

Para melhor compreendermos como as epidemias impactavam a economia e a vida cotidiana dos indivíduos, vamos tomar por parâmetro o município de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira. Na segunda metade do século XIX, Juiz de Fora, embora recentemente

⁵⁶ Doutora em História em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói). Professora da Faculdade Santa Marcelina (FASM) e da Faminas/Muriaé.

⁵⁷ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora e Pesquisadora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

emancipada de Barbacena (1850), destacava-se como uma das mais prósperas cidades de Minas e do Brasil. Nesse período, o município era grande produtor de café, principal produto de exportação do país.

Durante o período escravista, o trabalhador escravizado foi a principal força de trabalho na localidade, empregado em atividades rurais e urbanas. O município era dependente da mão de obra cativa e, conseqüentemente, do tráfico interno de pessoas escravizadas. Após a abolição da escravatura (em maio de 1888), o trabalhador livre majoritariamente era composto dos ex-escravizados (“libertos”, “trabalhador nacional”), aos quais se somaram grandes números de estrangeiros, principalmente os italianos. Embora a economia cafeeira tenha sido predominante até aproximadamente 1920, no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, Juiz de Fora vivenciou um processo de desenvolvimento e modernização significativo. Ao lado do café, a economia pecuária, principalmente a criação bovina para o leite e para o corte, crescia em Juiz de Fora.

No decorrer da segunda metade do Oitocentos, a riqueza gerada pela produção cafeeira possibilitou investimentos em setores diversos da agricultura e do comércio: construção de estradas; melhorias urbanas e dos meios de comunicação, como o telefone (1883), o telégrafo (1885) e os correios (1885); investimentos em educação e cultura; desenvolvimento de um sistema financeiro; oferta de energia elétrica (1889), primeiramente doméstica e, a partir de 1898, industrial. Tais condições propiciaram o desenvolvimento de uma industrialização no município, principalmente voltada para a produção de tecidos, alimentos e bebidas.

A jovem Juiz de Fora foi cenário de muitas epidemias na segunda metade do século XIX, mas destacamos o cólera-morbo, que em 1855 assolou o município e fez dos moradores das senzalas as principais vítimas. Foi novamente o cólera que, em 1895, levou pânico a Juiz de Fora, desta feita atingindo prioritariamente os italianos que chegavam à Hospedaria dos Imigrantes para serem direcionados aos trabalhos nas fazendas cafeeiras. Em ambos os casos, pessoas que viviam aglomeradas em senzalas e cortiços, com condições de higiene mínimas, sem acesso a saneamento básico e com alimentação precária. Havia uma grande preocupação com os ajuntamentos, como a ida das crianças à escola e o medo dos agricultores de levarem seus produtos aos mercados.

O desenvolvimento local esbarrava em problemas mais amplos, que naturalmente afetavam a todos, e procurava se adaptar a eles e superá-los. O fim do escravismo em 1888 exigiu um reordenamento do trabalho, com bases na predominância do trabalho livre. A mudança do regime político, com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, também provocou a reorganização das forças de poder. Instabilidades políticas e trabalhistas atuaram diretamente na produção e abastecimento de alimentos, provocando crise alimentar, com majoração dos preços e aumento do número de famintos.

As epidemias e a crise de abastecimento na década de 1890 provocaram gastos públicos para tentar conter a proliferação da doença e da fome. A construção de hospitais de isolamento, a contratação de pessoal para trabalhar na linha de frente no combate às epidemias e a realização de cordões de isolamento nas fronteiras foram um dos gastos primordiais. Além disso, houve uma grande preocupação com políticas públicas e de saneamento básico, as quais contaram com recursos públicos, a exemplo de reformas como a famosa “Pereira Passos” no Rio de Janeiro, ou as políticas de saneamento e a expansão da cidade de Juiz de Fora, idealizadas por G.

Howyan. Como é evidente, a mesma doença que leva à falência alguns ramos da economia, alavanca e traz lucros para outros, como foi o caso dos fabricantes e dos vendedores de remédios, bem como das funerárias.

28.1. O que disse a imprensa sobre as epidemias e a economia no final do Oitocentos

Em officio datado de 24 do mez proximo passado respondem Vm^{ces} á circular de 20 do dito mez em que esta Presidencia indicou e recommendou á essa Camara as medidas preventivas que julgou efficazes contra a epidemia que reina em alguns pontos do Império, declarando que entendem serem essas providencias insufficientes como referencia á esse Municipio, que mais exposto se acha de contagio por se achar collocado nos limites desta com a Provincia do Rio, onde a cholera faz notaveis estragos, á 3 dias de viagem do Porto da Estrella, onde o mal se tem manifestado, e demais atravessado pela estrada mais frequentada da Provincia, por onde podem transitar comboios de Africanos vindos daquella Provincia, e expostos á venda, sendo estes os que a epidemia ataca de preferencia, pedindo o auxilio de 6:000\$000 reis para o estabelecimento de uma enfermaria, compra de remedios para socorro dos indigentes, e gratificação á medicos e indicando outras medidas tendentes ao mesmo fim, e em resposta tenho de dizer lhes que, sendo inefficaz, e mesmo inexequivel, a quarentena em que julgão deverem ser postos os sobreditos comboios, cumpre que essa camara, dando zelosa execução ao disposto na citada Circular desta Presidencia, recomende instantemente á todos os fazendeiros do respectivo Termo a applicação aos escravos do tratamento que a sciencia tem indicado como mais efficaz para evitar o sobredito contagio, na intelligencia entretanto de que, quando infelismenteahi tenha lugar a invasão do mal, pelos cofres publicos serão satisfeitas as despesas em que importar a realização das medidas lembradas no seu dito officio, quando para esse fim não sejam bastantes os recursos dessa Municipalidade, e os que forem prestados pela charidade publica. (*Carta do Presidente da Província de Minas Gerais*, 1855).

[...] nos ultimos dias do anno, appareceu na zona do Estado limitrophe com a do Rio de Janeiro a epidemia do cholera [...] Mais uma vez, e por cruel experiência, ficou demonstrada a necessidade urgente que há de ser dotado o Estado de serviço regular e completo referente áHygiene.Do vosso patriotismo espera o governo [...] medidas legislativas sobre tão importante assumpto, porquanto nestes últimos annos tem apparecido frequentemente, pelo verão em diversas localidades da matta, epidemias de mau caráter. Seria, portanto, de grande vantagem que o Congresso facultasse ao governo os meios

precisos para prover à hygiene desses logares, onde peculiares condições de insalubridade favorecem a irrupção de epidemias. Com os recursos dados pelo Congresso, na forma das leis, poderá o governo auxiliar as municipalidades nessa tarefa [...] Entretanto, é claro que a administração municipal não pode com os próprios recursos, exclusivamente, realizar todos os serviços necessários para esse objetivo e aos poderes do Estado cumpre correr em seu auxílio. (FORTES, 1895).

Por deliberação da Camara Municipal [...] faz saber a todos os habitantes dos suburbios e do município e tambem aos circunsvisinhos, que nesta cidade não reina epidemia alguma, como se tem propalado, que não lhes permita trazer seus gêneros à praça do mercado para ali serem vendidos. Derão-se apenas alguns casos de varíola, e esses mesmos benignos, não se desenvolvendo a epidemia. Convida por tanto a todos que o presente edital vierem ou d'elle noticia tiverem, a continuarem a trazer seus gêneros à praça do mercado, sob pena da multa do art. 164 das posturas municipais e nos atravessadores e compradores sob a pena de 30\$ de multa e oito dias de prisão. (*O Pharol*, 1878, p. 01).

Na cidade do Rio Claro grassando com intensidade epidemia de febres, a população já abandonou suas casas, e os que lá ainda permanecem luctam com as maiores dificuldades, devido à carestia dos gêneros alimentícios. (*O Pharol*, 1892, p. 1).

Socorros Publicos – O dr. Alexandre Stolkler, em requerimento dirigido ao ministério do interior, pede a distribuição da quantia de 200:000\$ /duzentos contos de réis/, pela verba – Socorros Publicos – às populações de Campanha, Baependy, Lavras, S. João d’el-rey, Juiz de Fora, Manhuassú e outras a desvalidos e flagelados por pestes e calamidades. (*O Pharol*, 1890, p. 1).

Desigualdade na pandemia: a realidade das favelas brasileiras
À medida que a pandemia do Novo Coronavírus persiste e dados científicos se tornam disponíveis para a população, temos observado que a pandemia evidencia como as desigualdades socioeconômicas distribuem de maneira iníqua os riscos de saúde e os econômicos, bem como as condições para enfrentar a emergência sanitária, em desfavor dos grupos já discriminados em outras dimensões, como os negros e os

moradores das favelas [...] Os efeitos econômicos desproporcionais têm sido maiores ainda entre os 14 milhões de moradores de favelas, porque historicamente sofrem com a baixa escolaridade, taxas de desemprego mais altas, inserção precária no mercado de trabalho, baixo acesso à seguridade e salários mais baixos. (ROCHA, 2020, on-line).

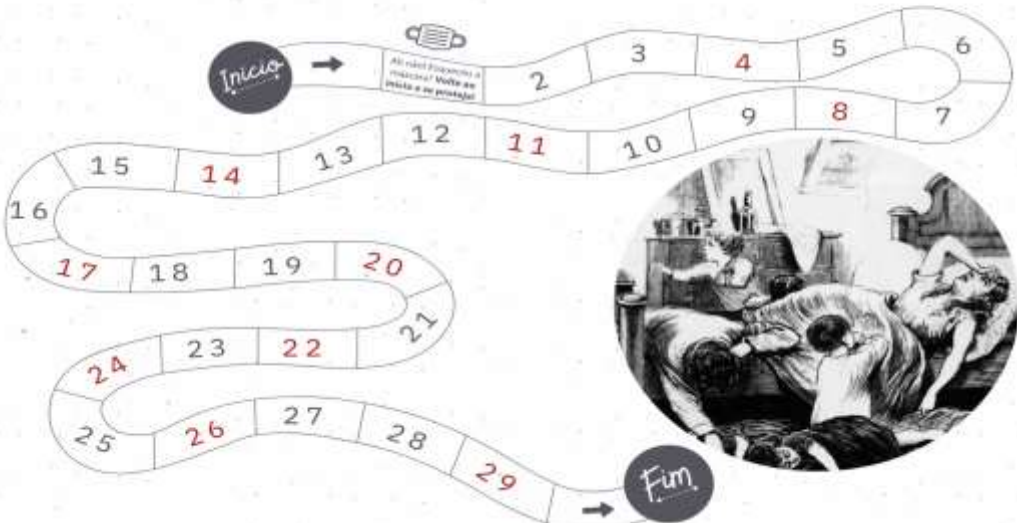
28.2. A imprensa na sala de aula

Atividade 01

A partir da leitura dos documentos selecionados, destaque como as epidemias afetaram a economia do século XIX. Faça uma pesquisa e elabore um quadro comparativo destacando alguns pontos semelhantes a respeito dos impactos das epidemias na economia dos séculos XIX e XX.

Atividade 02 Jogo de Tabuleiro (a imagem é ilustrativa e o professor/alunos poderão confeccionar o seu jogo)

O jogo deverá proceder mediante o uso de dados e poderá ter vários participantes. A partir do número sorteado o participante deverá andar ou recuar as casas. Vence o jogo aquele que chegar primeiro ao fim.



PERGUNTAS:

4. É possível jornais relatarem ideias contrárias sobre o mesmo tema? Por que?
8. A economia de um país reflete na saúde de seu povo? Como. Se você não sabe volte 3 casas.
11. Lave as mãos e permaneça no seu lugar.
14. Qual o local de visto que os imigrantes italianos passavam antes de serem enviados ao local de moradia?
17. Vemos uma participação ativa dos governantes para o controle das doenças de um país. Qual a sugestão do Presidente de Província para Minas no século XIX para o controle das epidemias neste momento?
20. Faça uso do álcool em gel e retorne ao início do jogo.
22. Quais as principais causas para a população mais vulnerável ser a que mais sofre com uma pandemia?
24. O Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais no ano de 1895 aponta para a participação do município junto pandemia. Isso hoje também acontece? Como.
26. Dentre as doenças que mais afetaram a região da Zona da Mata Mineira foi o cólera. Quais os sintomas dessa doença?
29. Parabéns, pule mais uma casa, Você é o vencedor!!!!!!!

Geon C. L. Freitas

28.3. Fontes

Carta do Presidente da Província de Minas Gerais ao Presidente da Câmara da Vila de Santo Antonio do Paraibuna (Juiz de Fora). Juiz de Fora, de 13 de outubro de 1855.

FORTES, Chrispim Jacques Bias. *Relatório do Presidente da Província de Minas, Chrispim Jacques Bias Fortes*, 1895. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 01 ago. 2021.

O Pharol, Juiz de Fora, 27 de outubro de 1878, p. 01.

O Pharol, Juiz de Fora, 20 de agosto de 1890, p. 1.

O Pharol, Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1892, p. 1.

28.4. Referências

ROCHA, Fackson Henrique Eugênio. Desigualdade na Pandemia: a realidade das favelas brasileiras. *Observatório das desigualdades*, Belo Horizonte, 02 jul. 2020. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1110>. Acesso em: 01 ago. 2021.

28.5. Para saber mais

COSTA, Claudia. Livros dos séculos 18 e 19 ajudam a refletir sobre epidemias. *Jornal da USP*. São Paulo, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/livros-dos-seculos-18-e-19-ajudam-a-refletir-sobre-epidemias/>. Acesso em: 06 out. 2021.

BARÃO de Mauá o imperador. Direção: Sérgio Rezende. Brasil, 2013. 1 vídeo (2h18min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsNFt6okIxs>. Acesso em: 06 out. 2021.

29. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Mario Brum⁵⁸

Em fins da década de 1830, o país atravessava um período de turbulência política. A renúncia de D. Pedro I em 1831 ocorreu com seu filho sendo ainda uma criança de quatro anos, o que o impedia de assumir o trono até completar dezoito anos. Desse modo, o Império do Brasil passou a ser governado de modo provisório por regências. Mesmo antes da renúncia, o Império já vivia forte instabilidade política, com as oligarquias provinciais reivindicando maior autonomia, bem como com facções políticas, liberais e conservadores em disputas no Senado e na Câmara dos Deputados pelos rumos do Império. Nas províncias, movimentos e rebeliões com forte participação popular questionavam as próprias bases sob as quais o Império se assentava, como a escravidão, a monarquia e a própria ideia do Império em si, com reivindicações de independência e ideais republicanos.

Em meio a essa conjuntura de dissenso, havia aqueles que defendiam a manutenção da unidade do Império e buscavam criar uma identidade nacional em um país de composição racial tão diversa e sob sério risco de fragmentação, com a América Portuguesa vivendo o ocorrido com seus vizinhos que se dividiram em várias repúblicas. É nesse contexto que, em 1838, foi criado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), a partir de iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Como aponta o historiador José Murilo de Carvalho (1981), havia certa homogeneidade entre os fundadores do IHGB: todos estudaram em universidades europeias, eram partidários da centralização imperial e fiéis a um projeto de centralização, enraizamento e legitimação da Coroa. Para isso, compreendiam que era necessária a formação de uma identidade da nação e da narrativa de sua trajetória no tempo, construindo na esfera simbólica uma unidade nacional que os arranjos políticos conseguiram dois anos depois, ao antecipar a maioria de Pedro II para catorze anos, como forma de assumir o trono e estabilizar o Império. O esforço do IGHB então é buscar e divulgar a história do Brasil como forma de que os diferentes contingentes populacionais que viviam em todo território se reconhecessem como herdeiros de uma trajetória em comum.

Como aponta Guimarães (2011), tratava-se de uma História numa perspectiva memorialista, enfatizando e glorificando os grandes eventos que constituíram o território e o povo brasileiro. Em consonância com a formação europeia que seus fundadores partilhavam, o dever da História seria traçar uma “genealogia da nação” (FURET, s/d), uma pedagogia do cidadão (NADAI, 1993) que ensinasse aos nacionais o que era ser brasileiro.

Em 1840, o IHGB promoveu um concurso com o desafio de “Como se deve escrever a história do Brasil”, vencido por Carl Friedrich Philipp Von Martius. De origem germânica, Von Martius era naturalista e médico, além de antropólogo. Escrito em 1843 e publicado em 1845,

⁵⁸ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador associado aos Institutos Nacionais de Ciências e Tecnologia (INCT/Proprietas), ao Laboratório do Estudo das Diferenças e Desigualdades Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LEDDES/UERJ) e ao Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IMAM/UFRJ).

o estudo apresenta o processo de formação da nação brasileira a partir “do encontro, da mescla” das três raças que compõem o povo brasileiro: “a raça cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim, a preta ou a etiópica” (VON MARTIUS, 1844, p. 382).

Sob esse olhar ancorado na perspectiva da antropologia do século XIX, hierarquizando raças a partir de suas supostas características físicas e morais, Von Martius atribuía a cada uma delas contribuições para a formação do Brasil, cabendo ao elemento português, em quem via qualidades morais superiores, ter desempenhado o papel de descobridor e conquistador, enfim, o “mais poderoso e essencial motor” (VON MARTIUS, 1844, p. 382). Von Martius se tornou uma espécie de guia para a produção do IHGB nos anos seguintes.

Em 1854, o IHGB publica a obra *História Geral do Brasil*, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen, livro que demonstra a influência de Varnhagen, e conseqüentemente do Instituto para o pensamento historiográfico sobre o Brasil. Como aponta Lúcia Guimarães (2002, p. 95), Varnhagem apresenta uma história do Brasil a partir do projeto colonial conduzido pela Coroa Portuguesa, constituindo uma narrativa de decisões políticas e administrativas na condução do processo de conquista de uma natureza selvagem (da qual o elemento indígena fazia parte), em que resistências foram apagadas ou tidas como movimentos de sedição à Coroa.

Assim, o Brasil era um movimento da civilização que começou em Portugal e foi conduzido e mantido pela dinastia dos Bragança. Na sessão de instalação, por exemplo, após uma oração, foi apresentada “uma memória sobre as navegações antigas, de que resultou o descobrimento da Terra de Santa Cruz” (*Jornal do Commercio*, 1838, p. 03).

Tendo a Europa como modelo (e não como uma antítese), o que foi incrementado na sua consolidação durante o Segundo Reinado, o Instituto não promoveu uma História com viés antimetrópole ou que focasse em elementos disruptivos. Na verdade, o que se buscou foi a construção de uma narrativa que minimizou conflitos entre grupos sociais, enfatizando a dimensão política dos processos, sob uma perspectiva das elites.

Nesse sentido, a produção historiográfica do IHGB focava na ação de grandes homens e nas suas decisões, a quem atribuía uma superioridade moral que determinaram o curso da História.⁵⁹ Por se tratar ainda de uma História que se via apenas como uma narrativa fiel de eventos do passado, a História na Europa era vista como um gênero da literatura (HARTOG, 2019).

Essa perspectiva historiográfica do IHGB foi reproduzida no Ensino de História que, durante as décadas seguintes, ficou a cargo do Colégio Imperial Pedro II, criado um ano antes e que também estabelecia os currículos escolares a serem utilizados na Corte e nas províncias, adentrando o século XX, ainda que com diferentes roupagens, como na ideia da harmonia racial brasileira. Seus efeitos são duradouros e se fazem sentir, por exemplo, nas diferentes propostas para o ensino de História que surgem nas primeiras décadas do século XXI.

⁵⁹ Outras características da influência europeia era o primado do documento como uma fonte histórica inquestionável, atribuindo-se a ele uma suposta neutralidade e tomando-o como uma produção verdadeira por ser desinteressada. No começo do século XX, movimentos na historiografia francesa, como os *Annales*, igualmente com forte influência no Brasil, passam a questionar o documento como fonte histórica verdadeira, neutra e desinteressada e, principalmente, a única possível.

29.1 O que disse a imprensa sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Em 25 de outubro de 1838, *O Despertador* destaca a fundação do IGHB:

Acaba-se de instaurar nesta Corte um instituto histórico fundado por alguns membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Mas entre as instituições de que atualmente necessita o nosso país, sobressai a criação de uma academia brasileira. [...] Enquanto que todos os dias organizam companhias destinadas ao adiantamento da indústria, não sabemos porque os literatos, os homens da ciência parecem desanimados, não agregam suas forças, e recuam ante a ideia majestosa de dar às ciências poderoso impulso. [...]

Confiamos em que, à maneira do Instituto Histórico, se organizem outras sociedades, que sirvam de dar impulso a outros ramos da literatura nacional. Com o correr dos tempos, elas se reunirão e, à semelhança do instituto da França, colherão em seu seio todos quanto houverem se distinguido no estudo das ciências.

Aguardado tão lisonjeiro futuro, não podemos deixar de saudar a criação do Instituto Histórico como aurora de um belo dia; e, em nome dos progressos intelectuais de nossa pátria dirigimos aos seus fundadores os bem merecidos encômios. (*O Despertador*, 1838, p. 01, grifo nosso).

No *Jornal do Commercio*, a fundação do IGHB foi reportada em 23 de outubro de 1838:

Instalação do Instituto Histórico Brasileiro.

A sociedade auxiliadora da indústria nacional [...] reuniu-se no dia 21 do corrente, às 11 horas, para proceder a instalação do Instituto Histórico Brasileiro. [...] Esta nova instituição, análogo a outra que, com igual nome, e com os mesmos fins, há poucos anos foi criada na França, aonde vai produzindo os mais belos resultados, tem por fito promover e aperfeiçoar os estudos históricos, colher todos os dados, todos os materiais que podem servir para ilustrar os pontos obscuros, duvidosos ou confusos da história, principalmente da do Brasil, encher as lacunas que nela hajam, justificar ou desmentir as tradições, julgar as opiniões dos historiadores, cotejá-las com os fatos verdadeiros, apurando e averiguando estes por indagações, pelo exame e pela crítica, dissipar o erro, e fazer aparecer a verdade em toda a sua pureza e esplendor. Ela vai espalhar sobre nosso passado uma luz viva, fazer com que as lições dele, baseados na realidade, nos sejam verdadeiramente úteis, e nunca possa iludir-nos. Sua fundação deve necessariamente concorrer e despertar, entreter e conservar em vigor o culto da literatura, da ciência dos fatos, da mestra dos homens e das nações. Por ela, o dia 21 do corrente vai marcar na História do Brasil, uma grande época, após a qual se

prolongará numa idade de nova ilustração, uma série de belas conquistas para a ciência, e de ricos troféus para a verdade. (*Jornal do Commercio*, 1838, p. 02).

29.2 A imprensa na sala de aula

Com o bicentenário da nação, em 2022, dois acontecimentos demonstram uma contestação acerca da maneira de contar a História do Brasil: O primeiro deles foi em fevereiro de 2019. O desfile e o samba enredo da escola de samba Mangueira, escola do Rio de Janeiro, apresentavam em versos uma reivindicação: “Brasil, chegou a vez, de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e Malês”. Indo de Luisa Mahin (escrava na Bahia do século XIX que liderou um movimento contra a escravidão) até Marielle (vereadora negra e moradora de favela, cujo assassinato no Rio de Janeiro em 2018 teve repercussão mundial), o enredo propunha contar “a história que a história não conta”. Sagrando-se campeã do carnaval, houve quem acusasse a Mangueira de ter sido partidária ou, ainda, ‘lacradora’.

Outro acontecimento foi em julho de 2021, quando ocorreu a queima de pneus aos pés da estátua do bandeirante Borba Gato durante uma manifestação em São Paulo. O ato, assim como ações de iconoclastia ocorridas nos Estados Unidos e na Europa relacionadas ao movimento *Black Lives Matters*, gerou reações apaixonadas. Houve quem acusasse os manifestantes de vandalismo contra um monumento a uma figura histórica, e quem apoiasse o ato questionando se bandeirantes ligados à captura de indígenas para escravizá-los, estupro e massacres merecem ser homenageados.

Embora grande parte da historiografia brasileira, assim como o ensino de História, já tenha superado os pressupostos estabelecidos pelo IHGB, abandonando as narrativas de grandes heróis focada exclusivamente em eventos políticos-administrativos. Nesse sentido, o enfoque passou a abordar aspectos sociais, culturais, econômicos, o cotidiano, os costumes, os pensamentos, as ações dos diversos segmentos da sociedade, suas aspirações, suas lutas, suas vitórias e suas derrotas, inclusive, ainda hoje há intenso debate sobre a (s) maneira(s) de contar a História do Brasil.

A partir dos dois eventos citados, apresente os diferentes pontos de vista sobre eles abordados pela imprensa, relacionando-os às visões sobre a História do Brasil e como ela deve ser pensada e ensinada. Considere que esses eventos se deram em meio à polarização política que marca o Brasil a partir da metade de 2010, bem como em meio às diferentes propostas de reforma do sistema de ensino no Brasil, algumas embasadas em acusações do ensino de História ser marcado por um viés ‘esquerdista’.

29.3 Fontes

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1838, p. 02.

O Despertador. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1838, p. 01.

29.4 Referências

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s/d.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 2002, p. 75-96.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presenteísmo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143–162, ago. 1993.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro, Tomo Sexto, pp.381-403, 1844.

29.5 Para saber mais

1. *Independência ou morte*: filme dirigido por Carlos Coimbra em 1972. Produzido no sesquicentenário da Independência, no auge da Ditadura Militar, de viés ufanista, é um ótimo exemplo de uma historiografia centrada em D. Pedro I e numa narrativa ligada ao apagamento de conflitos entre diferentes segmentos sociais.

2. *História pra Ninar Gente Grande*: vídeo com clipe oficial do samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira de 2019. Disponível no canal do Youtube da Estação Primeira de Mangueira.

3. *Angola Janga: uma história de Palmares*: vencedor do Prêmio Jabuti em 2018, o livro escrito e desenhado por Marcelo D'Saete publicado pela editora Veneta em 2017 conta, em quadrinhos, a história do Quilombo dos Palmares. O autor não é historiador por formação, mas a partir do uso de referências e fontes históricas, e com parte da narrativa utilizando ficção, conta, ao seu dizer, uma história de Palmares.

30. A febre amarela e o cólera

Jucieldo Ferreira Alexandre⁶⁰

Os anos de 2020 e 2021 serão lembrados como os anos da pandemia que parou o mundo, com marcas que serão sentidas durante anos na economia, na política, nas práticas sanitárias, nas taxas demográficas e nos costumes. Assim, é fácil compreender a razão da covid-19 ter sido o tema central dos jornais, das rádios, da televisão, dos *podcasts*, das redes sociais e de outras plataformas de comunicação. O volume de informações — algumas criminosas (as chamadas *fake news*) — levou Tedros Ghebreyesus, da OMS, a afirmar: “Não estamos lutando apenas contra uma pandemia; estamos lutando contra uma infodemia” (GHEBREYESUS, 2021 *apud* DOMINGUES, 2021, p. 14).

Apesar da incomparável massa de informações da época presente, a relação epidemia/imprensa não é nova. Aliás, os jornais são fundamentais para a compreensão do impacto das doenças no Oitocentos. Os historiadores têm demonstrado como o caráter biológico do adoecer é, também, enquadrado socioculturalmente: a forma como dada sociedade reage a um conjunto de sintomas físicos não deixa de se ligar à História, pois diversos elementos científicos, sociais e políticos concorrem para a existência e para a compreensão do que chamamos doença. Nesses termos, as epidemias exemplificam a historicidade do adoecer: com fronteiras definidas no tempo e no espaço, são “episódios de existência breve, mas intensa e arrebatadora” (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2004, p. 24).

A história demonstra como epidemias impactaram sociedades e temporalidades, encetando rico imaginário e práticas socioculturais, desafiando a política e a economia, bem como levando ao desenvolvimento de respostas, nem sempre cientificamente apropriadas, como nas intervenções no espaço público. Por outro lado, os eventos epidêmicos lançam luz sobre os problemas sociais de uma época, como é possível ver na cobertura da imprensa nos casos da febre amarela e do cólera no Brasil Oitocentista.

Quando entre 1849 e 1850 a febre amarela atingiu o país, os jornais deram azo à tese de que a doença tinha relação com o tráfico ilegal de escravizados, oficialmente proibido desde 1831, mas ainda presente nos portos brasileiros. O médico Joaquim de Aquino Fonseca afirmou no *Diário de Pernambuco* que a epidemia começara na Bahia, devido à “importação em grande escala de Africanos, chegando alguns já acometidos por febres, que são endêmicas nas costas d’África” (*Diário de Pernambuco*, 1850, p. 01). Se não era sabida, à época, a relação da doença com mosquitos, as péssimas condições higiênicas dos navios negreiros eram apontadas como focos da corrupção atmosférica a promover infecção. A tese chegava em hora propícia, pois o parlamento debatia a coibição do tráfico.

Na Câmara dos Deputados, Cruz Jobim chamava a atenção para o itinerário do navio que teria introduzido a febre amarela no país. Vindo de Nova Orleans, sul dos Estados Unidos, onde a escravidão era central, talvez tentasse despistar a fiscalização da Marinha Britânica: “Quem sabe se[,] vendo-se hoje muito perseguidos os traficantes de escravos ao sul da linha

⁶⁰ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade Federal do Cariri.

[do Equador] por causa do cruzeiro inglês, não tomarão o rumo do norte para de lá trazerem escravos à Bahia?” (*Jornal do Commercio*, 1850, p. 02).

Assim, a suposta vinculação entre febre amarela e o “comércio infame” contribuiu para a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz (1850). Cessado o tráfico de africanos, a busca por imigrantes europeus foi priorizada. Segundo os jornais, a febre amarela causava maior letalidade em brancos e não aclimatados às condições do Brasil, trazendo prejuízos: “O Brasil está desacreditado como país da febre amarela, porque o julgam pela sua capital[,] considerado o túmulo dos estrangeiros, e isto tem tornado difícilíssimo o problema da colonização” (*Correio Paulistano*, 1877, p. 01). Portanto, o combate à doença articulava economia e racismo na busca do embranquecimento do país (CHALHOUB, 1996).

Se a febre amarela parecia atingir com mais vigor a brancos estrangeiros, o cólera matava mais negros. Cerca de 2/3 dos 200 mil mortos que essa doença deixara no Brasil, entre 1855 e 1856, eram negros (COOPER, 1986). Não por acaso, os jornais publicavam textos de médicos voltados “aos senhores fazendeiros”, com orientações de como tratar os cativos para evitar o cólera: “É preciso pois que todos os possuidores de escravos se convençam que a mais imperiosa e urgente necessidade é melhorar quanto antes a condição material dos mesmos escravos, para que eles possam resistir ao ímpeto desta epidemia devastadora” (*O Bom Senso*, 1855, p. 04).

As orientações tratavam de coisas básicas: oferta de refeições diárias, regras de higiene corporal, condições de alojamento, tempo de descanso etc., assinalando a precariedade das condições a que os escravizados estavam cotidianamente subordinados. Ante o quadro de morte massiva pelo cólera, tensões raciais ficaram latentes. No ano de 1856, em Recife, Pai Manoel, africano que dizia saber curar o cólera, ganhou popularidade na população pobre e mesmo entre figurões, enfurecendo a Comissão de Saúde Pública, que exigia a prisão do curandeiro. Nas ruas, médicos eram acusados de querer matar, propositalmente, as pessoas de cor. Joaquim de Aquino Fonseca contou: “a população exaltou-se, e os pretos tornaram-se insolentes; os desordeiros começavam a formar grupos que percorriam as ruas [...] a agredir “os médicos que se viam expostos a ditos insultuosos”. A tensão piorou quando “um sacerdote [que] pregava do púlpito a favor” de Pai Manoel afirmou que médicos e boticários pretendiam matar o curandeiro, “por que ele curava os pardos e pretos” (*Diário de Pernambuco*, 1856, p. 02). As notícias de jornal sobre epidemias são, portanto, uma porta de entrada para a compreensão dos problemas mais profundos das sociedades em que grassaram.

30.1. O que disse a imprensa sobre a febre amarela e o cólera

Adrede nos havíamos calado, enquanto a epidemia começava [...] ceifar as suas vítimas com horrenda catadura, porque esperávamos que um remorso salutar travasse do coração desses homens que não fruído os gozos do poder, em nossa terra, sem jamais terem compreendido o que são seus deveres. [...] tal sentimento era bem vivo em nossa alma, e o tínhamos pelos homens do governo do presente e do passado. São os descuidos, os crimes e as infâmias do passado, agravados pelos do presente, que são a causa de quantos males manda o Deus de Justiça sobre as nossas cabeças [...].

Todos os males devemos à epidemia. E donde vem a epidemia? É clara a resposta. Quem não conhece na febre amarela, a febre africana, aquela que destrói as tripulações dos barcos que negociam para a África? Não existiram nesta cidade Americanos que viram morrer desta febre por quatro vezes os homens da sua tripulação no rio das Galinhas, em África, indo negociar em ouro em pó? Não existirão na marinha brasileira oficiais que conhecem esta febre porque a viram na África? Ninguém o negará. E não se sabe bem, e não é bem provado que esta epidemia foi levada à Bahia em um navio de africanos? E que estes mesmos divididos para Pernambuco também lá a levaram? São factos que ninguém contestará [...].

Sendo, como é verdade, que a epidemia reinante é originária da África, fica claro que a causa de todos os males que sofremos são os miseráveis e estúpidos *traficantes de escravos*, que introduzindo entre nós os negros, com eles trazem a epidemia e todos os seus medonhos estragos, que tanto ceifam as populações do Brasil [...].

Mas não são os réus que *traficam em escravos*, e que postergam a lei de 7 de novembro de 1831, que são as únicas causas; não; o governo, o governo do passado e do presente que tem consentido vilmente que se calquem aos pés as leis divinas e humanas, é tão ou mais culpado que esses miseráveis. [...]

Vítimas aos milhares da epidemia, órfãos e inocentes desvalidos, orai por nós, que nos não toque os crimes dos que não tem alma nem religião; orai por eles também para que Deus os afaste, ainda em tempo, do abismo, do lamaçal do inferno! (*O Philantropo*, 1850, p. 01–02).

Abaixo publicamos de que ingredientes se compõem a importante receita do célebre Manoel, autorizado por diploma do Exm. Sr. Presidente para curar nesta desditosa província e até em hospitais! Por aí veja o público sensato a que mãos têm estado entregue nossa sorte. Se não há aí um plano oculto e misterioso, parece que o único remédio a aplicar ao triste administrador é – *pombos na cabeça*. E que fará o novo conselho de higiene? Dar a cadeira de sua presidência ao Dr. Manoel, cuja receita é digna de figurar entre os maiores inventos da ciência de Hipócrates! Pobre Pernambuco! [...]

Remédio, de que o preto Manoel de nação, escravo do Dr, Gervasio Pires Ferreira, usa contra a epidemia reinante, declarado pelo dito escravo do desembargador Caetano José da Silva Santiago, a quem recorreu pedindo que falasse a seu dito senhor para forrá-lo, mediante o pagamento de seu respectivo valor.

Raiz de pimenta malagueta

Folhas de louro

Pimenta da Costa
Cebola do reino
Cebolinho branco
Raiz de cana flexa ou cana braba
Alhos
Pimenta do reino
Raiz de limão azedo

N. B. De cada uma cousa emprega-se a porção, que baste para uma ou mais garrafas.

Todos estes agentes devem ser pisados em um vazo, onde lancem-se duas ou mais garrafas d'água fria, segundo a porção do remédio, que se quiser fazer, e depois de bem pisado tudo e mexido, extraída a substância, deita-se fora o bagaço, coa-se o líquido extraído, e este é temperado com uma tigela de mel de furo, água de dois cocos secos da Bahia, e uma xícara de vinagre bom, e tal é o afamado remédio de pai Manoel!

Dieta recomendada por pai Manoel.

Logo que é chamado para ver um colérico, pai Manoel manda tirar de cima do doente toda e qualquer coberta, abrir as janelas e portas da casa, manda comer carne assada com pirão, e logo depois meter o doente em um banho frio. (*O Liberal Pernambucano*, 1856, p. 02).

30.2. A imprensa na sala de aula

Intitulada “Colonização”, a gravura de Angelo Agostini, publicada originalmente na *Revista Illustrada*, em 18 março de 1876, é um exemplo de como a febre amarela aparecia na imprensa, especialmente relacionada ao tema da imigração europeia. Observe atentamente os vários quadros da imagem e, na sequência, produza um pequeno texto narrando e interpretando qual seria a possível intenção do artista com a gravura.



30.3. Fontes

- Correio Paulistano*. São Paulo, 24 de abril de 1877, p. 01.
- Diário de Pernambuco*. Pernambuco, 14 de janeiro de 1850, p. 01.
- Diário de Pernambuco*. Pernambuco, 29 de fevereiro de 1856, p. 02.
- Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1850, p. 02.
- O Bom Senso*. Ouro Preto, 26 de novembro de 1855, p. 04.
- O Liberal Pernambucano*. Pernambuco, 26 de fevereiro de 1856, p. 02.
- O Philantropo*. Rio de Janeiro, 15 de março de 1850, p. 01–02.
- Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, em 18 março de 1876, p. 4.

30.4. Referências

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COOPER, Donald B. The new “black death”: cholera in Brazil, 1855–1856. *Social Science History*, [s. l.] v. 10, n. 4, p. 467–488, 1986.
- DOMINGUES, Larissa. Infodemia: uma ameaça à saúde pública global durante e após a pandemia de Covid-19. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 12–17, jan./mar. 2021.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13–51.

30.5. Para saber mais

- FRANCO, Sebastião Pimentel; PIMENTA, Tânia Salgado; MOTA, André (orgs.). *No rastro das províncias: as epidemias no Brasil oitocentista*. Vitória: Edufes, 2019.

31. A Lei de Terras de 1850

Cristiano Luís Christillino⁶¹

A Lei de Terras, como ficou conhecida a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi um marco na história da ocupação territorial do Brasil ao instituir a compra como o único meio de acesso aos terrenos devolutos, ou seja, sem donos, e ao garantir as bases legais para a propriedade rural. Essa legislação previa que todos os proprietários de terras, fossem elas oriundas de concessões ou de posse, deveriam declará-las nas paróquias e depois abrir um processo de revalidação — nos casos de títulos de doações (sesmarias) — ou um auto de legitimação, nas situações em que o proprietário havia apossado áreas devolutas, as chamadas “ocupações primárias”.

Esse trâmite consistia em um longo processo que envolvia a comprovação de ocupação por posse ou título de concessão, a medição da superfície requerida e, em muitos casos, a resolução de ações de embargo promovidas pelos vizinhos, além de várias outras fases burocráticas. Terminado o processo, então concedia-se o título de propriedade. Essas três etapas tiveram uma grande variação de duração de tempo, uma vez que poderiam durar entre dois e trinta anos (CHRISTILLINO, 2019). A Lei também previa que os recursos obtidos com a venda de terrenos públicos seriam aplicados na contratação de imigrantes na Europa e no seu estabelecimento no Brasil.

A Lei foi concebida em um espírito conciliatório no que dizia respeito ao tamanho das posses a serem legitimadas, à revalidação das sesmarias não ocupadas devidamente e, principalmente, à ausência do imposto territorial. Boa parte da historiografia atribui à Lei de Terras a questão da mão de obra, porém trata-se de uma legislação muito mais complexa (MOTTA, 2008).

A Lei trouxe dispositivos importantes para o controle social ao criminalizar a posse e a invasão das áreas extrativas. Essa foi a preocupação de uma grande parte dos representantes dos grandes fazendeiros na Câmara e no Senado na época, no entanto, a Lei não conseguiu criar alternativas ao grande problema enfrentado pela economia e pela geopolítica do Império: o vazio territorial. Os casos mais agudos estavam justamente nas províncias de fronteira: São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

A Lei de Terras também não tocava em outro revés, citado à época na documentação dos ministros, presidentes de província, deputados, senadores e vereadores: a baixa produtividade da indústria agrícola. Da mesma forma, a lei não contribuiu para o fortalecimento das arrecadações, no sentido de reforçar o Tesouro e financiar projetos em torno da agricultura e da colonização, uma vez que ela não instituiu o imposto territorial.

Os fazendeiros que encaminharam os autos de legitimação e revalidação não o fizeram apenas para cumprir as determinações da Lei de Terras, pois esse era um procedimento pelo qual se poderia, inclusive, criar brechas para o questionamento da legitimidade das suas ocupações. Em geral, esses autos foram abertos devido às disputas em torno das posses, o que

⁶¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Associado na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor Efetivo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

forçava os seus requerentes a obter títulos que assegurassem a legitimidade pública sobre as terras privadas (CHRISTILLINO, 2012).

De fato, as apropriações ilegais recebiam a chancela do Estado por avançarem a fronteira de expansão interna (SECRETO, 2012). Quando essa mesma fronteira se fechava, as disputas se intensificavam e a afirmação de propriedade exigia a aproximação dos requerentes aos presidentes de província, uma vez que eram eles que davam as sentenças sobre os processos.

A ideia de fracasso da lei esteve presente nos relatórios dos presidentes das mais diversas províncias do Império, especialmente em razão da falta de trabalhos expressivos de demarcação das terras públicas e do baixo número de processos de revalidação, no caso das sesmarias, e de legitimação, nas situações de posses de terras, abertos nesse período. No entanto, a lei teve um impacto importante nas décadas de 1850 a 1870 no plano político: ela se tornou um mecanismo de negociação política estabelecido entre o governo imperial e as elites locais. Embora não “aplicada com rigor”, ela possuía dispositivos que poderiam ser utilizados pelos presidentes de província contra os fazendeiros ou por algum vizinho seu, o que contribuiu para que uma boa parte dos potentados locais se aproximassem das bases de negociações políticas dos gabinetes ministeriais (CHRISTILLINO, 2019).

A falta de medidas de mapeamento e conservação das áreas públicas prejudicou drasticamente a aplicação da Lei de Terras, especialmente a venda de lotes e os projetos de colonização da Coroa e dos governos provinciais. A lei determinava que o produto dos direitos de chancelaria (nos trâmites burocráticos pelos quais passariam os processos de legitimações) e das vendas de terras pelo Estado seriam aplicados nas medições de terrenos devolutos e na contratação de colonos livres na Europa. A falta de mapeamento e venda das terras públicas, além da concentração de lotes nas mãos dos fazendeiros, também provocou uma lentidão no processo imigratório no Brasil em relação aos Estados Unidos nesse mesmo período.

Entre 1820 e 1861, cinco milhões de imigrantes europeus entraram nos Estados Unidos, enquanto no Brasil, até 1850, foram menos de 50 mil (COSTA, 1999). Em 1850, com os valores mínimos fixados pela Lei de Terras, percebia-se que a imigração para o Brasil não ganharia força pelos seus preços elevados, o que frustrou os projetos de colonização do governo brasileiro.

31.1 O que disse a imprensa sobre a Lei de Terras

Se houve assumpto para o qual mais convergissem as vistas dos nossos homens de Estado, assumpto que provocasse importantissimos discursos parlamentares e artigos serios e reflectidos, foi sem duvida o da lei de 18 de setembro de 1850, para cuja execução o governo imperial acaba de expedir um regulamento que brevemente publicaremos.

O fim immediato e terminante dessa lei era fazer medir, demarcar e vender em lotes as terras devolutas;- o fim politico era auxiliar a emigração estrangeira, regularisa-la, dar-lhe e exigir-lhe garantias.

Soccorrendo-se as idéas consagradas pelo direito publico e administrativo, socorrendo-se ao exemplo das nações mais adiantadas, a lei procura definir e firmar grande parte do *dominio publico*, de que

se tinha uma concepção abstracta, mas nenhum uso e nenhum fructo; e havendo-o firmado, fez como o herdeiro avisado que recebe o seu formal de partilhas depois de um longo processo; procurou immediatamente compensar a perda de tantos anos, pondo a render a sua propriedade, até então improductiva.

Este foi o fim immediato;- mas a idéa de chamar para o paiz população laboriosa, de excluir os systemas de colonisação ensaiados anteriormente com prejuizo do Estado e dos particulares, de substituir os braços escravos por braços livres, foi a principal despertadora daquella lei.

Estabelecido, reconhecido e firmado o dominio publico, demarcadas as terras que dele fazem parte, o comprador que hoje as arrematar em hasta não terá amanhã de ver litigiosa sua propriedade e de consumir sua paciencia e recursos em demandas longas e dispendiosas. Eis a vantagem e garantia para os emigrantes que se vierem estabelecer em um paiz novo e fertilíssimo, que lhes dará abastança desde logo e riqueza no futuro.

Por outro lado, a venda de terras, além de ser um recurso para o tesouro, he tambem uma garantia de melhor colonização. Os novos proprietarios não só ficam ligados ao solo pelo amor que temos ao canto da terra que nos pertence, como além disso, representam capitaes importados comsigo.

A venda das terras do estado, reservadas aquellas que tem um destino especial, como por exemplo, as cotadas para a construcção naval, foi um meio fiscal e politico usado pelas republicas antigas, e de que soube tirar um partido immenso o governo federal dos Estados-Unidos.

Convém portanto que a imprensa faça sentir bem o que acima expendemos, para impedir que alguma idéa falsa, inoculada nas classes menos illustradas da sociedade pela má fé e pela astucia, possa prejudicar a execução de uma lei tão necessaria, cujos defeitos serão remediados pelo tempo e pela experiencia.

Ainda há bem poucos anos um regulamento innocente que attendia a uma necessidade da administração, o regulamento para o registro dos nascimentos e obitos, sérvio de thema para declamações sediciosas, e foi causa de excessos deploraveis. Esse regulamento era imperfeito e mais theorico do que exequivel; mas não foi por ahi que o atacaram; atacaram-o como inimigo das liberdades publicas, como um pregão de captiveiro, como um atentado do poder!

É o fanatismo, excitado por idéas falsas, foi por diante com tanta força que nenhum ministro mais teve animo de mandar executar por um modo mais razoavel e mais bem pensado uma medida tão necessaria, quer a administração, quer mesmo aos particulares para as questões do estado civil e de direitos accessorios.

Julgamos portanto cumprir um dever fazendo as considerações precedentes e expondo o systema e as idéas cardeaes da lei citada e do regulamento do governo imperial. Para mais lucidez, adoptamos o methodo de compendiar esse systema em paragraphos, que comprehendem o que he essencial para o conhecimento do publico. (*Diario de Pernambuco*, 1854, p. 01).

Colonização Espontanea

Pelo registro do porto vê-se que entrarão desde 17 de novembro até fim de dezembro passado 1:968 colonos portuguezes, açorianos e alguns hespanhoes. Nos mezes de janeiro e fevereiro as entradas sobem ao numero de 594 colonos, sendo destes 587 portuguezes e açorianos e 7 hespanhoes.

Uma emigração tão subida em tres mezes de 2:555 colonos, máo grado as noticias do flagello da febre amarela porque passamos, e que naturalmente deverião amedrontar muita gente na Europa e desvial-a de seus planos de emigrar para o Brasil, não pode ser devida se não ás beneficas influencias da lei de terras, que promette ao colono um melhor futuro, e as medidas coercitivas contra o trafico de africanos, a maior garantia que se podia dar da não remota emancipação da escravatura, uma das primeiras cauzas que fortemente se oppõe á introducção de braços livres. Aquelles eu ainda credulos, olhão para o trafego como o unico meio de supprir os braços que faltão á nossa lavoura, não deixarão de ser neste facto, que bem alto falla, o mais solemne desmentido a seus pensamentos, e a condemnação a mais explicita dos especuladores que por proprio interesse e em detrimento do paiz, por tanto tempo poderão desviar a opinião publica. (*A Aurora Paulista*, 1854, p. 04).

Das folhas recebidas consta que o governo imperial occupa-se actualmente com a maior solitudine da execução da lei de 18 de setembro de 1850, conhecida pelo nome da *lei das terras*, para o que publicou um regulamento em data de 30 de janeiro ultimo; e somos informado que o Exm Sr, presidente da província de posse desse regulamento, vae expedir as convenientes ordens para que tenha ele inda o seu inteiro cumprimento.

A ignorancia das verdadeiras disposições da lei, e talvez a malignidade de pessoas mal intencionados, que regosijão-se de ver alterada a ordem publica uma vez que consigão pôr embaraços a seus adversarios, como já succedeo ácerca do registro dos nascimentos e obitos, fizerão espalhar ideias desfavoraveis á lei das terras, dando a entender, que sua

execução importava uma alteração profunda na propriedade territorial, e, conseqüentemente, o abalo, senão completa ruína, das fortunas consistentes em terras.

Entretanto nada disso assim é. A execução da lei das terras, como está prevenida e determinada no regulamento, a que alludimos, em vez de offender, respeita e assegura melhor os direitos fundados em sesmarias, concessões do governo, ou meras posses, dando novas garantias, e obstando a invasão de terras e as longas e dispendiosas demandas que dahi resultão.

(*O Dezenove de Dezembro*, 1854, p. 02).

E esse futuro que temíamos já começou a ser presente; já cessou o trafico, e este importante facto se deu sem o governo e a assembléa geral ter cuidado devidamente da colonisação.

A assembléa, ou os legisladores defendem-se com a lei das terras que votaram, suppondo que com essa lei tão imperfeita, e mais ainda com a execução que se lhe dá, por meio de respectivo regulamento, nada mais podiam ou deviam fazer; o governo offerece tambem como prova de sua solitudine essa mesma lei, e as providencias que delas fez dimanar.

(*O Correio da Tarde*, 1855, p.2).

31.2 A imprensa na sala de aula

1. Por meio dos jornais, vimos que a sociedade estava dividida quanto à Lei de Terras de 1850. Procure elencar os argumentos daqueles que a defendiam, nas notícias 01 e 02.
2. Em 1875, o Ministro da Agricultura José Fernandes da Costa Pereira Jr. justificou a então falta de uma aplicação rigorosa da Lei. Segundo o ministro, “interesses de ordem publica não aconselham a aplicação rigorosa da lei aos sesmeiros e concessionários, que ainda não fizeram legitimar ou revalidar suas terras” (PEREIRA JÚNIOR, 1875, p. 36). Por que a aplicação rigorosa da Lei de Terras não interessava ao governo imperial? Com base nas notícias 03 e 04, debata essa questão com a turma.

31.3 Fontes

Diário de Pernambuco. Pernambuco, 20 de fevereiro de 1854, p. 01.

A Aurora Paulista. São Paulo, 27 de agosto de 1854, p. 04.

O Dezenove de dezembro. Paraná, 06 de maio de 1854, p. 02.

O Correio da Tarde. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1855, p. 02.

31.4 Referências

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850–1880)*. Recife: Editora UFPE, 2019.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Sob a pena presidencial: a Lei de Terras de 1850 no Rio Grande do Sul e a negociação política. *Tempo*, v. 16, p. 223–245, 2012.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2008.

SECRETO, María Verónica. *Fronteiras em movimento*. História Comparada Argentina e Brasil no século XIX. Niterói: EdUFF, 2012.

PEREIRA JR., José Fernandes da Costa. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874, p. 36.

31.5 Para saber mais

MOTA, Sarita; SECRETO, Maria Verónica; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *A terra e seus historiadores*. Lições de história agrária na América Latina. Rio de Janeiro: Fino Traço, 2023.

32. Imigração e colonização no Brasil Império

Dóris Rejane Fernandes⁶²

Esse capítulo procura introduzir o papel da imigração e colonização estrangeira no Brasil para garantir a posse da terra em relação aos vizinhos do Rio da Prata, a defesa do território ao sul do império e a modernização da mão de obra. A palavra Imigração aqui apresentada significa a chegada de estrangeiros ao país para se estabelecer no país. Colonização é o estabelecimento de pessoas na terra ou local para residir, fazer produzir e defender a área. Essas duas palavras nos permitem compreender a modernização do Brasil quanto ao trabalho e a mão de obra livre, extinguindo a escravidão. O espaço dessa abordagem diz respeito ao sul do Brasil, isto é, de São Paulo ao Rio Grande do Sul. São os múltiplos aspectos do Brasil Império.

32.1. Brasil, um reino com população de maioria preta

Ao chegar ao Brasil, D. João VI ao ver a cidade de Salvador, pela primeira vez, viu uma população formada, principalmente, por pretos e pretas e, posteriormente, verificaram que a maioria da população brasileira era formado por indivíduos pretos. Dessa forma, a família real portuguesa sentiu a necessidade de adotar medidas para o branqueamento dessa população.

D. João VI estava orientado pela ideia da superioridade racial branca. Para iniciar o processo de branqueamento, a busca de imigrantes oriundos de países europeus que não compunham o grupo de pessoas procedentes da Espanha, França, Inglaterra ou Holanda, potenciais perigos de domínio ou invasão, foi uma alternativa pensada. Assim, os reinos germânicos e italianos foram os escolhidos, fornecendo a mão de obra necessária ao Brasil.

32.2. Novas terras conquistadas e a colonização

Desde o século XVII, Portugal vinha ocupando as terras espanholas a oeste do antigo Tratado de Tordesilhas. No entanto, essa ocupação sempre foi questionada e resultava em guerras que eram perdidas pelos luso-brasileiros. Para manter a posse das terras, desde os tempos coloniais, o imperador utilizava o princípio do *uti possidetis*, ou seja, é dono quem ocupa a terra. Esse princípio jurídico permitia a posse para o lado luso-brasileiro, fazendo uso da diplomacia. Mas para garantir a posse era necessário ocupar e fazer a área produzir. Encaminhar os imigrantes para esses locais foi a forma de garantir a ocupação e, simultaneamente ter uma reserva de soldados para defender o território em ocasiões de guerras. Essas áreas em litígio estavam a oeste, ao sul e ao norte do país. O sul do Brasil foi palco de inúmeras guerras. A alternativa de trazer colonos estrangeiros para essa região já havia sido implementada com os açorianos, no século XVIII. Porém, os Açores faziam parte de Portugal, o que configuraria uma migração interna. O problema da introdução do trabalho livre continuava e da garantia da posse da terra também.

⁶² Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora no Departamento de História da Faculdades Integradas de Taquara/RS.

32.3. As pressões externas para modernização do trabalho no Brasil

As autoridades brasileiras sofriam pressões das nações estrangeiras, em especial da Inglaterra, para modernizar as relações de trabalho e ter maior competitividade no mercado externo. Para tal, fazia-se necessário abolir a escravidão, rompendo um *modus operandi* de quase quatrocentos anos. Convencer os latifundiários, senhores de engenho e demais escravistas da necessidade da modernização do trabalho era um grande desafio. Pensava-se em a instalar esses imigrantes em pequenas propriedades, policulturas, e com o uso de mão de obra familiar e livre. Ao saberem dos resultados os senhores de escravos mudariam de posição. Era o que as autoridades pensavam como resultado. No entanto, o sucesso desse projeto colonial dependia de uma divulgação. Com os resultados positivos, os latifundiários escravistas contrários ao projeto de modernização poderiam ser convencidos do projeto. Os valores investidos em mão de obra, como na compra de pessoas temporariamente destituídas de liberdade (ou escravos) teriam outras possibilidades, como investimentos no setor de infraestrutura com a construção de ferrovias, ou no sistema financeiro, disponibilizando capital através de bancos.

O senador Vergueiro tentou empregar colonos/trabalhadores imigrantes em sua produção cafeeira. A experiência foi malsucedida. Era necessário que os senhores adequassem o tratamento dado aos colonos, o qual deveria ser diferente do dado aos escravos. Dessas experiências iniciais, encontramos relatos no livro escrito por Thomaz Davatz, *Memórias de um colono no Brasil 1850*. Davatz publicou inicialmente na Alemanha, onde era muito bem visto pelos leitores, relatos da vida fora da Europa. Nessa época, os escritores e viajantes eram considerados como os olhos dos europeus para descrever o mundo fora do continente europeu e dessa forma conhecer a vida nesses rincões. Os relatos de viajantes eram best-sellers que atraíam muitos leitores. Com as memórias de Davatz, não foi diferente.

32.4. Os colonos imigrantes e o trabalho escravo e livre

A primeira tentativa de trazer colonos imigrantes foi com suíços, que ocuparam áreas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. D. Pedro I iniciou a colonização com imigração nos anos iniciais de seu governo, após uma intensa propaganda estatal feita por agenciadores na Europa, buscando indivíduos e/ou famílias para emigrar ao Brasil, onde teriam terras e auxílio para iniciar a vida. Essa foi a primeira iniciativa estatal de imigração e colonização, isto é, que foi patrocinada pelo império brasileiro para dar mostras as nações estrangeiras da boa vontade política brasileira. Tais imigrantes chegaram à Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 25 de julho de 1824. Por que São Leopoldo? Havia a feitoria do Linho Cântamo, uma estância estatal que estava muito isolada. Esse lugar foi transformado na Colônia, onde colonos imigrantes seriam assentados. Com a distância dos centros de decisão do Império Brasileiro e dos latifundiários, o trabalho livre, a pequena propriedade, a policultura e a mão de obra livre teriam a oportunidade de ser implementada com sucesso.

O maior empecilho para a execução da liberdade para os escravos, por parte das autoridades e dos senhores, era o pedido de indenização pela perda dos investimentos realizados nessas aquisições/negócios. A alternativa pensada e discutida na Assembleia Geral foi a valorização, a compra e a propriedade da terra. O sucesso do empreendimento colonial foi atingido. Mas as perdas dos proprietários de escravos?

32.5. A Lei de Terras de 1850 e a modernização brasileira

Para compensar o prejuízo diante da perda do investimento em escravos, a Lei de Terras, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, e seu Regulamento, aprovado em 1854, transferiam o valor do escravo para a terra. É através dessa lei que nasce a propriedade privada. Acreditava-se que, dessa forma, no processo de libertação da mão de obra escrava, o problema da indenização estaria resolvido. No entanto, a resistência foi grande, principalmente da parte dos latifundiários do vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. Enquanto isso, as lavouras cafeeiras se expandiram para o oeste de São Paulo e para o sul de Minas Gerais. A resistência dos cafeicultores cariocas foi responsável pela gradativa falência dos fazendeiros locais.

32.6. A concorrência norte-americana

O trabalho de agenciamento de viagens para os colonos imigrantes foi realizado por poucas pessoas diante da resistência de vir ao Brasil. Os agentes/recrutadores circulavam entre o Brasil e a Europa e enfrentavam a resistência por parte de europeus para vir ao Brasil. Esses preferiram ir para os Estados Unidos. Contudo os agenciadores conseguiram recrutar pessoas interessadas em melhoria de vida, mesmo que fosse em outro continente, mais distante. Entre os motivos da não escolha do Brasil, estava a menor distância entre a Europa e os EUA, resultando no gasto menor quanto à passagem e ao tempo de duração da viagem. Esses argumentos pesaram muito na decisão dos colonos imigrantes.

Enquanto isso, no Brasil, os acertos finais foram decididos. O investimento seria estatal, isto é, o governo brasileiro bancaria o transporte, as primeiras ferramentas, algumas sementes, a terra e as primeiras estadias. Porém, essa iniciativa foi realizada apenas na primeira leva de imigrantes alemães. Nas viagens seguintes, além das dívidas de transporte, os colonos tiveram de comprar a terra para se estabelecer e/ou alugar um lugar para estar e trabalhar fora. Assim, as empresas particulares iniciaram loteamentos para venda de terras, as quais foram um grande sucesso, principalmente no Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). A partir disso, a terra adquiriu valor, o que era a intenção das autoridades e estava expresso na Lei de Terras. Porém ainda a decisão dos proprietários de escravos em relação a liberdade dos mesmos não se alterava muito.

32.7. A colônia, a picada e o prazo colonial

Os primeiros imigrantes, um número pequeno de famílias suíças, instalaram-se no Rio de Janeiro. Porém, as atividades pouco duraram e foram consideradas não bem sucedidas. Os imigrantes alemães foram encaminhados para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nessas localidades, instalaram-se primeiramente em São Leopoldo, formando a colônia com esse nome. O avanço seguiu para os vales dos rios do Sinos e do Caí e, depois, outros grupos seguiram para as colônias de Joinville (ao norte do litoral catarinense) e Blumenau (em Santa Catarina), espalhando-se por todo o vale do rio Itajaí. Vale ressaltar que, quando os colonos compravam as terras, eles tinham cinco anos para pagá-las e fazê-las produzir. E como era essa vida na colônia?

A colônia empregava a mão de obra daí a necessidade de um número grande de filhos e afilhados do colono. Esses últimos, além do cuidado do padrinho, eram empregados na época de colheita, de capina e de semeio nas propriedades dos compadres. Isso mesmo: o padrinho

não presenteava seus afilhados; eram os afilhados que auxiliavam o padrinho nas atividades de lavoura. Faziam isso na forma de troca: cada um ajudava na colônia de um padrinho, depois ia para o outro até terminar com o círculo dos apadrinhados/compadres e reiniciar nas terras da família onde os afilhados do colono iriam auxiliar. Essa era uma parte da vida na colônia, referindo-se as atividades na área rural, que foi policultora, familiar e com produção para a subsistência e/ou troca.

Continuando a descrição dessas áreas, as colônias se formavam em torno da igreja, do armazém, da escola e do cemitério, sendo que os lotes de terra eram chamados de prazos coloniais. Nelas, a família cultivava os produtos necessários à subsistência, e o excedente era vendido ou trocado por produtos não produzidos pela colônia na venda ou armazém. O núcleo formado por esse agrupamento era chamado de picada.

Outro elemento importante são as atividades religiosas. A igreja não era apenas um o local de oração e de reverência a Deus, mas também servia de local de sociabilidade. A escola, por sua vez, era outro elemento característico das áreas de colonização estrangeira. Aos filhos de colonos, fazia-se necessário aprender a ler, a escrever, a fazer cálculos e a cantar. Ler para ler a Bíblia, os documentos e as cartas dos parentes que ficaram na Europa; escrever para mandar notícias aos parentes através de cartas e para redigir documentos para autoridades e para assinatura que deveria ter uma caligrafia muito caprichada, pois a letra, o ato de escrever dizia como era que fez uso dessa forma de comunicação; os cálculos serviram para contabilizar a produção, realizar negócios e portanto, eram fundamentais para a melhoria de vida; cantar era necessário na igreja e na sociedade, pois a música, o canto coral, os instrumentos musicais para realização de um baile faziam parte do ser colono e de manter as tradições de seu país de origem. Toda a vida na picada era regrada pelos períodos de preparo da terra, semeadura, capina e colheita. Para ilustrar: as aulas seguiam quatro períodos por ano porque a cada atividade na roça os alunos (crianças) não frequentavam a escola até cada etapa na roça fosse concluído.

32.8. Os conflitos entre colonos

Muitos conflitos se verificaram em todo país. Além do descrito em jornais, há livros contando outros episódios que demonstram a resistência desses colonos diante das adversidades e dos conflitos entre eles e os proprietários dos loteamentos e/ou fazendas. Em São Paulo, a imigração alemã (suíça) sofreu resistência, levando a reação dos colonos registrada no livro *Memórias de um colono no Brasil 1850*, de Thomaz Davatz, publicado na Alemanha. Nele, Davatz relata a forma de exploração do trabalho dos colonos e do endividamento dos mesmos cobrado pelos fazendeiros.

No Rio Grande do Sul, ocorreu o movimento Mucker. Os colonos reagiram defendendo-se dos moradores de São Leopoldo e liderados por uma mulher e seu marido, Jacobina e João Maurer. Os envolvidos foram mortos, e os sobreviventes enfrentaram um processo que durou dez anos. Tudo isso para não divulgar um acontecimento que seria problemático diante do processo de modernização da mão de obra no Brasil e/ou ser usado como justificativa para sua não implementação. A história desse episódio resultou no livro *Die Mucker (Os Mucker)*, escrito pelo padre jesuíta Ambrósio Shupp e também publicado na Alemanha. Os conflitos por terras no Brasil e a unificação alemã comandada por Bismark foram os responsáveis pela suspensão da vinda de colonos alemães.

32.9. Os colonos imigrantes italianos

A partir de 1874, iniciou-se a vinda de colonos italianos. Nessa ocupação, vieram também colonos judeus, poloneses, japoneses e chineses. Os dois primeiros grupos ocuparam a região Sul do Brasil, enquanto que os demais se dirigiram para Amazônia e São Paulo. Os italianos instalados em São Paulo e no Rio Grande do Sul seguiram com o projeto de instalação do trabalho livre, tanto na área rural quanto na área urbana, exercendo funções na área de lavoura, de metalurgia e de tecidos. No final do século XIX e início do XX, esses imigrantes seguiram buscando melhorias na área do direito do trabalho.

Ser imigrante em terras estrangeiras trazia reflexões e, em muitos casos, depressão. As dificuldades foram muitas: adaptação ao novo ambiente, a cultura e a língua diferentes, as relações de trabalho divergentes e saudades dos parentes deixados na Europa. Para os italianos, o retorno era quase impossível diante da exclusão das aldeias para o emigrante. O fato era que, para os colonos, principalmente alemães, a intenção era retornar com boas economias, o que, em sua grande maioria, não foi possível.

Os imigrantes, quando bem sucedidos, além do empreendimento colonial se dedicavam ao comércio de produtos inexistentes nas picadas provenientes das cidades. Outros comerciantes ampliaram seus negócios, investindo na indústria e no setor financeiro, a exemplo da família Matarazzo, em São Paulo e da família Renner, no Rio Grande do Sul. Diante do exposto, o projeto modernizante brasileiro teve como base a imigração e a colonização estrangeira, a Lei de Terras de 1850 e o fim da escravidão. Todos esses acontecimentos fazem parte da mesma moeda: a capitalização das atividades no Brasil.

32.10 O que disse a imprensa sobre a imigração e a colonização no Brasil Império

Os jornais no século XIX eram uma das formas de divulgação dos acontecimentos e das opiniões. Neles, fazendeiros, autoridades e particulares manifestavam sua opinião. Através dela pode-se observar a produção de café nos anos de 1870 e 1874 resultado do trabalho de colonos alemães na Fazenda São Lourenço (SP). São 26 trabalhadores livres e sua produção para o fazendeiro.

Relação dos colonos que existem na fazenda de S. Lourenço							
	NOMES	Pés de café que cultivaram no anno de 1870	Café que cultivam neste ano de 1874		NOMES	Pés de café que cultivavam no anno de 1870	Café que cultivavam neste anno de 1874
1	João Carl	1.208	900		Transporte	22.619	13.093
2	Chritiano Weber	1.700	1.200	16	Augusto Troê	1.360	900
3	João Haffelder	1.788	1.200	17	Henrique Munich	1.850	1.380

4	Cornelio Fenrich	1.500	1.000	18	Luiz Braun	1.720	1.100
5	Jacob Berghmann	2.350	615	19	Adão Fray	2.054	1.600
6	Jacob Kercher	1.000	700	20	Alberto Haid	915	450
7	Valentim Unger	3.007	1.185	21	Phelipina Neidig	1.030	500
8	Jacob Muller	1.607	1.200	22	Jacob Gauger	2.090	1.200
9	Melchior Gaspar	1.380	700	23	Miguel Meiz	1.100	850
10	Daniel Hoffmann	1.284	934	24	Jacob Berkman	2.330	1.280
11	José Antonio Item	1.145	600	25	Francisco Scholl	1.515	500
12	Guilherme Ullmann	1.400	780	26	Miguel Fischer	993	400

Fonte: Correio Paulistano (1874, s/p).

Em um recorte do jornal *Correio Paulistano* há um relato da contabilidade do trabalho com colonos, justificando o investimento. A notícia revela conflitos e seus atores, pois a mudança da ideia de escravo para trabalho livre foi difícil.

Em principios de Abril de 1872 fui surpreendido pela noticia da nomeação de uma commissão encarregada de examinar a contabilidade de minhas colonias de S. Lourenço e Paraizo, e de ouvir as queixas dos colonos nellas estabelecidos.

Protestei immediatamente contra a nova jurisprudencia inagurada contra mim em questões está determinada em nossa legislação; e lamentando a leviandade com que o sr. ministro da agricultura de então dava ouvidos a insinuações caluminosas, ordenando o exame de estabelecimentos agricolas que nada pediram, que nada devem ao governo, appellei para o unico tribunal que me restava o de - opnião publica - e franqueando à dita commissão todos os livros documentos e mais papeis relativos à minhas colonias comprometti-me ao mesmo tempo a levar ao conhecimento do publico o resultado do exame.

Comendador e fazendeiro Luiz Antonio de Souza Barros.

(*Correio Paulistano*, 1874, p. 02).

32.11. A imprensa na sala de aula

1. No presente, vivenciamos diversos movimentos migratórios pelo mundo todo. Pesquisar em jornais os motivos da migração, a procedência, o destino e os problemas dos migrantes na atualidade. Depois, elaborar um texto apresentando os dados encontrados.

2. Recentemente ocorreu uma discussão sobre a cidade berço da colonização alemã no Brasil. São Leopoldo (RS) e Petrópolis (RJ) estavam nessa discussão. Por que as duas cidades discutiram essa denominação de berço da colonização?
3. A imigração e a colonização com estrangeiros são parte de um projeto nacional do Império brasileiro, que, juntamente com a Lei de Terras e a substituição de mão de obra escrava por mão de obra livre, tinha por objetivo a modernização do país. Explicar essa afirmação.
4. Localizar no mapa abaixo as áreas de colonização estrangeira no Brasil. Fazer uma legenda indicando o grupo de imigrantes.



5. No texto dessa unidade 32, há a manifestação do fazendeiro Luiz Antonio de Souza Barros, intitulado “Negócios de Colonização” (escrita atualizada). Ler e apontar:
 - a) A causa da manifestação;
 - b) Os argumentos do fazendeiro;
 - c) A relação com o tema deste capítulo.
6. Assistir ao documentário *Imigrantes*, indicado na seção “Para saber mais”, e aponte as ideias principais. Relacionar as ideias dos migrantes contemporâneos com o processo de imigração estrangeira do final do século XIX e início do século XX.

32.12 Fonte

Correio Paulistano. São Paulo, 10 de junho de 1874.

32.13 Referências

DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins/USP, 1972.

AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: OIKOS, 2014.

DREHER, Martin N. *A religião de Jacobina*. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio (orgs). *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RODRIGUES, Ana Flávia. *A narrativa de Thomas Davatz: relato de memória e documento histórico, sentimentos e ressentimentos na história. (1850-1888)*. 2008. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Acesso em 26/09/2021 em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19098>

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

32.14 Para saber mais

IMIGRANTES (Parte 1 e 2). Direção: TV Justiça. Brasil: TV Justiça, 2021. 1 vídeo (56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OzgsRGaN7AI> . Acesso em: 11 nov. 2022.

SEM PALAVRAS. Direção: Kátia Klock. Brasil, 2009. 1 vídeo (52 min).

LEGADO italiano. Direção: Márcia Monteiro. Brasil, 2020. 1 vídeo (84 min).

WALACHAI. Direção: Rejane Zilles. Brasil, 2009. 1 vídeo (84 min).

OS MUCKER. Direção: Jorge Bodansky e Wolf Gauer. Brasil, 1978. 1 vídeo (105 min).

33. As guerras platinas

Cristiano Luís Christillino⁶³

O cerne das guerras platinas, ocorridas entre 1851 e 1852, estava nas disputas de fronteira da América Platina pelo Império do Brasil, a Confederação Argentina e a República do Uruguai. A questão central dos atritos do Império com a administração de Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires, era o projeto de formação de um país que englobasse o antigo Vice-Reino do Prata, incluindo as áreas dos Sete Povos das Missões e parte da Campanha, no Rio Grande do Sul, tomadas pelos luso-brasileiros após o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que garantia a posse desses territórios para a Coroa espanhola. Por outro lado, o Império do Brasil tinha um projeto de retomar o Uruguai, perdido em 1828.

O governo brasileiro estava convencido de que, no início da década de 1850, Juan Manuel Rosas ganharia força suficiente para anular as independências do Uruguai e do Paraguai, e avançaria sobre o Império do Brasil (FERREIRA, 2006). A expansão territorial sobre a região platina em 1851 não estava nos planos do governo brasileiro, pois isso poderia unir as suas lideranças contra o Império do Brasil e lançar, mais uma vez, contestações em relação à sua fronteira meridional. A defesa das independências locais visava a garantir e consolidar a hegemonia do Império nessa região, assegurar o acesso fluvial ao Mato Grosso e garantir a liberdade de trabalho dos brasileiros no Uruguai, ameaçada pelo governo paralelo de Manuel Oribe.

Nos anos de 1850 e 1851, os conflitos entre brasileiros e uruguaios se intensificaram na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, inclusive com a invasão às fazendas e o furto de gado. No lado brasileiro, o barão do Jacuí se tornou famoso pelas incursões no norte uruguaio para resgatar os rebanhos dos fazendeiros brasileiros estabelecidos nessa localidade, cujas atividades ficaram conhecidas como as “Califórnia do Chico Pedro”.

Os problemas com a propriedade da terra envolvendo os brasileiros no Uruguai foram centrais na intervenção do governo imperial no país vizinho em 1851. Diante da iminência do conflito, o senador Paulino de Souza afirmou em discurso que os fazendeiros do Rio Grande do Sul poderiam fazer a guerra por conta própria: “eles o farão por si” (SOUZA, 1851, p. 17). O Império tinha duas opções: opor-se aos seus fazendeiros aliados sulistas, correndo o risco de provocar uma nova revolta na província meridional, ou se aliar a esses milicianos e diminuir sua oposição à Coroa. Dessa forma, a questão da propriedade dos súditos do Império, no Uruguai, foi assumida pela Coroa e fez parte de sua política externa na região platina.

Entre os países platinos, o Uruguai foi o que sofreu o maior número de guerras internas ao longo do século XIX. Emancipado em 1828 do Império do Brasil, a República Oriental teve seu primeiro conflito já em 1835, quando Manuel Oribe foi eleito presidente. Seu antecessor, Fructuoso de Rivera, iniciou uma revolta contra o governo pró-Argentina de Oribe. Após dois anos de embate, o governo de Manuel Oribe foi deposto e seus chefes políticos se refugiaram em Buenos Aires, onde receberam o apoio de Juan Manuel Rosas. O caudilho argentino sonhava

⁶³ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Associado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor Efetivo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

com a reintegração do antigo Vice-Reino do Prata em um único país, com capital em Buenos Aires.

Dessa forma, o governo argentino forneceu um exército para Manuel Oribe depor Fructuoso de Rivera e instalar um estado federado à Argentina (BANDEIRA, 1985). Oribe logo ocupou o interior do território uruguaio e estabeleceu um governo no Cerrito, em 1843, nas proximidades de Montevidéu, em um cerco militar que se prolongou por nove anos. Esse longo conflito ficou conhecido no Uruguai como a “Guerra Grande”.

A possibilidade de um aliado de Juan Manuel Rosas tomar o governo de Montevidéu preocupava o Império do Brasil. Assim, o então Conde de Caxias organizou vinte mil homens para a campanha contra Oribe, em 1851. Contudo, Justo José de Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios, pôs fim ao confronto antes da chegada das tropas brasileiras à República Oriental do Uruguai.

Nesse período, as disputas políticas na Confederação Argentina impediam o governo de Buenos Aires de intervir no Uruguai. O governo brasileiro, após a rendição de Oribe, consolidava a sua presença no Uruguai através de tratados. O principal deles foi a delimitação da fronteira entre os dois países pelos rios Quarai e Jaguarão. Também fez parte dos acordos o auxílio financeiro que o governo brasileiro concederia ao Uruguai (BANDEIRA, 1985). A partir de então, iniciou-se a chamada “Diplomacia dos Patacões”. A derrocada de Oribe criou condições para a administração brasileira assegurar a sua hegemonia junto ao Uruguai, cuja caótica situação econômica o tornava cada vez mais dependente do Império do Brasil. O próximo passo era a derrubada do chefe argentino.

O fechamento dos rios Paraná e Paraguai à navegação brasileira acelerou a intervenção do Brasil na Confederação Argentina. O bloqueio às embarcações do Império impedia a integração e as próprias atividades econômicas do Mato Grosso.

Em 1850, o Brasil havia superado os embates locais e consolidava a sua centralização política. Nesse sentido, ele estava preparado para enfrentar um conflito internacional (CERVO; BUENO, 2002), mas o Império evitou uma invasão direta na república vizinha. Em março de 1851, foi firmada uma aliança com o Uruguai e com as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, contra as tropas de Juan Manoel Rosas. A participação do Brasil seria apenas uma cooperação, a fim de evitar a caracterização de uma invasão, o que poderia acarretar problemas diplomáticos posteriores. O Brasil enviou quatro mil homens para se integrarem às tropas comandadas pelo general Urquiza. Em fevereiro de 1852, os aliados derrotaram o exército de Rosas em Monte Caseros (FERREIRA, 2006).

Em 1856, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a Confederação Argentina. O Brasil concedeu um alto empréstimo ao governo de Urquiza para cobrir os gastos das províncias de Corrientes e Entre Rios com a guerra. Essa união se aprofundou com a abertura de duas agências do Banco Mauá na confederação. Além disso, o novo governo assegurou o direito de navegação do Brasil nos rios Paraná e Paraguai. Urquiza também reconheceu a independência do Uruguai e do Paraguai (BANDEIRA, 1985). Estava derrotado o antigo projeto da reunificação do Vice-Reino do Prata em um país comandado por Buenos Aires.

As campanhas militares do Império contra os governos de Manoel Oribe no Uruguai, em 1851, e de Juan Manuel Rosas na Argentina, em 1852, foram importantes para a união entre

a Coroa e a elite guerreira sul-rio-grandense que, poucos anos antes, comandou a mais longa revolta contra o Império: a Guerra dos Farrapos.

33.1 O que disse a imprensa sobre as guerras platinas

A Republica do Uruguay achava-se em miserando estado em setembro de 1850: todas as suas rendas, incluídas as da alfandega, estavam alienadas por muito tempo; a Inglaterra a tinha abandonado; favorecia a Oribe, e se reconciliára com Rosas: a ninguém era desconhecido que o mingado subsidio que lhe prestava a França teria de ser-lhe em breve denegado; e com effeito todos sabem que as conclusões da commissão nomeada pela assembléa nacional lhe forão contrarias na sessão de 1851, e que a França teria abandonado Montevidéo, como já o fizera a Inglaterra, se nos mesmos dias em que essa resolução ia ser tomada não tivesse chegado a Paris a noticia do pronunciamento de Entre Rios e Corrientes. Nenhum facto autorisava o publico a contar com a intervenção do Brasil a favor da desgraçada republica, e muito menos com um emprestimo feito pelo nosso governo ao dela, com uma declaração de guerra a Oribe, e por consequencia a Rosas. Pelo contrario havia a corôa asseverado na falla da abertura das camaras que ella se desvelava em manter com todos os Estados relações amigaveis e paz inalteravel; esperava-se um accordo proximo com o governo de Buenos-Ayres, e quem o não esperaria attendendo á *nota que o nosso ilustrado ministro dos negocios estrangeiros dirigiu em 4 do mesmo mez ao ministro plenipotenciario argentino, e que corre impressa no Jornal do Commercio?* (*Correio Mercantil*, 1852, p. 02).

Os negocios da fronteira do Sul continuão a complicar-se. O barão de Jacuhy (Chico Pedro) invadio o Estado Oriental a pretexto de tirar gados, mas, a meu ver, para fazer diversão em favor de Pedro Chaves, entretendo as forças de Oribe, em quanto o nosso desembargador vendia ao Paraguai boa porção de armamento. Este armamento foi aqui despachado por reexportação para Montividéo sem pagar direitos, mas por uma ordem do Felis-asno (talvez socio) foi recebido no arsenal do Rio Grande como armamento do governo, e através da campanha foi levado aos Paraguaiois, que o pagarão por bom preço ficando o Brasil lesado nos direitos; pingos de cera!

Chico Pedro conseguiu o fim; mas foi batido, e recolhendo-se a fronteira, foi preso pelo brigadeiro Arruda, por ordem de Andréa pelo crime de ter invadido o Estado Oriental, compromettendo assim o Brasil. Foi porém arrancado por gentes de Pedro Chaves da escolta que o levava para a Porto Alegre, e o nosso Chico *moringue* de novo a frente de forças declara em seu nome guerra a Oribe...

Ora o que faria o nosso bom governo? Mandaria uma brigada prender Chico Pedro, mete-lo em conselho de guerra? A isto se opunha Pedro Chaves por cujos interesses se fez a invasão e que vinha furioso a ponto de a vista de Deos, e todo o mundo bravatear que a guerra se havia de declarar ainda que lhe coubesse no Rio Grande a *mesma sorte que coube a Nunes Machado nas ruas do Recife*.

Assim pois foi Andréa demittido por ter mandado prender um brasileiro que ousou em seu próprio nome declarar guerra a uma nação estrangeira! E, o que é mais, o ministro dos negocios estrangeiros tem a infamia de declarar em pleno parlamento que o motivo era por que o demittido faltava a verdade ao governo em suas communicações; e que o homem que se estime podera querer ser delegado de semelhante governo? (*O Itamontano*, 1850, p. 03).

O dictador de Buenos-Ayres faz os seus preparativos de guerra, e Oribe começou já a mover-se. Além do grande deposito ou parque formado em S. José mandou alistar e reunir todos os homens capazes de pegar em armas, e com os diferentes destacamentos que tinha na campanha os fez marchar para a fronteira, onde houve uma parada de ostentação em frente das guardas brasileiras.

Este modo de proceder, fazendo desfilar pela fronteira em ordem militar a todos os habitantes que pôde reunir, nos faz crer que o seu objecto foi unicamente o de impôr com um aparato de força para ocultar o seu verdadeiro estado de debilidade e ver se assim consegue que o Brasil demore o momento de principiar suas operações e lhe dá o tempo necessario para que o seu alcunhado aliado se livre dos embaraços em que se acha e se prepare formalmente para a guerra.

Na situação actual não tem Oribe meios de resistir a uma invasão tropas regulares, não póde impedir-lhes que venham até o Cerrito, e aqui estaria ele perdido. Fará pois tudo o que puder para demorar essa invasão, quer q' seja o seu pensamento actual. (*O Farol*, 1851, p. 01).

Com quanto o vapor inglez *Rifleman*, entrado de Buenos-Ayres e Montividéo, no dia 28 do passado, trouxesse noticias de que o almirante francez, Le Predour, ainda ficara no primeiro porto demorado a pretexto de doença de olhos do dictador Rosas, que por isso não havia ainda assignado a convenção, nem as notas, para que aquelle almirante viesse ao Cerrito ter-se com Oribe, entende-se geralmente que se hade breve effectuar a desocupação de Montevidéo, restando a rosas um exercito diponivel de mais de 20 mil homens, affeitos a guerra, e habituados a depredações, ao qual Rosas não tera outro emprego a dar, senão lança-los sobre o território brasileiro. O mesmo vapor traz noticia tambem de que reinava grande actividade nos arsenais de Buenos-Ayres, e

comprava Rosas muito armamento. Bem pôde ser que a demora em concluir o tratado com a França seja para que o dictador se prepare de modo que, finda a intervenção franceza, possa imediatamente, e sem que o Brasil esteja prevenido, vir-nos atacar. Os Rio-grandenses são unanimes em declarar que não podem mais supportar as violencias e roubos, que lhes fazem os visinhos, e por isso, se o governo imperial não tomar a si a vingança das ofensas, eles procurarão seus promptos recursos. Tenho ouvido mesmo a deputados daquela provincia que ou ha de aparecer nella a guerra externa, ou a guerra civil, não ficando ao governo senão a escolha de uma das duas calamidades.

Não sei até que pontos eja exacto este dilemma, nem se com efeito, deixa de haver meio termo entre os extremos; mas ainda me parece que o dilema pôde desaparecer, se he sincero o patriotismo dos rio-grandenses, se a necessidade de guerra não está envolvida com interesses particulares. Quem sabe se há quem queira enriquecer o Rio-Grande com os sacrificios geraes do imperio? Quem sabe se com os habitos adquiridos na guerra dos 9 annos não são os instigadores de alguns espertalhões? O governo deve sondar toda a extensão do mal para vêr onde estão os perigos, e remedia-los. (*Diario de Pernambuco*, 1850, p. 02).

33.2 A imprensa na sala de aula

1. O trecho do jornal *O Itamontano*, apresentado neste capítulo, traz uma notícia sobre a atuação do Barão do Jacuí na fronteira do Brasil com o Uruguai. Por que o periódico criticava a atuação do chefe militar na região? Por que ele iniciou a guerra “em seu nome”?
2. Identifique os principais argumentos criados pelos jornais para o convencimento dos leitores da necessidade de intervenção do governo imperial no Uruguai e na Argentina.
3. Aponte as alegações utilizadas pelos periódicos em suas críticas às guerras platinas, ocorridas entre 1851 e 1852.

33.3 Fontes

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1852, p. 02.

Diário de Pernambuco. Pernambuco, 13 de agosto de 1850, p. 02.

O Farol. Maranhão, 14 de junho de 1851, p. 01.

O Itamontano. Minas Gerais, 02 de março de 1850, p. 03.

33.4. Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: Editora da UnB e Editora Revan, 1985.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SOUZA, Paulino José Soares de. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretario de estado Paulino José Soares de Souza*. Rio de Janeiro: Tipographia Universal de Laemmert, 1851.

34. Projetos de colonização na Amazônia

Francivaldo Alves Nunes⁶⁴

Nas décadas de 1840 a 1880, a Amazônia — localizada ao Norte do Brasil e, no século XIX, formada pelas províncias do Pará e Amazonas — foi projetada pelas autoridades imperiais com a finalidade de desenvolver a economia brasileira através da criação de projetos de colonização vinculados à expansão das áreas produtoras de alimentos, da implantação de colônias agrícolas e do aumento do número de trabalhadores rurais estrangeiros. Segundo Égler (1961, p. 529), a exuberância da mata virgem encontrada nas terras amazônicas teria impressionado os governantes, “fazendo-os cogitar em transformar a fictícia uberdade das terras florestais num manancial para abastecimento dos núcleos urbanos, pela via do cultivo”.

Os estudos que analisam mais diretamente os projetos de colonização da segunda metade do século XIX na Amazônia têm apontado o seu surgimento como consequência do desenvolvimento da produção extrativa da borracha. Santos (1980) atribui a criação das colônias agrícolas como resultado da crise da agricultura na região, visto que parcelas significativas de trabalhadores agrícolas haviam se deslocado para as áreas de extração da borracha pelos fáceis lucros conseguidos com a sua comercialização em consequência dos preços elevados do produto no mercado internacional. Essa posição é também compartilhada por Weinstein (1993), o qual identifica uma carência de trabalhadores agrícolas, estando as políticas de colonização condicionadas às demandas da economia extrativa.

Os trabalhos de Benchimol (1999) e de Cruz (1958) não se furtam em analisar as ações colonizadoras com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura. No caso de Cruz (1958), acrescenta-se a perspectiva de que os projetos de colonização eram resultados também de uma visão empreendedora dos governantes em defesa do povoamento da região.

Estudos mais recentes, como os de Nunes (2016), Lacerda (2010) e Pereira (2008), pautam-se por entender tais projetos, de forma a incluir os aspectos econômicos como já vinha sendo apontado pela historiografia. Além disso, eles buscam compreender as ações públicas como estratégia política de dominação sobre extensas áreas de florestas, bem como da população que vivia dispersa nesses espaços sem que isso alterasse a tradicional estrutura da grande propriedade no Pará e no Amazonas.

A faceta das ações colonizadoras na Amazônia como propulsora de medidas de controle e modernização das áreas rurais fica melhor evidenciada quando se analisa a atividade econômica defendida para esses espaços, no caso, a agricultura. Nesse aspecto, modernizar a vocação agrícola da Amazônia significava, por vezes, articular os interesses da agricultura com uma intervenção governamental. Assim, tinha-se um momento em que a modernização da economia agrícola brasileira e amazônica eram vistas como necessária à produção em massa, por meio da adoção de inovações tecnológicas e da participação direta do Estado, ao qual caberia a criação das condições necessárias à atualização do campo dentro da divisão internacional do trabalho, tida como uma condição natural (SALIBA, 1981).

64 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os jornais da época — que somente no Pará contabilizavam mais de trezentos periódicos, entre diários, semanários e panfletos de reduzida tiragem — apresentavam nos editoriais e noticiários os projetos de colonização que estavam sendo pensados e defendidos para a região, como a política de criação de colônias agrícolas e a introdução de imigrantes. Entre outras estratégias também presentes, constavam os benefícios trazidos para a região e os agentes sociais envolvidos. Inclui-se, ainda, a perspectiva de que esses periódicos se configuraram como espaços de debates, exposições de ideias, apresentação de conflitos, ações de resistência e conformação.

34.1. O que disse à imprensa sobre os projetos de colonização na Amazônia

O jornal *Baixo-Amazonas*, sediado na cidade de Santarém, expressa, em 1872, o sentimento que envolvia os setores políticos da província com a possibilidade de criação de colônias agrícolas e a introdução de colonos estrangeiros.

Como todo mundo sabe, grande número de famílias indígenas vagueiam pelos sertões do Tapajós. Uma vez regularizado o comércio, e doutrinando o povo na religião, que professamos, tiramos grande vantagens para a prosperidade desta grande região que se chama Baixo Amazonas, sendo Santarém o centro de uma grande comércio, uma vez que se facilite a colonização. Necessitamos de braços e de homens inteligentes que se aproveitem dos ricos tesouros naturais, cultivando as terras férteis, e as imensas florestas deste vastíssimo território, que se fosse povoado, e cultivado como a Inglaterra e a França, formaria um estado, cuja aliança seria desejada por outras nações. Anime-se o trabalho; e esses capitais, guardados pela natureza, virão recompensar a inteligência, e a atividade do homem; e sob o céu brilhante desta região do Baixo Amazonas, com um clima temperado, pelas constantes brizas, que espalharão a frescura por toda a parte, poderão viver os estrangeiros habituados aos climas frios. [...] Como para colonização requer-se um país vasto, com terras férteis, e um clima temperado, estamos convencidos de que em pouco tempo, as plagas do Amazonas e do Tapajós se transformarão, dando um lucro real aos inteligentes colonos que vierem enriquecer a natureza, desentranhando seus riquíssimos capitais, dando-lhes o valor e a vida. (*Baixo-Amazonas*, 1872, p. 01).

Quase duas décadas antes, o *Estrella do Amazonas*, sediado em Manaus, noticiava a situação da Colônia Mauá, na província do Amazonas. No caso, ele destacava as condições de funcionamento e os equívocos cometidos quando do processo de sua implantação.

A Colônia Mauá, estabelecida a duas horas de viagem desta capital [Manaus], dissolveu-se de tudo em julho passado, sem que durante sua existência de quase dois anos apresentasse uma só das vantagens prometidas. Os colonos engajados, não eram os mais próprios para a

lavouira do país; porém estou convencido que, além desta causa, a falta de preparo prévio das terras, e má direção do estabelecimento, também influenciou para o resultado final da dissolução dela. (*Estrella do Amazonas*, 1857, p. 03).

Os conflitos que envolviam os colonos eram também noticiados. Em 1879, *O Liberal do Pará*, sediado em Belém, publicou a sentença do chefe de polícia sobre uma rebelião envolvendo colonos em Benevides, principal colônia agrícola do Pará. No caso, tratava-se da ocupação da sede da administração, em que os rebelados exigiam a saída imediata do diretor da colônia.

Considerando que no dia 20 de julho do corrente ano [1879], a esta que serve de residência do diretor desta colônia [Benevides], Antonio Bernardino Sobrinho, e onde também se acha estabelecida a respectiva repartição [sede da diretoria da colônia], foi acometida por um grande número de pessoas domiciliada na mesma colônia com fim de privá-lo do exercício do emprego em que se achava legalmente provido [diretor da colônia]. Considerando que pelo depoimento das testemunhas, autos de perguntas e interrogatórios dos réus, está provado que o número das pessoas que para tão criminoso fim se juntaram é muito superior a vinte, muitas das quais se achavam armadas de cacetes, senão de facas, também como diz, em seu interrogatório, o Capitão Alfredo Leopoldo de Moura Ribeiro, que era costume andar-se aqui; Considerando que, para execução do crime, as pessoas reunidas irromperam, não só pela sala pública da casa da diretoria, mas também pelos aposentos particulares do diretor, grupando tanto no interior, como no exterior, em derredor dela contra o diretor que o não queriam mais, forçando a retirar-se da colônia. (*O Liberal do Pará*, 1879, p. 01).

34.2 A imprensa na sala de aula

Os jornais que eram produzidos no Brasil durante o século XIX tinham como principal objetivo veicular valores e ideias para educar e civilizar o leitor. Assim, a imprensa passou a ser constantemente percebida como “o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

Logo, os jornais representaram não somente um espaço de discussões políticas, mas também de formação da opinião pública. Nesse sentido, vale mencionar que a imprensa se apresentava como resultado de uma série de tensões e dinâmicas que sucedem entre os atores sociais e seu contexto histórico.

Na Amazônia, a partir da década de 1870, Figueiredo (2005) nos informa que os redatores e tipógrafos viram o consumo das gazetas se estenderem às novas camadas sociais no âmbito dos pequenos comerciantes e, logo em seguida, a uma apreciável parcela do povo das cidades, como nas capitais Belém e Manaus. Para o autor, seria possível verificar a importância

que a sociedade do século XIX deu à informação e aos debates veiculados na imprensa. Figueiredo (2005) ressalta ainda a relação de contato e diálogo, construída através dos jornais entre o interior da província e a capital que, na maioria das vezes, era estabelecida pelas relações políticas e partidárias, e que se utilizava desses periódicos para propagar seus ideários.

Considerando as observações anteriores, é importante destacar que as propostas que envolvem uso dos jornais em sala de aula e que tem a temática da colonização devem atentar, em um primeiro momento, para uma contextualização feita pelo professor quanto: aos propósitos da imprensa no século XIX; ao formato dos jornais; à proposta de edição; aos colunistas; à formatação; ao uso de imagens, à linguagem verbal e visual; às intenções comunicativas; e aos interesses políticos.

No momento seguinte, o professor pode apresentar as páginas dos jornais, com destaque para a matéria que pretende analisar. Além da informação, o docente deve chamar atenção sobre a forma como o periódico aborda o tema, bem como qual a ideia que propõe defender. Recomenda-se que sejam apresentadas algumas noções de colonização, imigração, trabalho na lavoura, agricultura e modernização, que são termos comuns para época e que aparecem nas matérias jornalísticas.

Nesse momento, o professor pode aproveitar para chamar atenção do aluno para perceber como o periódico é utilizado para analisar diversas representações sobre a floresta, os rios, os produtos extrativistas, os usos da terra e as populações amazônicas. Nessas representações, pode-se ainda buscar perceber como são pensados os imigrantes estrangeiros, isto é, que espaços devem ocupar e o que os difere dos trabalhadores nacionais.

O compartilhamento dessas matérias junto aos alunos coloca o professor ainda na condição de comentar de forma mais específica os jornais que estão sendo trabalhados, principalmente sobre o posicionamento político adotado na época, identificando seu perfil editorial. A leitura atenta e analítica tem a finalidade de perceber os temas que envolvem a colonização, assim como os discursos da época construídos por políticos e intelectuais, de forma a conduzir os alunos à reflexão sobre as representações e valores de parte da sociedade que usava esses periódicos para expressar suas ideias.

O momento final da atividade deve constar de proposição de recortes de parte das matérias jornalísticas que melhor expressam o significado da colonização, considerando as concepções e os valores presentes nos jornais. Esses fragmentos servirão para construir um *mural comentado*, que deve conter o recorte da matéria jornalística, seguida de textos explicativos produzidos pelos alunos e orientados pelo professor. Com isso, não apenas estará se construindo o hábito da leitura, como também de compreensão do tempo histórico em que o jornal é produzido, dos agentes sociais envolvidos e dos interesses que estão sendo defendidos. Em outras palavras, estará se exercitando a crítica documental.

34.3 Fontes

Baixo-Amazonas. Santarém, 06 de julho de 1872, p. 01.

Estrella do Amazonas. Manaus, 07 de março de 1857, p. 03.

O Liberal do Pará. Belém, 20 de agosto de 1879, p. 01.

34.4 Referências

- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação cultural e social*. Manaus: Valer, 1999.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: INPA, 1958.
- ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A Zona Bragantina no Estado do Pará. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 527–555, 1961.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822–1922. *Revista Margem*, Abaetuba, v. 2, n. 3, p. 245–266, 2005.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889–1916)*. Belém: Açáí, 2010.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: Agricultura e vida rural no Norte do Império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p. 144–161, jul. 1998.
- PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relação homem-natureza: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852–1889)*. Manaus: UFAM, 2008.
- SALIBA, Elias. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as ideias de Cincinato Braga: 1891–1930*. História, Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1981.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia, 1800–1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850–1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

34.5 Para saber mais

- BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornais Paraenses: 1822–1908*. Belém: IOE, 1908.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. *Jornais Paraoaras: catálogo*. Belém: SECULT, 1985.
- IMAZON. *A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia*. Disponível em: <https://amazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

35. Criação da Província do Amazonas e Fronteira Norte: jogos de interesses e disputas

Maria José dos Santos⁶⁵

Jaci Guilherme Vieira⁶⁶

As disputas fronteiriças da segunda metade do século XVIII ocorridas na região Amazônica levaram portugueses e espanhóis a definirem o marco territorial na fronteira da região do Rio Negro e Branco em seus limites com a Espanha no Tratado de Madrid. As comissões demarcatórias enviadas evidenciaram que a região era muito extensa e precisava de fortificações militares, bem como de uma administração mais próxima. Esses fatos influenciaram a Coroa Portuguesa a criar a Capitania de São José do Rio Negro com capital em Barcelos, em 1755. Antes desse período, a região do Rio Negro constituía parte do Grão-Pará e Maranhão.

Durante o processo de Independência do Brasil, teve início um período conturbado na Capitania do Rio Negro por ela não ter sido elevada à Província. Já na Capitania do Grão Pará, ocorreu um movimento de resistência à adesão da Independência. Tal pressão de parte da elite econômica portuguesa do Pará, que possuía relações econômicas e comerciais diretamente com a Metrópole (Lisboa), levou a divergências políticas entre a manutenção do Reino Unido ou a independência com a permanência de um monarca da família de Bragança. Isso culminou na resistência quanto à adesão do Pará, que se efetivou somente em 15 de agosto de 1823, quando se deu a Proclamação da Adesão (SOUZA JÚNIOR, 2013).

Para o historiador José Alves de Souza Júnior (2013), outros interesses para além dos princípios patrióticos estiveram presentes na resistência do Pará ao processo de independência. Na Capitania do Rio Negro, tinha início um período tenso, pois sua elite econômica via a necessidade de apoiar a independência para se tornar uma Província, o que não ocorreu.

A Independência trouxera maus ventos para a Capitania do Rio Negro; a notícia de que permaneceria subordinada ao Pará foi um golpe inesperado para a elite manauara. A Constituição outorgada em 1824, em seu artigo segundo, determinava que o novo Império brasileiro seria dividido em províncias “na forma em que atualmente se acha” (GREGÓRIO, 2011, p. 139–140). Ou seja, a capitania do Rio Negro automaticamente deveria ser elevada à província; entretanto, o Decreto de 26 de março de 1824 viria mudar essa perspectiva, pois o Rio Negro não foi citado no documento nem recebeu nomeação de presidente, tornando, futuramente, Comarca do Alto Amazonas (FREITAS, 2010).

A decisão imperial que provavelmente visou ganhar apoio político do Pará encontrou muita resistência no Rio Negro — um grupo diversificado que envolveu membros da igreja, militares e comerciantes, como o frei carmelita José dos Santos Inocentes, um dos principais líderes do movimento, e o soldado Joaquim Pedro da Silva. O movimento pela independência do Pará teve início com o levante da guarnição do lugar da Barra, porém não conseguiram impor suas reivindicações, e seus líderes foram julgados e outros exilados. Restabelecido o governo

⁶⁵ Doutora em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Roraima (UERR).

⁶⁶ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima (UERR).

em nome da Província do Pará, após o movimento, acelerou-se o processo de criação da Comarca do Alto Amazonas, vinculada à Província do Grão-Pará (FREITAS, 2010).

Esses acontecimentos acarretaram desdobramentos importantes que levaram à criação da Província do Amazonas, principalmente após a eclosão da Cabanagem em Belém na Província do Grão Pará, (1835–1840). A partir daí, houve uma preocupação significativa por parte do governo imperial em função das intenções dos Estados Unidos na abertura da navegação do Rio Amazonas (1848–1867) e a invasão das tropas inglesas na região do Pirara, na fronteira do Rio Branco, atual estado de Roraima (1836–1902).

A luta cabana que se espalhou por toda a Província do Grão-Pará teve repercussões tanto internas quanto externas. A fragilidade política vivenciada na região era vivenciada também em diversas partes do Brasil, quando uma série de movimentos percorreu o jovem Estado Imperial Brasileiro de Norte a Sul e assolou o Período da Regência (1830–1840): a Cabanagem, a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836–1845), Sabinada na Bahia (1837–1838); e a Balaiada, no Maranhão (1838–1840).⁶⁷ O Império passou a ver seu domínio ameaçado, e a extensa região Amazônica teve exposta a fragilidade do Estado nacional no domínio dessas terras após a Cabanagem (RICCI, 2013).

Finalmente, em 1839, foi apresentado o primeiro projeto de criação da Província do Rio Negro, que foi colocado em pauta no debate. Nesse mesmo período, discutia-se no Parlamento a questão dos projetos para a Amazônia.⁶⁸ A proposta de criação da Província não foi aceita — a nosso ver, em virtude dos artigos sexto e sétimo, os quais enfatizavam a importância de doação de terras devolutas e previa ainda que elas ficariam isentas de impostos por um período de vinte anos.

Esses dois artigos mexeram com os ânimos dos proprietários de terras e despertaram um leão adormecido, afinal, como destacaram alguns parlamentares, a aprovação de tal projeto poderia suscitar a necessidade da extensão de tal política para as demais províncias. Para o deputado do Ceará, Souza Franco, a medida era inconstitucional, uma vez que esse tema já estava em pauta no Parlamento e que seria definido para todo o Território Nacional, devendo aguardar tal decisão (GREGÓRIO, 2012). A aprovação do projeto de lei de criação da Província se deu em 05 de setembro de 1850 com muita comemoração.

35.1 O que disse a imprensa sobre criação da Província do Amazonas e Fronteira Norte

Nestes últimos anos, na França e Inglaterra, tem-se tratado de estabelecer companhias de navegação por vapor pelo Amazonas, e dahi se pode colligir que muitos interesses essa navegação há de produzir, e que grandes desejos tem as nações estrangeiras de navegarem por esse grande rio. Estes são pois, os motivos porque convem estabelecer-se a estação fluvial ao menos com dous vapores, para sustentar o direito da navegação nacional (apoiadores).

Finalmente mais uma grande medida se precisa, não só para sustentar — se esse direito, como para a prosperidade de todos os habitantes do Pará

⁶⁷ Ver FAUSTO (2002) e Mattos (1994).

⁶⁸ Sobre os projetos para a Amazônia e as discussões parlamentares de 1840 a 1841 ver de Gregório (2008).

inteiro; não é a criação, é o restabelecimento da província do Rio Negro, dessa que era Capitania com governador subalterno ao do Pará, e que depois era província, e que quando se estatuiu o Imperio com a Constituição política que nos rege, pelo artigo 2.º devia continuar a gozar dos fóros de província, porque o artigo 2º diz que o território do imperio, que se ouvirão nesta casa, e os votos que esta assembléa deu para o restabelecimento daquela província, unindo a tudo, digo, estes meus acentos, rogo que interponha o seu valimento para a aprovação da lei no senado, porque assim se há de fazer grande benefício áquelles habitantes e ao paiz pela distancia em que se acha o Rio Negro, para que la tenham acção administrativa prompta que restabeleça os seus grandes interesses, porque com os seus próprios rendimentos ella se sustentou capitania e província. (*Treze de Maio*, 1848, p. 07).

A almejada chegada dos colonos da Europa se deu a bordo do Vapor Marajó, em novembro de 1854. Seguida de mais cinquenta colonos no Vapor Rio Negro, completou-se um total de cem colonos que seguiram para residir na Colônia Mauá. (*Jornal Estrella do Amazonas*, 1855, p. 01).

35.2 A imprensa na sala de aula

Já não resta muita dúvida de que os jornais, mesmo agora de forma on-line, foram e continuam sendo uma importante fonte para lermos e termos uma maior compreensão, ao menos de parte da nossa realidade. Quem faz uso dessa fonte tem a possibilidade de, além de obter informações sobre o cotidiano, obter um posicionamento mais crítico frente à realidade, sem esquecer que esse meio de comunicação possui posicionamento político e ideológico dos grupos que estão por trás da sua direção.

O historiador Marc Bloch (2001) afirma que “o Historiador é o Ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça”. O ensino de História não pode estar dissociado da pesquisa histórica, do conhecimento da História do tempo presente e, principalmente, da possibilidade da reflexão crítica. Nesse sentido, analisando o texto sobre a criação da Província do Amazonas apresentado neste capítulo, percebemos que ele foi construído a partir das fontes de jornais da época, um indício claro que os jornais são uma fonte importante para o historiador, ou seja, como nos ensina Block (2001, p. 54), os jornais estão cheios de carne humana.

Os jornais *O Treze de Maio* e *A Estrella do Amazonas* exploram o assunto da Província do Amazonas. A partir disso, pesquise no site da Biblioteca Nacional, no *link* da Hemeroteca, sobre os jornais da época do Brasil Império, selecionando apenas uma matéria sobre a Independência do Brasil na sua região. Por exemplo, se você reside em Fortaleza, você irá pesquisar sobre o nome de um ou dois jornais que circularam durante o Período Imperial. Para tanto, entre no site da Hemeroteca e escreva o nome do jornal, inserindo uma palavra-chave (por exemplo: Independência). A partir dessa fonte, escreva um texto de uma lauda, usando o jornal e a região selecionados.

35.3 Fontes

Estrella do Amazonas. Manaus, 10 de janeiro de 1855, p. 04.

O Treze de Maio. Belém, 13 de novembro de 1848, p. 07.

35.4 Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FREITAS, Santos dos Luiz André. *O Gigante Abatido: O Longo Processo de constituição das províncias do Amazonas (1821–1850)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma Face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838–1867)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados 1826–1828. *Almanack*, Guarulhos, n. 01, p. 137–152, jan./set. 2011.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as Províncias do Império: A Emancipação do Amazonas e do Paraná e o Sistema Representativo na Construção de Estado Nacional Brasileiro (1826–1854)*. 2012. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Ed. ACCESS, 1994.

RICCI, Magda. As Batalhas da Memória ou a Cabanagem para Além da Guerra. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda (coords.). *Os Oitocentos na Amazônia: Política, Trabalho e Cultura*. Belém: Açaí, 2003.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Semeando Vento, Colhendo Tempestade: O Processo de Adesão do Pará à Independência. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda (coords.). *Os Oitocentos na Amazônia: Política, Trabalho e Cultura*. Belém: Açaí, 2003.

36. As relações internacionais do Brasil no século XIX através da imprensa: a formação de uma opinião pública a partir dos tratados de 1851

Vanessa da Silva Albuquerque⁶⁹

Apesar da opinião pública por muito tempo não ter sido alvo dos estudos sobre a política internacional, pois muitos a consideravam uma política dinâmica e rápida, compreendemos que a imprensa teve um papel fundamental para legitimar perante a sociedade e os seus pares os acordos firmados entre as nações. Um dos aspectos defendidos por quem nega a influência da opinião pública e do papel da imprensa nos acordos internacionais está pautado na forma, muitas vezes rápida, em que suas decisões são tomadas. A consolidação de uma ideia a respeito de um determinado assunto tem o papel de mobilizar as opiniões existentes, a fim de forjar a convergência de uma grande opinião, a qual podemos denominar de opinião pública. Entendemos que tanto na política interna quanto na externa, a opinião pública, mesmo não tendo papel de decisão, “tem o poder de tornar ou não possível a política de seus representantes” (GIRARD, 1969, p. 40).

Em 1851, o Império do Brasil enfrentava uma guerra na região da Bacia do Prata, conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas.⁷⁰ Nesse ano, o Brasil firmou cinco tratados com a República Oriental do Uruguai, a saber: Tratado de Limites; Tratado de Aliança; Tratado sobre a prestação de socorro por parte do Brasil; Tratado de Comércio e Navegação; e Tratado para a entrega recíproca de criminosos e desertores e devolução de escravos ao Brasil.

Dentre os cinco tratados, o de limites foi o que mais causou divergências na política da época. Baseado nos acordos firmados em 1819 e 1821, e utilizando o princípio do *uti possidetis*,⁷¹ a questão foi amplamente debatida em diferentes jornais do Rio de Janeiro. Para a consolidação dos limites, foi formada uma comissão, com representantes dos dois países, responsável pela demarcação das fronteiras provenientes desse acordo.

No entanto, as críticas ao Tratado de Limites não tardaram a aparecer. Muitos foram os acusadores e os defensores. Um dos palcos escolhidos para o embate dessas ideias foi a imprensa, pois o que era dito nas tribunas reverberava, por meio dos jornais, de forma ácida e direta, nos quais esses atores se atacavam e se defendiam, o que caracterizou a imprensa de opinião da década de 1850. Os jornais foram o meio utilizado pelos políticos e diplomatas da época como forma de forjar a construção de uma opinião pública que fosse favorável aos seus intentos.

36.1 O que disse a imprensa sobre as relações internacionais do Brasil no século XIX

Os tratados de 1851 entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai que foram amplamente discutidos através das páginas dos jornais devem ser considerados sob duas perspectivas: uma como forma de legitimação de uma ideia ou identidade, e outra como uma

⁶⁹ Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁷⁰ Essa guerra, também conhecida como Guerra do Prata, foi o conflito enfrentado pelo Império do Brasil contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosas, que tinha o interesse de recriar o Vice-Reino do Prata.

⁷¹ *Uti possidetis* é uma expressão latina proveniente do Direito Romano que significa, em uma tradução livre, “o uso pela posse”. No que se refere ao território brasileiro, tal princípio foi utilizado pelo diplomata Alexandre de Gusmão, em 1750, no Tratado de Madrid. Esse tratado foi retomado diversas vezes ao longo da história, principalmente pelo Barão do Rio Branco, para justificar a delimitação das fronteiras do Brasil.

disputa pelo papel de divulgador das visões dominantes (BARBOSA, 2010). Nesse embate, o objetivo maior de ambos os lados, os favoráveis e os contrários aos acordos, era o de construir uma opinião pública em relação à política de limites da época. A oposição, representada pelo Partido Liberal, não se calava e tentava, sobretudo por meio das prensas, desconstruir os pontos acordados, que, segundo suas ideias, feriam a integridade nacional e os interesses do Império do Brasil.

Nesse sentido, a folha *A Reforma*, de caráter liberal e contrário do Gabinete Conservador, prontamente se colocou contra os acordos firmados com o Uruguai:

Quais são as vantagens desses tratados? Designação de limites, tais como os que seríamos forçados a aceitar depois de uma derrota? As convenções existentes davam-nos direito a maior porção do território do que o que possuímos: o novo tratado tomou por base a posse dos estados limítrofes, mas definindo-as, cedeu ao nosso vizinho, grandes porções do território que estavam, há muito, em nossa posse! (*A Reforma*, 1851, p. 02).

O autor reclamava basicamente da perda das terras conseguidas através do tratado de 1819. A questão levantada sobre as divergências entre uruguaio e rio-grandenses também foi bastante problemática para a consolidação dos limites entre Brasil e Uruguai. Ao longo da década de 1850, alguns acertos, principalmente sobre a delimitação do Chuí, foram refeitos. Porém, as críticas não ficaram impressas apenas no jornal *A Reforma*, visto que o *Correio Mercantil* também se posicionou contrário à política de limites desenvolvida no Prata. Este último publicou em 27 de outubro, antes mesmo dos tratados serem formalizados, a notícia de que o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai estavam discutindo acordos de diversas ordens, assunto até então sigiloso. Na edição do dia 31 de outubro de 1851, dias após divulgar sobre as negociações entre o Império do Brasil e a República do Uruguai, o editor questionou:

Que crime, pois cometemos nós dizendo que o governo havia concluído um tratado de limites, outro em que se lhe cedia a Ilha de Martim Garcia, outro em que se reconhecia como dívida nacional os empréstimos feitos ou garantidos pelo governo aos seus aliados, a fim de, os habilitar para conseguirem a pacificação daquela república, resolvida assim a grande questão do Prata há oito anos agitada e que há oito anos é desgraçada origem do mísero estado em que se deve achar hoje Montevidéu? (*Correio Mercantil*, 1851, p. 01).

O editor do *Correio Mercantil* foi acusado de não ser patriota e ter noticiado algo que deveria ficar em sigilo pelo bem nacional. Contudo, as críticas não cessaram e, em tom sarcástico e numa matéria não assinada, foi publicado:

Na questão dos limites o ministério levou a generosidade até a exageração e cedeu em todos os pontos as exigências orientais. [...] Pelo que respeita

as finanças, não é preciso ser longo: empresta quem não tem e ainda deve a quem não pode duvidar que tarde ou nunca lhe pagará. (*Correio Mercantil*, 1851, p. 02).

Dentre os periódicos analisados, o *Jornal do Commercio* foi o que mais publicou sobre os tratados entre Brasil e Uruguai. Nesse jornal, em 03 de novembro de 1851, o autor afirmava que existia um projeto de acordo entre os dois países, mas não chegou a usar o nome “tratado”, desmentindo o *Mercantil* ao dizer que também não havia a possibilidade de cessão de territórios. No entanto, na carta seguinte, ele reconheceu a existência de tais tratados, ao dizer que:

Neguei na minha última carta que houvesse cessão da ilha de Martim Garcia ao Brasil, e projeto de confederar ao Império Montevideú, Entre Rios e Corrientes. Ratifico essa negativa, mas não diz ela, nem quer dizer, que não haja tratados. Longe disso; estou convencido de que os há, e de que são igualmente honrosos e convenientes àqueles que os celebraram, como espero se verá dentro de mui poucos dias. (*Jornal do Commercio*, 1851, p. 02).

O diálogo com a publicação precoce do *Correio Mercantil* prosseguiu, mas num tom mais direto. O ataque ao jornal rival foi pautado na assertiva de que governo não tinha obrigação de publicar seus atos diplomáticos, além de acusar os redatores da folha adversária de cegueira, apontando-os como verdadeiros inimigos da nação. É interessante ressaltar que adjetivos como “inimigos” e “amigos” da nação foram recursos retóricos recorrentes utilizados através da imprensa ao se analisarem os tratados assinados entre o Brasil e as repúblicas vizinhas. Pelo jeito, antecipar a notícia dos tratados foi acender o rastro de pólvora que faltava na questão do Prata.

Na negociação destes tratados não houve senão a reserva que costuma haver em todas as negociações diplomáticas. [...] Onde se viu diplomacia nos periódicos? Onde se publicam negociações pendentes, não terminadas? [...] Se aqueles que em oposição ao governo escrevem hoje sobre os negócios do Rio da Prata pudessem arrancar a venda com que os cega a paixão quebrariam a pena que, instrumento dessa paixão, atraiçoa seu patriotismo, sua ilustração e sua razão. (*Jornal do Commercio*, 1851, p. 02).

O editor do *Correio Mercantil*, após ser acusado de inimigo da nação, não publicou mais opinando sobre os tratados. No entanto, as críticas continuaram, sobretudo através do *A Reforma*, que após analisar todos os tratados concluiu:

Confessamos, porém que não entramos sem susto no certame: nosso contendor teve a pouca generosidade de afrontar-nos com a ostentação da

imensidade de seus meios de defesa, mostrou-se tão senhor de documentos oficiais, que nós, que não contamos senão com o poder do raciocínio apoiados em fatos que o *Jornal do Commercio* e outras folhas tem publicado, recuaríamos espavoridos se não alentasse a ideia de que não são poucas vezes a razão, singelamente manifestada, ganha assinalados triunfos contra exércitos de assalariados sophismas; porque a razão tem por auxílio o patriotismo, - e este sentimento duplica as forças de quem o defende. (*A Reforma*, 1852, p. 01).

Quando o autor afirmou que o *Jornal do Commercio* tinha o poder de deter os documentos oficiais e contava com informações privilegiadas, demonstrou que esse jornal estava a serviço do governo. Com a expressão “exército de assalariados sophismas” remeteu diretamente aos que recebiam para defender um ponto de vista, mas que, por sua vez, faziam-no de forma distorcida de acordo com o interesse de quem os pagava, condenando os editores do *Jornal do Commercio*.

O início do ano de 1852 foi coroado com a vitória na Batalha de Monte Caseros, quando as tropas de Rosas foram finalmente derrotadas pelas tropas aliadas. A imprensa foi o palco de inúmeras publicações sobre o feito. A política imperial se fortaleceu, a independência do Paraguai e do Uruguai foram mantidas, e o Rio Grande do Sul deixou de sofrer a ameaça constante de invasão argentina. Essa vitória fez com que a opinião pública fosse forjada a fim de sublimar questões anteriores. As vozes dissonantes em relação aos tratados de 1851 perderam fôlego.

36.2 A imprensa na sala de aula

Trabalhar com fontes é sempre um desafio, no entanto, é através da análise de documentos de época que podemos demonstrar e desenvolver uma opinião crítica em relação aos mais variados temas. As fontes possibilitam que o aluno desenvolva o gosto pela investigação histórica, transportando-o para o período em questão. Trabalhar com mais de um tipo de fonte permite que o conhecimento histórico seja ampliado e aprofundado. Sendo assim, propomos uma atividade com uma fonte iconográfica (mapa) e duas fontes impressas representadas através de matérias de jornais com posições divergentes em relação ao Tratado de Limites de 1851. A seguir, apresentamos um modelo de atividade que pode ser aplicado para estudantes do Ensino Médio. Nessa atividade serão trabalhadas as habilidades (EM13CHS101)⁷² e (EM13CHS103)⁷³ da BNCC.

Atividade

Observe o mapa, leia os textos e responda:

⁷² Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais (BRASIL, 2018).

⁷³ Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros) (BRASIL, 2018).

Figura 2 – Mapa demonstrativo da mudança da fronteira entre Brasil e Uruguai nos tratados de 1750, 1819 e 1851



Fonte: Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.

Queriam definir melhor as divisas? Então era natural que, em algum ponto da linha aproveitássemos alguma nesga de terreno, antes possuídas pelos orientais. Perdemos território entre a ponta de Castilhos, antigo marco de nossos limites na costa, e a barra do Chuí que hoje se designa; perdemos território na margem ocidental da Lagoa-Mirim; perdemos território entre o Quarai, último limite atual e o Arapeí, compreendendo-se entre eles os pontos uma área de mais de 200 léguas quadradas dos melhores campos conhecidos, território que em 1820, o barão do Serro Largo (general Abreu) por ordem do governo distribuiu pelos oficiais e praças que se haviam distinguido na defesa de nossa fronteiras, e que estava exclusivamente possuído e habitado por milhares de brasileiros rio-grandenses que ficam desnacionalizados. (*A Reforma*, 1851, p. 02).

É, porém, verdadeira outra notícia para mim de mais subida importância. Estão ratificados os tratados entre o Brasil e o Estado Oriental, ajustados como eu previa, sobre as bases dos interesses recíprocos das duas nações, e guardando-se neles todas as considerações generosas exigidas pela dignidade e independência delas. (*Jornal do Commercio*, 1851, p. 01).

- Cite quais foram os territórios cedidos à República Oriental do Uruguai pelo Império do Brasil e analise a posição presente em cada uma das matérias dos jornais da época.
- A partir do mapa, percebemos que houve, sim, perda de território. Com base nessa informação, por que o *Jornal do Commercio* insistiu em afirmar que o acordo se baseou em “interesses recíprocos”?

Na letra A, após ter o conhecimento de que o Império do Brasil perdeu territórios com o Tratado de limites de 1851, o aluno conseguirá visualizar o que foi perdido e quando foi perdido. O texto 1 lista os territórios cedidos no acordo. Com o cruzamento das duas fontes, o aluno consegue consolidar qual região pertencia ao Brasil e que hoje não pertence mais.

Já na letra B, a atividade propõe que o aluno analise criticamente o motivo pelo qual levou os jornais a se posicionarem de forma divergente em relação ao tratado de 1851. Esse aumento de lente sobre o fato histórico permite que o estudante compreenda a História enquanto processo, e não como algo estanque, pronto e sem questionamentos. Compreender que existem vozes dissonantes possibilita que se amplie os espaços de experiência e que se forjem novos horizontes de expectativas. Outra proposta pertinente de se trabalhar é desenvolver e ampliar as inúmeras definições sobre opinião pública e como ela pode ser entendida enquanto conceito pertinente à construção das relações internacionais no Brasil. O leque de possibilidades é vasto, pois entender a opinião pública no século XIX utilizando os jornais como fonte investigativa permite que o professor faça ligações com o presente, promovendo o debate sobre as rupturas e as permanências da política brasileira.

36.3 Fontes:

A Reforma: jornal político. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851, p. 02.

A Reforma: jornal político. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1852, p. 01.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1851, p. 01

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1851, p. 02.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1851, p. 02

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1851, p. 01

SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES. Disponível em http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/fronteiras_da_sc dl.xml. Acesso em: 01 ago. 2018.

36.4 Referências

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800–1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

GIRARD, Alain. *L'opinion publique et la presse*. Paris: Cours de droit, 1969.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. 2018.

36.5 Para saber mais

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? *Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, Florianópolis, abr. 200.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900–2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O Brasil no Rio da Prata (1822–1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 19 out. 2021.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

37. Um projeto de industrialização: Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá

Carlos Gabriel Guimarães⁷⁴

A trajetória de Irineu Evangelista de Souza como “negociante de grosso”, e não mais como caixeiro, começou quando ele assumiu a direção da firma comercial inglesa Carruthers e Irmãos, depois Carruthers & Co. Organizada pelos irmãos Richard e Guilherme Carruthers, e localizada na Rua Direita, nº 84, a firma inglesa com negócios de fazenda seca por atacado — ou seja, importação de gêneros secos, tais como fios e tecidos de algodão da Inglaterra, principalmente de Manchester — conquistou grande prestígio na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Além de tecidos, comercializava outros produtos, como as boticas e vinhos da região de Setúbal, que passaram a ser enviados de Lisboa por Guilherme Carruthers, depois da liberação desse tipo de comércio em Portugal em 1834 (GUIMARÃES, 2007).

Depois que assumiu a direção da firma, e principalmente após o retorno de Richard Carruthers a seu país, em 1837, a projeção de Irineu Evangelista cresceu. Em 1840, realizou sua primeira viagem à Inglaterra, ocasião em que visitou o sócio Richard. Essa viagem, para os biógrafos de Mauá (FARIA, 1926; MAUÁ, 1946; MARCHANT, 1966; LIMA, 1976; BESOUCHET, 1978; CALDEIRA, 1995), constituiu-se num marco, pois foi o momento em que Irineu Evangelista de Souza tomou conhecimento da moderna indústria capitalista, tendo despertada sua vocação industrial.

Entretanto, o que houve de concreto foi a organização de uma firma comercial, em Manchester, com o nome de Carruthers, De Castro & Cia, da qual Irineu era sócio comanditário, ou seja, só participava com o capital, sem obrigações e outras responsabilidades. O nome “De Castro” se relacionava ao negociante português, radicado na Inglaterra, José Henrique Reynell de Castro. Os biógrafos de Mauá, sobretudo Lídia Besouchet e Jorge Caldeira, enfatizam que José Henrique era filho de D. Miguel Caetano de Castro, judeu convertido ao cristianismo e físico-mor (a quem cabia a fiscalização da medicina e farmácia) de D. João VI (BESOUCHET, 1978; CALDEIRA, 1995).

Ainda na década de 1840, outros negócios fizeram com que o nome de Irineu Evangelista de Souza se destacasse ainda mais. Em 1846, adquiriu da firma Carlos Coleman & Co., estabelecimento de fundição e máquinas de Ponta D’Areia. Esse negócio estava relacionado com a chamada Tarifa Alves Branco, instituída em 1844 pelo ministro da Fazenda Manuel Alves Branco, que modificou as tarifas aduaneiras de quase três mil produtos importados. Estes tiveram seus impostos aumentados em 30% e até 60% (MOMESSO, 2007).

O empreendimento, que nas palavras de Mauá era “modestíssimo telheiro com máquinas primitivas de fundição de ferro e carreiras ao lado, onde se faziam barcos de vela”, em 1851, “já se apresentava com um capital era de 1.250:000\$, quando o orçamento do Brasil era de 27.200.000\$, e o capital de nosso maior banco, o Commercial, era de 2.500:000” (FARIA, 1926, p. 134–135), tendo aspectos polêmicos, seja pelos empréstimos e privilégios concedidos pelo governo imperial, seja pela própria organização da produção e do trabalho.

⁷⁴ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do CNPq.

No tocante à organização, o estaleiro era um conjunto de oficinas, e não uma fábrica moderna capitalista (maquinofatura) como hoje a entendemos. A forma de organização, embora tivesse uma divisão do trabalho, era extremamente dependente da habilidade do trabalhador, não tendo o componente moderno do sistema fabril, com a máquina-ferramenta substituindo o trabalho. Com relação aos trabalhadores, nos dois únicos relatórios da empresa encontrados, chama atenção a presença de um grande contingente de escravos envolvidos no trabalho pertencentes ao próprio estaleiro, ou de “negros de ganho”, cativos alugados cujo pagamento era em parte repassado a seus senhores. Conforme o anunciado no *Jornal do Commercio* em 1856:

[...] a Cia Ponta da Areia em 30 de junho de 1855 empregou pouco mais de 400 operários e trabalhadores, subindo, seis meses depois, para 622, sendo 441 livres e 181 cativos. (*Jornal do Commercio*, 1856, p. 02 *apud* VITORINO, 2012, p. 07).

Em 1857, ela dava colocação a 591 trabalhadores, dos quais 180 eram brasileiros, 237 estrangeiros e 171 escravos.⁷⁵ A presença de escravos nos negócios de Irineu Evangelista, após o fim do tráfico negreiro, em 1850, comprometeu decerto a sua fama de abolicionista. Demonstrou, também, a coexistência nos estabelecimentos manufatureiros uma combinação de relações escravistas com relações capitalistas de produção. Não houve contradição entre o trabalho livre e escravo, com cada um desempenhando um tipo de trabalho, mais ou menos qualificado.

O maior empreendimento manufatureiro do Império, cujo capital em 1851 foi de 1.250:000\$000,⁷⁶ chegou ao seu ápice em termos de produção em 1857. No entanto, no mesmo ano, eclodiu a crise comercial na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, provocando uma crise no empreendimento manufatureiro. Face a tal situação, o Barão de Mauá requereu um novo empréstimo no valor de 300:000\$000 à Câmara dos Deputados, que foi aprovado através do Decreto nº 933, de 26 de agosto de 1857 (MOMESSO, 2007).

No entanto, mesmo com o novo empréstimo, no Relatório de 1860, o presidente da companhia Barão de Mauá informava “aos seus acionistas que nos últimos três anos estava ocorrendo uma redução dos lucros da empresa” (VITORINO, 2012, p. 07). O declínio dos lucros, relacionado com a crise de 1857, mas também com o fim das barreiras protecionistas de 1857 e a Abertura da Navegação de Cabotagem a navios estrangeiros em 1860, promoveu o fechamento do empreendimento em 1862. O Barão de Mauá tentou repassar para os ingleses, mas a Questão Christie no mesmo ano interrompeu as negociações (MOMESSO, 2007). Na Guerra do Paraguai, houve uma retomada das operações da companhia, sendo “encampada pelo Estado imperial” (MOMESSO, 2007, p. 85).

⁷⁵Números fornecidos pelo Barão de Mauá em seu relatório datado de 14 de junho de 1858 aos acionistas da Ponta da Areia (*Jornal do Commercio*, 1858, p. 09).

⁷⁶ Segundo Vitorino (2012, p. 07), “quando o orçamento do Brasil era de 27.200.000\$, e o capital de nosso maior banco, o Commercial, era de 2.500:000\$”.

37.1 O que disse a Imprensa sobre o Barão de Mauá

[...] pela alta progressiva dos salários, e dos preços de todos os objectos de consumo. Ainda assim é satisfactorio observar que os lucros do anno, a não serem absorvidos pelo sinistro de 24 de junho [incêndio ocorrido em 24/06/1857, que destruiu parte considerável do estabelecimento], dariam ao capital um dividendo de quasi 10%, como observareis dos dados contidos no relatorio da presidencia.

Os gastos da fabricação, que no anno de 1856 subirão a 78:731\$151, ou 9% do valor da producção, no anno seguinte, sendo maior a producção, apenas se elevárão a 53:934\$261, isto é, pouco mais de 5 ½ % da mesma producção.

Ainda este resultado animador vos fôra predito pelo conselho fiscal no relatorio anterior, annunciando-vos a fundação de importantes machinismos para o fim de facilitar o trabalho. A' esta causa cumpre attribuir também a diminuição de pessoas, que sendo em 1856 de 667 pessoas, desceu em 1857 a 591, sendo quase igual a receita, e maior a producção do estabelecimento. (*Jornal do Commercio*, 1858, p. 02).

Ontem [25/11/1857], das 11 horas para o meio dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta d'Areia levantaram e recusaram-se a continuar no trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência, às ordens do mesmo estabelecimento.

Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois o Exmo. Sr. Dr. Paranaguá, apenas teve notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir para a casa de detenção presos os trinta e tanto amotinados. (*A Patria*, 1857, p. 01).

Na segunda-feira [15/10/1860], ás 3 horas da tarde, o mestre da officina de caldeireiro da Ponta d'Arêa mandou por um official inglez cortar uma chapa, e tendo este obedecido, foi sem motivo reprehendido pelo mesmo mestre, que lançou mão de uma tenaz e foi sobre elle: um outro official conseguiu arrancar-lhe semelhante instrumento; mas elle munio-se de um ferro quadrado e espancou o inglez. Sendo-lhe ainda arrancado esse ferro das mãos, pegou um martello, e ainda cahio sobre a victima com pancadas, deixando-o bastante maltratado, e com contusões em um braço, que desconfia-se esteja quebrado.

Sobre este facto ainda não houve procedimento algum da autoridade; apenas o culpado se dirigio ao director do estabelecimento, sem duvida para exigir a expulsão da victima do mesmo estabelecimento ou a sua prisão!. (*Jornal do Commercio*, 1860, p. 02).

37.2 A Imprensa na Sala de Aula

Os documentos em sala de aula devem “ser motivadores e não se podem constituir em texto de leitura que produza mais dificuldades do que interesse e curiosidade” (BITTENCOURT, 2004, p. 330). Dessa forma, a proposta consiste em elaborar com a turma uma notícia sobre o tema, “Um projeto de industrialização: Mauá”. Primeiramente, a partir do texto, deverá ser realizado um debate sobre o assunto, para depois iniciar o trabalho em sala de aula a partir das notícias selecionadas nos jornais. Para tanto, deve-se pedir que um aluno leia o texto em voz alta, como um jornal falado.

37.3 Fontes

A Patria. Rio de Janeiro, de 26 de novembro de 1857, p. 01.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1858, p. 02.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1860, p. 02.

37.4 Referências

BESOUSHET, Lidia. *Mauá e seu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

FARIA, Alberto de. *Mauá: Irenêo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, 1813–1889*. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1926.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co., 1824–1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Heitor Ferreira. *3 Industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

MARCHANT, Anyda. *Viscount Mauá and the Empire of Brazil: a Biography of Irineu Evangelista de Souza (1813–1889)*. Los Angeles: University of California Press, 1965.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia: exposição aos credores e ao público seguido de o meio circulante no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Valverde, 1942.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e Trabalho no século XIX: O Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta D’Areia*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

VITORINO, Artur José Renda. Operários livres e cativos nas manufaturas: Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. *Iª Jornada Nacional de História do Trabalho*. Rio de Janeiro, 2007.

37.5 Para saber mais

BARMAN, Roderick. Business and government in Imperial Brazil: the experience of Viscount Mauá. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 13, parte 2, nov. 1981.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, v. 2. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808–1860*. Rio de Janeiro: Studio F&S Ed., 1992.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro. *Esboços de História Empresarial*. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1994.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Mauá e sua presença na economia brasileira do século XIX. In: CROPANI, Ottaviano di Fiori de *et al. Barão de Mauá: Empresário e Político*. Rio de Janeiro: Bianchi Ed., 1987.

38. As ferrovias no Império

Renata Conceição Nóbrega Santos⁷⁷

Surgidas no século XIX, as ferrovias foram criticadas e festejadas nas mais variadas manifestações do Ocidente, inclusive no Império do Brasil. Independentemente do lugar que era dado às estradas de ferro, elas surgiram no processo de rearranjo dos capitais que, no caso brasileiro, contou com subvenção e apoio estatal e teve por objetivo encurtar distâncias entre produção e consumo.

Desde a inauguração da primeira ferrovia na Inglaterra em 1830, The Liverpool & Manchester Railway, até o final do século XIX, um milhão de quilômetros de estradas de ferro foi construído no país inglês. Embora o Império do Brasil tenha atingido números bem menores em extensão ferroviária em comparação à malha inglesa, as estradas de ferro também encontraram lugar em terras brasileiras.

No Brasil, elas aqueceram as relações de poder: disputas políticas entre as províncias por concessões imperiais de construção; constituição de um mercado de trabalho especializado, que pela legislação não poderia ser escravo; e mobilização de capitais estrangeiros, subvencionados pelo erário, investidos em sociedades por ações que eram constituídas com a promessa de construção e exploração das ferrovias.

Em 1827, o inglês Carlos Grace endereçou ao imperador do Brasil um pedido de autorização para construir e explorar uma estrada de ferro do Rio de Janeiro à serra de Itaguaí, sendo o primeiro registro de um pedido dessa natureza. Apesar de não ter saído do papel, outras tentativas isoladas foram tomando corpo e, com isso, a própria política imperial de transportes sinalizou que os trilhos se aproximassem e conectassem o Império do Brasil.

Sob a regência Feijó, foi editado o Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1835, que, pela primeira vez, autorizou a exploração exclusiva de estrada de ferro, durante 40 anos, às companhias que construíssem ferrovia conectando a Corte às províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. E, embora o período regencial tenha se encerrado sem construção de estradas de ferro, fomentou a corrida provincial por concessões e integrou o conjunto de forças políticas e econômicas responsável pelo surto ferroviário do Segundo Reinado.

Houve concessões provinciais, mas a primeira concessão imperial de caráter nacional foi dada ao inglês Thomas Cochrane, em novembro de 1840, para que construísse uma estrada de ferro da Corte até São Paulo. Não houve capital suficiente, e o assunto se manteve nos púlpitos parlamentares e na imprensa, construindo-se uma narrativa de que não haveria ferrovias sem que o capital privado fosse subvencionado pelo poder público. Tudo isso concorreu para edição da Lei nº 641, de 26 de junho de 1852, considerada o marco da regulamentação da garantia de juros e de desoneração do capital pelo Estado quanto à construção das ferrovias.

Essa lei, além de conceder garantia de juros de até 5% sobre o capital empregado nas obras, isentava de tributos a importação de materiais, tornava zona de privilégio a exploração

⁷⁷ Juíza do Trabalho junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6).

das margens de 30 km em ambos os lados da estrada, autorizava a desapropriação das terras necessárias à construção e cedia terras devolutas. Quanto à mão de obra a ser utilizada, vedava o uso de escravos e dispensava os trabalhadores de serviço militar obrigatório.

A primeira estrada de ferro inaugurada no Brasil foi oriunda de uma concessão local. De iniciativa do capitalista Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, essa via férrea contou inicialmente com apenas 14,5 km de trilhos e estava integralmente no Rio de Janeiro, ligando num primeiro momento o porto de Mauá à Raiz da Serra (1854) e, posteriormente, chegando a Petrópolis e Barra do Pirai (1858).

No âmbito nacional e já em decorrência da edição e dos desdobramentos político econômicos da Lei nº 641, de 26 de junho de 1852, foram iniciadas as obras de várias ferrovias cujo propósito atendia aos eixos de consolidação de unidade territorial do Brasil. Assim, combinando projetos de deslocamento fluvial, ferroviário e marítimo, bem como objetivando favorecer a ampliação de fronteiras agrícolas e o escoamento da produção, de modo a interligar, através do rio São Francisco, esses propósitos políticos e capitalistas, as obras foram iniciadas nos seguintes eixos e datas: Recife ao Rio São Francisco (1852); Bahia ao Rio São Francisco (1853); Rio de Janeiro ao Rio São Francisco (1855);⁷⁸ e Santos à bacia do Rio Paraná (1856).

Se em 1854 havia apenas os 14,5 km de estrada de ferro, em 1884 o Império do Brasil contava com 6.324 km efetivamente construídos, fora a infinidade de estradas projetadas que não chegaram a sair do papel, mas, ainda assim, movimentaram significativamente a sociedade, a política e a economia brasileira.

No aspecto econômico, o Brasil, desde o período colonial, tinha na plantação a sua forma de inserção na economia-mundo, de modo que a questão do escoamento da produção era latente e envolvia grandes distâncias entre os centros de produção e os centros de consumo. Destarte, sob o discurso do progresso e da integração nacional, as ferrovias se prestariam a integrar a infraestrutura da plantação (cana-de-açúcar, café, algodão, etc.). Investir nas estradas de ferro para escoar produção, além de moderno, representava a um só tempo, o domínio da ciência sobre a natureza e a constituição de uma mão de obra livre, o que corroborava o discurso do progresso da nação.

As paisagens foram alteradas, não só pelas monoculturas que mais e mais foram interiorizadas e substituíram coberturas vegetais nativas, mas por dormentes de madeiras extraídas das matas, pelas picadas abertas para passagem de trilhos. Acidentes geográficos foram alterados para construção de obras de arte da engenharia, a exemplo de túneis e pontes. A engenharia deixou de ser uma prática restrita ao domínio militar e se tornou um campo científico civil para concretização da modernidade dos avanços tecnológicos. Engenheiros brasileiros passaram a se formar e, na segunda metade do século XIX, já seriam maioria em relação aos estrangeiros que atuavam no país.

Dentre os brasileiros, merece destaque o engenheiro mineiro Cristiano Benedito Otoni (1811–1896), considerado o pai das estradas de ferro do Brasil. Ele se manteve por dez anos à frente da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855–1865) e, posteriormente, ocupou cargos legislativos, sempre lecionando disciplinas de engenharia. Em 1859, publicou *O Futuro das Estradas de Ferro no Brasil*, no qual destacou a necessidade de se construir “algum dia o

⁷⁸ Estrada de Ferro D. Pedro II e futura Central do Brasil.

amplo civilizador entre o Norte e o Sul do Brasil”, associando ferrovias e rede fluvial (OTONI, 1859, p. 18).

Com as ferrovias, além de preencher o requisito moderno de supremacia da ciência e da técnica sobre os desafios da natureza, a nação brasileira garantiria também seu lugar na modernidade, seja fomentando a constituição de uma mão de obra especializada e qualificada, como foi o caso dos engenheiros nacionais, seja utilizando na construção em si o trabalho livre, quando ainda se estava muito distante da abolição legal da escravidão no Brasil.

Registre-se que a historiografia clássica se refere ao trabalho de estrangeiros nas ferrovias brasileiras. Todavia, há diferenças de quantitativo de imigrantes entre o Norte e o Sul do Império, dentre os que vieram para desempenhar cargos estratégicos ou, já após a construção, chegaram para operar e dar manutenção às vias férreas. Além disso, não se verifica a correlação entre o total que chegava ao país para trabalhar nas ferrovias e o grande número dos que, ao chegarem, ou adoeciam e faleciam ou passavam a atuar em outras atividades.

No tocante ao trabalho livre e ao trabalho escravo, desde a independência do Brasil, o apoio inglês teve como contrapartida interesses políticos e econômicos, dentre os quais podemos citar a abolição do tráfico de escravos. No devir dos debates políticos ao longo do século XIX, houve a regulação tanto do tráfico (leis de novembro de 1831 e de setembro de 1850), quanto da propriedade da terra (Lei de Terras, de setembro de 1850), o que ocorreu de modo lento e gradual e sem alterações substanciais, a fim de garantir que a oligarquia agrária mantivesse seus privilégios de classe, ou seja, que os escravos fossem substituídos por livres não detentores da terra e, com isso, ainda dependentes.

Em paralelo, o Brasil firmava posição ao lado de outras nações modernas, editando normas que, ao regularem a construção das obras públicas ou de interesse público, dentre elas as ferrovias, vedavam a utilização de trabalho escravo. Dessa maneira, a regulamentação legal das ferrovias em 1852, além de dar seguimento ao projeto de nação moderna, manteve o Brasil aberto ao capital externo, especialmente inglês, atraindo-o não só pelo regime de concessão pública e garantia de juros, nem apenas pela isenção na importação de materiais ou pela desapropriação das terras por onde passariam as vias férreas.

As normas validavam a condição do Brasil de nação amiga das nações ditas civilizadas, dando aplicabilidade, mesmo aparente, à política de proibição do tráfico internacional de escravos, já que, na prática, muitos registros, inclusive na imprensa, indiciavam que nas ferrovias houve o efetivo trabalho de pessoas cuja condição era de escravo.

As ferrovias, mesmo consideradas reduzidas quanto à amplitude territorial que efetivamente ocuparam no Brasil imperial, simbolizaram a modernidade e fomentaram relações políticas, sociais e econômicas. A estrada de ferro era o progresso. Fruto da razão, ela materializava o poder do homem sobre o tempo e sobre a natureza, da qual ele se dissociava para ordenar e dominar.

38.1 O que disse a imprensa sobre as ferrovias no império

A tendência da quadra para os melhoramentos materiais do país, para abertura de estradas que facilitem as comunicações, não podia ficar em

conversações, em desejos, em artigos de jornais. (*Jornal do Commercio*, 1852, p. 01).

Consta-nos que o Sr. Cochrane foi ontem depositar [...] os 4 contos de réis da multa em que, em virtude do seu privilégio, tem incorrido, por não haver no prazo competente dado começo aos trabalhos da estrada de ferro. (*Jornal do Commercio*, 1853, p. 03).

No mesmo dia o Sr. Dr. Thomaz Cochrane, da diretoria da estrada de ferro de D. Pedro II, recebeu a quantia de 113:451\$ rs. à conta da quantia de 261:000\$ rs., que lhe foram concedidos como indenização do privilégio a que se julgava com direito para a construção da mesma estrada. (*Diario de Pernambuco*, 1855, p. 02).

Teve, efetivamente, lugar no dia 7 do corrente, pelas 5 horas da tarde, na ilha do Nogueira, a cerimônia do começo dos trabalhos da estrada de ferro. [...] A circunstância de um local, em que só embarcado se podia ir, fazia esperar que poucas pessoas lá fossem. Mas o contrário aconteceu: o concurso de pessoas de todas as classes foi tão crescido quanto se podia desejar [...]. À esquerda da linha diretriz da estrada se achava construído um pavilhão [...]. Na frente do pavilhão, por sobre a entrada principal, descansava a coroa imperial sobre uma cúpula guarnecida de troféus de armas, e acima dela tremulava a bandeira nacional, assim como as de diversas nações nas extremidades do mesmo pavilhão e em todo o contorno do quadrilátero [...]. O sol que neste momento estava prestes a ocultar-se no horizonte, apareceu radiante e formoso para iluminar essa cerimonia, e através da folhagem dos coqueiros, agitada pela suave brisa da tarde, mandava seus últimos lépidos beijos à face dos circunstantes, como uma espécie de congratulação às esperanças futuras. (*Diario de Pernambuco*, 1855, p. 02).

Em toda a extensão do trajeto [...] as populações das margens do caminho apinharam-se para saudar [...] esta primeira conquista da inteligência humana na terra a Santa Cruz, sobre o tempo e o espaço, esses dois implacáveis inimigos da humanidade. [...] No dia 9 começou o tráfico regular da primeira seção da estrada de ferro, e Pernambuco se pode ufanar com toda a razão de ser a primeira das províncias do Brasil, que inaugurou esta prestigiosa conquista da civilização moderna, pois ainda não foi entregue ao público a estrada de Pedro II, e a de Mauá não passa de um ensaio imperfeito e sem alcance para o futuro. [...] A carreira do progresso está aberta! (*Diario de Pernambuco*, 1858, p. 01).

COMPRA-SE o Engenheiro Prático, obra em português, nesta tipografia.

(*Jornal do Commercio*, 1852, p. 06).

Introduzindo caminhos de ferro em um país como o Brasil, a companhia tinha pisado em um terreno novo e desconhecido, mas havia tirado grande proveito da experiência, e tinha vencido dificuldades imprevistas a respeito dos seus engenheiros, o primeiro dos quais, o Sr. Borthwick, falecera, e o seu sucessor tinha adoecido [...]. Também é verdade porém que às moléstias causadas pelo clima do Brasil se deve atribuir parte da demora da obra. (*Jornal do Commercio*, 1857, p. 01).

A pessoa que tiver escravos e quiser alugar para trabalhar na estrada de ferro, pagando-se mil rs. por dia, ou mesmo gente forra que queira a sujeitar, dirija-se a rua estreita do Rosário n. 23, segundo andar. (*Diario de Pernambuco*, 1857, p. 04).

100,000 de gratificação A quem pegar e levar em S. João do Cabo [...] o moleque crioulo de nome Felisberto, idade de 15 anos, seco de corpo, [...] suspeita-se ter sido desencaminhado por [...] trabalhador da estrada de ferro [...]. (*Diario de Pernambuco*, 1858, p. 04).

O empreiteiro da estrada de ferro faz público que está resolvido a fazer efetivo o engajamento que contratou com diversos estrangeiros para o serviço na dita estrada não só para com os mesmos engajados como para os que os aliciarem ou os admitirem ao seu serviço na conformidade da lei [...], e pelo presente convida a ditos engajados que tem se recusado a prestar seus serviços a vi-los prestar para que não sofram as penas da dita lei que são severas e impostas sumariamente. (*Diario de Pernambuco*, 1859, p. 02).

Ausentou-se do engenho Tabocas [...] o escravo Moysés, tem 29 anos [...], é cria do referido engenho, [...] nunca fugiu, é provável que esteja trabalhando em alguma estrada de ferro. (*Diario de Pernambuco*, 1881, p. 06).

Aos negociantes em madeiras e outros. Precisa-se, imediatamente, para a construção da estrada de ferro [...], uma grande quantidade de madeiras direitas, das qualidades mais aprovadas para esteios, etc., que tem de resistir à ação do tempo e água salgada, assim como Pau-ferro, Sapucaia, Pau-d'arco, Embiriba-preta, etc. Quem quiser contratar ditas madeiras, comunique por carta. (*Diario de Pernambuco*, 1855, p. 03).

38.2 A imprensa na sala de aula

1. Através dos jornais, percebe-se a ênfase no (a) discurso do progresso acompanhada de uma série de (b) disputas políticas e econômicas entre as províncias, bem como resta evidenciado o papel do erário na (c) desoneração do capital privado, inclusive suportando prejuízos de projetos não concretizados. Nas notícias de 01 a 04, identifique passagens que justificam as assertivas (a), (b) e (c) e comente criticamente.
2. A mão de obra especializada, inclusive com formação de engenheiros brasileiros, não esteve restrita a estrangeiros e a trabalhadores livres, apesar de a legislação das estradas de ferro proibirem a mão de obra escrava. A partir das notícias de 06 a 11, aponte onde estão os elementos justificantes dessas afirmações.
3. Considerando a notícia 12, qual é a importância dos jornais como fonte para história do meio ambiente? Em que medida as ferrovias alteraram as paisagens? Há alteração também por elas terem permitido interiorizar as plantações, ampliando fronteiras agrícolas? Justifique.

38.3 Fontes

- Diario de Pernambuco*. Pernambuco, 03 de setembro de 1855, p. 03.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 21 de setembro de 1855, p. 02.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 13 de setembro de 1855, p. 02.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 07 de julho de 1857, p. 04.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 10 de fevereiro de 1858, p. 01.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 24 de setembro de 1858, p. 04.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 13 de janeiro de 1859, p. 02.
Diario de Pernambuco. Pernambuco, 06 de agosto de 1881, p. 06.
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1852, p. 02.
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1852, p. 06.
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1853, p. 03.
Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1857, p. 01.

38.4 Referências

OTONI, Cristiano Benedito. **O futuro das estradas de ferro no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro, 1859.

38.5 Para saber mais

- SANTOS, Renata Conceição Nóbrega. *Aço e suor pelo açúcar e em nome do progresso: 1ª seção da Recife São Francisco Railway (Pernambuco, 1852–1859)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.
- SANTOS, Renata Conceição Nóbrega; DABAT, Christine Rufino. A Civilização Acompanha as Locomotivas: A implementação da rede ferroviária no Brasil e na China 1852–1912. *Leste Vermelho: Revista de Estudos Críticos Asiáticos*, v. 3, n. 1, p. 453–509, jan. 2017.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1994.

39. O Darwinismo Social no Período Imperial

José Geraldo dos Santos⁷⁹

Patrick Silva dos Santos⁸⁰

Os diálogos científicos sobre a evolução por seleção natural começaram com os naturalistas ingleses Charles Darwin (1809–1882) e Alfred Russel Wallace (1823–1913) em 1858.⁸¹ Wallace principiou a teoria da evolução por seleção natural em 1855, mas foi com o lançamento de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, que a teoria evolutiva biológica se espalhou pelo mundo afora, recebendo o nome de *Darwinismo* (COSTA, 2019).

O Darwinismo revolucionou a ciência da época, visto que as conclusões do naturalista inglês acerca da evolução de todas as espécies de seres vivos partindo de um ancestral bem simples⁸² exerceram um grande influxo sobre as Ciências Humanas (CARULA, 2009). Nesse sentido, os homens letrados e de ciência do Brasil Império também foram influenciados pela teoria darwinista a partir de meados do século XIX. Assim, podemos afirmar que

O darwinismo pode ser descrito como uma interpretação da evolução que se notabiliza por adotar como padrão universal o acúmulo de mudanças gradativas ao longo de gerações. Adota ainda a ideia de que esse padrão de mudança é moldado pela *seleção* natural, um processo que opera entre indivíduos — *coespecíficos e de mesma geração* — que integram uma determinada população. (COSTA, 2019, p. 09–10).

As ideias de Charles Darwin entraram no Brasil à época em que o regime imperial começava a ser questionado devido aos atritos que se sucederam com importantes instituições sociais que antes garantiam a solidez do governo de D. Pedro II, como, por exemplo, os cafeicultores paulistas, em especial os adeptos do trabalho livre, defensores da importação de mão-de-obra europeia, além dos militares fortalecidos com a Guerra do Paraguai e do alto clero católico (ALONSO, 2002; SCHWARCZ, 2014). E não podemos nos esquecer da crise do escravismo e do surgimento do Movimento Republicano (institucionalizado, organizado inclusive em agremiações partidárias) a partir da década de 1870. O Regime Imperial com o seu parlamentarismo à brasileira, no qual o Parlamento se submetia ao imperador através do exercício do Poder Moderador, passou a ser alvo crescente de crítica no alvorecer da década de 1870.

⁷⁹ Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Professor de Sociologia da SEEDUC/RJ. Professor aposentado de História da SEMEC/Itaboraí.

⁸⁰ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Sociologia da SEEDUC/RJ.

⁸¹“A teoria da evolução por seleção natural — talvez a mais influente de todas as teorias científicas — foi inicialmente proposta pelos naturalistas britânicos Charles Darwin (1809–1882) e Alfred Russel Wallace (1823–1913). Isso foi em 1858”. (COSTA, 2019, p. 07).

⁸² David A. West reitera que Charles Darwin propôs a descendência comum, teoria que preconiza que todo o grupo de organismos descende de um ancestral comum. Explicitando melhor essa teoria, West (2009, p. 49) afirmou que “retroagindo-se à descendência de todos os organismos vivos, eles poderiam ter uma origem única de vida”.

O Darwinismo se difundiu no Brasil Império no bojo de uma série de ideias que adentraram o Brasil a partir de meados do oitocentos. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, “A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo” (SCHWARCZ, 2014, p. 57).

Fritz Müller (1822–1897), matemático, naturalista e médico, foi um pioneiro nos estudos de Charles Darwin no Brasil, mantendo intensa correspondência e intercâmbio científico com o naturalista inglês. Müller publicou dois livros sobre a teoria de Darwin na década de 1860, trabalhos pioneiros de autor residente no Brasil. O cientista berlinense propagou o Darwinismo no Sul do Brasil, lecionando em uma escola secundária do Desterro, capital catarinense. Ele foi viajante naturalista do Museu Nacional, produzindo um vasto material sobre as espécies animais e vegetais brasileiras. Não teve o merecido reconhecimento no Brasil, mas sua obra de naturalista foi reconhecida na Europa (WEST, 2009).

Outro expoente na divulgação do Darwinismo no Brasil foi o médico Augusto César de Miranda Azevedo (1851–1907), que defendeu tese de doutoramento em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro em 1874 versando sobre a beribéri e a teoria darwiniana, por sugestão do lente Dr. Joaquim Monteiro de Caminhoá. Miranda Azevedo divulgou o Darwinismo nas conferências populares da Freguesia da Glória no período de 1875 a 1880.

39.1 O que disse a imprensa sobre o Darwinismo Social no período imperial

As conferências proferidas por Miranda Azevedo sobre o Darwinismo tiveram o mérito de tornar conhecidas a teoria do naturalista inglês. Na imprensa, a recepção de suas conferências foi controversa. Jornais como *Diário do Rio de Janeiro*, *O Globo* e *o Jornal do Comércio* se posicionaram favoravelmente às ideias expostas por Miranda Azevedo, entretanto o jornal católico *O Apóstolo* se posicionou contrariamente por achar que o Darwinismo excluía o papel de Deus como criador de todas coisas (CARULA, 2009).

Todavia, é importante frisar que não havia homogeneidade em relação aos “darwinismos” consumidos no Brasil Império, como percebemos ao analisarmos alguns jornais daquele período histórico. Naquela época, havia distintos entendimentos acerca das teorias darwinianas, ainda que uma perspectiva que legitimava a dominação dos agentes com maior vulnerabilidade social fosse privilegiada.⁸³ Em artigo publicado na *Gazeta de Notícias* em 08 de dezembro de 1882, o jornalista português José Duarte Ramalho Ortigão (1836–1915) demonstrou as posições divergentes com relação ao Darwinismo Social. Segundo a exposição de Ramalho Ortigão,

A teoria da revolução social de Gautier acha se resumida em um dos seus panfletos, intitulado – *O darwinismo social*. [...] O professor Haeckel, um dos mais ilustres vulgarizadores e aplicadores das leis de Darwin, diz o seguinte: “A teoria darwiniana estabelece que nas sociedades humanas, assim como nas sociedades animais, nem os direitos, nem os deveres, nem os bens, nem os gozos dos associados,

⁸³ *Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional*, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&hf=memoria.bn.br&pagfis=4614>, consultado em 20/09/2021.

podem ser iguais. Todo o homem político, inteligente e esclarecido, deveria preconizar o darwinismo como o melhor contraveneno das absurdas teorias igualitárias. O darwinismo será tudo, menos socialista. A sua tendência não pôde deixar de ser aristocrática. A seleção dos eleitos está ligada á derrota dos concorrentes desgraçados, os quase têm de ser necessariamente sacrificados.” [...] A natureza criou esta fatalidade – *a luta pela vida*. O homem tem de opor-lhe esta lei social – *o auxilio pela existência*. Para organizar esse auxilio, pondo á disposição de todos os meios de produção monopolizadas por alguns, “é preciso – diz Gautier – concentrar todas as forças sociais para o fim da subalternização, cada vez mais completa, da natureza, em vez de gastar improdutivamente a atividade dos homens empregados até hoje em subjugarem-se, em exterminarem-se uns aos outros para manter n’um luxo escandaloso um punhado de exploradores ociosos e parasitas. A riqueza, que é social na sua origem, deve continuar a ser social no seu destino”. (*Gazeta de Notícias*, 1882, p. 02).

O artigo de Ramalho Ortigão é importante para elucidar certos processos, tornando legíveis as tensões existentes nos variados usos da teoria darwiniana e desmontando lugares comuns na tradição historiográfica acerca do Darwinismo. Ainda que na produção nacional dos adeptos do uso da teoria de Darwin para tratar das sociedades humanas por meio da alcunha de darwinismo.

Cabe salientar que, em *Origem das espécies*, o homem não se encontra inserido na argumentação do naturalista inglês, então os usos da teoria de Darwin para tratar de uma suposta evolução distinta das raças humanas entra no bojo do Darwinismo Social, já existente desde o último quartel do século XIX. Para ilustrar essa assertiva, podemos citar o próprio texto de Émile Jean-Marie Gautier (1853–1937), *Le Darwinisme Social* (1880), bem como o artigo “Darwinisme naturel et Darwinisme Social”, publicado na prestigiosa *Revue Philosophique*, em 1884, de autoria de um dos clássicos da sociologia jurídica, Gabriel de Tarde (1843–1904).

A conclusão lógica que podemos tirar da exposição de Ramalho Ortigão é que a roupagem hegemônica do Darwinismo Social aqui difundido nos tempos imperiais servia para refutar as teorias igualitárias que ganhavam força entre os trabalhadores assalariados dos grandes centros europeus. Ela também serviu para preparar o terreno para uma sociedade sem a existência da instituição escravagista, porém fortemente hierarquizada racialmente.

A posição da Igreja Católica no Império em relação aos darwinismos pode ser observada por meio da campanha do periódico *O Apóstolo*, crítico contumaz das ideias darwinistas, além de sua força social junto à intelectualidade da Corte (esse periódico produziu um vasto material crítico aos darwinismos em suas páginas de 1875 até 1889). O problema não residia nos supostos estágios distintos de evolução de diferentes povos, nem mesmo a adaptação da teoria biológica como explicativa de processos sociais complexos. A questão incômoda para a Igreja era a ausência de Deus como resposta mítica privilegiada para a existência do mundo e tudo que nele habita, tal deslocamento da explicação teológica cristã, de sua posição privilegiada, municiaava as críticas dos clérigos-jornalistas de *O Apóstolo* e de outros setores da Igreja, que

tinham suas manifestações públicas apresentadas em outros periódicos, como no trecho abaixo da “Carta Pastoral” publicada no *Diario do Rio de Janeiro*:

Não temos visto em algumas de nossas academias ensinar-se abertamente o materialismo? Não ha professores que ousam inculcar á mocidade as obras de Augusto Comte, Darwin, Buckaer e outros ímpios contemporâneos, como a última expressão da ciência, e não anda uma grande parte da nossa mocidade já toda apaixonada por essas funestas teorias do ateísmo, do positivismo, do materialismo o mais degradante? [...] Não se tem ensinado em conferencias publicas, assistidas pelos principais personagens da Corte, que cumpre eliminar da história todo o elemento sobrenatural, e que o progresso e a civilização são produto da pura razão humana, independentemente de qualquer revelação divina? (*Diario do Rio de Janeiro*, 1875, p. 02).

Nesse sentido, o que ficou evidenciado foi o que estava no cerne da questão para a Igreja Católica: a perda da autoridade narrativa em relação às explicações em torno do universo natural e social. A cúpula católica não se preocupou com os postulados excludentes do Darwinismo Social brasileiro, mas sim com a exclusão de Deus no processo de criação do mundo.

Como ilustrou o acadêmico do Muséum National d’histoire Naturelle de Paris, Charles Henri Georges Pouchet (1833–1894), a posição de privilégio da Igreja em relação ao conhecimento em relação à vida foram dinamitadas com o advento das publicações de Darwin. Se com Georges Cuvier (1769–1832), Deus era a figura em todo o centro da criação, mantendo assim o poderio eclesiástico sobre as respostas legítimas sobre a origem do mundo e seus seres, a *Origem das espécies* marca a derrocada das respostas místicas sobre o surgimento da vida. Assim explicava Georges Pouchet em matéria intitulada “A hipótese Darwiniana e a ciência positiva”, publicada em 31 de maio de 1886, no periódico *Gazeta de Noticias*:

Cuvier, cujo talento era de molde para servir o gênio autoritário de Napoleão I, esmagou com os seus sarcasmos Lamark e Geoffroy Saint-Hilaire, vencidos então aos olhos de todos. [...] O sistema de Cuvier tinha a incomparável vantagem de estar em perfeita harmonia com os preceitos da igreja. Todos os seres vivos tinham saído com a forma atual da mão do Criador. Tinham-se transmitido essa forma desde a origem dos tempos, sem que ela jamais tivesse variado, sem que mesmo o pudesse jamais fazer. E’ o que se dizia n’uma palavra, na linguagem científica, proclamando *fixidez* da espécie. O problema da origem d’essas formas animais, que nos ferem pela sua mesma variedade, não existia mais. Era questão teológica. [...] Enquanto que toda a ciência francesa aceitava as decisões de Cuvier, e que a maior parte dos sábios estrangeiros se acomodava com elas mui docilmente. Darwin preparava a ruina das ideias de Cuvier. [...] Depois, n’um belo dia, publica a *Origem das espécies*, que é a exposição completa da sua doutrina, mas

onde faltam as provas. [...] Alcinham de sonho e de romance a obra do sábio naturalista inglês, que continuou a permanecer em uma absoluta reserva, quando de repente estalou a bomba. Darwin publicava mais dois volumes, que, na ordem lógica das cousas, deveriam ter procedido a *Origem das espécies*. Era a exposição fastidiosa, mas concludente, das investigações a que se tinha entregado o autor durante bom numero de anos. [...] Tiveram de render-se: os dias da criação, adoptados por Cuvier, a origem divina, ou mais ou menos extranatural das formas animais, foram juntar-se às ideias mais ou menos extravagantes dos antigos acerca de todos esses assumptos. E, se nem toda a gente se declarou desde logo partidária da variabilidade ilimitada das espécies, da passagem gradual, durante os tempos passados, de todas as formas animais de umas para as outras, ao menos que ninguém ousou mais combater o que d’ali para o futuro se chamou o darwinismo. (*Gazeta de Noticias*, 1886, p. 02).

Desse modo, os argumentos expostos por Pouchet tornaram legíveis importantes dimensões que impuseram invariavelmente a tomada de uma posição defensiva por parte da Igreja para tentar recuperar seu lugar de prestígio na primazia para a nomeação do mundo circundante. A teoria darwiniana, seja a original (biológica), seja a social (criada às margens dos escritos do naturalista inglês), representaram um poderoso inimigo que colocava em questão o argumento teológico secular da Igreja de São Pedro.

O Darwinismo Social foi uma das forças motrizes da intelectualidade mundial do século XIX, tendo sido adaptado a diversas realidades e, também, a diferentes postulados explicativos sobre as sociedades humanas: fosse pela via da luta e da sobrevivência do mais forte, fosse pela via da cooperação, muito difundida entre os anarquistas do último quartel do Oitocentos. A recepção do Darwinismo na imprensa do Segundo Reinado foi controversa, tendo defesas, adaptações e ataques públicos. De todo o modo, cabe ressaltar que os arquivos jornalísticos nos mostraram que houve o conhecimento por parte daquela sociedade de ambas as vertentes sociais do Darwinismo, todavia somente uma conseguiu se consolidar no Brasil Imperial, cabendo à vertente darwinista cooperativista ter adeptos no Brasil somente *a posteriori* na Primeira República.

39.2 A imprensa na sala de aula

Sabemos que a utilização de jornais e revistas em sala de aula é uma ótima ferramenta. Nesse sentido, propomos algumas atividades que envolvem a pesquisa de jornais que estão digitalizados na Hemeroteca Digital da bicentenária Biblioteca Nacional.

Atividade 01

Faça uma pesquisa no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional sobre os perfis dos jornais daquela época e responda às perguntas abaixo:

1. Discorra sobre os perfis político-sociais dos jornais que foram utilizados neste capítulo.
2. Quais segmentos sociais esses jornais representavam?

3. Quais interesses eram defendidos nos jornais que foram utilizados neste capítulo sobre o Darwinismo no Brasil Império?
4. O que objetivaram as críticas do Jornal *O Apóstolo* no tocante às *Conferências Populares da Glória*?

Atividade 02

O Darwinismo social no Brasil Império

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

```

F A C U L D A D E D E M E D I C I N A N T D
H D E E N O Y M I R A N D A A Z E V E D O Y
T U T V H E P P P N F R I T Z M Ü L L E R G
N E O M O O O E O I É M I L E G A U T I E R
V N T N T L D G E O R G E S C U V I E R F R
S H I O T R U O P I O T R K R O P O T K I N
M B G A O T I C L U D W I G B Ü C H N E R N
N H U I D E A A I A N A H F I I I H D I R O
E E I Y E E L A H O P C C H U L A T S T E A
C O O P E R A Ç Ã O N O H H A I A S I N E G
S S T E T D A R W I N I S M O S O C I A L R
D C S T G E T A P T L A S T S O P U I O K I
E S C R A V I D ã O R E S M O D C A B T S W
I G R E J A C A T Ó L I C A O L R O S N S E
I M P É R I O B R A S I L E I R O V L H H E
K A E R N S T H A E C K E L O H A I O N V R

```

APOSTOLO	ESCRavidÃO	GEORGESCUVIER	LUDWIGBÜCHNER	ÉMILEGAUTIER
COOPERAÇÃO	EVOLUCIONISMO	GLOBO	MIRANDAAZEVED	
DARWINISMOSOC	FACULDADEDEME	IGREJACATÓLICA	O	
IAL	DICINA	IMPÉRIOBRASILEI	PEDROII	
ERNSTHAECKEL	FRITZMÜLLER	RO	PIOTRKROPOTKIN	

39.3 Fontes

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1875, p. 02.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1882, p. 02.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1886, p. 06.

39.4 Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARULA, Karoline. *A Tribuna da Ciência: As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873–1880)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

COSTA, Felipe. *O que é darwinismo?* Viçosa: Edição do Autor, 2019.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2014.

SCHWARTCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WEST, David. Fritz Müller, o biólogo evolucionista pioneiro no Brasil. *In*: DOMINGUES, Heloísa Bertol; SÁ, Magali Romero *et al.* *Darwinismo, meio ambiente, sociedade*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009.

40. Natureza e legislação ambiental

Maria Sarita Mota⁸⁴

Juliana Gazzinelli de Oliveira⁸⁵

Natureza, em definição mais ampla, equivale ao mundo natural ou ao mundo físico e material que não dependem da ação humana. Esse conjunto de elementos que formam o ambiente natural essencial para a reprodução da vida no planeta (biomas, ecossistemas, recursos naturais), constitui um tema recorrente na história do Brasil. De fato, os cronistas do período colonial exaltavam a exuberância das terras, das matas, dos rios e dos minerais ainda pouco explorados, conjecturando sobre a extração de riqueza imediata. Assim, descreveram abundantemente a natureza tropical, a biodiversidade de espécies vegetais e animais, a riqueza mineral, e os seres humanos que habitavam as florestas — isto é, os indígenas, muitas vezes julgados como animais selvagens em estado de natureza.

No Brasil Império não foi muito diferente. Viajantes europeus, sobretudo os artistas paisagistas que integravam expedições científicas e missões artísticas, registraram as metamorfoses das paisagens naturais e socioculturais sobrepostas no espaço, contrastando hábitos e costumes dos habitantes do Brasil oitocentista, ao produzirem obras destinadas ao deleite do imaginário europeu. Por meio de pinturas, desenhos e aquarelas, entre outras técnicas de representação gráfica, reproduziram a beleza da paisagem natural, mas também a brutalidade do trabalho escravo e a predação dos recursos naturais, especialmente a devastação das florestas após três séculos de colonização.

Trabalhos como o de Johann Moritz Rugendas, notadamente a *Derrubada de uma floresta* (litografia sobre papel, 28,50cm x 21,60cm, de 1835), é uma das principais obras que denuncia a intenção exploratória do governo imperial, retratando a prática tradicional da agricultura de corte e queima. Igualmente, o pintor francês Felix-Émile Taunay, em *Vista de um mato virgem que se está reduzindo a carvão* (134cm x 195cm, óleo s/ tela, de 1843), também nos propicia uma reflexão sobre a apropriação econômica da natureza.

No entanto, essas visões políticas da natureza, articuladas pela experiência estética, não encontrarão expressão na legislação ambiental em construção no século XIX. É preciso não esquecer que ainda não havia uma preocupação com a preservação ou conservação da natureza tal como a entendemos na atualidade. Na Europa e nos Estados Unidos, o movimento ambientalista começa a se delinear em meados do século XIX, esboçando uma preocupação com a proteção da vida selvagem, a poluição industrial e o impacto da urbanização, e finalmente consolida-se, a nível internacional, entre as décadas de 60 e 70 do século XX.

⁸⁴ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora Investigadora contratada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte).

⁸⁵ Doutora em História Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Investigadora de Pós-Doutorado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte).

A partir dessa reflexão inicial, o objetivo deste capítulo é o de mostrar como a preocupação com a natureza foi sendo incorporada no ordenamento jurídico brasileiro ao longo século XIX. Porém, a vigência de um diversificado *corpus* legislativo não foi suficiente para estimular o uso de técnicas agrícolas sustentáveis nem inibiu práticas consideradas prejudiciais ao ambiente. As leis ambientais do passado eram casuísticas, tinham um caráter bastante prático, predominando uma visão ética utilitarista da natureza.

De fato, com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, uma das primeiras medidas do príncipe regente D. João VI foi a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pelo Decreto de 13 de junho de 1808. Tal instituição se dedicava à prática da História Natural e funcionava como jardim de aclimação de espécies tropicais de interesse econômico, aperfeiçoando uma prática até então desenvolvida de forma empírica e esporádica. A Corte Portuguesa voltava a sua atenção para exploração dos recursos naturais do Brasil, considerados ilimitados.

Após a independência, podemos identificar os principais atos legislativos que buscaram estabelecer um controle sobre os recursos florestais no país. Em 1824, por exemplo, foi criado um conjunto de leis conhecidas como “Constituição Imperial”, que previam a proibição do corte de árvores para roçar e derrubar matas em terras devolutas sem autorização das câmaras municipais. Entretanto, foi uma constituição que priorizou o desenvolvimento da economia imperial, como o extrativismo vegetal e mineral, que utilizava mão de obra escrava na sua produção.

Em 1825, nas licenças para corte de madeiras, ficou proibido o corte de pau-brasil, peroba e tapinhoã, espécies mais lucrativas da indústria madeireira, reservadas para a construção de naus a serviço do rei. Nessa época, Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul já apresentavam índices preocupantes de desmatamento. Na tentativa de reverter esse quadro, foi determinado, através de uma Portaria, a remessa de sementes de espécies nativas para reflorestamento nesses estados. Em 1827, a expressão conhecida como “madeiras de lei” se deu em consequência da carta de lei que dava aos juízes o poder de conferir proteção às espécies florestais consideradas importantes naquela época.

Já em 1830, o Código Criminal, sancionado no dia 16 de dezembro, previa penalidades de multa e prisão para corte ilegal de madeiras, enquadrado no Art. 257 crime de roubo: “tirar coisa alheia contra a vontade do seu dono”. Esse Código também foi considerado inovador por ter retirado o ato de cortar árvores como tipo de injúria ao rei (tipificado desde as Ordenações Manuelinas). Nele, o incêndio ainda não foi tratado como crime, o que só veio a ocorrer com a Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850.

Em 1844, o ministro Almeida Torres propôs desapropriações e plantios de árvores em uma tentativa de resgatar os mananciais do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o Regulamento Complementar nº 363/1844, enumerava e especificava as diversas madeiras de lei e seu corte, inclusive nas áreas particulares.

Em 1850, a Lei nº 601, de 18 de setembro, conhecida como “Lei de Terras”, foi a primeira iniciativa do governo para legislar sobre as terras devolutas. No Art. 2º, o legislador proibiu o apossamento de terrenos desocupados, especialmente a prática de corte e queima das matas, com punição de despejo, retenção de benfeitorias, pena de dois a seis meses de prisão,

multa de 100\$, além da reparação ou satisfação do dano causado. Porém, houve o contínuo desmatamento para o desenvolvimento da indústria cafeeira.

Em 1861, pelo Decreto Imperial nº 577, da Portaria de 11 de dezembro, de Dom Pedro II, foi criada (e plantada) a Floresta da Tijuca, por meio do plantio de espécies nativas em área abandonada de cultivo de café a mando do Barão de Bom Retiro. O Decreto “dá instruções provisórias para o plantio de conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras”. Em 30 de novembro de 1864, o Decreto nº 3.352-A, concedeu ao inglês Thomaz Denuy Sargent a “faculdade, pelo prazo de noventa anos, para por si ou por meio de uma Companhia extrair turfa, petróleo e outros minerais nas Comarcas do Camamú e Ilhéus, da Província da Bahia”.

Os debates marcadamente conservacionistas nos Estados Unidos, ora revelando uma preocupação com a gestão dos recursos naturais, ora com a simples preservação da natureza em si (que deram origem ao Parque Yellowstone, em 1872), também influenciaram as ideias de criação de parques nacionais no Brasil. André Rebouças, em 1876, sugeriu a construção de dois parques nacionais, um em Sete Quedas, no rio Paraná, e outro na Ilha do Bananal, no rio Araguaia. O plano não se concretizou, mas gerou debates que contribuíram para a criação dos primeiros Parques Nacionais do Brasil.

Na evolução da legislação ambiental, nas décadas finais do século XX, o Decreto nº 3.163, de 7 de julho de 1883, no Art. 2º, passou a aceitar a denúncia de crime de furto para cortes de madeiras, desde que não estivessem “recolhidos a depósitos, armazéns ou celeiros”. Em 14 de outubro de 1886, a Lei nº 3.311 passou a considerar crime “incendiar ou destruir por qualquer maneira plantações, colheitas, matas, lenha cortada, pastos ou campos de fazendas de cultura ou estabelecimentos de criação pertencentes a terceiro”.

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que conferiu, no Art. 34, nº 29, competência privativa do Congresso Nacional para legislar sobre terras e minas de propriedade da União.

40.1 O que disse a imprensa sobre a natureza e a Legislação Ambiental

Manda S. M. O Imperador pela secretaria de Estado dos Negócios da Marinha declarar ao comandante militar das vilas de Macaé e Campos, para sua inteligência e governo, que não sendo da competência do governo dispensar nas leis, e proibindo estas expressamente o corte das madeiras denominadas – perobas, tapinhoãs e Brasis, como já se lhe comunicara; deve ficar em regra, que as licenças para cortar madeiras entendem-se só respeito daquelas, que, posto sirvam para a construção naval, todavia não são das três qualidades acima mencionadas, convindo portanto que o referido comandante empregue a maior vigilância possível em evitar, não só qualquer abuso que a falta da necessária clareza em tais licenças possa ter originado, mais ainda que os indivíduos, a quem as mesmas tenham sido concedidas, estraguem as matas, onde hajam de efetuar semelhantes cortes. Palácio do Rio de

Janeiro em 4 de novembro de 1825. – Visconde de Paranaguá. (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1825).

Ilmo. e Exmo. Sr.- sua majestade imperial, tomando em devida consideração as muitas incumbências a cargo do construtor do Arsenal, como são planos, formas, modelos, direção de todas as obras, detalhe dos operários, etc., etc., empregos estes que lhe não permitem diversão alguma para proceder logo a avaliar as madeiras no mesmo ato da sua entrada, ordena que V. Ex., de acordo com o inspetor, encarregue d'ora em diante a avaliação das ditas madeiras de construção ao mestre do Arsenal, ou em sua impossibilidade, ao contramestre; e esta operação se executará logo no ato da entrada, na presença do Escrivão do consumo, se for recolhida imediatamente no Arsenal, ou na do Escrivão da classe, se der entrada no respectivo armazém. Outrossim determina o mesmo Augusto Senhor que a avaliação continue a fazer-se por pés cúbicos, qualidade, configuração da madeira, empregando-se a tabela até aqui usada pelo construtor com algumas modificações (principalmente respeito a curvas), segundo o exige o estado atual do mercado; devendo a certidão da entrada das madeiras, e a respectiva avaliação, ser enviada a intendência da Marinha impreterivelmente no dia seguinte ao da mesma entrada ou no imediato se este for feriado; evitando-se por tal modo a injusta demora que os donos do gênero experimentam em obter o título pra seu devido pagamento. Finalmente sua majestade imperial deixa ao construtor do Arsenal o direito de fiscalizar, quando bem lhe parecer e lhe permitirem os seus outros empregos, o processo da avaliação das mesmas madeiras para dar imediata conta ao inspetor do Arsenal logo que observar alguma incoerência. Deus Guarde a V. Ex. – paço em 27 de fevereiro de 1828. – Diogo Jorge de Brito. – Sr. Intendente da Marinha. (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1828).

Miguel Calmon du Pin e Almeida, do conselho de sua majestade imperial, ministro e secretario de Estado dos Negócios da fazenda e presidente do tesouro nacional: Faço saber á junta da fazenda da província da Paraíba do Norte, que sendo agora presente a sua majestade o Imperador, o estado de depreciação em que se acha o pau-brasil nos mercados da Europa, não somente pelo uso, que vai fazendo de outras madeiras colorantes, mais principalmente pela irregularidade de desleixo que tem havido nas remessas feitas por essa província cujo o pau-brasil, sendo alias de muito boa qualidade, chega à Europa, em toros rachados e imperfeitos e até avariados pela agua do porão dos navios; e desejando o mesmo Augusto Senhor acautelar, por meio de

medidas enérgicas e eficazes, a ruína de um ramo importante das rendas publicas, e de um comercio que alimenta a indústria e dá útil emprego a muitos dos habitantes dessa província: Ha por bem que a mesma junta execute, sem perda de tempo seguinte:

1 Que todo o pau-brasil que houver ainda de se remeter para a Inglaterra na conformidade da provisão de 24 de dezembro ano próximo passado, que fica em todo o seu vigor, com a alteração abaixo declarada: seja da melhor qualidade em toros grossos, sem fendas ou rachas.

2 Que cada um toro de pau-brasil seja devidamente marcado, não se devendo omitir de modo algum esta importante solenidade, que muito contribuem para o crédito do gênero.

3 Que não se remetam toros de arvores novas e delgadas, ou que não tenham chegado ao grau de maturidade que é mister.

4 Que todo o pau-brasil seja cuidadosamente embarcado e bem-acondicionado abordo dos navios, preferindo-se a antiga prática de arrumar os toros nas cobertas e entre sacas de algodão, e deixando-se absolutamente o uso de metê-los no porão dos navios, em contato com a água salgada.

5 Que todas as remessas de pau-brasil sejam feitas, de hoje em diante, ao Enviado Extraordinário e ministro plenipotenciário de sua majestade imperial na corte de Londres ou á sua ordem, ficando de nenhum efeito a prática até aqui observada de se remeter aos agentes do Banco Brasil. O que tudo essa junta cumprirá com o zelo, atividade e inteligência, que devo empregar em negócio tão momentoso, dando conta ao tesouro publico, do dia em que receber a presente provisão, e das medidas que tomar para a sua imediata e urgente execução. - Thomé Maria da Fonseca Silva a fez no Rio de Janeiro em 18 de abril de 1828. Marcellino Antonio de Souza a fez escrever. Miguel Calmon du Pin e Almeida. (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1828).

40.2 A Imprensa na sala de aula

Atividade 01

Em 1878, o jornal da corte *Gazeta de Notícias* enviou para o Ceará, como correspondente, o jornalista e abolicionista José do Patrocínio. Além das reportagens para o citado periódico, Patrocínio providenciou uma série de fotografias para o jornal *O Besouro*. O desenhista Rafael Bordalo Pinheiro transformava as fotografias em desenhos que eram publicados no jornal. As imagens foram responsáveis por repercutir na corte as cenas de miséria e fome vivida pela população cearense e nortista. (SILVA, 2021, p. 73).

Considerando o desenvolvimento da fotografia no século XIX e a utilização de imagens como fontes iconográficas na pesquisa histórica, crie um banco de imagens utilizando o acervo da Brasileira Fotografia Digital. Em seguida, descreva como os fotógrafos da época documentaram as transformações do meio natural, rural e urbano, sobretudo como retrataram o fenômeno climatológico da seca e os impactos na vida das pessoas de diferentes segmentos da sociedade brasileira oitocentista.



Fonte: Secca no Ceará (s.n.).

Atividade 02

As pessoas que viveram no século XIX tinham ideias sobre a natureza muito diferente da atualidade, as quais podem ser encontradas nos dicionários da época:

Natureza, s.f. O universo, todas as coisas criadas. Qualidade, classe, espécie. Os atributos constitutivos de qualquer ser. O natural de cada hum. Compleição. *Na Medicina*, o principio de vida, o acordo, harmonia e ordem com que as funções naturaes, vitaes, e animaes, sucedem humas às outras. (PINTO, 1832, p.744).

Faça uma pesquisa nos dicionários da língua portuguesa do século XX e do século XXI, e preencha o quadro abaixo identificando as definições do conceito de natureza.

Século XX		Século XXI	
Dicionário		Dicionário	
Autor		Autor	
Definição de Natureza		Definição de Natureza	

Atividade 03

Na reportagem “Guerra com a natureza”, publicada pela *ONU News*, em 06 de novembro de 2021, temos a seguinte informação:

De acordo com o Programa da ONU para o Meio Ambiente, Pnuma, a atividade humana já prejudicou 75% da superfície terrestre e colocou 1 milhão de espécies de animais e de plantas na lista de espécies em perigo. A superexploração dos recursos naturais, as florestas desmatadas para uso agrícola e criação de gado e o impacto da mudança climática vem aumentando a erosão e a desertificação. Para o secretário-geral da ONU, está claro que a humanidade está “em guerra com a natureza”. Já a diretora-executiva do Programa da ONU para o Meio Ambiente, Pnuma, afirma que quando o homem atrapalha a Mãe Natureza, ela nos manda uma conta para pagar, em forma de tempestades intensas, incêndios, ondas de calor e secas.

Contudo, é preciso reconhecer a alteridade da natureza, e que alguns fenômenos naturais como erupções vulcânicas, terremotos, tsunamis, pororoca, tempestades tropicais (furações, tufões, ciclones), raios, queda de meteoros, por exemplo, não dependem da ação humana. A partir dessa reflexão, responda às seguintes questões:

- a) Quais são os principais desafios e efeitos diretos das alterações climáticas que a humanidade tem vindo a enfrentar no século XXI?
- b) Quais são as principais soluções práticas do dia a dia para a emergência climática e o desenvolvimento sustentável social e ambiental?
- c) Escolha uma legislação ambiental atual brasileira e explique como ela pretende gerar ações para a mitigação dos impactos socioambientais do planeta, que geram o aquecimento global.

40.3 Fontes

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil (1808–1889). Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em: 08 nov. 2021.

IMPERIO DO BRAZIL. Lei nº 601/50, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Conjunto de Leis Brasileiras, Rio de Janeiro, v. 1, p. 307, 18 set. 1850.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

IMPERIO DO BRAZIL. Decreto Imperial nº 577, da Portaria de 11 de dezembro de 1861. Dá instruções provisórias para o plantio de conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras.

Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/2478089/painel-15.pdf?v=100>.

Acesso em: 10 nov. 2021.

IMPERIO DO BRAZIL. Decreto nº 3.352-A, de 30 de novembro de 1864. Concede a Thomaz Denuy Sargent faculdade pelo prazo de noventa anos para, por si ou por meio de uma companhia, extrair turfa, petróleo e outros minerais nas Comarcas de Camamú e Ilhéus, da Província Bahia. Disponível em: Acesso em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3352-a-30-novembro-1864-555171-publicacaooriginal-74298-pe.html>

Acesso em: 8 nov. 2021.

IMPERIO DO BRAZIL. Lei nº 3311, de 15 de outubro de 1886. Estabelece penas para os crimes de destruição, dano, incêndio e outros. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/norma/545101/publicacao/15636554>. Acesso em 10 nov. 2021.

40.4 Referências

SILVA PINTO, José Maria da. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, 1832.

ONU News. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/11/1769542>. Acesso em: 09 nov. 2021.

40.5 Para saber mais

BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. *A Grande Transformação Ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FLECHA — A Serpente e a Canoa. Direção: Anna Dantes. Brasil, 2021. 1 vídeo (15min).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cfroy5JTcy4>. Acesso em: 22 nov. 2022.

JOÃO Ambiente. Direção: XXXXX. Brasil: Comunicação Digital Inteligente, 2018. 1 vídeo (16min47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mdfi-awWMC0>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1311–1340, out./dez. 2020.

VERDE! Direção: xxxxx. Brasil, 2020. 1 vídeo (6min13s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=eqJnEVzBNVk>. Acesso em: 22 nov. 2022.

41. Caxias no comando do Exército Brasileiro

Antônio Seixas⁸⁶

Genocida ou herói nacional? A trajetória de Luís Alves de Lima e Silva (1803–1880), o Duque de Caxias, tem suscitado debates sobre a sua atuação no comando do Exército Brasileiro. A questão é que Caxias foi um político-militar a serviço da ordem monárquica e deve ser analisado em seu contexto social, militar e político.

A família Lima e Silva desempenhou papel importante na construção do Império do Brasil. O Batalhão do Imperador, por exemplo, teve por comandantes os tios de Caxias: José Joaquim de Lima e Silva, o Visconde de Magé; e Manuel da Fonseca Lima e Silva, o Barão de Suruí. Com a abdicação de Dom Pedro I, o pai de Caxias, Francisco José de Lima e Silva, integrou a Regência Trina Provisória (1831) e a Regência Trina Permanente (1831–1834). Caxias assentou praça como cadete aos cinco anos no 1º Regimento de Linha, em 22 de novembro de 1808, portanto, poucos meses depois da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Após a independência, foi o primeiro porta-bandeira do Batalhão do Imperador (1822) e, sob o comando de seus tios, participou da luta pela Independência na Bahia (1823) e da Campanha da Cisplatina (1825–1828). Ele galgou todos os postos até ser efetivado como Marechal do Exército, aos 63 anos, em 13 de outubro de 1866.

A independência não alterou a estrutura militar deixada por Dom João VI. Foi com a Constituição do Império de 1824, que atribuía à força militar a missão de sustentar a independência e a unidade do Império, defendendo-o de inimigos internos e externos (Artigo 145), que o Exército começou a ser organizado. Caxias comandou as tropas imperiais nos episódios da Abrilada (1831), da Balaiada (1838–1840), da revolta liberal de Santa Luzia (1842) e da Revolução Farroupilha (1835–1845), sem esquecer a Campanha do Prata (1851–1852) e a Guerra do Paraguai (1864–1870).

Caxias foi um dos principais nomes do Partido Conservador. Os conservadores, ao defenderem uma política centralizadora, tiveram uma posição de destaque na defesa da Coroa e da unidade territorial do Império, o que lhes conferia certo prestígio na Corte de Dom Pedro II. Caxias presidiu as províncias do Maranhão (1840–1841) e do Rio Grande do Sul (1842–1846 e 1851) e, além de ocupar uma cadeira vitalícia no Senado, foi escolhido por três vezes para a presidência do Conselho de Ministros, ao mesmo tempo em que exercia o cargo de Ministro da Guerra (1856–1857, 1861–1862 e 1875–1878).

No Segundo Reinado, a história do Exército ficou marcada pela guerra contra o Paraguai. Izeksohn (1997) demonstrou que os problemas acumulados ao longo da campanha contribuíram para aumentar a insatisfação dos militares com a política imperial, culminando no golpe militar que depôs o imperador, em 1889.

A literatura militar-patriótica sobre a Guerra do Paraguai é relativamente vasta, com destaque para a monumental obra de Fragozo (2012) publicada em 1934 em cinco volumes. Coube a Chiavenato (1979) o rompimento com essa representação, trazendo novas abordagens, a partir dos interesses dos povos envolvidos no conflito. Já os estudos de Salles (1990) e de

⁸⁶ Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Especialista em História Militar (UNISUL).

Sousa (1996), ao tratarem sobre o recrutamento para a Guerra do Paraguai, desmistificaram o aspecto patriótico dos Voluntários da Pátria.

Ao assumir o comando das tropas, em 1866, Caxias precisou reorganizá-las. Jaceguai (2011, p. 173) registra que “só se cuidou seriamente da hospitalização, ambulâncias e higiene na alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio dos acampamentos, depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando-em-chefe”. Em 1869, Caxias entrou em Assunção, dando a guerra por terminada, afinal, recusava-se a caçar Solano Lopes. Desembarcou no Rio de Janeiro sem pompa nem festa, sequer o imperador foi ao cais para recebê-lo. Ainda assim, foi agraciado com o título de Duque de Caxias (SCHWARCZ, 1998).

Quando se pretende expor os crimes de guerra contra os paraguaios, geralmente se recorre à obra jornalística de Chiavenato. No entanto, para esse autor, o grande criminoso de guerra foi o Conde d’Eu, genro de Dom Pedro II, para o qual atribui a responsabilidade pelas execuções de idosos e crianças nas batalhas de Peribebuy e de Acosta Ñu (CHIAVENATO, 1979).

Chiavenato (1979, p. 138) imputa a Caxias o crime de “contaminação das águas dos rios, vitimando soldados e civis, com o vírus da cólera”. A fonte utilizada pelo autor seria um folheto impresso em espanhol e arquivado no Museu Mitre, em Buenos Aires, cuja autoria foi atribuída ao Duque de Caxias. Não sendo do próprio punho de Luís Alves, o autor deveria ter feito uma crítica mais contundente do documento. Ao invés disso, Chiavenato (1979) confere uma autenticidade a sua fonte, utilizando-a conforme sua conveniência, esquecendo-se de que o folheto pode ter sido uma contrapropaganda paraguaia, ou mesmo argentina, diante das animosidades entre Caxias e Mitre.

No diário de campanha de Caxias, não encontramos qualquer referência à decisão de jogar cadáveres coléricos nas águas do Rio Paraná para contaminar, inclusive, a população civil (CAXIAS, 1867). As memórias escritas por Silva (2007) e Jaceguai (2011), por exemplo, silenciam quanto à estratégia, mas revelam os impactos da cólera nos campos de batalha.

Em 1867, a cólera era uma realidade no Império do Brasil e no teatro de guerra no Paraguai (REGO, 1873). Aliás, ao mesmo tempo, surgiram nos acampamentos brasileiros a cólera, a bexiga, o tifo e o sarampo (SILVA, 2007). Na prática, a cólera foi um inimigo comum: “a cólera, que já havia ceifado milhares em Montevidéu e Buenos Aires, grassava então em Entre-Rios e Corrientes, e estendia-se até Humaitá, dizimando igualmente as fileiras dos paraguaios e dos aliados” (FIX, 1872, p. 152).

Se não é crível que Caxias tenha intencionalmente contaminado a água, já que a epidemia de cólera era uma realidade na região, não se pode imaginar que saiu da guerra sem críticas. E foram tantas que o próprio marechal usou da tribuna do Senado, em 1870, para se defender das acusações feitas pelos senadores liberais, ocasião em que afirmou: “Senhores, nada mais fácil, depois dos fatos consumados, e conhecido o terreno, a força e manobra do inimigo, de longe e com toda a calma e sangue frio, a vista de partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos” (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1870, p. 100).

Se, ao fim da guerra, Osório era reconhecido como o grande herói nacional, conforme Doratioto (2008), como Caxias se tornou o símbolo do soldado ideal? O culto a Caxias foi introduzido após o episódio dos 18 do Forte, marco inicial das revoltas tenentistas com a finalidade de combater a indisciplina militar. Em 1923, o Ministério da Guerra instituiu a Festa

de Caxias, assim como já se fazia em relação ao Almirante Barroso e ao General Osório, e, em 1925, oficializou as comemorações do Dia do Soldado, a ser celebrado no aniversário de Caxias (CASTRO, 2000).

A Revolução de 1930 não abandonou o culto a Caxias, ao contrário, reafirmou-o, inaugurando, a partir de 1932, a tradição da entrega aos cadetes do espadim — uma réplica, em miniatura, da espada de campanha de Caixas —, recebido como símbolo da própria honra militar (CASTRO, 2000). O Duque de Caxias foi oficializado como Patrono do Exército Brasileiro, em 1962, e, por ocasião do bicentenário de nascimento, em 2003, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

41.1 O que disse a imprensa sobre Caxias no comando do Exército brasileiro

O nome de Caxias é recorrente na imprensa do Segundo Reinado, sendo representado sob diferentes pontos de vista, seja pelas mudanças nos rumos da Guerra do Paraguai, seja pelas disputas entre liberais e conservadores. Vejamos um exemplo:

A nomeação do Sr. marques de Caxias para ir comandar as forças do Brasil em operações contra o Paraguai deve ser bem recebida em todo o Império. Ninguém desconhece o alto prestígio de que goza o ilustre marechal, a quem a aura da vitória sempre bafejou, e que adquiriu todas as honras e títulos a custo de fadigas e combates. Pode-se estar em desacordo com suas idéias políticas; ninguém procurará contestar seus méritos de homem de guerra. (*Diario do Rio de Janeiro*, 1866, p. 03).

O Sr. marquês de Caxias, o militar mais prestigioso do nosso exército, cujo nome tem-se tornado garantia de triunfo, um prenúncio de felicidade, acaba de ser nomeado para comandar as forças em operações. Podemos asseverar que a nomeação foi perfeitamente recebida pelo público fluminense e o mesmo de certo acontecerá nas províncias. Que importa que o Sr. marquês de Caxias seja um dos chefes do partido vermelho? Na situação em que se acha o Brasil, não tem todos os Brasileiros o direito de exigir a sua parte na defesa da dignidade nacional? Nestas horas angustiosas que atravessamos, temos tempo a vagar de deslindar credos políticos, ódios pessoais, dissensões domésticas? Por que razão não há de a espada do ilustre marquês desembainhar-se em prol do país? E quando desse fato surgisse a eventualidade de robustecer-se o partido conservador e assumir as posições governamentais, que importa isso? Haveria liberal que lamentasse ter sido a vitória comprada por esse preço? (*Jornal do Commercio*, 1866, p. 01).

Enquanto o *Diario do Rio de Janeiro* considera que, apesar de suas posições políticas, Caxias é a melhor opção para o Império por suas vitórias militares, o *Jornal do Commercio*

defende que a nomeação de Luís Alves é um preço pequeno para o Partido Liberal, já que o drama da guerra estava acima das disputas políticas.

41.2 A Imprensa na sala de aula

A coleção de jornais da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é uma fonte histórica para compreender a atuação do Duque de Caxias no comando do Exército. As matérias podem ser apresentadas aos alunos por meio de *slides*, ou cópias impressas podem ser disponibilizadas cópias para serem analisadas pelos alunos em grupo ou individualmente. Temas como relações de poder, formação da nacionalidade e conflitos sociais emergem das batalhas que contaram com a participação de Caxias. A avaliação levará em conta a crítica documental aos periódicos e a qualidade das discussões.

41.3 Fontes

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1866, p. 03.

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Anais do Senado do Império do Brasil*: segunda sessão em 1870 da décima quarta legislatura de 1º a 31 de julho, v. 2. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

FIX, Theodoro. *História da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872.

JACEGUAÍ, Artur. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Brasília: Senado Federal, 2011.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1866, p. 01.

41.4 Referências

BRASIL. Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962. Institui e homologa a escola de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar. Brasília: Senado Federal, 1962.

BRASIL. Lei nº 10.641, de 28 de janeiro de 2003. Inscreve o nome de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, no “Livro dos Heróis da Pátria”. Brasília: Senado, 2003.

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103–117, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2012.

IZEKCSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

REGO, José Pereira. *Memória histórica das epidemias da febre amarela e cholera-morbo que têm reinado no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

SILVA, José Luis Rodrigues da. *Recordações da Campanha do Paraguai*. Brasília: Senado Federal, 2007.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

41.5 Para saber mais

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

42. A grande epidemia de febre amarela no verão de 1849–1850

Monique de Siqueira Gonçalves⁸⁷

De dezembro de 1849 a março de 1850, a cidade do Rio de Janeiro, que era a capital do Império do Brasil, foi arrasada por uma grande epidemia de febre amarela. Essa foi a epidemia mais devastadora que se abateu sobre a população carioca no século XIX, seguida pela epidemia de *cólera morbus* ocorrida em 1855. Entretanto, outras tantas doenças infectocontagiosas e epidêmicas acometiam a população da cidade, fazendo com que o número de mortes anualmente superasse sempre a quantidade de nascimentos. A cidade do Rio de Janeiro seria conhecida pela sua insalubridade e pela alta mortalidade até o início do século XX.

Nos óbitos, eram registrados falecimentos por diversos tipos de doenças, tais como: vários tipos de febres, tuberculose, diarreias e disenterias, pneumonia, tétano, doenças do coração, hepatites, sífilis, elefantíase, sarnas e parasitas intestinais, entre outras. Além disso, atacavam a cidade, epidemicamente, de tempos em tempos: a varíola, o sarampo, a febre amarela, a cólera, a escarlatina, o crupe, a coqueluche, o tifo e a gripe (MARCÍLIO, 1992).

A cidade era conhecida por suas ruas estreitas e pelas valas de esgoto a céu aberto. Além disso, no Rio de Janeiro havia muitas regiões pantanosas cercadas por montanhas, onde a umidade, o calor, os insetos e o mau cheiro faziam parte do dia a dia da população. Os enterramentos dos mortos não eram realizados em cemitérios, mas sim nas igrejas e nos seus entornos, ou mesmo nos quintais de algumas residências. Ou seja, quando chegava a estação mais quente e chuvosa, proliferavam muitas doenças pela cidade, sobretudo pela falta de higiene das ruas e pela falta de organização no enterramento dos mortos (RODRIGUES, 1999).

A situação era agravada pelo fato de a medicina desconhecer as causas e as formas de tratamento de muitas dessas doenças. Além do mais, em meados do século XIX, não havia na cidade uma estrutura hospitalar que pudesse receber uma grande quantidade de doentes. O Hospital da Santa Casa de Misericórdia, localizado no centro da cidade, era o único, naquele momento, a prestar atendimento aos pacientes pobres. Por isso, a maioria da população recorria ao atendimento médico em suas próprias residências, onde era tratada e medicada com o auxílio de familiares.

Assim sendo, mesmo que a população do Rio de Janeiro estivesse bastante acostumada a sofrer com todas essas doenças, ela não esperava que seria assolada por uma moléstia que levaria à morte tantas pessoas em tão pouco tempo. Estima-se que morreram, somente nos três meses do verão de 1849–1850, em torno de 15 mil pessoas, sendo que a população do Rio de Janeiro era de cerca de 266 mil pessoas (CHALHOUB, 1996).

Até o início da década de 1990, a historiografia não se dedicava a temas referentes à história das ciências e da saúde, ficando os trabalhos a respeito dessa temática a cargo de médicos memorialistas, que se voltavam para a construção de uma memória histórica da medicina. Assim sendo, tais intérpretes olhavam para a relação entre as doenças e a medicina como um progressivo desvendar das verdades científicas que, com o passar do tempo, eram

⁸⁷ Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

desveladas pelos cientistas sem nenhum tipo de problematização. O estudo dessa temática por historiadores nas últimas décadas tem resultado na construção de interpretações bastante diversificadas, tanto a respeito das práticas médicas acadêmicas e suas instituições quanto àquelas referentes ao curandeirismo, assim como tem explorado aspectos culturais a respeito das vivências de adoecimento.

A utilização da imprensa como fonte histórica também tem contribuído bastante para a construção de novas interpretações. Tais trabalhos não utilizam a imprensa somente como uma fonte de informações, mas atentam para a importância de se compreender a imprensa enquanto um ator ativo na história (GONÇALVES, 2005). Ou seja, aquilo que era publicado nas páginas dos jornais guardava uma intencionalidade por parte de seus autores, pois eles miravam na formação de uma opinião pública a respeito dos assuntos que discutiam. Aqueles que se empenhavam em publicar artigos, avisos, cartas e mesmo propagandas sabiam que alcançariam um grupo de leitores, e intencionavam influenciá-los, cientes da crescente circulação dos impressos pela cidade, a qual passava a conviver cada vez mais imersa no mundo das letras (BARBOSA, 2010). Sem dúvida, eles sabiam que podiam intervir no curso da história de alguma forma.

42.1 O que disse a imprensa sobre a grande epidemia de febre amarela

Em fins dezembro de 1849, os jornais começaram a alardear a chegada da temida epidemia de febre amarela na cidade. Diariamente eram publicados artigos de médicos que apresentavam suas opiniões sobre a procedência da doença ou mesmo sobre a forma de transmissão da febre amarela. Como não se sabia se a doença era contagiosa ou infecciosa, muito debate começou a ser realizado na imprensa, na qual estava presente a voz tanto dos médicos acadêmicos quanto daqueles que exerciam as práticas de cura sem serem diplomados (GONÇALVES, 2005). Isso incomodava profundamente os médicos acadêmicos, conforme a matéria não assinada, presente na coluna “Resenha parlamentar”, do *Correio Mercantil*, de 1º de março de 1850:

A Assembleia geral legislativa resolve: Art 1º. Fica proibido o abuso da pública credulidade feita por meio de publicações avulsas em jornais populares e políticos sobre a natureza e meios preventivos ou curativos da epidemia reinante. Art 2. As publicações que se quiserem fazer a tal respeito serão apresentadas a uma comissão de médicos ilustrados, nomeados pelo governo, os quais apresentarão em jornais científicos com as observações razoáveis que merecem semelhantes artigos ou correspondências. Art 3. Aqueles que infringirem as precedentes disposições terão a pena de seis meses de cadeia. Principiaremos por dizer ao respeitabilíssimo mestre que em virtude de uma cousa chamada – constituição – os abusos de imprensa são reprimidos, e nunca proibidos, como pretende no projeto anticredulidade [...] Ora aí está uma grande novidade! Um projeto que proíbe os abusos da credulidade pública por meio da imprensa é um projeto de saúde pública! Que

poderoso meio para combater a febre amarela e para tornar saudável esta capital! (*Correio Mercantil*, 1850, p. 01).

Naquele momento, a imprensa era tida pelos médicos como um espaço importante para a difusão de ideias e, por isso mesmo, durante todo o período da epidemia, eles se empenharam na publicação diária de cartas nas quais expunham a sua opinião a respeito da doença, cujas causas não eram conhecidas mundialmente. No entanto, para desgosto dos médicos acadêmicos, não eram somente os médicos alopatas que utilizavam as páginas do jornal para divulgarem suas ideias. Isso porque a imprensa era utilizada, também, por outros segmentos da população, como os médicos homeopatas, que passaram a ser bastante procurados para o tratamento da febre amarela, ganhando popularidade entre a sociedade do Rio de Janeiro, como assevera a passagem publicada na seção de “Notícias”, do *Correio da Tarde*, em 26 de fevereiro de 1850:

A guerra encarniçada que entre nós, tem a velha Alopatria declarado à nova medicina, é certamente a causa e o maior desenvolvimento desta: seria melhor que os sectários daquela dessem de mão à sua birra e cedessem à evidencia dos fatos. Negar hoje que a Homeopatia seja um recurso terapêutico muito poderoso e de grande eficácia nas moléstias agudas é negar a luz do Sol, que todos vêem; o que é certo, sim, é que ela não é a medicina absoluta e vice-versa; mas tem incontestavelmente a vantagem de não ligar aos sofrimentos da moléstia o martírio dos visicatórios, bichas e sangrias. (*Correio da Tarde*, 1850, p. 01).

Eram muitas discussões e debates, não somente sobre a causa da doença, mas sobre as possíveis formas de tratamento. Todavia, uma coisa era certa: ninguém se entendia sobre nenhum desses assuntos. Uns publicavam os resultados positivos alcançados com a aplicação de uma substância farmacológica, outros repudiavam o uso da mesma substância. Uns eram partidários da tese de que a febre amarela era contagiosa e que, portanto, era transmitida de pessoa para pessoa; outros, entretanto, defendiam ser uma doença infecciosa que seria causada pela infecção dos ares da cidade que estariam contaminados pelos miasmas, compreendidos como gases pútridos expelidos pelos pântanos, esgotos e toda matéria orgânica em apodrecimento. Todo esse debate aturdiu a população conforme destaca a publicação “Philopolis”, publicada na segunda página do *Correio da Tarde*, em 09 de março de 1850:

Que confusão! Quantas disputas! Quantas teorias vãs ou absurdas! Para uns a febre é amarela, para outros não é amarela. É contagiosa? Não é contagiosa? Veio de fora? Nasceu na Bahia, na África ou nos Estados Unidos? Ninguém se entende, nem sobre a natureza da febre, nem sobre a sua origem, nem tão pouco sobre os meios preventivos; e, o que é pior, sobre o seu curativo. Que a febre viesse ou não de fora, que seja ou não seja contagiosa, pouco importa: o que importa é saber como se cura, e nisto é em que, infelizmente, divergem os que têm falado ou escrito a este respeito. Abrir as veias é abrir a sepultura, diz um. Não, diz outro:

abrir as veias é abrir as portas da vida. Calomelanos e sangria, diz um; sudoríferos e purgas, diz outro; não, diz um terceiro, acônito, arnica em doses infinitésimas; fora charlatães, grita um discípulo de Galeno, o que unicamente pode salvar, são altas doses de sulfato de quinina. 52 Pobres médicos! Mísero público! O que dá vontade de rir (se rir se pode com tão grande calamidade) é ver o terror de que se acham possuídos os médicos e a maneira *mal a droite* com que querem persuadir ao Público que se não deixe persuadir do terror. A tribuna e a imprensa vomitam todos os dias discursos e escritos a perder de vista sobre os sintomas, e a marcha horrível da enfermidade. Mas todos se ajustam em dizer por fim: “Ah! Não tenham medo, que a moléstia não se sabe ainda se é contagiosa”. Na verdade ela ataca a todo mundo, porém os que não morrem ficarão vivos [...] Quanto à Comissão Médica, ela só serviu para lançar o grito de salve-se quem puder, estamos cortados: quem puder escapar, escape. É este o grito do covarde na ocasião do perigo, grito punido de morte no regulamento da guerra. Os meios preventivos têm sido objeto de risota. (*Correio da Tarde*, 1850, p. 02).

Ou seja, reinava na imprensa uma grande discussão. Ninguém se entendia. Os médicos acadêmicos não chegavam internamente a um consenso sobre qual era a melhor medida a ser realizada pelo Estado a fim de coibir o avanço da doença. Situação que piorara com a atuação dos homeopatas na cidade, que dia a dia ganhavam mais notoriedade pelas supostas curas alcançadas publicadas diariamente nas páginas da imprensa. Tal situação criava um grande impasse no momento em que a população sofria com o avanço de uma doença cujas causas nem tratamentos eram conhecidos.

42.2 A imprensa na sala de aula

Muitos jornais do século XIX se encontram digitalizados e disponíveis no site da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/>), sendo possível, de acordo com a idade dos alunos, incitá-los a realizarem pesquisas a respeito das temáticas relativas às doenças que acometiam a população do Rio de Janeiro no século XIX. Tais pesquisas tanto revelam fontes interessantes para a discussão em sala de aula quanto incentivam os alunos a navegarem por bases de acervos digitais, dando a eles o conhecimento sobre essas ferramentas tão utilizadas pelos historiadores atualmente e que revelam muito sobre o dinamismo da própria história enquanto disciplina.

A pesquisa e o debate em sala de aula podem ainda se ater às propagandas. Há uma significativa quantidade de propagandas de remédios de fórmula secreta que se multiplicam nos jornais com o advento da epidemia de febre amarela. Tais propagandas tratam não somente de uma indústria de fármacos em emergência, como também denota a falta de legitimidade científica da medicina acadêmica naquele período histórico de tantas incertezas. Outro debate importante pode ser suscitado através da pesquisa em revistas ilustradas, como a de autoria do caricaturista Ângelo Agostini, que em muitas de suas charges se refere aos problemas de insalubridade e higiene que eram enfrentados pela população carioca no contexto epidêmico.

42.3 Fontes

Correio da Tarde. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1850, p. 02.

Correio da Tarde. Rio de Janeiro, 09 de março de 1850, p. 02.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 1º de março de 1850, p. 01.

42.4 Referências

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800–1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. *A febre amarela, o poder público e a imprensa durante a década de 1850, no Rio de Janeiro*. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade de morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. *Revista de História*, São Paulo, n. 127/128, p. 53–68, ago./dez. 1992.

RODRIGUES, Claudia. A cidade e a morte: a febre amarela e o seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro, 1849–1850. *Hist. Cienc. Manguinhos*, n. 6, jun. 1999.

42.5 Para saber mais

BENCHIMOL, Jaime Larry (org.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

DA colonização à abolição: a história das epidemias no Brasil. Produção: Canal USP. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HRTkFCe7xwI&t=21s>. Acesso em: 24 nov. 2022.

EPIDEMIAS no Brasil: como o país lidou com a febre amarela e a gripe espanhola. Produção: Canal USP. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cII0K5JWtZQ&t=18s>. Acesso em: 24 nov. 2022.

43. Festas populares no século XIX

Vinicius Maia Cardoso⁸⁸

Antes de abordarmos sobre as festas populares no século XIX no Brasil Império, vamos primeiro pensar: o que é cultura? Antropólogos, sociólogos e outros pesquisadores elaboraram muitos conceitos para explicar o que é a cultura. De forma resumida, pode-se dizer que é:

tudo aquilo que é produzido pelos seres humanos quando estes interferem na natureza, criando um conjunto de códigos e práticas que os torna reconhecíveis entre si dentro de determinado grupo. A cultura é o que fornece à vida social um significado comum às ações dos indivíduos em suas diferentes funções na sociedade. (SOUZA, 2019, p. 97).

Produção esta não unicamente referente à arte, mas também a tudo aquilo que faz com que uma pessoa, um grupo social ou um povo construa a sua identidade. Por exemplo: enquanto no Brasil apertamos as mãos como forma de nos cumprimentarmos, no Japão as pessoas se inclinam frente às outras. Assim, observamos que diferentes formas de cumprimentos foram criadas com uma mesma intenção. Tudo o que foi criado pelos seres humanos, portanto, é cultural, não se resumindo apenas à quantidade de conhecimentos escritos, isto é, a ideia de que cultura é sinônimo de erudição é ultrapassada.

O Brasil possui muita diversidade, com tradições surgidas do contato entre indígenas, africanos, europeus e asiáticos que por aqui passaram. Além disso, podemos dividi-la em dois tipos: a material e a imaterial. “A cultura material inclui objetos, utensílios, elementos do mundo natural, tudo aquilo que é fabricado, modelado ou transformado para a vida social coletiva, ou seja, que apresenta aspecto tangível” (SOUZA, 2019, p. 98). Por sua vez, em seu aspecto imaterial

inclui símbolos — de palavras à notação musical —, bem como as ideias que modelam e informam a vida de seres humanos em relações recíprocas e os sistemas sociais dos quais participam; as mais importantes dessas ideias são as atitudes, as crenças, os valores e as normas presentes nas diversas sociedades. (SOUZA, 2019, p. 98).

Enquanto um bolo que uma cozinheira faz é um elemento da cultura material, a receita que ela usa já é imaterial, pois é um conhecimento. Já no tocante ao aspecto da sua imaterialidade, nesse caso, foi passada de geração em geração, pois a cozinheira pode ter aprendido com sua avó, que por sua vez aprendeu com outras pessoas antes dela. As produções humanas são dinâmicas, mudam com o tempo, misturam-se, assimilam informações entre si e

⁸⁸ Doutorando em História do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Professor da rede pública do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Salgado de Oliveira.

estão o tempo todo se transformando: a avó da cozinheira pode ter feito o bolo em forno de lenha, e hoje se usa o forno a gás, por exemplo; além disso, ela pode juntar outros ingredientes e fazer outros tipos de bolo usando a mesma receita.

A ideia da existência de uma festa popular nos traz a noção de cultura popular. Esse é um conceito difícil de definir, pois o que seria popular e o que não seria? De maneira bem geral, a esta é um conjunto de saberes determinados pela interação dos indivíduos. Ela reúne elementos e tradições que estão associadas à linguagem popular e oral. Assim, o saber popular inclui o folclore, o artesanato, as músicas, as danças, as festas, dentre outros⁸⁹.

A cultura popular envolve um conjunto complexo de crenças, hábitos e costumes, muitas vezes com base em tradições cuja origem nem sempre é conhecida. Essa característica marcante se dá pelo fato de que o meio de transmissão dessa diversidade é a oralidade, ou seja, a transmissão pelo popular boca a boca. Portanto, não está presa aos textos escritos ou aos textos acadêmicos. Daí a diferenciação da cultura popular e de sua vertente erudita, que, em muitos casos, é vista de forma preconceituosa como superior ou mais complexa.

43.1 O que disse a imprensa sobre as festas populares

Em 1822, o Brasil se tornou um país independente, conseqüentemente, buscou-se construir uma identidade nacional para o país, a qual foi ensinada a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Na época, a cultura europeia era considerada a forma mais elevada, portanto, o nosso país construiu a sua identidade nacional com base nela.

O romance *O Guarani*, de José de Alencar, por exemplo, apesar de tratar de uma história envolvendo os indígenas Peri e Ceci, apresenta-os como muito europeizados. Assim, o que se observa é que, de um lado, havia uma forte herança colonial de saberes vindos da África e de elementos indígenas, já de outro, havia a busca de se criar uma identidade nacional na qual esses elementos africanos e indígenas não estivessem na base.

Vindas do período colonial, temos muitas festas populares, influenciadas pela religião e por costumes variados, tais como a Festa do Divino, as Folias de Reis, as Festas dos Santos, a Festa do Rei do Congo as procissões, as rodas de capoeira, o jongo, o lundu, os batuques etc. Essas festas reuniam as pessoas, quer fossem das elites, quer fossem das camadas populares. Nelas, todos se juntavam e compartilhavam seus costumes e crenças.

Porém, no século XIX, as festas e os ajuntamentos realizados por negros (escravizados ou não) eram vistos de forma preconceituosa como locais de crimes, de quebras da ordem, de sensualidade, de luxúria, de licenciosidade e de bagunça. Segundo a historiadora Silva (2012),

nos jornais, nos códigos municipais de posturas e nos registros das autoridades policiais, “batuque” foi o nome utilizado para definir tanto as denominadas “danças dos negros” quanto as músicas de percussão acompanhadas de danças proibidas e perseguidas, mas mesmo assim realizadas nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro no século XIX. (SILVA, 2012, p. 711).

⁸⁹<https://www.todamateria.com.br/cultura-popular/>. Acesso em: 10 out. 2022.

Uma matéria no jornal *Correio Mercantil*, na seção “Variedades” intitulada “Estudos sobre Cabo Verde”, traz uma interessante observação a respeito das festas populares do século XIX, nas quais participavam homens livres, libertos e escravos:

Os escravos de ambos os sexos vestem da mesma forma; distinguem-se apenas em andarem sempre descalços, pois que a faculdade de usar de calçado é exclusiva dos indivíduos de condição livre. Além dos batuques e mornas (saraus), com os habitantes da Ilhas matão o tempo, e distraem a fome, ou celebram algum acontecimento notável, ou o dia de algum Santo de sua devoção, tem cada ano uma festa geral no arquipélago, e é a de Santa Cruz, que principalmente pertence aos escravos. Neste dia renovam-se as antigas Saturnais⁹⁰, em que não havia senhores, nem escravos; estes consideram-se livres durante todo o tempo da festa que se passa em banquetes, danças, corridas de cavalos, tiros de espingarda e outras demonstrações de regozijo. (*Correio Mercantil*, 1849, p. 03).

Com esse exemplo, podemos observar que as festas populares eram espaços de contato entre pessoas de diferentes *status* sociais, onde também conflitos poderiam ocorrer e serem amenizados. Contudo, a presença de negros em festejos foi muito reprimida na sociedade do oitocentos como iremos ver. No *Correio Constitucional Campista*, um dos muitos jornais que circularam na província do Rio de Janeiro, numa edição de 1831, lemos o seguinte:

Segunda-feira, 23 do corrente, se pretende celebrar nesta Villa, a Festa de N. S.; do Rosário: rogamos pois às Autoridades Policiais hajam de providenciar acerca dos – candombes, ou batuques, - com que os pretos costumam aplaudir; a fim de que por eles não vejamos reproduzidos insultos iguais, ou maiores àqueles que impunemente praticarão (no largo daquela mesma Igreja) na tarde do dia 2 de Janeiro do presente ano. (*Correio Constitucional Campista*, 1831, p. 04).

Em 1860, a seção “Repartição da Polícia” do *Diario do Rio de Janeiro* consta que:

Parte do dia 13 de abril. Foram presos à ordem das respectivas autoridades: Pela polícia os escravos João, por capoeira; Miguel, por desordem e insultos; José de Paiva, por embriaguez e insultos, Leopoldino de Almeida, por capoeira; e o Norte-Americano Tunes

⁹⁰ Segundo o site da Prefeitura do Rio de Janeiro, “O carnaval carioca é uma das maiores festas populares que existem no mundo. Há diferentes explicações para o nome dessa festa que chega a parar o nosso país. Alguns dizem que sua origem é na Roma Antiga com as Saturnais, festas para homenagear ao deus Saturno. Nessas festas, todos saíam às ruas para dançar, e carros chamados de CarrusNavallis levavam homens e mulheres em um desfile pelas ruas. Alguns acreditam que seja da união dessas duas palavras a origem da palavra carnavales que virou carnaval”. (RIO DE JANEIRO, 2014, on-line).

Wuhures, por uso de armas defesas. (*Diario do Rio de Janeiro*, 1860, p. 03).

Quando jogar capoeira era considerado crime e com prisão. Segundo o site *Axé Senzala*, os negros criaram o toque de cavalaria, que “na época da escravidão, era usado para avisar aos negros capoeiras da chegada do feitor” (AXÉ SENZALA, c2010, on-line). A letra de um canto que acompanha o toque diz o seguinte:

Já chegou o sargento/Da capitania/ Vamos tocar cavalaria/ Ele quer documento/É a ordem do dia/Vamos tocar cavalaria/ Trouxe o seu regimento/Pro cais da Bahia/Vamos tocar cavalaria/ Todo o destacamento/Da delegacia/Vamos tocar cavalaria. (PINHEIRO, 2015).

Escolhemos uma das chamadas “danças dos negros,” muito comum no Império, que se praticava em muitas festas populares: o jongo. Em matérias publicadas em alguns jornais do Rio de Janeiro, vemos como ocorreram resistências às festas em que se dançava o jongo, bem como o uso em espetáculos teatrais.

Em 1836, no *Jornal do Commercio*, o juiz de paz da freguesia do Engenho Velho, Franco José da Cunha Silveira, determinou que “os senhores não consentirão jongo aos seus escravos, e igualmente os infratores incorrerão nas penas das Posturas da Câmara Municipal” (*Jornal do Commercio*, 1836, p. 02).

Segundo Silva (2012, p. 711), “no romance *O Flor* (1881), de Galpi (pseudônimo de Galdino Fernandes Pinheiro), os escravos também aproveitam os momentos de descanso para dançar, ao som de seu rouco tambor, o jongo, dança primitiva e selvática, mas animada e curiosa”.

Repare que ao mesmo tempo que havia uma resistência ao jongo, havia uma curiosidade sobre ele. Além de Galpi, outros escritores do século XIX trouxeram essa visão sobre festas com negros escravizados ou libertos. Para Silva (2012), escritores como Júlio Ribeiro e José de Alencar registraram sua visão sobre essas festas nos romances, nas quais “estão presentes e condenados os mesmos saltos, agitações, volteios e prodigalidade de movimentos,” entendidos como “explicitações do primitivismo, da selvageria, da falta de civilização e da inferioridade do negro” (SILVA, 2012, p. 711).

No jornal *O Fluminense*, as reuniões de negros para o jongo eram vistas como perturbação da paz: “Chama-se a atenção do subdelegado de São Lourenço para uma dança de jongo que há, quase todas as noites, em um quarto do beco da rua de Sant’Anna, fazendo-se grande batuque e impossibilitando-se a vizinhança de dormir, até perto da meia noite” (*O Fluminense*, 1833, p. 02).

Até se poderia dançar o jongo, desde que as pessoas tivessem a devida licença das autoridades. Na *Gazeta da Tarde*, em 1882, na coluna “Álbum de um turista”, comenta-se sobre a fazenda de café Santa Laura, do comendador Manuel Pinto. Descrevendo um casamento, a matéria diz: “Era imensa a variedade dos folguedos — tudo ali vivia feliz naquela semana, até a escravatura, que tivera licença para dançar o jongo e o samba, conforme as aptidões e gosto

dos grupos em que a medida se dividia — nacional e estrangeiro (*Gazeta da Tarde*, 1882, p. 02).

O jongo também era dança apreciada pela elite, com jornais anunciando lojas que vendiam partituras musicais de jongo para piano e divulgando espetáculos nos teatros, onde o jongo era tocado e dançado (possivelmente uma forma da elite “domesticar” a cultura popular, inserindo-a no mundo “civilizado”). Deve-se apontar que algumas dessas apresentações, já perto do fim do século XIX, criticavam a escravidão, apoiando fugas e revoltas escravas na cidade e na zona rural. Segundo Souza (2009),

muitos dos militantes das fileiras abolicionistas estavam ligados ao mundo teatral, e não surpreende que tenham levado o tema da abolição para ser debatido nos tabladros. Dentre eles estavam [...]. Chiquinha Gonzaga, Arthur Azevedo, Gomes Cardim, CavalierDarbilly e Henrique de Magalhães, sendo muito comum encontrar seus nomes nos anúncios de récitas, espetáculos em benefício e matines abolicionistas nos anos 1880. (SOUZA, 2009, p. 161).

Ainda de acordo com a historiadora, a *Gazeta da Tarde* foi uma das mais lidas na cidade do Rio de Janeiro na década de 1880 “e José do Patrocínio, seu proprietário, a transformou numa trincheira de luta pela causa da abolição” (SOUZA, 2009, p. 161). Assim, nos jornais do século XIX, as festas populares apareceram com destaque em matérias que veiculavam medidas de controle e propagandas de eventos, como festas nas quais a resistência escrava era possivelmente arquitetada.

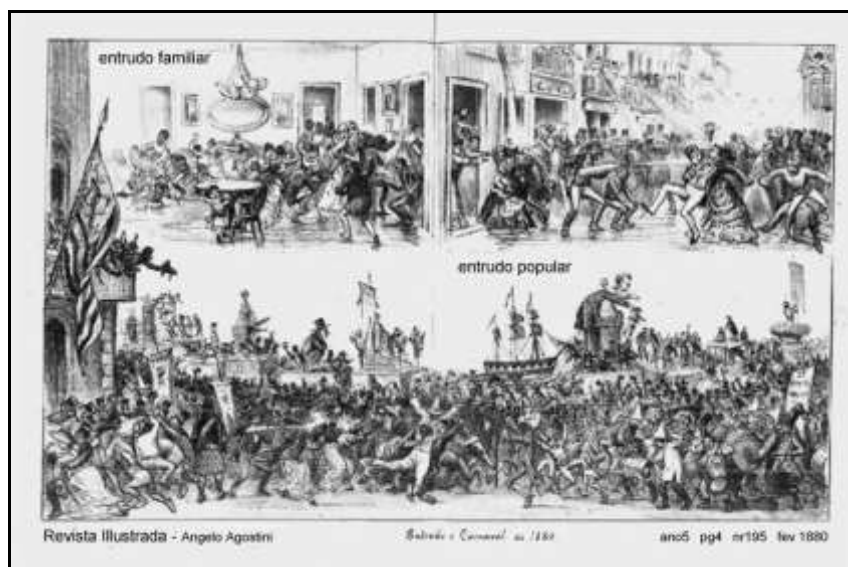
43.2A imprensa na sala de aula

Atividade 01

Faça uma pesquisa em grupo buscando em jornais atuais a resistência ocorrida ao funk (desenvolvido em periferias urbanas com presença negra). Depois, compare com matérias de jornais do século XIX sobre o jongo. Ao final, deverão ser apresentadas conclusões a respeito do racismo.

Atividade 02

A gravura, uma charge do artista Ângelo Agostini, publicada na *Revista Ilustrada* em 1880, mostra um entrudo familiar e um popular. Pesquise sobre o que é entrudo, enquanto fenômeno de origem do Carnaval, e apresente sua análise sobre a “domesticação” da cultura popular pelas elites do Império.



Fonte: Revista Illustrada (1889, p. 04).

Atividade 03

Leia o fragmento do texto de Johan Baptist Von Spix, um viajante alemão que veio ao Brasil no século XIX, e responda: qual era a visão que esse viajante tinha a respeito das “danças de negros”? Por qual motivo ele teria essa visão? É possível associar o pensamento de Spix à charge apresentada na Atividade 02?

Pelo canto e pelo som do instrumento, o brasileiro é facilmente estimulado a dançar, e exprime a sua jovialidade nas sociedades cultas com delicadas contradanças; nas classes inferiores, porém, se manifesta com gestos e contorções sensuais como as dos negros. (MARTIUS, 1981, p. 57).

43.3 Fontes

AXÉ SENZALA. *Tipos de toque de capoeira*. Disponível em <https://axesenzala.webnode.com.br/products/tipos-de-toques-da-capoeira/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

Correio Constitucional Campista. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1831, p. 04.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1849, p. 03.

Diario do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1860, p.03.

Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1882, p. 02.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1836, p. 02.

O Fluminense. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1883, p. 02.

Revista Illustrada. Rio de Janeiro, número 195, 1880, p. 04.

43.4 Referências

MARTIUS, Spix E.; SPIX, Johan Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817–1820*, v. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura do. *Carnaval*, fev. 2014. Disponível em:

<http://cidadedasartes.rio.rj.gov.br/noticias/interna/273>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, Silvia Cristina Martins de Souza e. De “dança de negros” a patrimônio cultural: notas sobre a trajetória histórica do jongo do Sudeste brasileiro. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n.2, p. 707–738, mai./ago.2012.

SOUZA, Camila Amaral (org.). *PH: Ensino Médio: Sociologia: 1ª à 3ª série*. 1.ed. São Paulo: SOMOS Sistemas de Ensino, 2019.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. Que venham negros à cena com maracas e tambores: jongo, teatro e campanha abolicionista no Rio de Janeiro. *Afro-Ásia*, n. 40, p. 145-171, 2009.

43.5 Para Saber Mais

DANÇAS populares brasileiras — jongo. Produção: Sara Moraes. Brasil, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/vgjoSIzqjDE>. Acesso em: 25 nov. 2022.

44. As modernidades do Segundo Império

Arthur da Costa Orlando⁹¹

Por mais que Dom João VI tenha deixado uma experiência burocrática e administrativa no Brasil desde a sua chegada até o seu retorno a Portugal, D. Pedro I assumia a responsabilidade de estruturar um enorme país localizado à margem oeste do Oceano Atlântico. Dentre os inúmeros desafios que ele teria de superar, estavam: a obtenção de reconhecimento internacional dos outros países ao Brasil; a manutenção da dimensão territorial; a manutenção de uma boa relação com os opositores; e o estabelecimento de leis e instituições para a promoção do desenvolvimento político, econômico e social do novo Estado.

Alguns fatores demonstram o quanto que obter êxito de forma pacífica e imediata em uma nação que acabara de se tornar independente era uma utopia. Fatores como a dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 para a promulgação de uma constituição centralizadora em 1824, as batalhas internas e internacionais contra possíveis desintegrações territoriais e à abdicação do trono pelo imperador em 1831 exemplificam nossa afirmação anterior.

Ressalta-se que a maior parte da sociedade brasileira no Segundo Reinado se fundou numa estrutura agrário-escravocrata, ferrenhamente defendida pelos conservadores (LIMA, 1978), pois “era a agricultura que, por meio do comércio exterior, gerava os recursos em moeda estrangeira necessários para o consumo e formação de capital da economia, como também para o pagamento da dívida externa” (VILLELA; SUZIGAN, 1975, p. 09).

A cultura do café no Centro-Sul do país, a produção de cana-de-açúcar no Nordeste e a extração de borracha nativa no Norte eram as atividades mais importantes, as quais se destinavam majoritariamente à exportação, de cujo valor total vinha representando cerca de 80% em média (VILLELA; SUZIGAN, 1975). Ademais, juntamente com as culturas para a exportação, coexistiam relações pré-capitalistas de produção que apontavam para a existência de um significativo mercado interno no período, o qual criava um amplo espaço para acumulações endógenas de capital (FRAGOSO, 2000).

Diante do contexto, existia no país um grande pensamento fisiocrata,⁹² mercantilista, bem como uma influência do liberalismo econômico com a correspondente inclinação para o livre-câmbio, sendo escolhido pelas exportações dos produtos agrícolas e importações dos artigos manufaturados. Em outras palavras, havia uma “defesa aberta dos fazendeiros exportadores de gêneros agrícolas e importações dos artigos manufaturados que favorecia o grande comércio importador de produtos industrializados” (LIMA, 1978, p. 89).

No entanto, a revogação do alvará de 1785,⁹³ ocorrida em primeiro de abril de 1808, somada à emissão do alvará de 18 de abril de 1809,⁹⁴ mais a Lei de 28 de agosto de 1830,⁹⁵ fizeram com que, mesmo diante do predomínio do pensamento fisiocrata no país, diversos

⁹¹ Doutorando da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

⁹² Doutrina econômica e filosófica do século XVIII que se baseia no conhecimento e no respeito às leis naturais e considera a terra como única fonte de riqueza e defende o liberalismo econômico.

⁹³ Alvará que proibia a instalação de fábricas no país além das de tecelagem.

⁹⁴ Alvará que regulamentava benefícios aos inventores de manufaturas no país.

⁹⁵ Lei que concedia privilégio a quem descobrisse ou inventasse uma indústria útil à propriedade e ao uso exclusivo da sua descoberta, ou invenção.

habitantes buscassem a criação de inovações técnico-científicas. Nesse sentido, durante os anos do período do Império no Brasil, foram registrados 783 privilégios de invenções. Dentre as inovações do período, estavam: alambiques de destilação; sistema de engenho de pilões; máquinas destinadas à extração de formigas; moinhos para descascar arroz; máquinas para fabricação de gelo; máquinas para moer cana; máquinas para extração de ouro; aparelhos para conservação de carnes; e motor de máquina de costura (POVOA; CABELO, 2016).

Além das invenções realizadas no Brasil no decorrer do século XIX, principalmente durante a segunda metade, outros países também contaram com a realização de inovações tecnológicas formidáveis, especialmente aqueles localizados na Europa Ocidental e na América do Norte. São criações desse período: o cabo submarino, o telégrafo, o telefone, a luz elétrica, entre outros instrumentos que revolucionaram a vida das pessoas.

A cada inovação inaugurada no mundo, a população brasileira conseguia ter acesso às informações por meio dos jornais que eram vendidos nas cidades. Todavia, desde que surgiam rumores nos jornais sobre possíveis inovações científicas ainda não realizadas, os redatores dos periódicos brasileiros publicavam (mesmo sem dados técnicos) escritas futurísticas prevendo as novas ferramentas que poderiam vir a surgir, bem como os benefícios que elas trariam para a população.

Observa-se isso numa publicação do *Jornal do Commercio* no ano de 1879, quando de uma experiência realizada com o emprego do petróleo como combustível ocorrida em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Emprego de petróleo como combustível.

As experiências que foram feitas a 19 de Outubro no círculo naval de Brooklyn, em Nova York, sobre o emprego do petróleo como combustível industrial, deixam entrever uma revolução no comércio do ferro, do aço, na indústria do vidro e outras.

Pelo emprego do petróleo como combustível, não só o carvão de pedra se tornaria dispensável, mas até, com uma despesa relativamente mínima poder-se-ia obter um poder calorífico superior a tudo que se tem alcançado até hoje.

Nas experiências realizadas em Brooklyn verificou-se um calor de 5.000 graus, derreteu-se uma barra de ferro em dez minutos (em lugar de duas horas) e fundiu-se vidro em duas horas (em lugar de dezesseis). O combustível empregado compõe-se de um resíduo de petróleo misturado com alcatrão de hulha.

A aplicação desta nova invenção à marinha poderá, se os aparelhos apresentassem tanta segurança como eficácia, produzir uma verdadeira revolução na navegação a vapor. (*Jornal do Commercio*, 1879, p. 02).

No fragmento em tela, percebeu-se a conexão existente em diferentes localidades e como as expectativas eram elevadas acerca da nova experiência realizada. Nesse sentido, pelo jornal ser uma fonte de pesquisa que possibilita a compreensão dos diferentes elementos da

sociedade, a seguir, será demonstrado como outras inovações técnico-científicas foram noticiadas.

44.1. O que disse a imprensa sobre as modernidades do Segundo Império

A possibilidade de invenção de um aparelho destinado a transmitir e a reproduzir o som da fala humana a distância por meio de correntes eletromagnéticas (o telefone) causou movimentação na imprensa:

O vapor encurta a distância, a eletricidade aproxima os povos, mas nunca até hoje conseguiram as gerações de todos os séculos que se ouvisse a voz humana a centenas de quilômetros de distância.

O Grande Magico, porém, o incansável Grande Magico, o chefe da eletricidade na América do Sul, em breve porá ao alcance de todos, o telefone, a maior e mais portentosa de todas as invenções da humanidade, de alcance para o comércio, a indústria e todas as demais profissões e classes, e mormente para a lavoura, que é a principal fonte de riqueza deste país. (*Jornal do Commercio*, 1877, p. 01).

O jornal também realizou a cobertura da primeira utilização do item no Brasil, buscando descrever todos os processos que deveriam ser realizados para que o aparelho funcionasse:

Telefones – Noticiamos ontem que hoje se faria experiência dos telefones fabricados nas oficinas do Sr. Rodde, à rua do Ouvidor, e que comunicam entre si por uma linha telegráfica que vai da Praça do Comércio à casa do Grande Magico [...].

Ha [...] na plataforma em que é fixo o pedestal um botão que transmite o movimento ao martelo de uma campainha elétrica, e uma pequena manivela que suspende a transmissão da eletricidade ao fio motor da campainha e permite funcionar o telefone.

As madeiras que entram na confecção dos aparelhos foram jacarandá e vinhático-rosa, sendo somente de origem estranha os metais.

O emprego do telefone é fácil e pode ser praticado por qualquer pessoa. A campainha movida pelo transmissor avisa a estação ou o local da recepção que se lhe vai falar.

O transmissor, aplicando a boca a pequena distância da lâmina receptora, entretêm-se com o seu longínquo ouvinte, que por sua vez responde quando lhe soa. O mesmo aparelho serve para transmitir e receber as palavras.

No segundo caso deve ser aplicado ao ouvido do receptor.

A princípio as palavras são pouco distintas, mas logo que se habitua à nova forma e conversação, ouve-se perfeitamente a linguagem usual e o canto.

O telefone deve ser e será aperfeiçoado, mas, assim como é, oferece aplicações imediatas de grande utilidade. (*Jornal do Commercio*, 1877, p. 03)

Outra inovação que também teve destaque na mídia impressa do Brasil foi a iluminação elétrica. Na postagem que segue, os redatores dos jornais aproveitaram para mostrar como o sistema funcionava, além de emitir comparações entre os gastos necessários para iluminação com a utilização do gás — que era o predominante até o momento — e a energia elétrica, evidenciando a economia que a última proporcionaria ao país.

Realizou-se ontem, às 8h30 da noite, na augusta presença de S.S.M.M. Imperiais, a experiência da iluminação pela luz elétrica na estação central da estrada de ferro D. Pedro II.

Já ali achavam os Srs. Ministro da agricultura e do Império, Visconde do Bom-Retiro, diretor da estrada Dr. Passos, e seus ajudantes, Dr. João Raymundo Duarte introdutor do sistema, conselheiros Ignácio Galvão e Antão, e grande concurso de povo.

Chegando Suas majestades, dirigiram-se logo para a sala da máquina, que foi examinada por S. M. o Imperador e pelo Sr. Ministro da agricultura, sendo ouvido nessa ocasião o Dr. Duarte.

A iluminação do vestíbulo, saguão a plataforma de passageiros da estação central é feita por seis focos de luz elétrica, equivalentes a cerca de 600 bicos carcel.

O termo de comparação é uma lâmpada carcel, capaz de consumir por hora 42 gramas de azeite de colza refinado.

Estes focos são alimentados por duas correntes de eletricidade dinâmica, provenientes de suas máquinas eletromagnéticas de Gramme, das quais uma funciona como excitatriz e outra como reguladora e distribuidora das correntes, aumentando ao mesmo tempo sua intensidade.

Por intermédio de uma arvore de transmissão estas máquinas recebem movimento de um locomóvel de força nominal de sete cavalos.

A distribuição da luz se faz por meio de condutores de fio de cobre perfeitamente isolados por uma camada de guta-percha, divididos em dois circuitos, alimentando cada um dos três lampiões.

Cada circuito é retido por um comutador de duas direções, destinado a manter interrompida a corrente enquanto não se regulariza o movimento do locomóvel.

Os lampiões são do sistema Jablochhoff, dos mais aperfeiçoados, contendo combustores para quatro velas e um comutador especial, que transfere instantaneamente a corrente elétrica e uma para outra sucessivamente.

Acham-se distribuídos da seguinte maneira: um no vestíbulo e outro no saguão ou salão de espera, suportados por duas liras de bronze e ferro, feitas nas oficinas da estrada, e quatro nas duas plataformas, suportados pelos antigos consolos dos lampiões de gás.

Pela iluminação a gás, do edifício principal, plataformas, pátios e armazéns da estação da corte e S. Diogo pagou a estrada de ferro no ano passado a quantia total de 17:088\$793, da qual cabem 6:739\$000 a parte que vai ser iluminada pela luz elétrica.

Com a iluminação dessa parte pelo novo sistema está calculado que não despenderá mais de 4:700\$. A economia real será, pois, de mais de 2:000\$ ou de mais de 30%.

Sendo a aplicação da luz elétrica tanto mais econômica quanto mais importante for a instalação, é claro que quanto for adoptada para toda a estação central a economia realizada será enorme, e talvez exceda a 50%.

Da sala da máquina Suas Majestades dirigiram-se ao saguão, onde foram apagados os bicos de gás e os da plataforma. Iluminaram-se de repente dois globos opalinos e uma luz só deu claridade a todo o saguão, para o qual são necessários mais de dez bicos de gás. A iluminação da plataforma foi examinada em seguida, por S.M. o Imperador, que foi à sala do agente ver um globo que ali está incomunicável. Foi ainda ouvido o Dr. Duarte, com que Sua Majestade, dignou-se discutir sobre o assunto.

Em conversa com o Sr. Ministro da agricultura, S. M, o Imperador disse que tem lembrado por várias vezes a conveniência dos faróis elétricos, principalmente na ilha Rasa.

Suas Majestades ainda examinaram na plataforma um dos globos e a passagem fácil da luz de um condutor a outro.

As 9h30 horas da noite Suas Majestades retiraram-se, parecendo satisfeitos. (*Jornal do Commercio*, 1877, p. 02)

Após o primeiro teste com iluminação elétrica no Brasil, em poucos dias o imperador publicou decretos concedendo privilégios a diferentes empresas para a instalação no Brasil, inicialmente no Rio de Janeiro, então capital federal. Destarte, a tecnologia se espalhou pelos municípios do país à medida em que se criavam condições econômicas e técnicas.

44.2 A imprensa na sala de aula

1. Após a leitura da seção anterior diga quais eram as características socioeconômicas do Brasil do século XIX.
2. O Brasil do século XIX pode ser resumido em um país integralmente agrário? Justifique.
3. Diante das informações apresentadas, qual era a importância da imprensa para os brasileiros no período retratado?
4. O que era abordado sobre as novas tecnologias nos textos publicados nos jornais?

5. Ao analisar a atualidade, como você analisa o papel da imprensa?
6. Divida a sala em grupos e selecione temas para cada grupo realizar uma apresentação da temática selecionada. Ao final, reúna as escriturações construídas por cada grupo e monte o jornal da turma.

44.3. Fontes

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1877, p. 01 e 03.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1879, p. 02.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1879, p. 02.

44.4. Referências

FRAGOSO, João Luís. Economia Brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravo-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org). 8 ed. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 145–195.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

POVOA, Luciano; CABELO, Andrea. *Texto para discussão 192*. Brasília: Senado Federal, 2016.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889–1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

44.5. Para saber mais

THE Story of Alexander Graham Bell. Direção: Irving Cummings. Estados Unidos, 1839. 1 vídeo (98 min).

A BATALHA das Correntes: eletrizante e brilhante jornada de Thomas Edison. Direção: Alfonso Gomez-Rejon. Brasil, 2009. 1 vídeo (104 min).

MAUÁ — O Imperador e o Rei. Direção: Sérgio Resende. Brasil. 1 vídeo (135 min).

45. A Floresta da Tijuca

Juliana Gazzinelli de Oliveira⁹⁶

Maria Sarita Mota⁹⁷

A interação entre o meio ambiente e o homem data de milhares de anos. Na Mata Atlântica, especificamente na Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, os maiores impactos ocorreram a partir da chegada dos portugueses ao Brasil e os usos que deram à floresta: extração de madeiras, corte para lenha, produção de carvão, caça, extração de ouro e pedras preciosas, e plantação de diferentes lavouras como a cana-de-açúcar e o café. Não obstante o avanço da economia agrícola entre meados do século XVIII e início do século XIX, duas grandes mudanças político-administrativas também contribuíram para o processo de degradação das matas: a transferência da capital, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro, e a vinda do príncipe regente Dom João VI e sua corte, em 1808.

O impacto demográfico, a exploração da floresta e a intensificação da devastação da mata para expansão do plantio do café durante o século XIX resultaram em uma destruição quase total daquele meio ambiente, o que ocasionou problemas nas fontes que abasteciam a cidade com água. Em 1817, em resposta às consequências da devastação florestal, Dom João VI baixou um decreto em que determinava o fim do corte de árvores junto a mananciais e nas beiras dos lagos e riachos próximos à capital, pois o desmatamento, o crescente aumento da população, o clima seco durante alguns anos e a falta de infraestrutura no Rio de Janeiro acabaram deixando a cidade sem abastecimento de água.

De acordo com as pesquisas de Drummond (1988, 1997), nos anos de 1824, 1829, 1833 e 1844, a cidade do Rio de Janeiro passou por períodos de secas muito intensas devido à destruição das florestas e nascentes, resultando em falta de fornecimento de água. Em 1844, após anos de sérias secas na cidade, o governo imperial finalmente viu a necessidade de reflorestamento, iniciando o processo a partir da desapropriação de terras em torno das nascentes.

Enquanto ainda não era solucionado o problema da água, e enquanto as terras de plantações de café ainda estavam sendo desapropriadas, de 1845 a 1848, algumas iniciativas foram tomadas, como a plantação de árvores em encostas e nascentes em terras abandonadas de propriedades particulares, e o aumento da vigilância da polícia sobre o desmatamento próximo às nascentes (DRUMMOND, 1988).

Em consequência do desmatamento, a cidade estava ameaçada a ficar sem água, o que levou o governo do Rio de Janeiro a acabar com a predação da iniciativa privada na Floresta da Tijuca e a iniciar um grande processo de reflorestamento público para restabelecer os seus mananciais. Foi quando em 1861, o Major Manoel Gomes Archer foi nomeado administrador

⁹⁶ Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Investigadora de Pós-Doutoramento do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte). Email: juliana.gaz09@gmail.com.

⁹⁷ Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte). E-mail: saritamota@gmail.com.

da Floresta da Tijuca para o processo de reflorestamento com a ajuda de seis escravos de propriedade governamental: Eleutério, Constantino, Manuel, Mateus, Leopoldo e Maria. O replantio iniciado por Archer se prolongou por 30 anos e contemplou 83.341 árvores (DRUMMOND, 1988; SALES E GUEDES-BRUNI, 2019).

Até pouco tempo, pensava-se que a Floresta da Tijuca, da forma como a vemos hoje, havia sido inteiramente replantada, sendo um caso pioneiro de políticas governamentais de reflorestamento, de recuperação do meio ambiente e de planejamento urbano. Entretanto, em 1996, o historiador estadunidense Warren Dean já iniciava uma discussão sobre a possibilidade de a Floresta da Tijuca não ter sido inteiramente replantada — isto é, sua atual configuração resulta, em grande parte, de regeneração natural (NASCIMENTO *et al.*, 2015).

Em uma pesquisa concluída em 2019, Gabriel Sales e Rejan Guedes-Bruni comprovaram a hipótese de que nem toda a área da Floresta da Tijuca foi replantada. Na verdade, o que ocorreu foi uma junção do processo de intervenção humana e a regeneração natural da floresta. Portanto, diferentemente do que se pensava, a Floresta da Tijuca teve apenas 5,2% reflorestada pelo homem. O restante, a própria Mata Atlântica se encarregou de recuperar (SALES; GUEDES-BRUNI, 2019).

A Floresta da Tijuca é sobretudo uma mata secundária ainda em regeneração. Portanto, já é possível comprovar que a própria Floresta da Tijuca possui um papel fundamental no seu restabelecimento. Outra questão descoberta recentemente foi a de que todo o reflorestamento foi feito para recuperar as nascentes de água. Além desse motivo, ainda havia a intenção de criar uma reserva de madeiras nobres, bem como a preocupação com a paisagem, sendo o replantio feito de forma totalmente utilitária de acordo com uma visão moderna.

45.1. O que disse a imprensa sobre a Floresta da Tijuca

O anúncio a seguir indica a ocupação de área florestal por produtores rurais que consorciavam engenhos, roças, lavouras, pastoreio e o sistema de cultivo de derrubada-queimada de matas, fatores que condicionaram o desflorestamento no século XIX:

Desapareceu da Tijuca, no dia 2 do corrente, hum cavalo rosilho ferrado a inglesa, o qual conta que foi pegado nos arrebalde do Engenho velho, no mesmo dia. Quem o levar a rua Nova do ouvidor n. 29 receberá boas alviças. (*Jornal do Commercio*, 1840, p. 04).

Desapareceu, do sitio que foi do conde de Gestas na Tijuca, hoje do Sr. Manoel do Nascimento da Matta, no dia 1º do corrente, hum escravo de nome Gaspar, nação Mina, de 40 a 50 annos de idade, magro e com as pernas hum pouco arqueadas; quem o apprehender e trazer à rua dos Pescadores n. 40 receberá alviças. (*Jornal do Commercio*, 1841, p. 04).

A Floresta da Tijuca era também um lugar de residência de veraneio para as elites cariocas, um lugar apazível, de bons ares e águas, ideal para convalescência. Esse valor estético

e simbólico atraía o mercado imobiliário da época, que apresentava farta oferta de aluguel, compra e venda de sítios, chácaras e benfeitorias.

Arrenda-se o bello sitio colocado no alto da Tijuca, que foi do Exm. Conde de Gestas, bem conhecido pela salubridade de seus ares e aguas; os quaes tem salvado a vida a muitos senhores que para lá tem ido residir, quando desenganados e abandonados dos medicos, e somente com o gozo dos ditos ares e aguas tem conseguido ficarem perfeitamente bons; tem casa com sala grande de jantar, mato virgem, cafezaes, varios arvoredos fructíferos, e alguns da India, um grande rio que rodeia o dito sitio, o qual tem uma cascata muito delectavel; trata-se na rua do Hospicio n.80, do meio dia em diante. (*Jornal do Commercio*, 1843, p. 03).

VENDE-SE, na Gavia, a bella fazenda denominada a – Barra da Tijuca -, com vinte escravos ou sem eles, contendo grande casa, grandes paiões, bellas senzalas, tudo de pedra e cal e coberto de telha; contém também engenhos de despolar o café e engenhos de doze pilões para soca-lo, sevadeira de mandioca, movidos por agua; terreiros ladrilhados de pedra e outros sem o serem, a roda dos quaes há um grande parreiral; tem mais uma grande olaria, uma bella várzea, e nella, junto da lagoa, um grande armazém de negócio, construído de pedra e cal e com grandes commodos: tem igualmente esta fazenda vinte mil pés de amoreiras, grande plantação de bananeiras e de mandioca, cincoenta mil pés de café, e se compõe de quatorzo sítios, com formosos campos para animaes e cercados de cerca de espinhos, e com porto para o mar. Quem a quiser comprar, ou quiser ir vizita-la, dirija-se à rua do Ouvidor n.62, onde se lhe darão informações mais amplas dos recursos desta boa fazenda. Adverte-se que está livre de todo e qualquer embaraço. (*Jornal do Commercio*, p. 04).

LEILÃO EXTRAORDINARIO do sitio que foi do Sr. Lourenço Auchois, na Gavia, caminho da Barra da Tijuca à Restinga, com magnifica vista, terras optimas, bananeiras, cafeseiros e outras plantações, mato virgem etc. Também dos escravos que dependiam do dito sitio. CARLOS TANIÈRE fará o dito leilão, depois de amanhã quinta-feira 12 do corrente, às 11 horas em ponto, na sua casa, rua do Ouvidor, n.84, como de vários valores pertencentes ao sítio, a saber: burros, cavalos, etc. Publicar se há por extenso, no dia do leilão, o detalhe exacto da propriedade, os nomes, nações, habilidades, etc, dos escravos. (*Jornal do Commercio*, 1848, p. 03).

Na audiência do Dr. Juiz de órfãos serão arrematadas em última praça as pequenas bemfeitorias e casa de palha na barra da Tijuca, que forão da findada Joaquina Rosa da Conceição, avaliado em 45\$000, a requerimento de João luiz da Silva, desse pqueno sítio; escrivão Vianna. (*Jornal do Commercio*, 1849, p. 03).

As notícias a seguir demonstram o clima, a salubridade e a convalescença da região:

João Francisco Mendes, caixeiro de José Borges Godinho de Macedo, ausente em Portugal, achando-se enfermo, e por parecer do seu medico assistente, o Exm. Sr. conselheiro João Fernandes Tavares, retira-se para o lugar da Tijuca, próximo à primeira Cascata, para onde vai convalescer por algum tempo, ficando interinamente com a administração da loja de fazendas da praça da Constituição n. 28 A, o caixeiro immediato Vicente Ferreira de Abreu. (*Jornal do Commercio*, 1842, p. 04).

Aqui no Rio de Janeiro o clima da Tijuca não passa por um clima europeu? Nem é necessário ir tão longe, eu já estive em uma chácara a nda abaixo do meio do Serro do Corcovado, onde no tempo dos maiores calores havia constantemente fresco. É preciso não avaliar o grau de calor do Brazil pelo que se experimenta no nível do mar. A experiencia, como já disse, tem-me mostrado que os colonos dinamarquezes não se dão mal com o calor, e mesmo os portuguezes qual é o que se tem recusado ao trabalho por causa do clima? Não são tão inclinados a isso, mas se se dão à agricultura arrostão-a como os Brasileiros. Portanto creio que não é por esse lado que havemos de encontrar dificuldade. O que é necessário é que firmemos bem as opiniões a esse respeito, que reconheçamos esta necessidade de acabar com o trabalho escravo. (*Jornal do Commercio*, 1848, p. 05).

A ameaça de ficar sem água levou os senadores a aprovarem orçamento para a construção do encanamento das águas da Tijuca, conforme a sessão de 27 de maio de 1848, presidida pelo Sr. Barão de Monte-Santo:

Dão-se por discutidos os artigos 25 e 26, e entra em discussão o artigo 27 additivo. ‘O governo fica autorizado a despender desde já a quantia em que importarem os tubos de ferro que se fundirem no fabrica da ponta da Area para o encanamento das aguas da Tijuca’. (*Jornal do Commercio*, 1848, p. 01).

Trechos do Decreto nº 50.923, de 06 de julho de 1961⁹⁸, do presidente Jânio Quadros, de criação do Parque Nacional do Rio de Janeiro:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e, CONSIDERANDO que o art. 175 da Constituição coloca sob a proteção e cuidados especiais do Poder Público as obras, monumentos de valor histórico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza; CONSIDERANDO que as florestas existentes na área urbana da Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, são dignas de proteção e cuidados especiais por parte dos Poderes Públicos, não só pelas belezas naturais e paisagísticas que oferecem, como por serem elas protetoras de mananciais existentes na região; [...],

Decreta:

Art. 1º Fica criado, no Estado da Guanabara, o Parque Nacional do Rio de Janeiro (PNRJ), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2º. O PNRJ será constituído pelas áreas das florestas do domínio público da União, denominadas Tijuca Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca, atualmente sob a jurisdição do Ministério da Agricultura [...].

Art. 3º. As terras, flora, fauna e belezas naturais integrantes da área do Parque ficam sujeitas ao regime especial estabelecido pelo Código Florestal [...]”; e o Art. 4º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimento com o Govêrno do Estado da Guanabara e com os eventuais proprietários de áreas e benfeitorias situadas no perímetro do Parque, para o fim especial de promover doações e efetivar desapropriações, podendo ainda adotar outras medidas que se fizerem necessárias para a sua instalação definitiva”. (BRASIL, 1961).

45.2. A Imprensa na sala de aula

Atividade 01

Leia o trecho a seguir sobre a continuação da política florestal e depois faça uma pesquisa sobre a vida e a obra de artistas paisagistas como Auguste Glazou (1833–1906) e Roberto Burle Marx (1909–1994). Após, faça uma lista identificando as principais atividades que esses artistas realizaram em relação à conservação da Floresta da Tijuca nos séculos XIX e XX.

Posteriormente, sob a administração do barão Gastão d’Escragnolle (1821 – 1888), entre 1874 e 1888 (Gazeta de Notícias, 19

⁹⁸ BRASIL. *Decreto número 50.923, de 06 de julho de 1961.* <https://legis.senado.leg.br/norma/473490/publicacao/15640614> . Acesso: 15 set. 2022.

de junho de 1888, sexta coluna), além da continuação do replantio, foi realizado um trabalho de embelezamento com a colaboração do célebre paisagista e botânico francês Auguste Glaziou (1833 – 1906), que tornou a floresta um parque para uso público com fontes, lagos, mirante, pontes e jardins de estilo francês. Depois de um longo período de abandono, em 1944, sob a coordenação do industrial Raymundo de Castro Maia (1894 – 1968), convidado pelo então prefeito Henrique Dodsworth (1895 – 1975), e com a cooperação do paisagista Roberto Burle Marx (1909 – 1994), foram reiniciadas a recuperação e a manutenção da vegetação da floresta. Alguns dos atrativos da Floresta da Tijuca são o Pico da Tijuca – seu ponto mais alto -, o Pico do Papagaio e a Cascatinha Taunay. Fica dentro do Parque Nacional da Tijuca, criado em 1961, o mais visitado do Brasil. (WANDERLEY, 2019, p. s.n).

Atividade 02

Utilizando o acervo do Portal Brasileira Fotográfica, escolha uma fotografia da Floresta da Tijuca no século XIX. Em seguida, faça uma pesquisa de outra fotografia da mesma localidade atualmente, ou vá até o local e tire você mesmo uma foto. Faça uma comparação das principais mudanças que consegue observar a partir das duas imagens e descreva a paisagem.

45.3 Fontes

BRASIL. *Decreto número 50.923, de 06 de julho de 1961.* <https://legis.senado.leg.br/norma/473490/publicacao/15640614> . Acesso: 15 set. 2022.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1840, p. 04.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1841, p. 04.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1842, p. 04.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1843, p. 03

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 06 de março de 1844, p. xx.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1848, p. 01.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1848, p. 05.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1848, p. 03.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1849, p. 03.

45.4 Referências

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro.* Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

DRUMMOND, José Augusto. O Jardim Dentro da Máquina: Breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

NASCIMENTO, João Carlos *et al.* *Gestão de recursos florestais: um estudo do caso do replantio da floresta da tijuca (1840–1890).* XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, 2015.

SALES, Gabriel Paes da Silva; GUEDES-BRUNI, Rejan Rua. Floresta da Tijuca: paisagem de memória, história e biodiversidade. *Revista Cátedra Digital*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 01–06, 2019.

WANDERLEI, Andrea. *A Floresta da Tijuca no Dia Mundial do Meio Ambiente*. Portal Brasileira Fotográfica, publicado em 05 de junho de 2019, [online]. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=15070>. Acesso em: 25 nov. 2022.

45.5 Para saber mais

FLORESTA da Tijuca. *Brasileira Fotográfica*. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/browse?value=Floresta+da+Tijuca&type=coverage>. Acesso em: 25 nov. 2022.

FLORESTA da Tijuca – História. Reportagem: Cíntia Neves. Brasil: Canal Saúde TVE. 1 vídeo (2min35s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8j2egnwSd8I>. Acesso em: 25 nov. 2022.

HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (org.). *As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005.

REFLORESTAMENTO da Floresta ds Tijuca. *Programa Expedições*. Direção: TV Brasil. Brasil: Tv Brasil, 2011. 1 vídeo (25min17s). Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/expedicoes/episodio/reflorestamento-da-floresta-da-tijuca>. Acesso em: 25 nov. 2022

46. Entre o público e o privado: lugares, lutas e conquistas das mulheres no século XIX

Natália Maria da Cruz Ferreira⁹⁹

Ao longo da história, as mulheres foram intituladas de formas diversas. Autoras como Mary Del Priore (2011) e Tania Navarro Sawain (2001) explicam que as adjetivações foram desde “santas” até “diabólicas”. Ainda no século XIX, vamos perceber uma acentuação nas diferenças sociais estabelecidas entre homens e mulheres, o que fazia com que muitas mulheres continuassem vivendo em situação de subserviência.

As mulheres brasileiras eram direcionadas para o casamento, para o trabalho do lar e para a reprodução, devendo apresentar boas maneiras. Michelle Perrot (2005, p. 459) explica que “Aos homens, o público, cujo centro é a política. As mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa”; essa divisão sexual fez com que alguns lugares fossem proibidos para mulheres. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues (2013) explica que o discurso preterido no período oitocentista era que as mulheres não tinham capacidade de administrar as próprias vidas, além de serem consideradas frágeis, sendo direcionadas a tomarem decisões baseadas no sentimentalismo.

Sua postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesmas. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária. [...] Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto, para as católicas, a seu confessor, não se entrega. O pudor é sua virtude, o silêncio, sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. (RODRIGUES, 2013, p. 143).

Angela Davis (2016) explica que as mulheres escravizadas, assim como os homens, eram consideradas mercadorias. No núcleo escravocrata, a distinção entre homens e mulheres era relacionada aos trabalhos domésticos, bem como às questões envolvendo abusos sexuais contra essas meninas e mulheres. As negras se tornavam símbolo de prazer, além de alimentar o sistema escravista por meio da procriação.

Os homens brancos donos de escravos queriam que as mulheres escravizadas passivamente aceitassem a exploração sexual como um direito e um privilégio dos que estavam no poder. As mulheres negras escravas que de boa vontade se submetiam aos avanços sexuais do dono e que recebessem presentes e pagamentos eram recompensadas pela sua aceitação da ordem social existente. As mulheres negras que resistiam à exploração sexual desafiavam diretamente o sistema; a sua recusa em submeterem-se passivamente à violação era a marginalização do direito

⁹⁹ Mestra em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO Niterói).

dos donos dos escravos sobre si mesmas. Elas foram brutalmente punidas. (HOOKS, 2014, p. 21).

Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira (2012) aponta que algumas mulheres, mesmo sendo escravizadas e pertencentes a algum senhor, tinham suas formas de constituírem relações pessoais, apesar da situação de cativo. Além disso, algumas escravizadas do século XIX compravam sua liberdade, resultado do trabalho. As fugas também eram constantes (mesmo que em menor número se comparadas aos homens), visto que era uma das maneiras de não aceitar com passividade os castigos e as perversidades.

As mulheres pobres não dispunham de exclusividade para o lar e para a maternidade. As condições socioeconômicas exigiam que elas ajudassem a complementar a renda da casa e, com isso, encontravam possibilidade de fazer algum dinheiro nas ruas. Aquelas que se viam impossibilitadas de deixar o lar, ofereciam serviços no ambiente domésticos, como as costureiras e lavadeiras. A prestação dos seus serviços era uma maneira de minimizar a precariedade vivida, bem como a busca pela autonomia.

De acordo com Rachel Soihet (2004), muitas mulheres das camadas populares eram chefes de seus próprios lares. As mulheres pobres trabalhavam demais e, normalmente, não estabeleciam relação formal com seus companheiros, além disso, comportamentos como delicadeza, recato e submissão não faziam parte da cultura popular.

Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil. (SOIHET, 2004, p. 307).

Mesmo com tudo isso, foi também no século XIX que as mulheres passaram a se posicionar de forma mais intensa na busca por ocuparem maiores espaços na sociedade, bem como conquistarem autonomia e direitos sociais. Nas décadas finais do século XIX, surgiu a necessidade da educação para as mulheres e a entrada em setores de trabalhos, principalmente nos serviços de fábricas e comércios. O século XIX trouxe modernização e algumas conquistas para as mulheres, principalmente da classe alta e branca, mas é inegável que, mesmo com todos os avanços, o que as mulheres tinham em comum, eram as posições de submissão impostas pela sociedade.

46.1 O que disse a imprensa sobre as conquistas das mulheres no século XIX

Foi na primeira metade do século XIX que surgiram jornais dedicados ao público feminino. A participação das mulheres e a sua escrita nesse período eram iniciantes. Além disso, a sociedade contava com poucos leitores, sendo a leitura em voz alta nos âmbitos sociais e domésticos, uma práxis. De modo geral, os escritos direcionados para as mulheres falavam de posturas, comportamentos, preparação do lar, maternidade e literatura. Em Minas Gerais, no ano de 1832, na cidade de São João Del-Rei, surgiu o *Mentor das Brasileiras*, com dedicação para mulheres leitoras e estudiosas. Os temas envolviam poesias, hinos, correspondências e discursos de algumas professoras (JINZENJI, 2012). No entanto, era redigido por um homem, José Alcibíades Carneiro.

Foi na segunda metade do século XIX que começaram a surgir jornais dirigidos e regidos por mulheres. Considerada como imprensa feminina ou feminista, alguns jornais que passaram a circular ganharam expressividade pelo discurso voltado para a educação e pela maior liberdade de posicionamento. No Rio de Janeiro, no ano de 1852, o *Jornal das Senhoras* foi fundado e dirigido pela argentina Joana Paula Manso de Noronha.

Mônica Vasconcelo e Marcília Rosa Periotto (2015) argumentam que o *Jornal das Senhoras* visava ajudar na formação da mulher brasileira do século XIX. Informações referente às publicações e aos valores se encontravam sempre na última folha, acompanhadas do endereço.

No dia 11 de janeiro de 1852, a proprietária do jornal sem se identificar apresentou um texto explicando para os leitores quem ela era e quais os seus propósitos. A partir da página 11, ela já começa afirmando que se definir era uma triste tarefa e que as leitoras poderiam ficar despreocupadas que não ela iria escrever uma biografia sobre seus gostos, personalidade e se seus escritos versavam com sua vida pessoal.

Assim, vamos ter uma apresentação sem identificação com um jogo de perguntas, para que as leitoras comecem a imaginar quem era a mulher a frente de um jornal. A editora explica que irá deixar o público na curiosidade e que ela enquanto agente de transformação precisa se ver as vezes pelo prisma da ilusão e conseqüentemente a fantasia e com isso, poder ser alguém imaginário.

Em seus escritos a editora destacava que a intenção era escrever sobre diferentes assuntos, principalmente sobre as mulheres e os seus direitos. Na mesma edição, apresentou um texto sobre a emancipação moral da mulher, o qual, em linhas gerais, trazia o seguinte:

[...] É o conhecimento verdadeiro da missão da mulher na sociedade; é o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba, e dos quais à deserda, porque tem em sim a força material, e porque ainda não se convenceu que um anjo lhe será mais útil que uma boneca. [...] a mulher conhece a injustiça com que é tratada, e reconhece perfeitamente a tirania do homem; não é a elas a quem temos de convencer da necessidade de sua emancipação moral. Mas em quanto a educação se não reformar, em quanto ele considerar a mulher como sua propriedade, nada teremos feito. (*Jornal das Senhoras*, 1852, p. 12).

Buscando trazer inovação para as mulheres, as ideias vinham conforme o progresso e a modernização da época, mas, apesar de serem cautelosos, alguns escritos causaram burburinhos. A esse respeito, a redatora alegou não querer uma rebelião nem que as mulheres deixassem os papéis desempenhados no lar; a busca era para maior igualdade de direitos e abertura nos espaços públicos.

No sul de Minas Gerais, no ano de 1873, foi lançado o semanário *O Sexo Feminino*, tendo como responsável Francisca Senhorinha. Mesmo trazendo questões voltadas para mulheres e questões do lar, a escrita era voltada para emancipação da mulher, direito à educação e mundo intelectual, instigando as mulheres a entenderem qual era o papel delas na sociedade. Assim, a imprensa era tira como veículo de comunicação essencial para o debate público sobre a emancipação das mulheres.

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa — O Sexo Feminino: tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso: rirão os curiosos seu riso sardônico de reprovação a ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha: agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; perseguirão os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de utopistas: O Sexo Feminino aparece, há de lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e posteridade julgará o perseguidor e perseguido. (*O Sexo Feminino*, 1873, p. 01).

O jornal prevaleceu em circulação por um período duradouro, sendo que, no ano de 1875, o impresso passou a ser redigido na cidade do Rio de Janeiro. Nunes (2008) explica que foi nesse período que o jornal se tornou renomado em relação à Corte, tendo sido impressos mais de quatro mil exemplares nas primeiras dez edições.

Na segunda metade do século XIX, outros jornais destinados ao público feminino passaram a circular na sociedade brasileira, alguns de duração efêmera e outros com mais tempo de duração. A exemplo temos: *O Belo Sexo* (1862); *O Domingo* (1880); *Jornal das Damas* (1880); *Eco das Damas* (1880), *Primavera* (1880); *Voz da Verdade* (1885); *O Direito das Damas* (1882), dentre outros.

46.2 A imprensa na sala de aula

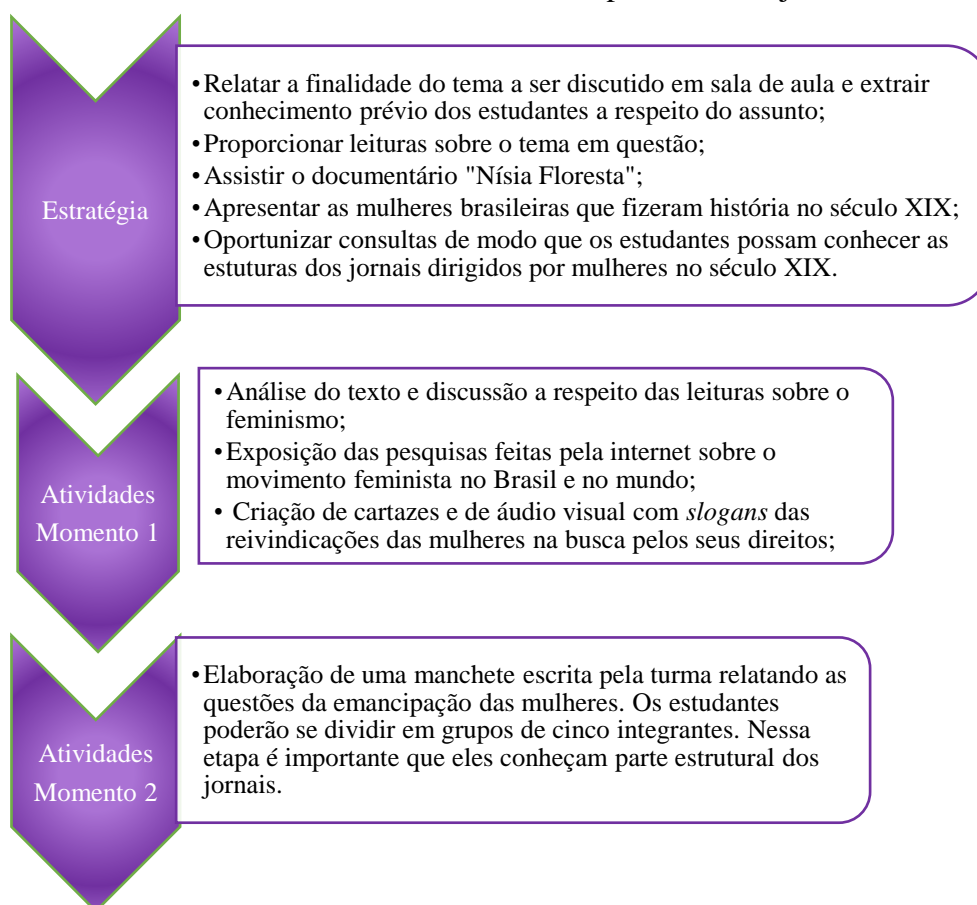
Mesmo trazendo questões muito subjetivas de quem escrevia, os escritos dispostos nos jornais traziam aspectos da realidade, demonstrado as transformações que ocorriam. Raquel Discini de Campos (2009) explica que os jornais apresentam essa função pedagógica, já que além dos assuntos trazendo formação de opinião e persuasão, os escritos dos jornais traziam a representação do sujeito.

Assim, os jornais impressos se tornam recurso metodológico de grande valia para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, podendo ser trabalhados em diversos

campos da educação, principalmente para o ensino de História. Com isso, os indivíduos têm a possibilidade de adentrar a conhecimentos que, por vezes, não estão inclusos nos livros didáticos e na literatura.

Já no século XIX muitas dessas mulheres não estavam interessadas apenas em novelas, poemas e receitas de bolo, mas queriam estar por dentro das questões presentes na sociedade, buscando seus direitos e implantando ideias de cunho emancipatório. Essas mulheres que tinham acesso aos jornais e passaram a reivindicar eram principalmente mulheres da alta sociedade, professoras, artistas, profissionais liberais.

No Brasil, o movimento feminista ganhou alguns contornos a partir do século XIX. Mulheres passaram a reivindicar com mais veemência seus direitos e ocupações nos espaços públicos. Alguns jornais já no século XIX traziam questões envolvendo a emancipação feminina, a luta de direitos sociais e cívicos, bem como a educação. A proposta para se trabalhar em sala de aula é, através de consultas na Hemeroteca Digital, proporcionar aos alunos conhecimento sobre a luta e direito das mulheres por meio dos jornais do século XIX.



46.3 Fontes

O Jornal das Senhoras. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1852, p.11-2.

O Sexo Feminino. Campanha, 07 de setembro de 1873, p. 01.

46.4 Referências

- CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, (1920 - 1940): educação e história*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. Tradução: Plataforma Gueto. Janeiro 2014.
- JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos pagu*, n. 38, p. 367–394, jan./jun. 2012.
- NUNES, Aparecida Maria. *Imprensa e Feminismo do século XIX no sul das Gerais. XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências*. São Paulo, 2008.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso 1830 a 1890*. 2013. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 7a. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- SWAIN, Tania Navarro. *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 34, 2001.
- TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Mulheres na história e histórias de mulheres*. In: BARROS, Lúcio Alves de. *Mulher política e sociedade*. Belo Horizonte: Asa, p. 37–56, 2012.
- VASCONCELO, Mônica; PERIOTTO, Marcília Rosa. *A moda e os bailes no jornal das senhoras (1852–1855) e a formação da mãe-professora*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 64, p. 76–85, set. 2015.

46.5 Para saber mais

- BIA FERREIRA. *Não precisa ser Amélia*. Colmeia 22, 2019, 5min e 36s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kqy8SwZ7qsU>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997. 678 p.
- DUARTE, Constância Lima. *IMPRENSA FEMININA E FEMINISTA NO BRASIL: século XIX - Dicionário Ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FRANCISCO EL HOMBRE. *Triste, louca ou má*. São Paulo: Estúdio Navegantes, 2016, 4min e 29s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.
- GELEDÉS. *Questões de gênero*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/questaodegenero/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2023.
- HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Bhuvi Libanio. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

47. Os verões da elite em Petrópolis

Nicolas Theodoridis¹⁰⁰

Petrópolis foi ocupada pelos índios coroados até o século XVIII e começou a se transformar com a descoberta do ouro na Capitania das Minas Gerais por ser caminho de escoamento do mineral. Ao passar pela região em 1822, D. Pedro I veio a adquirir a fazenda do Córrego Seco — rebatizando-a de Imperial Fazenda do Córrego Seco — com o intuito de construir um palácio, fato não concretizado devido a abdicação em 07 de abril de 1831.

Em 16 de março de 1843, D. Pedro II estabeleceu na localidade um assentamento de colonos de origem alemã (PRIORI, 2016), e a sonhada construção de um palácio de verão de seu pai teve início em 1845 e término em 1847. A partir daí a família imperial viria a passar seus verões (novembro a abril)¹⁰¹ no intuito de fuga do calor da então capital federal e das constantes ondas de febre amarela que assolavam a capital do Brasil.

Para se chegar a Petrópolis, o caminho era bem penoso. Inicialmente, começava num barco a vapor, que saía do largo da Prainha (atual Praça Mauá), indo dos fundos da Baía de Guanabara até a raiz da Serra, na altura de Magé. A partir desse ponto, seguia-se a cavalo. Em 1854, com a construção da Estrada de Ferro pelo futuro Barão de Mauá, o transporte de passageiros seguia até a raiz da Serra e subia para Petrópolis a cavalo mediante a Estrada Real, que ligava Minas ao Rio. O trem somente chegou na cidade Imperial em 1883, com a inauguração da Estrada de Ferro Príncipe do Grão-Pará.

Renault (1982, p. 20) indicou que os bilhetes vendidos na estação da companhia eram, “especiais, que dão direito a quatro passagens de ida e volta, na 1ª classe, pelo preço de 48\$. Cada passagem corresponde a um percurso e custa, pois, 6\$”. Mesmo com tais dificuldades de acesso, o imperador mantinha uma agenda cheia em que recebia diversas personalidades do período nos salões do Palácio Imperial.

47.1 O que disse a imprensa sobre os verões da elite em Petrópolis

No dia 15 de maio de 1883, a família imperial brasileira recebeu da Condessa de Barral, assim como um seletto grupo da nobreza, um discreto convite para um sarau nos salões do Hotel Orleans, localizado em Petrópolis.

Detalhes a ressaltar era que, para D. Pedro II, os faustos da mesa farta não eram apreciados por ele. Seu maior apreço eram, sem sombras de dúvidas, as artes e as ciências. Em seu diário, iniciado em 31 de dezembro de 1861, ele escreveu que “nasci para consagrar-me às letras e às ciências” (MAURO, 1991, p. 184), embora estivesse ciente de seu fardo como imperador. Os banquetes eram vistos pelo imperador como cerimônias de Estado. Tal fato pode ser atestado na quantidade de banquetes providos pessoalmente; foram dois: um para os abolicionistas; e o famoso Baile da Ilha Fiscal (LELLIS; BOCCATO, 2013).

Avesso a badalações, o imperador aceitou de bom grado o convite, sendo noticiado no jornal *Gazeta de Notícias* (1883, p. 03) que “Sua Majestade dirigiu-se para o baile da Sra. Condessa de Barral. O Baile é no hotel Orleans, e a ele assistem SS. MM. e Altezas Imperiais,

¹⁰⁰ Doutor em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

¹⁰¹ De acordo com o *Jornal do Commercio*, em sua edição de 18 de dezembro de 1887.

todo o corpo diplomático, e pessoas da corte”. A notícia consta, entre várias notas, a crise ministerial do período com o pedido de demissão coletiva do ministério, tendo à frente o Visconde de Paranaguá, pois em vez de procurar resolver a questão, ele e a família foram ao sarau da preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, conforme a reprodução a seguir.

Petrópolis 15, às 11 horas e 35 minutos da noite.

O Sr. Visconde de Paranaguá, apenas chegou a esta cidade, dirigiu-se ao paço e apresentou a S.M. o Imperador o pedido de demissão coletiva do ministério de que é presidente, ponderando-lhe os motivos que obrigaram o gabinete a resignar as pastas.

S.M. o Imperador, depois de ouvir as razões apresentadas pelo Sr. Visconde de Paranaguá, disse-lhe que depois lhe daria resposta.

Sua Majestade dirigiu-se para o baile da Sra. Condessa de Barral.

O baile é no hotel Orleans, e a ele assistem SS. Mm. e Altezas Imperiais, todo o corpo diplomático, e pessoas da corte.

Fala-se com insistência que haverá dissolução da Câmara dos deputados ou recomposição ministerial.

O Sr. Conselheiro Paranaguá, a vista da conferência que teve com Sua Majestade o Imperador, não telegrafou a nenhum dos seus colegas de ministério. Por isso que até a noite não obtivera nenhuma solução definitiva para a crise ministerial. (*Gazeta de Notícias*, 1883, p. 03).

Segundo outra fonte, a festa organizada pela Condessa teve como propósito “o consórcio de seu estimável filho com a Exm. Sra. D. Maria Francisca Paranaguá” sendo “a brilhante festa celebrada nos salões do hotel Orleans”. Leiamos a notícia na íntegra a seguir.

Baile – Ontem teve lugar o esplendido baile com que a Exm. Sra. Condessa de Barral solenizou o consórcio de seu estimável filho com a Exm. Sra. D. Maria Francisca Paranaguá.

A brilhante festa foi celebrada nos salões do hotel Orleans. (*Correio Mercantil*, 1883, p. 01).

47.2 A Imprensa na sala de aula

Para se trabalhar com os periódicos do século XIX em sala de aula, o professor tem de se acautelar com questões basilares, que podem parecer desnecessárias, mas sem elas os resultados se mostrarão adulterados. Vejamos quais são esses cuidados.

Começemos por Barros (2019) e suas ponderações. O periódico é uma fonte textual, sem dúvida. Podemos considerá-lo como instrumentos de campos de lutas doutrinárias, mas devemos observá-lo como objeto de estudo, ou seja, quando o

historiador se dedica a esse domínio temático da historiografia ao qual podemos chamar de “História da Imprensa” como *fonte histórica*, pois, neste caso, “o jornal pode ser utilizado como caminho para nos

aproximarmos de quaisquer outros objetos de estudo e modalidades historiográficas. (BARROS, 2019, p. 190).

Isso se faz necessário, como pondera Leite (2016), visto que a imprensa, de uma forma geral, não teve a intencionalidade de se tornar fonte histórica, mas o “fazer deles uma fonte histórica é uma escolha e, uma vez feita essa opção, é preciso entender que a imprensa é uma linguagem constitutiva do social e detém um caráter histórico, além de particularidades próprias” sendo estas “práticas sociais que moldam formas de pensar, de agir, definem lugares sociais, difundem posições e interpretações” (LEITE, 2016, p. 15).

Como qualquer fonte, ela “deve ser problematizada, ou seja, deve ser analisada considerando quem a produziu e para qual finalidade” (LEITE, 2016, p. 14), pois conforme assevera Barbosa (2010, p. 48) “estudar a imprensa e os impressos é, portanto, ir além do objeto — o jornal — e tentar descortinar as práticas responsáveis pelas significações das obras”.

Como proceder metodologicamente? Leite (2015, p. 14) esboçou algumas dicas perfazendo algumas indagações basilares, como: “quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes”.

Capelato (1988, p. 23) orienta que, ao ser construído, o fato jornalístico tem interferência não apenas de quem o produziu, mas também do público para o qual se destina. Por isso, “conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica”.

A pesquisa com esse tipo de fonte precisa perceber que ela foi “concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (CAPELATO, 1988, p. 24), nas quais as relações de poder existem e coexistem entre si, permitindo acompanhar o movimento das ideias que circulavam no período de análise.

Após todas estas considerações observemos novamente as duas notícias e seus respectivos periódicos. O primeiro (*Gazeta de Notícias*) foi um periódico que circulou no Rio de Janeiro entre 1875 a 1942. Nascido no período de contestação do poder imperial, portanto antimonarquista, e alinhado à causa abolicionista¹⁰², era alinhado com o Partido Liberal.

Ao lermos atentamente, a primeira notícia faz uma crítica ao comportamento do Imperador. Analise seu texto verificando as causas que motivaram estas críticas do autor do artigo a figura do monarca.

Já no segundo artigo, um aspecto a ser trabalhado em sala, seria o de procurar relacionar o pai da noiva, o Visconde de Paranaguá e sua relação para com o Imperador, pois ambos se encontravam em conflito no período. Para tal proposição, explicar a função do Visconde no governo de D. Pedro II, do gabinete do qual ocupava na época, o seu significado e o resultado posterior que acometeu o gabinete ocupado por ele.

Observa-se que nenhuma alusão foi feita aos fatos políticos e ao momento delicado do Partido Liberal na condução do Gabinete. Outro detalhe: nada foi aludido à família imperial, somente à condessa e ao enlace matrimonial. Como o periódico é da cidade, possivelmente as

¹⁰² Foi nesse periódico que José do Patrocínio iniciou seus escritos da campanha abolicionista a partir de 1879 com o pseudônimo “Prodhome”.

devidas festas viriam a abrilhantar a presença de tais ilustres presenças em seus domínios territoriais. Portanto, devemos ter em mente que a análise dos periódicos necessita, como qualquer fonte, da devida interpretação dos dados apresentados.

47.3 Fontes Primárias

Gazeta de Noticias. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1883, p. 01.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1887, p. 01.

Mercantil. Petrópolis, 16 de maio de 1883, p. 01.

47.4 Referências

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil (1800–1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas. Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais como fonte e objeto de Pesquisa Histórica. In: *Escritas: Revista do curso de História de Araguaína*, volume 07, número 1, pp. 03-17, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629>. Acesso em 30/11/2021.

LEITE, Valéria de Jesus. A Imprensa e a memória: os trabalhadores do norte de Minas entre o (des) envolvimento e o progresso. In: RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral (org.). *A História na Imprensa: a Imprensa na História*. Jundiaí: São Paulo: Paco Editorial, 2016.

LELLIS, Francisco e BOCCATO, André. *O Banquetes do Imperador: receitas e historiografia da gastronomia no Brasil do século XIX*. São Paulo: Senac, 2013.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRIORI, Mary Del. *Histórias da Gente Brasileira*, v. 2. São Paulo: Leya, 2016.

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro, segundo os jornais 1870–1889*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

47.5 Para saber mais

AMBROZIO, Júlio César Gabrich. *O Passado e o Presente no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis: uma História Territorial*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRIORI, Mary del. *A paixão do Imperador*. São Paulo: Editora Objetiva, 2008.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. *Oficina do Historiador*, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 1, jan./jul. 2019.

SCHWARZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 4, 1985.

48. O Imperial Colégio de Pedro II

Lívia Beatriz da Conceição¹⁰³

O futuro político Francisco de Paula Ferreira de Rezende nasceu e se criou no tempo das regências, momento esse em que

O Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começava logo a ler e aprender a constituição política do império. (REZENDE, 1988, p. 53).

Era um tempo de incertezas variadas e de receios diversos relacionados à manutenção da ordem política e social, bem como à integridade territorial do jovem império, ameaçado pelos constantes e intensos conflitos político-sociais da época (MOREL, 2003). Mas não somente! Era um tempo igualmente de constituição de projetos diversos (e incertos) para a formação de um Estado que, no ato de se inventar, percebia espaços como os da escola do então menino Rezende enquanto estratégicos nesse fim (ANDERSON, 1989).

Assim, o espaço escolar se forjava nesse processo enquanto um *locus* singular de veiculação de alguns valores e práticas relacionados ao projeto de preservação da unidade territorial e da ordem política e social do jovem Estado em formação. Dessa forma, ele se constituía (e se construía) enquanto um local estratégico de formação de súditos nacionais (CONCEIÇÃO, 2018).

E os jornais nisso? Em espaços públicos que se transformavam, os impressos eram muitas vezes utilizados como palco dessa arena política (MOREL, 2010). Tais locais eram apresentados, construídos e disputados, como a exemplo da escola do então menino Rezende, mas, principalmente, do Imperial Colégio Pedro II que se encontrava em processo histórico de construção.

Isso dito, chamamos à cena o ano de 1838. Nosso objetivo é o de perceber de que forma as notícias sobre a criação e o funcionamento do Colégio Pedro II foram veiculadas por dois dos principais jornais que circulavam no município da Corte Imperial: *Aurora Fluminense* e *O Sete d'Abril*. Nesse fim, trazemos ao debate alguns questionamentos iniciais que podem também ser lidos enquanto pistas nessa investigação, a saber: qual é o tom dado às notícias pelos dois jornais em questão? Os escritos constroem interpretações similares sobre o estabelecimento e o funcionamento do Colégio de Pedro II? Ao se referirem à instituição de ensino em questão, esses espaços o e percebiam da mesma maneira? Caso não, qual (ou quais) hipótese(s) poderíamos construir sobre isso?

¹⁰³ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHES/UERJ).

48.1 O que disse a imprensa sobre o Colégio Pedro II

Interior

De todos os ministérios do Brasil, o atual é aquele que mais tem se dirigido à imaginação do público [...]. O que tem feito em benefício da instrução pública, das artes, da legislação, do comércio, das outras indústrias, enfim, de todos os elementos que constituem a civilização de um povo? Nós pedimos à imprensa ministerial que nos enumere esses serviços imperceptíveis a nossos olhos [...]. Na instrução pública primária e secundária em vão procuramos traços da influência de uma Administração tão prodiga de magníficas promessas. O nobre Ministro do Império [...] não apresentou às Câmaras um só projeto de reforma da atual organização da instrução pública [...]. Contentou-se em erigir o Colégio de Pedro II sobre as ruínas do seminário popular de São Joaquim, como si uma criação destinada a um limitadíssimo número de mancebos satisfizesse as necessidades gerais da instrução. (*Aurora Fluminense*, 1838, p. 01).

Interior

A nova destinação dada pelo Ministro do Império ao Seminário de S. Joaquim tem sido objeto de uma viva e longa discussão no Senado. S. Ex. viu-se em extremo embaraçado em achar qualquer explicação que parecesse justificar a criação do Colégio de Pedro II sob as ruínas de um estabelecimento destinado pela filantropia à educação industrial dos moços indigentes. (*Aurora Fluminense*, 1838, p. 01).

Imperial Colégio de Pedro II

Foi esta a primeira vez que se viu na Capital do Império uma solenidade deste gênero em um estabelecimento Nacional [...]. A distribuição dos prêmios é sempre, em todos os países, a solenidade principal destas instituições, o dia de triunfo para os alunos premiados, a ocasião das mais vivas alegrias para seus pais. Quanta emulação não suscita nesses jovens corações [...] o prêmio que lhes é conferido diante um concurso numeroso de espectadores!

[...] Logo que chegou S.M.I, às 11 horas, todo o Corpo Colegial o foi esperar à portaria, de onde o acompanhou até o lugar que havia lhe sido destinado. Era um magnífico espetáculo ver aquela longa fila de mancebos, esperanças da Pátria, formarem o acompanhamento do seu Monarca, também Jovem, quase da mesma idade que a maior parte deles, e com quem há de crescer, como o Representante da nova Geração, a quem os destinos do Brasil têm de ser entregues [...].

Ultimada a distribuição dos prêmios, o Sr. Reitor recitou o seguinte discurso:

[...] Que não deverás esperar tu Colégio de Pedro II? [...] Este Colégio, concebido pela mais alta sabedoria e nascido debaixo de uma tutela tão augusta e tão brilhante, é a escola da virtude, é a prática da moralidade, é a fonte da Instrução Pública, é o lugar onde somente se admite o que aspira a ser homem de bem [...].

Mas um Colégio assim montado, que é o que promete? Que vantagens promete à Sociedade, no meio da qual existe? Ah, ele promete Alunos bem educados que, com suas virtudes e maneiras polidas, saibam enobrecer cada vez mais o já honrado nome de brasileiros: ele promete dar bons cidadãos para todos os Estados, Cidadãos que saibam respeitar as leis e o Governo que os rege, cidadãos que sejam bons Súditos, bons Superiores, bons Magistrados e até bons agricultores: ele promete ensinar o caminho da honra e da virtude [...].

Imperador, o Colégio é vosso: ele até herdou o vosso nome; e quem lhe deu o ser, a vida e o nome, também lhe cabe, digo melhor, também lhe cumpre dar a perpetuidade. (*O Sete d'Abril*, 1838, p. 01).

48.2 A Imprensa na sala de aula

Professor, trouxemos ao debate dois jornais com posições distintas quanto à criação e ao funcionamento do Imperial Colégio de Pedro II. Nossa ideia é a de que possamos perceber e discutir não somente a tomada de posição divergente quanto ao tema em questão, mas também relacionar o debate aos projetos em constituição e disputa no período em torno do como deveria se constituir o Império do Brasil (MATTOS, 1994).

Resumidamente: o jornal é o espaço no qual os atores do Estado em construção apresentam, constroem e disputam seus projetos de ação política. Assim, ele se configura enquanto uma arena na qual esses sujeitos históricos se digladiam (RIBEIRO; FERREIRA, 2010). Seguem propostas de atividades:

Atividade 01

A partir das discussões travadas nos dois periódicos, reflita sobre os seguintes questionamentos, que se interligam:

- a) Que Brasil é esse que se quer construir nas páginas desses impressos?
- b) Que cidadãos/meninos/mancebos são esses que se quer formar?
- c) Qual é o papel da instrução secundária nisso?

Sugestão: depois de respondidas as perguntas, divida a turma em dois grupos, com cada um deles sustentando as prerrogativas de cada um dos jornais na resposta às perguntas.

Atividade 02

Nas notícias trazidas à cena pelo *O Sete d'Abril*, percebe-se uma tentativa de se entrelaçar a experiência de vida dos “jovens corações” que naquele momento histórico estudavam no Imperial Colégio de Pedro II, “esperanças da Pátria” em formação, à do próprio “Monarca, também Jovem, [...] o Representante da nova Geração, a quem os destinos do Brasil têm de ser entregues” (*O Sete d'Abril*, 1838, p. 01). Nesses termos, *O Sete d'Abril* enreda a

criação do Colégio de Pedro II à construção do próprio Estado imperial no Brasil, na figura de seu imperador menino, de quem, inclusive, esse estabelecimento de ensino herdou o nome.

Isso dito, o exercício será o de discutir que projeto político é esse que estava sendo construído e sustentado nas páginas do *Sete d’Abril*. Para tanto, sugerimos a discussão conjunta com os seguintes trechos: “O Sete d’Abril, tendo por fim defender a constituição Política do Brasil, os Direitos do Imperador, o Senhor D. Pedro II, e a Integridade do Império, recebe todos os artigos e correspondências, tendentes ao mesmo fim” e “A Independência e a Constituição hão de se perpetuar. A Integridade do Império há de se conservar. Os inimigos do Brasil e da Paz Pública hão de acabar [...] O SENHOR D. PEDRO II HÁ DE GOVERNAR” (*O Sete d’Abril*, 1838, p. 01).

Atividade 03

Na publicação do dia 19 de dezembro de 1838 do *O Sete d’Abril*, foi noticiada a primeira cerimônia de distribuição de prêmios dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, criado em dezembro do ano anterior. Nessa solenidade, o próprio imperador esteve presente. Depois da recepção do prêmio, o aluno premiado “dirigia-se ao Imperador, beijava-lhe a mão, e rendia-lhe os seus agradecimentos”. Por fim, “o premiado voltava para o seu lugar, no meio de hinos e cantatas, recebendo flores em sua passagem e as felicitações de seus parentes, amigos e companheiros” (*O Sete d’Abril*, 1838, p. 01).

Proposta de atividade: após trabalhar em sala com as ideias veiculadas por esse periódico, os discentes devem tentar imaginar esse dia na vida daqueles meninos. O objetivo é estabelecer uma sensibilização entre esses dois tempos históricos (BURKE, 1992). Por fim, cada um dos discentes deve criar uma cerimônia de premiação em sua escola. Ao final, deve-se sugerir que eles se interroguem sobre que personagens da cena política brasileira atual poderiam estar presentes na solenidade e o porquê.

Atividade 04

Os alunos devem procurar por notícias recentes em jornais atuais acerca do Colégio Pedro II relacionadas a diversos temas (atividades realizadas, greve de funcionários e os motivos alegados, posicionamentos de alunos e professores quanto a diferentes assuntos), buscando identificar posições veiculadas pelos jornais a respeito do colégio. O exercício será o de tentar perceber tendências políticas variadas nos jornais consultados quanto às ações empreendidas pelo colégio, além de fazer com que os alunos se questionem sobre que projetos de Brasil e de brasileiros estão sendo construídos, discutidos e sustentados por cada um desses escritos políticos.

48.3 Fontes

Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1838, p. 01.

Aurora Fluminense, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1838, p. 01.

O Sete d’Abril, Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1838, p. 01.

O Sete d’Abril, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1838, p. 01.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

48.4 Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- CONCEIÇÃO, Livia Beatriz. Diálogos apropriativos: as relações entre os projetos para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot. *Quaderni di Thule*, v. 44, p. 509–528, 2018.
- MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820–1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831–1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

48.5 Para saber mais

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II:

https://www.cp2.g12.br/estrutura_organizacional_propgpec/diretorias_propgpec/189-programas_interdisciplinares/nudom/

Fique ligado! O Colégio Pedro II promove atividades de extensão que visam estabelecer uma relação mais próxima com a sociedade de forma geral. Corre lá e confere:

<http://www.cp2.g12.br/blog/propgpec/extensao/>

49. A formação dos letrados no Brasil do século XIX: alguns apontamentos

Rodrigo Fialho Silva¹⁰⁴

A formação dos letrados no Brasil se iniciou no período colonial com os filhos de famílias abastadas que atravessavam o Atlântico com o objetivo de completarem seus estudos formais em renomadas universidades europeias, principalmente em Portugal. Após completarem seus estudos, eles retornavam para a América portuguesa e ocupavam os quadros administrativos do governo, ou seguiam carreiras exercendo ofícios como médicos ou advogados. De acordo com José Murilo de Carvalho (2014):

O quadro da educação superior da colônia só começou a mudar com a chegada da Corte em 1808. Uma Real Academia dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar foram logo criadas (1808 e 1810), seguidas pelas Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, pela Academia de Belas-Artes. Mas as escolas dedicadas explicitamente à formação da elite política só surgiram após a independência. Trata-se de dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo, outro em Olinda, transferido em 1854 para Recife. Além desses, uma Escola de Farmácia foi criada em Ouro Preto em 1839 e no mesmo local instalou-se uma Escola de Minas em 1876. Em 1858 a engenharia civil foi retirada da Academia Militar e transferida para a Escola Central que, por sua vez, se transformou na Escola Politécnica em 1874, copiando a instituição francesa do mesmo nome. (CARVALHO, 2014, p. 73–74).

O autor se refere a uma elite política que também estava imersa no mundo das letras, pois, de acordo com Marco Morel (2005, p. 184) esses “homens de letras eram com frequência homens públicos, isto é, seguiam carreira política”. Foi ao longo do século XIX, que as instituições de ensino no Brasil foram implementadas e ficaram responsáveis pela formação de muitos escritores, juristas, poetas, políticos e jornalistas, criando, de acordo com Raquel Glezer (1992, p. 19), “os quadros administrativos e políticos necessários para o desenvolvimento das atividades do e no Império”. Se antes as elites estudavam fora, é a partir da Independência que elas passam a contar com o ensino superior no Império:

Quando o Império iniciou suas atividades, contava com um eficiente corpo burocrático-administrativo, fiel às suas diretrizes. Para dar continuidade a essa situação, criou seu próprio corpo burocrático através da fundação das Faculdades de Direito, que formaram as elites

¹⁰⁴ Doutor em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Diretor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Unidade Leopoldina).

letradas imperiais, as quais serviam fielmente ao Estado. (GLEZER, 1992, p. 29).

Na busca por se forjar uma identidade nacional, foram criadas instituições importantes na então capital do Império, arregimentando boa parcela de letrados daquele século. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “palco privilegiado da política cultural do Império no século XIX” (GONÇALVES, 2012, p. 226), o Arquivo Nacional, na época denominado Arquivo Público do Império, e o Real Gabinete Português de Leitura ambiente que “dispunham de livros tanto para serem lidos em salas individuais quanto para empréstimo” (CASTRO, 2015, p. 42) são alguns exemplos.

Tais espaços estavam sob a égide do governo imperial e deveriam preservar a memória, bem como elaborar uma história nacional. Assim como na Corte, em outras vilas e cidades do Império do Brasil, surgiram sociedades filantrópicas, sociedades secretas e bibliotecas públicas, como a Biblioteca Pública em São João Del Rei/MG, criada em 1827, e a Biblioteca Pública da Bahia, criada “por iniciativa civil de um senhor de engenho e intelectual baiano Pedro Gomes Ferrão Castello Branco junto a um grupo de homens letrados” (RASTELI; CALDAS, 2017, p. 97).

Os intelectuais e letrados se cruzavam nesses espaços de sociabilidade e deles se alimentavam para escrever os textos que seriam veiculados pela imprensa da época. De acordo com Barata (2009, p. 57), “O surgimento e a circulação de periódicos possibilitaram a introdução de ideias, vocabulários e práticas políticas. Muitas vezes discutidos publicamente, os periódicos eram, em última instância, uma forma de educação política”. Paralelo às instituições do Estado, responsáveis pela formação dos letrados e das elites intelectuais, muitos deles atuavam fora desses círculos, encontrando na imprensa o lugar de legitimidade de suas ações, entendendo-a como um dos principais meios de mobilizar as opiniões.

Embora existissem oficialmente desde 1808, os jornais e os panfletos tomaram forma combativa a partir de 1821 no contexto da Independência (NEVES, 2003) e se avolumaram após 1822. Havia, nas palavras de Marialva Barbosa (2013, p. 65) “a formação de um circuito de comunicação do centro para a periferia e da periferia para o centro, expandindo palavras, sentidos e opiniões dos homens das letras”, como uma prática que reverberava, além do cotidiano, as discussões eminentemente políticas, ganhando força a partir do Primeiro Reinado e das regências (MOREL, 2005). Tudo isso contribuía para o debate sobre os acontecimentos no Brasil e nos países do mundo, tanto no espaço público quanto no privado, ao longo do século XIX.

As técnicas de impressão foram se aprimorando por meio de ilustrações como desenhos e charges. É por meio da imprensa que mulheres, escravizados e negros se faziam representar pela escrita; enfim, era o espaço no qual as visões de mundo eram registradas. Os jornais circulavam por entre as vilas, cidades, casas, lugarejos, bibliotecas, igrejas, pensões, hotéis, tabernas, prostíbulos, praças, províncias e até mesmo em outros países, como aponta Marialva Barbosa (2013):

Os navios traziam na sua carga letras impressas sob a forma jornal e seus ocupantes podiam comercializá-las nas suas passagens periódicas

ou fortuitas pelas cidades. O momento em que os navios chegavam da Europa era também o tempo de se “conseguir leituras”, que podiam ser feitas em grupo em lugares público [...]. Mas a leitura coletiva pressupunha a inscrição de discussões decorrentes do entendimento que se fazia [...] mostrando que o universo das práticas comunicacionais destaca-se sempre a possibilidade de misturas: mistura do oral com o mundo letrado e do universo letrado com os modos orais. (BARBOSA, 2013, p. 28–29).

Os jornais eram produzidos nas tipografias, lugar de convivência que agregava os técnicos na arte de impressão, funcionários, curiosos e redatores. Eles publicavam notícias oficiais como discursos parlamentares, leis, decretos, cartas de leitores, romances, novelas, crônicas, contos, obituários, nascimentos, notícias estrangeiras, festas, propagandas variadas de alimentos, tecidos, bebidas, artigos pessoais, remédios e trechos de outros jornais, endossando ou criticando opiniões (FERREIRA, 2007). Como explicou Ferreira (2007, p. 189), “desde suas origens, a imprensa no Brasil cumpriu o papel de divulgar, comentar e avaliar livros e publicações que considerava de cunho civilizador”, papel desempenhado, especialmente, pelos letrados.

Porém, a leitura de um jornal não era privilégio apenas de uma pessoa alfabetizada, pois existiam modos de se apropriar das letras, seja por meio da escuta das leituras em voz alta, seja por ouvir dizer sobre seus conteúdos nos espaços públicos e privados, dilatando o que Robert Darnton (2000) denominou de “sistemas de comunicações”, os quais são capazes de moldar os acontecimentos demarcando uma dada temporalidade.

A apropriação da leitura se dava de variadas formas, e a própria leitura era feita de maneiras diferentes. Uma pessoa poderia ler em voz alta para um grupo de amigos em uma taberna, numa praça ou coreto, no adro das igrejas em missas dominicais ou festejos santos, quando da existência de um maior número de pessoas reunidas pela devoção ou pelo costume de se encontrar, pois, “pela imprensa e pela oralidade ampliavam-se a cultura literária. A maioria da população de analfabetos expressava-se dentro das tradições orais, das músicas e das danças transmitidas pela herança cultural” (RASTELI; CALDAS, 2017, p. 100).

49.1 O que disse a imprensa sobre a formação dos letrados no Brasil do século XIX

Citamos como lugar de sociabilidade dos letrados a Biblioteca Pública criada em 1827 na Vila de São João Del Rey.¹⁰⁵ O seu idealizador, Batista Caetano de Almeida, abastado negociante, também foi o responsável pelo surgimento, no mesmo ano, do primeiro jornal da vila, denominado o *Astro de Minas* (SILVA, 2013).

Nascido em 1797 na vila de Camanducaia, Batista de Almeida se mudou para São João Del Rey ainda criança e logo se envolveu nas atividades comerciais da família, tornando-se comerciante renomado, dono de casas comerciais, vereador, juiz de paz, deputado e um mecenas comprometido com as letras (MACULAN, 2011). Autodidata, não cursou o ensino superior, o que não desaprecia sua biografia. Pelo contrário, é um típico letrado oitocentista,

¹⁰⁵ Em 1828, a Biblioteca Pública contava com cerca de mil volumes (WALSH, 1985).

conhecedor das leis e das letras com engajamento no espaço público, como assinalou Morel (2005).

Batista de Almeida manuseava e, provavelmente, lia os jornais que expunham publicamente na Biblioteca Pública, para o público que se interessasse, além de se preocupar com a preservação deles, dando a entender que aquele espaço também possuía um acervo dos jornais da época. No dia 29 de outubro de 1829, numa quinta-feira, na sessão de “Avisos”, o *Astro de Minas* publicou uma lista de jornais disponíveis para leitura na Biblioteca Pública:

Acham-se na Biblioteca desta Vila para quem quiser ler os seguintes Periódicos: Farol Maranhense, Abelha Pernambucana, Constitucional de Pernambuco, Diário de Pernambuco, Cruzeiro, Amigo do Povo, Gazeta Parahybana, Bahiano, Farol Paulistano, Diario Fluminense, Aurora, Astréa, Malagueta, Luz Brasileira, Jornal do Commercio, Courier, Universal, Amigo da Verdade, Astro de Minas. Francisco de Assis Brasiel Bibliothecario. (*Astro de Minas*, 1829, p. 04).

Além de bibliotecário, Francisco Brasiel também era redator do *Astro de Minas* à época (BARBOSA, 2013) e cuidava do acervo dos jornais (ou periódicos). Diversos jornais circulavam em São João Del Rei, e o *Astro de Minas* também ultrapassava as fronteiras de Minas, como era habitual, circulando em outras províncias e configurando uma rede de comunicação.

Na edição de 18 de janeiro de 1828, o *Aurora Fluminense*, do Rio de Janeiro, publicou a seguinte notícia sobre o *Astro de Minas*: “Temos visto o *Astro de Minas*, novo Periódico em S. João Del Rei até o N° 15. Compreende diferentes extratos de Jornais da Corte, e vários artigos relativos aos interesses da Província” (*Aurora Fluminense*, 1828, p. 35). Em 1830, o *Abelha Pernambucana*, publicou a seguinte passagem: “Para conhecermos a má fé do escritor, e a prevenção com que aparece no campo do jornalismo, basta, independente de analisar, lermos o seguinte artigo do Astro de Minas, e que vem transcrito na Aurora n° 381 de 21 de Dezembro de 1829” (*Abelha Pernambucana*, 1830, p. 367).

49.2 A imprensa na sala de aula

Vivemos em um ciberespaço e numa era cada vez mais digital, na qual as notícias não vêm mais a cavalo. Em cada temporalidade existiu um “circuito de comunicação” e no século XIX, quando do surgimento da imprensa no Brasil, não foi diferente. O homem cria os meios a partir de suas tecnologias, seja pelo uso invisível do Wi-Fi — enviando, recebendo e compartilhando mensagens pelo aparelho de celular —, seja no lombo dos animais, ou até mesmo a pé, ziguezagueando por entre as estradas, atravessando oceanos, subindo morros e enfrentando mudanças climáticas, mas sempre se fazendo ler e lendo o outro, a exemplo da circulação dos periódicos no século XIX.

Assim, a partir dos trechos retirados dos jornais da época, desenvolva as seguintes propostas:

1. É possível identificar na citação dos jornais existentes na Biblioteca Pública de São João Del Rei, em 1829, a existência de um circuito de comunicação impresso? Argumente.
2. Do ponto de vista geográfico, aponte o alcance dessa rede, ou seja, de onde vinham estes jornais.
3. Atualmente, muito se tem discutido sobre a veracidade das notícias divulgadas, principalmente nas redes sociais. Dessa maneira, ao ler a citação do *Abelha Pernambucana* publicada em 1830, é possível perceber tanto a falta de preocupação ao se publicar notícias sem analisá-las, quanto a necessidade de “compartilhamentos” em “redes” entre os jornais. Apesar do distanciamento temporal e do aprimoramento tecnológico, a divulgação das notícias aproxima as práticas comunicacionais do passado e do presente. Identifique e transcreva esse indício publicado pelo *Abelha Pernambucana* e informe se você tem conhecimento sobre a existência de alguma medida de precaução contra o compartilhamento de notícias falsas nas redes sociais.

49.3 Fontes

Abelha Pernambucana. Recife, 09 de março de 1830, p. 367.

Astro de Minas. São João Del Rei, 29 de outubro de 1929, p. 04.

Aurora Fluminense. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1828, p. 35.

49.4 Referências

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público; espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822–1840). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTRO, Valdiney Valente Lobato de Castro. Quem eram os leitores cariocas no século XIX? *Interfaces*, Guarapuava, v. 6, n. 2, p. 40–50, dez. 2015.

DARNTON, Robert. Rede de intrigas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jul. 2000.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GLEZER, Raquel. São Paulo e a elite letrada brasileira no Século XIX. *Rev. Bras. De Hist*, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 19–30, ago. 1992.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O intelectual cortesão e a civilização: Um perfil dos fundadores do IHGB e de sua Revista. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs). *Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

- MACULAN, Carlos Eduardo. *As luzes do tempo: Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-independência*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820–1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820–1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Cultura letrada no Brasil Colonial: biblioteca, livros e leitura. *Páginas a&b*, Porto, v. 3, n. 7, p. 89–104, 2017.
- SILVA, Rodrigo Fialho. O universo das letras: debates impressos e mediações culturais — São João d’El-Rey (1827–1829). In: SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge (orgs). *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*, v. 1, v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985.

49.5 Para saber mais

- 200 da Independência — os ‘Panfletos Incendiários’ da Independência. Brasil: Fundação Biblioteca Nacional, 2021. 1 vídeo (1h56min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yP0YqETBxDU>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Hemeroteca Digital*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Periódicos & Literatura*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Rede da memória virtual brasileira*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

50. A Guerra do Paraguai

Felipe Vieira Leite¹⁰⁶

A Guerra do Paraguai foi o maior e mais demorado conflito entre países na América do Sul. Ocorreu entre 1864 e 1870, quando Brasil, Argentina e Uruguai se uniram contra o Paraguai. Segundo Rodrigues e Pedrosa (2015), a motivação da guerra causa discórdia entre as correntes historiográficas. Chiavenato (1995) defende que o Reino Unido é o grande culpado pela guerra, já outros, como Frota (2000), dizem que Solano Lopez, presidente do Paraguai, inspirado em Napoleão, alvoroçou a América do Sul.

O Brasil era um império constitucional que tinha Dom Pedro II como imperador. Territorialmente muito grande e com população concentrada na porção litorânea, tinha um número muito pequeno de pessoas nas fronteiras com os outros países. O exército do Brasil possuía apenas 18.000 homens, mas sua marinha era poderosa (DORATIOTO, 2002).

O Paraguai era uma república com um presidente vitalício, e Francisco Solano López assumiu a presidência após a morte de seu pai, Carlos López. Enquanto jovem, Solano López viajou para a Europa e visitou países como França e Prússia, onde aprendeu sobre táticas de guerra e conheceu sua esposa, a irlandesa Elisa Alicia Lynch (DORATIOTO, 2002). Ao retornar ao Paraguai e assumir o poder, fortaleceu o seu exército em homens e equipamentos. O Paraguai disputava faixas de terra com localização e países diferentes: com a Bolívia e Argentina a noroeste; com o Brasil ao norte; e com a Argentina ao sudoeste e sudeste. Isso mostra que as fronteiras não eram bem definidas no centro da América do Sul. Outro fator relevante é que o comércio do Paraguai era impactado pelo país não ter saída para o mar, sendo a Bacia do Prata — historicamente, controlada por Brasil e Argentina — fundamental para que os paraguaios conseguissem acessar o mar.

Mais bem preparado para a Guerra, o Paraguai começou uma série de ofensivas bélicas, investindo contra o navio brasileiro *Marquês de Olinda* e capturando o presidente da província do Mato Grosso, bem como toda a tripulação, os quais morreram no cativo. Dias depois invadiram o território brasileiro pela província do Mato Grosso como forma de revidar o apoio do Brasil aos Colorados no Uruguai (DORATIOTO, 2002).

Em 13 de dezembro de 1864, declararam guerra ao Brasil. A tropa paraguaia avançou e conquistou facilmente várias localidades brasileiras, chegando até Coxim, no interior de Mato Grosso. As tropas brasileiras começaram a ser mobilizadas, mas o vasto território e a falta de tropas nas fronteiras fizeram com que a reação brasileira demorasse (DORATIOTO, 2002).

Para abril do ano seguinte, o Paraguai planejava mais um ataque ao território brasileiro, agora mais ao sul. Para alcançar tal finalidade, as tropas paraguaias necessitavam passar por uma faixa de terra da Argentina, o que foi negado. Assim, o Paraguai invadiu a província argentina de Corrientes, conquistando algumas cidades e alguns rios, o que impeliu os argentinos a tomarem um lado da disputa, e esse lado foi o brasileiro. No Uruguai, os Blancos já haviam sido depostos do poder pelos Colorados, que foram apoiados pelo Brasil e pela

¹⁰⁶ Mestrado em História pela Universidade Salgado Oliveira (UNIVERSO/Niterói).

Argentina. Assim, em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, declarando guerra contra o Paraguai (DORATIOTO, 2002).

Brasil e Argentina estavam despreparados para a guerra e, por isso, foi criada a campanha “Voluntários da Pátria” para poder aumentar o número de integrantes do Exército brasileiro, campanha que em pouco tempo fez o Exército brasileiro crescer para 139.000 homens. O sucesso foi devido ao fato de vários voluntários serem escravos ou ex-escravos, que se voluntariaram com a promessa de ganharem cartas de alforria ou terras. A Argentina, no entanto, não conseguiu aumentar substancialmente o número de homens de seu exército e enviou cerca de 30.000 homens. Já o Uruguai contribuiu com 5.500 homens (DORATIOTO, 2002).

Em junho de 1865, o Paraguai invadiu a província argentina de Misiones com o objetivo de chegar ao Brasil, conseguindo chegar até São Borja, no Rio Grande do Sul. O Brasil, com marinha superior, bloqueou os rios da Bacia do Prata, impedindo a passagem de embarcações paraguaias. Fruto desse bloqueio, o Paraguai — que tinha um navio de guerra e seis embarcações comerciais adaptadas para combate — atacou os nove navios de guerra brasileiros e outras embarcações menores.

O plano paraguaio era capturar as embarcações brasileiras e controlar a navegação na região. De início, devido à surpresa, o plano paraguaio começou a ter resultado positivo, porém, com superioridade, a frota brasileira destruiu as embarcações paraguaias. Essa foi a batalha que ficou conhecida como Batalha do Riachuelo, que destruiu os planos paraguaios pela água e consolidou o domínio dos aliados na Bacia do Prata.

Por terra, o Paraguai ainda conseguiu avançar em direção ao sul, passando da cidade de São Borja para Uruguaiana e quase chegando ao Uruguai. Os aliados interromperam o avanço das tropas paraguaias na Batalha de Jataí, que foi a primeira batalha terrestre da Guerra do Paraguai. A partir desse ponto, a guerra tomou outro rumo, e os aliados começaram a fazer ações ofensivas para não esperarem mais iniciativas por parte dos paraguaios (FROTA, 2000).

Nessa fase da guerra, os aliados fizeram o cerco a Uruguaiana, em agosto e setembro de 1865, e foram bem-sucedidos. No início de 1866, iniciaram uma invasão ao sul do Paraguai, capturando a Fortaleza de Itapirú. Os paraguaios ainda tentaram um contra-ataque ao acampamento de Tuiutí, que foi o maior e mais sangrento conflito já existente em toda a América do Sul, no qual 30.000 aliados lutaram contra 23.000 paraguaios. Nesse confronto, o exército de Solano López foi derrotado, perdendo cerca de 12.000 homens.

Aos poucos, entre 1866 e 1868, outros fortes foram conquistados, como o Forte de Cuzurú, o Forte de Curupaití e o Forte de Humaitá, o mais esperado. No dia 12 de setembro de 1866, Solano López se reuniu com Bartolomé Mitre Martínez, presidente da Argentina, para propor um tratado de paz, visto que a derrota paraguaia já era nítida. O presidente argentino propôs termos de paz que não foram aceitos por López e, dez dias depois (em 22 de setembro de 1866), os aliados — com 19.000 homens — lançaram ataque ao Forte de Curupaití, sendo derrotados por 6.000 aliados. Essa foi a maior derrota dos aliados em toda a guerra. Os números são discordantes, mas os países da Tríplice Aliança perderam entre 4.000 e 6.000 homens contra menos de 250 paraguaios. Depois disso, a guerra ficou estagnada por quase um ano (DORATIOTO, 2002).

Após esses acontecimentos, Duque de Caxias recebeu o comando do Exército Brasileiro com grandes desafios: a tropa estava desmotivada, despreparada, com problemas de suprimento e sofrendo várias doenças nos campos paraguaios. Com a sua chegada, a ordem e a higiene nos acampamentos foram reestabelecidas, os militares foram treinados e balões de observação para análise do terreno e das tropas inimigas foram trazidos dos Estados Unidos da América.

Os aliados conseguiram expulsar a tropa paraguaia do Sul do Brasil e, mesmo com o Forte de Humaitá sendo reforçado pelos paraguaios, Caxias promoveu um cerco, cortando as vias de ressurgimento de material pessoal entre julho de 1867 a fevereiro de 1868. As tropas argentinas e uruguaias, aos poucos, foram deixando o campo de batalha, e os brasileiros permaneceram quase que sozinhos. Em agosto de 1868, a Fortaleza de Humaitá foi capturada pelas forças brasileiras. Em abril de 1868, as terras no Mato Grosso que haviam sido ocupadas pelos paraguaios, foram recuperadas (FROTA, 2000).

Solano Lopes já havia deixado Humaitá e se deslocado para o norte do Paraguai, onde, em dezembro de 1868, executou seu irmão e outros paraguaios por descobrir que eles planejavam um golpe de Estado, o que ficou conhecido como Massacre de São Fernando (FROTA, 2000). Nesse mesmo mês, as tropas brasileiras avançaram rumo à capital Assunção, e os combates ocorridos ficaram conhecidos como “A Dezembrada”, que foi composta das Batalhas de Itororó, Avaí, Itaibaté e Lomas Valentinas, acabando com o que restava da tropa formada pelo Exército Paraguai.

Em 1º de janeiro de 1869, as tropas aliadas chegaram a Assunção, mas Solano López recusou a se render, fugindo mais para o norte do Paraguai. Assim, Duque de Caxias considerou a guerra como acabada e retornou ao Brasil. Nesse período, Conde D’Eu, esposo da Princesa Isabel, assumiu o comando das tropas brasileiras e, em 16 de agosto de 1869, aconteceu a última batalha — a Batalha de Acosta-Nu —, que foi conhecida por ser travada por crianças e mulheres compondo as forças paraguaias, as quais foram exterminadas pela tropa brasileira. Solano López fugiu novamente e, em 1º de março de 1870, foi emboscado e morto em Cerro Corá, norte do Paraguai (DORATIOTO, 2002).

No tratado de paz, após vencida a guerra, os territórios ocupados pelo Paraguai foram devolvidos ao Brasil e à Argentina, com exceção do Grande Chaco, que continuou sendo disputado pelo Paraguai e Argentina. Em suma, a guerra levou ao endividamento dos países, à redução drástica da população masculina do Paraguai e ao fortalecimento do Exército Brasileiro.

50.1 O que disse a imprensa sobre a Guerra do Paraguai

O apoio das populações de cada um dos países envolvidos foi muito importante para o suporte econômico e para que houvesse a disposição para a ida à Guerra. O jornal *El Semanario*, único jornal do Paraguai — e com o Presidente Carlos Solano López sendo indicado como diretor em sua primeira edição —, justifica no editorial de 07 de janeiro de 1865 o motivo pelo qual o Paraguai invadiu o Brasil por Mato Grosso, exaltando a valentia do soldado paraguaio.

No início é explicado que a guerra deveria acontecer, pois o Brasil não era justo com seus vizinhos. É dito que o Império iludia os países menores e ficava cada vez mais rico com seus monopólios. Quanto ao Paraguai, “povo agricultor e pacífico, empregava-se tranquilo em

suas tarefas domésticas” (*El Semanario*, 1865, p. 01), já o Brasil o obrigou a se opor contra os planos tenebrosos de imposição de interesses.

No final do artigo, depois de encorajar o povo paraguaio a ir para a guerra, há novamente a justificativa do motivo pelo qual o Paraguai se dispôs a guerrear quando é citado um bombardeio em Paisandú, localidade uruguaia onde o Brasil ajudou integrantes do Partido dos Colorados a deporem os Blancos do poder.

À hora da justiça é chegada, o Brasil não poderá mais cometer suas arbitrariedades impunemente; o bárbaro bombardeio de Paisandú em que sacrificou mulheres e crianças já foi respondido pela tomada de Coimbra e a cada dia o Império deverá sentir novos reveses. (*El Semanario*, 1865, p. 02).

No Brasil, o *Jornal do Commercio*, de 27 de janeiro de 1865, informou a tomada do Forte de Coimbra pelos paraguaios. Nele, é exaltada a bravura dos soldados brasileiros ao resistirem à superioridade numérica e militar do inimigo. Também há a convocação de voluntários para fazerem parte do exército com a intenção de retomar a faixa de terra ocupada pelos paraguaios. O artigo inicia com: “Nos velhos e carcomidos muros de Coimbra tremula, é certo, a bandeira paraguaia, mas este fato não dourará por certo as páginas da história de República” (*Jornal do Commercio*, 1865, p. 01). Por esse pequeno trecho, pode ser percebido o intento de dar continuidade à guerra. Mesmo com o Paraguai cumprindo seus objetivos ao ocupar parte do Mato Grosso, o jornal brasileiro conseguiu exaltar e encorajar seus compatriotas.

Com a guerra durando um longo período, houve muita perda de vida e gastos muito altos, sendo natural que a imprensa não apoiasse os esforços de guerra, visto que não havia motivos para dar continuidade a ela. A esse respeito, o jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro, em um artigo chamado “A volta da guarda nacional e voluntários da Pátria”, no dia 26 de janeiro de 1870, clamava pela volta dos brasileiros. O artigo iniciava dizendo que Solano López já estava derrotado, e que Conde D’Eu, comandante das tropas Imperiais, já havia solicitado a retirada. O jornal acusava o governo imperial de cometer crime ao continuar com a guerra apenas para a captura de López. Terminando o artigo, foi usada a consciência da coletividade para dar razão à volta das tropas:

Está no domínio público que o general em chefe o Sr. Conde d’Eu opõe-se a essa inqualificável ingratidão, e que, considerando terminada a guerra, quer voltar, trazendo consigo esses bravos, que o gabinete de 16 de julho tem medo de ver desembarcar reunidos e principalmente trazendo a sua frente o jovem ilustre general vitorioso. (*A Reforma*, 1870, p. 01).

50.2 A imprensa na sala de aula

O professor pode dividir os alunos em dois grupos, um irá observar os motivos para o Paraguai participar da guerra, o outro grupo observará os motivos que o Brasil teve para

participar da guerra. Após ampla pesquisa, os grupos devem apresentar para toda a turma quais foram seus resultados. Com intermediação do professor, os dois grupos devem debater para tentar chegar a possíveis soluções, de forma que os problemas entre as nações pudessem ser resolvidos sem a necessidade de confronto bélico.

Outra proposta pedagógica que pode ser empregada é a pesquisa em jornais brasileiros da época, de forma a ser visto como os monarquistas retratavam a guerra, e como os republicanos ou liberais escreviam sobre o mesmo fato. O objetivo será disponibilizar ao aluno a oportunidade de perceber que o mesmo acontecimento pode ser relatado de forma diferente, a depender de quem e de qual forma está sendo descrito.

O professor pode aprofundar o debate em torno da Batalha de Acosta-Nu e analisar com os alunos a motivação que fez com que Solano López formasse um exército com crianças e mulheres. Além disso, também se pode analisar a motivação dos brasileiros a guerrearem contra o exército formado por López.

50.3 Fontes

A Reforma. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1870, p. 01.

El Semanario. Asunción, 07 de janeiro de 1865, p. 01–02.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1865, p. 01.

50.4 Referências

CHIAVENATO, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Editora Brasiliense, 1980.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (ed.). *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Editora Prismas, 2015.

FROTA, Guilherme de Andrea. *Quinhentos anos de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

50.5 Para saber mais

A GUERRA do Paraguai — Filme documentário. Direção: Clênio de Sá Flores. Brasil: Locais e Sabores, 2020. 1 vídeo (1h19min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hK4K3xxiies>. Acesso em: 29 nov. 2022.

51. O primeiro censo do Brasil: 1872

Ana Silvia Volpi Scott¹⁰⁷

Dario Scott¹⁰⁸

O primeiro recenseamento geral da população brasileira completou 150 anos em 2022 e foi o único censo concretizado durante a vigência da escravidão. Sua realização está inserida no contexto mais amplo do século XIX, assim como no próprio contexto brasileiro.

Naquela época, a Ciência Estatística passou a ser considerada um instrumento fundamental para administração dos estados. Aliás, o século XIX é conhecido, entre outras especificidades, por ser o século da estatística. Por conta disso, ao longo dos anos oitocentos, realizaram-se várias edições do Congresso Internacional de Estatística para se discutir, entre outros temas, os critérios para realização de recenseamentos populacionais.

A preocupação com a realização de um recenseamento geral da população brasileira ganhou importância após a Independência (1822), quando a questão da construção da nação preocupava a elite política e intelectual brasileira. Era fundamental determinar o pertencimento à comunidade nacional e os critérios para definir a nacionalidade, assim como garantir a supremacia da nação sobre as diversas pátrias regionais. Isso evitava a fragmentação do território, que, durante o período regencial, ameaçou o império através de revoltas em várias províncias (BISSIGO, 2013). A consolidação e o triunfo do Estado-nação se deram no segundo reinado (1840–1889).

O tema nação/nacionalidade é muito debatido entre os historiadores (GRINBERG; SALLES, 2009). E, diferente do que se possa pensar, a realização do censo demográfico teve papel fundamental para a construção da nação e da nacionalidade brasileira (BOTELHO, 2005). Isso porque, paralelamente à construção da nação, era fundamental identificar os componentes populacionais, fazer a sua contagem e conhecer as suas características. Assim, o império brasileiro, herdeiro da tradição lusa de elaboração de levantamentos populacionais, seguiu os procedimentos, as determinações e as preocupações que haviam orientado a Coroa Portuguesa em relação à colônia americana. Com isso, as categorias censitárias que faziam a clivagem dos habitantes a partir de critérios baseados na condição jurídica (livres e escravizados) e na cor foram incorporadas, reforçando a estrutura hierarquizada da sociedade (BOTELHO, 2005).

Portanto, o censo de 1872 deu uma resposta ao anseio da elite letrada imperial e foi realizado em momento importante, no pós-Guerra contra o Paraguai (1864–1870) e na sequência da Lei do Ventre Livre (1871) (CAMARGO, 2018). Por outro lado, a valorização das estatísticas e a incorporação de sua preocupação sobre o conhecimento da população levaram a elite do Império do Brasil a se pautar pelas recomendações dos congressos de estatística. Isso porque, naquela época, constituía um verdadeiro atestado de civilidade e modernidade do Estado, distanciando o Brasil da barbárie dos países que não usavam a estatística para a sua administração (BISSIGO, 2013; CAMARGO, 2018).

¹⁰⁷ Doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (IUE/Itália). Docente e Pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹⁰⁸ Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O processo de realização do recenseamento geral da população do Império, depois de muitas dificuldades, foi acionado a partir da Lei nº 1.829, de 09 de setembro de 1870. Nela, mandava-se proceder o recenseamento da população do Império, criando ainda a Diretoria Geral de Estatística (DGE), que coordenaria o processo a ser executado no âmbito de cada província, o que acabou por gerar tensões e conflitos na implementação do recenseamento.

Para efetuar o censo, as autoridades provinciais escolhiam as comissões censitárias em cada paróquia. A comissão, por sua vez, contratava agentes recenseadores que distribuiriam as fichas de família a serem preenchidas pelos chefes de família, para posterior recolhimento pelos agentes e envio para a comissão. O material censitário seria enviado à DGE para somar e tabular os habitantes.

A realização da tarefa envolveu desafios logísticos e ações para recensear uma população profundamente heterogênea e dispersa por um imenso território, com locais de difícil acesso, e que ainda era, majoritariamente, analfabeta — o que dificultava o preenchimento das fichas de família (BISSIGO, 2014). De toda a forma, os procedimentos implementados buscaram uniformizar as informações, seguindo as recomendações dos congressos de estatística. Apesar das dificuldades, os habitantes foram listados por nome, idade, condição jurídica, profissão, nacionalidade e cor. Esses dados foram tabulados em mais de 8.500 quadros, elaborados a partir das fichas de família. O censo foi realizado em 1º de agosto de 1872. Ainda que a simultaneidade fosse uma regra importante, nem sempre foi possível segui-la, tanto é que a província de São Paulo só realizou o censo em 1874.

A população brasileira foi recenseada separada em categorias, as quais, seguramente, não eram neutras. Mas, ainda que os dados coletados tenham problemas e que seja necessário refletir criticamente sobre as categorias e critérios instituídos pelo censo (BOTELHO, 2005; BISSIGO, 2014; CAMARGO, 2018), eles são uma fonte fundamental para conhecer a população brasileira daquele período, sendo que o censo de 1872, como veremos, recebeu atenção da imprensa da época, de norte a sul do país.

51.1 O que disse a imprensa sobre o primeiro censo do Brasil

Não será portanto illudida a confiança de V. M. Imperial na desvelada atenção que urge dedicar a estes assumptos, assim como á reforma eleitoral, ao melhoramento da adminstração da justiça, á organização municipal e da guarda nacional, á decretação de meios para levar a effeito o recenseamento de toda a população do imperio, á lei do recrutamento, e ao codigo penal e do processo militar. (*D. Pedro II*, 1870, p. 03).

Foi ha poucos dias publicado o regulamento que damos abaixo, para execução do arrolamento da população do império, na forma do art. 1º da lei de 9 de Setembro do anno passado [...]

Se conseguirá a nova lei o intuito desejado é o que o tempo sómente demonstrará. O que é certo desde já é que – na fórma costumeira – é uma lei vexatória e desarasoadada em varios pontos, o que é sem duvida de máo agouro para sua fiel execução, porque terá nesse caso, além dos descuidos

do funcionalismo, a má vontade do publico. Para indicar este caracter da lei basta que notemos a imposição do § 1º do art. 9 do regulamento que ahi vae, em virtude da qual, e sob pena de 200\$000, são obrigados a fazer parte das comissões censitárias – todos os funcionarios públicos, de nomeação ou de eleição, retribuídos ou não retribuídos! [...]

Em todo caso fazemos votos para que taes obstáculos não neutralizem a consecução do intento da lei, que em fundo encerra uma medida de incontestavel magnitude. (*Correio Paulistano*, 1872, p. 01).

Um agente recenseador tendo remetido á commissão censitária as listas do recenseamento da sua secção no 1º de Agosto as 5 ½ horas da manhã cumpro com o que determina a lei? E a vista de semelhante pressa, que não parece de mais, o que devia fazer a commissão? O agente em questão mora em terras de um engenho cujo nome se parece com *pitú*, e bem conhecido do *Zuza do Tindé, Cara-Cará*, porque resa com todos três as matinas conservadoras no mesmo breviário. Em tudo, por mais simples que seja a gente conservadora não cumpre com a lei: esperamos que nos tire da duvida quem deve entender da lei. (*O Liberal*, 1872, p. 04).

Pouco ou nada tenho a acrescentar ao que sobre este importante ramo de serviço publico disse no seu relatório o meu illustre antecessor. Devendo ser remettidos á directoria geral de estatística na côrte todos os elementos originaes desse serviço para se proceder ali ao apuramento, nessa conformidade remetteu-se em 30 de Novembro do anno passado o trabalho effectuado em 35 freguezias desta província. O máo estado e imperfeição das vias de communicação desta província impedirão que as listas de família fossem entregues ás respectivas commissões com a desejável promptidão, e forão causa de ser retardado o recenseamento em diversas parochias, accrescendo que muitas daquellas listas forão extraviadas ou inutilizadas.

Varios cidadãos distinguirão-se no desempenho de tão importante serviço, que o governo imperial tomará sem duvida na consideração de que é digno.

Pelo mappa annexo vereis que o numero de fogos das 54 freguezias conhecidas è de 45,813, com exclusão da de Santa Christina do Pinhal, cuja commissão por ocasião de remetter-me o seu trabalho, deixou de enviar as relações de fogos, não se podendo por isso saber o numero exacto delles nessa freguesia.

O numero de habitantes naquellas freguezias é de 365,520. Não foi discriminada a população livre da escrava, porque tendo de ser feita, como já disse, a apuração na directoria geral de estatística na côrte, houve urgência em remetter-se para ali as listas de família e demais papeis concernentes quase á metade das freguezias da província.

Pelo dito mappa também conheceréis quaes as freguezias onde não foram ainda cumprida a disposição da lei. (*O Constitucional*, 1873, p. 01).

51.2 A imprensa na sala de aula

Desde os finais do século XIX, o Brasil realiza, periodicamente, recenseamentos gerais de sua população. A execução dos recenseamentos é fundamental para conhecer as características da população brasileira e como ela vai variando ao longo do tempo. Esse conhecimento é necessário para que o governo possa distribuir adequadamente os recursos, assim como formular políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida dos habitantes de todo o território nacional.

Na sala de aula, explorar os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são divulgados no site da instituição (www.ibge.gov.br), pode auxiliar na exploração de conteúdo das várias disciplinas da educação básica, como História, Geografia, Sociologia, Matemática, Português, entre outras. Especificamente sobre os censos demográficos, há uma infinidade de matérias publicadas nos jornais que podem ser trabalhadas em sala de aula. Dados sobre a distribuição por grupos etários, por exemplo, mostram que a população brasileira (assim como em vários outros países do mundo) vem envelhecendo. Esse tema pode levar os alunos a refletir sobre como, historicamente, o Brasil vai mudando. Assim, pode-se pedir que os alunos analisem os dados sobre o seu município (ou estado) para observar essas mudanças e muitas outras, a partir dos recenseamentos.

Outra atividade que pode ser proposta está relacionada à entrada de imigrantes de várias origens ao território brasileiro desde os finais do século XIX, com o fenômeno da imigração de massa, até os recentes deslocamentos populacionais, formados por refugiados, por exemplo. Pode-se discutir temas relativos à legislação, como as mudanças na lei de imigração no Brasil, assunto fartamente veiculado nos jornais.

Outra possibilidade é o uso de fotos antigas publicadas nos jornais. Veja-se, por exemplo, a *Coleção 100 Anos de Fotografia pelas Lentes da Folha*. A coleção mencionada disponibiliza material riquíssimo, que pode ilustrar os dados recolhidos sobre a população brasileira por meio dos censos, ao se abordar diferentes temas, como imigração, trabalho e cotidiano. Dados veiculados nas matérias podem ser utilizados nas disciplinas de Matemática e Português para fazer cálculos variados sobre a distribuição da população, ou estudar a mudança na forma de escrita da nossa língua. Na disciplina de Sociologia, pode-se discutir a questão da distribuição por raça/cor, associada por exemplo ao quesito sexo ou educação. Todos esses assuntos são amplamente tratados pela imprensa. Por fim, o site da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital) disponibiliza imagens de jornais que podem ser usados em sala de aula.

51.3 Fontes

Pedro II. Ceará. 08 de julho de 1870, p. 03.

Correio Paulistano. São Paulo, 18 de janeiro de 1872, p. 01.

O Liberal. Pernambuco, 20 de novembro de 1872, p. 04.

O Constitucional. Rio Grande do Sul, 13 de março de 1873, p. 01.

51.4 Referências

- BISSIGO, Diego N. *A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”*: a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. 2014. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- BISSIGO, Diego N. Notas sobre o censo de 1872: relações entre a Diretoria Geral de Estatística e as províncias do Império. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013.
- BOTELHO, Tarcísio R. Censos e a construção nacional no Brasil imperial. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 1, p. 321–341, 2005.
- CAMARGO, Alexandre P. O Censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, v. 22, n. 3, p. 414–428, 2018.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

51.5 Para saber mais

- MARLI, Mônica. Conheça os fatos que marcaram a história de cada censo demográfico. *Agência de Notícias IBGE*. [S. l.], out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25685-conheca-os-fatos-que-marcaram-a-historia-de-cada-censo-demografico>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- O PAÍS é este — Entrevistas e dados do censo de 2000 como você nunca viu. Direção: Zelito Viana e Marcos Palmeira. Brasil: IBGE, 2021. 1 vídeo (23min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b3u2415j8bY>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- OLIVEIRA, Jane. *Brasil mostra a tua cara*: imagens da população brasileira nos censos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: ENCE, 2003.

52. O último condenado à força do Império: a saga que viveu Manoel da Motta Coqueiro

Maria da Conceição Vilela Franco¹⁰⁹

Manoel da Motta Coqueiro foi acusado de ser o mandante de uma chacina que vitimou a família de um colono no atual município de Macabu (na época Freguesia de N. S. das Neves), entre 1852 e 1855, tendo sido julgado por duas vezes e sentenciado à morte por enforcamento. A imprecação popular causada pela divulgação do caso na imprensa da época acabou gerando um mito e contribuiu com a crença de que o fim da pena de morte no Brasil aconteceu após o seu enforcamento.¹¹⁰

Anos depois, passou a ser construída uma projeção positiva de sua memória, através das narrativas literárias publicadas nos jornais que foram produzidas no início da década de 1870, iniciadas por José Carlos do Patrocínio, que, a partir daquele momento, instituiu a crença na inocência de Manoel da Motta Coqueiro. Nesse sentido, a imprensa e a literatura dos folhetins foram os principais veículos para as reproduções simbólicas criadas acerca do fazendeiro de Macabu.

Os assassinatos do colono e da sua família ocorreram no dia 12 de setembro de 1852. A chacina aconteceu na residência do colono e foram vítimas, além dele e de sua mulher, duas filhas maiores de quatorze anos, duas ditas menores de sete, e uma menor de três anos. Os corpos das vítimas foram encontrados amontoados em estado avançado de putrefação. Um dos corpos, o de uma das meninas maiores, estava com o braço quebrado. Além disso, alguns corpos foram queimados. Após o crime, os peritos que visitaram o local disseram que o fogo teria sido ateadado para esconder o “bárbaro assassinato”.

Com base nos depoimentos das testemunhas e principalmente em informações dos escravos da fazenda onde ocorreram as mortes, Manoel da Motta Coqueiro foi levado a julgamento sob a acusação de ter sido o mandante do crime, sendo os executores Faustino Pereira da Silva, Florentino da Silva e o “preto” Domingos, escravo de Coqueiro. A alegação das testemunhas, em juízo, sobre o motivo que levou Coqueiro a cometer esses assassinatos, foi o fato de Francisco Benedito da Silva ter se recusado a deixar as terras do fazendeiro em Macabu sem antes receber os valores investidos por ele em benfeitorias naquela propriedade. Nos autos do processo não é possível identificar as motivações para que Motta Coqueiro desejasse a saída de Francisco Benedito das suas terras. Também pode-se perceber em outros momentos nos autos que teria havido uma interferência da mulher de Coqueiro (Úrsula Maria das Virgens) que, motivada por ciúmes, teria incentivado o marido a cometer o crime.

A testemunha mais notável e decisiva no processo acusatório contra Coqueiro foi a escrava Balbina, de nação Cabinda, de 38 anos, que dizia ser cativa do enteado de Coqueiro (Manoel Joaquim Batista Cabral, filho de Úrsula Maria das Virgens Cabral), mas que prestava serviço na fazenda de Macabu. Em todos os depoimentos que deu, Balbina afirmou que sabia que Coqueiro mandara matar Francisco Benedito e toda a sua família. E que ouvira o acusado

¹⁰⁹ Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Professora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Macaé/Fatima.

¹¹⁰ Com base nos estudos de João Luiz de Araújo Ribeiro (2008), pode-se afirmar que a última execução de um homem livre pela justiça civil brasileira não foi a de Coqueiro, como veremos em seguida.

perguntar aos escravos, no corredor da casa, se já teriam matado Francisco Benedito da Silva e todos os da sua família.

Após ser incriminado como mandante da chacina, Manoel da Motta Coqueiro foi condenado à pena capital, tendo sido executado por enforcamento em 1855. A imprensa regional, especialmente, o jornal *Monitor Campista*, documentou amplamente o caso acompanhando todas as etapas do que foi denominado de “reprovada transgressão moral”, atribuindo ao acusado pela imprensa de Campos dos Goytacazes a alcunha de a “Fera de Macabu”.

Os acontecimentos que circunscrevem o crime cometido em Macabu no ano de 1852, sem dúvida, é parte de uma trama que integrou a história de uma região do Norte do Estado do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. O assassinato da família de Francisco Benedito foi exteriorizado na constituição de um imaginário regional, concebendo a projeção de memórias passadas e presentes, com uma repercussão ao alcance do século XXI. As representações construídas em torno da imagem acerca do julgamento, do enforcamento e do sepultamento de Manoel da Motta Coqueiro foram responsáveis pela figuração de um pequeno município do interior da província fluminense no cenário da história nacional. Esse foi um episódio que envolveu um dos casos de sentenciamento de morte mais célebres de justiça do império brasileiro.

Para além da convicção de que o fim da pena de morte no Brasil aconteceu com tal caso, esse episódio também originou uma forte crença popular, segundo a qual, minutos antes de seu enforcamento, no patíbulo, Motta Coqueiro proclamou a sua inocência e lançou uma praga, na qual Macaé não progrediria por cem anos devido à injustiça que estaria sendo cometida (PARADA, 1995). Acreditemos ou não, mas o prazo findou coincidentemente no início das atividades petrolíferas na cidade.

O fato é que, desde a maldição pronunciada, uma série de memórias contrárias e em defesa de Motta Coqueiro povoariam o imaginário social dos macaenses. Os presságios do povo sobre a maldição de Manoel da Motta Coqueiro foram doravante usados “para justificar todos os problemas e insucessos” ocorridos em Macaé até cem anos após a sua morte (MARCHI, 1998). Um exemplo de como a memória é um elemento essencial de constituição da identidade individual e coletiva e da própria história (LE GOFF, 2003).

A vinculação imediata do assassinato da família de Francisco Benedito a Manoel da Motta Coqueiro foi amplamente divulgada na imprensa da época. A fuga, a prisão, a condenação, o enforcamento e o enterro acabaram contribuindo para a criação do mito em torno da sua figura. A partir de então, passou a figurar uma série de notícias compiladas dos jornais de Campos dos Goytacazes na imprensa da Corte.

A exposição relativa à saga de um fazendeiro, residente no interior da província fluminense, tomava corpo nos principais jornais da época e, a partir de então, inauguraria a construção histórica e lendária das várias representações em torno de Manoel da Motta Coqueiro no período relativo a 166 anos da história de Macaé. Com certeza, a escrita da imprensa sobre sua fuga e prisão foi o fator categórico para uma construção subjetiva e de reforço do imaginário local, ao longo de todo esse processo histórico.

Os jornais da Corte anunciavam o fato a partir do que havia sido publicado nos jornais campistas. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 13 de outubro de 1852, reeditava a matéria do jornal

Monitor Campista, retratando a busca e a captura dos responsáveis pelas mortes da família de Francisco Benedito ocorridas no sertão de um pequeno município do Norte da província fluminense. A referida matéria evidenciava que a imprensa se constituiu em um forte instrumento para a vinculação entre o crime praticado contra Francisco Benedito e sua família e o fazendeiro Manoel da Motta Coqueiro. Igualmente, é irrefutável que a retórica utilizada nessas matérias ajudaria a delinear a construção simbólica acerca de Motta Coqueiro como a “Fera de Macabu” e o imaginário social fluminense acerca do ocorrido.

As ideias proferidas pela imprensa campista sobre a captura de Motta Coqueiro e dos demais acusados foram publicadas em uma matéria no dia 26 de outubro de 1852 no *Monitor Campista*. Além disso, também é possível verificar um discurso voltado para projeção da comoção pública e da glorificação conferida às autoridades policiais, o que referenda o caráter político presente nos anúncios dos jornais da Corte, sendo verificável na publicação da primeira página do *Jornal do Commercio*, no dia 30 de outubro de 1852.

Segundo a notícia, depois de o delegado da polícia campista, Dr. Antônio Francisco de Almeida Barbosa, ter seguido a pista de Coqueiro, este foi encontrado porque teve a inditosa ideia de pedir um agasalho justamente na casa do inspetor de quartirão de Guarulhos, Francisco José Diniz, que de imediato suspeitou que aquele desafortunado era, na verdade, o fazendeiro foragido depois de ter sido acusado de haver praticado os já mencionados crimes em Macaé. Após efetuar a prisão de Coqueiro, o inspetor conduziu-o até o subdelegado de polícia daquela cidade. Depois de capturado, no dia 23 de outubro de 1852, Manoel da Motta Coqueiro foi levado até a cadeia de Campos dos Goytacazes, em meio a uma perturbação e a uma curiosidade popular. Ali permaneceu preso até ser transferido para Macaé.

Além de narrar minuciosamente a captura de Coqueiro, a notícia historiava passo a passo a viagem de regresso do acusado até Macaé. Mais adiante, notificava a atuação e esforços empregados pela polícia de Campos que, segundo jornal, desde “os primeiros dias da perpetração do negro atentado de Macabu, não cessaria de providenciar para a captura dos malvados perpetradores do crime”. E encerrava com o seguinte pedido: “Honra e justiça lhes sejam tributadas!” (*Monitor Campista*, 1852, p. 02). Mais um exemplo de que esses anúncios estimulavam a comoção pública e a exaltação das autoridades policiais.

A mesma manchete acrescenta o roteiro da viagem que conduzia Coqueiro para a delegacia de Macaé, no dia 23 de outubro 1852, sob a escolta de um forte aparato policial. Nesse mesmo dia, chegaram a Quissamã e, já próximo à cidade de Macaé, uniram-se à escolta cerca de 60 pessoas, que, expressando grande satisfação pela captura do acusado, celebraram o feito com fogos de artifício. Levado até a casa do delegado de polícia de Macaé para depoimento e perante a autoridade policial, segundo o jornal, respondeu às inquirições com “expressão de frialdade” e foi recolhido à cadeia e posto a ferros. Os jornais da época também publicavam as transcrições dos ofícios e as solicitações das autoridades policiais que buscavam incessantemente capturar os considerados criminosos.

Com a proximidade da execução dos condenados, o *Monitor Campista* reproduzia a notícia do *Jornal do Comércio* notificando o embarque de Motta Coqueiro para Macaé. Ele viajou a bordo do navio de guerra D. Pedro II e foi escoltado por 50 homens do corpo permanente da Marinha de Guerra sob o comando Capitão Castrioto. O jornal *Monitor Campista*, ao compilar essa notícia, acrescentava que, de acordo com informações obtidas pelo

mencionado jornal, o cumprimento da sentença de Coqueiro ocorreu na quarta-feira, dia sete e não no dia seis de março de 1855(*Monitor Campista*, 1855, p.2). O mesmo jornal também desconhecia a sorte dos corréus que deveriam ser levados à força um dia antes do réu. Todavia, segundo o assento de óbito que foi localizado no arquivo da Igreja Matriz de São João Batista, em Macaé, Motta Coqueiro foi executado no dia seis de março de 1855).

Enfim, a trajetória e saga que viveu Manoel da Motta Coqueiro foram intensamente divulgadas nos periódicos da Corte e da cidade de Campos dos Goytacazes. Nas páginas desses jornais, podem-se verificar os vários discursos tácitos de representações capazes de marcar a sua constituição lendária. Tal qual, acredito que isso foi determinante para a formação da opinião pública, na segunda metade do século XIX, em torno da memória que se procurou esquecer. Mas também para (re)construção do imaginário social que circunscreve a sua figura até os dias atuais. Nesse período, a imprensa também passou a conjugar jornalismo e literatura. Na década de 1850, ocorreu uma mudança no formato dos jornais de quatro folhas, que passaram para oito páginas, e começaram a florescer os grandes jornais, sendo também criada a profissão de jornalista (MARTINS, 2008).

No ano de 1877, os jornais da Corte retomaram a retórica sobre o episódio de Macabu e principalmente o discurso envolvendo o seu principal personagem: Manoel da Motta Coqueiro. A partir de então, a mesma imprensa que havia o apontado como culpado do assassinato de Francisco Benedito e família, estampava nas páginas dos jornais uma nova construção simbólica a seu respeito.

Naquela ocasião, no Folhetim da *Gazeta de Notícias*, José do Patrocínio iniciava a publicação do capítulo um do seu primeiro romance. Sob o título de “Motta Coqueiro: a Pena de Morte”, buscava fugir da imagem construída pela imprensa acerca do enforcado, o que contribui para uma nova imagem sobre a figura de Manoel da Motta Coqueiro. Nesse capítulo, José do Patrocínio já explicitava a motivação para a sua escrita: argumentar sobre a abolição da pena de morte através da inocência de Manoel da Motta Coqueiro. O ensaio novelístico de Patrocínio teve a sua primeira edição publicada simultaneamente no folhetim da *Gazeta de Notícias*, no qual prevaleceu a composição feita para o jornal, tendo sido lançado em livro no ano seguinte ao da sua edição na imprensa da Corte.

A atuação da imprensa na divulgação do crime, envolvendo a prisão, a condenação, o enforcamento, a morte e o sepultamento de um abastado fazendeiro no interior do norte fluminense causaria uma grande repercussão na sociedade do Império do Brasil.

52.1 O que disse a imprensa sobre o último condenado à força do Império

Acaba de ter lugar na província do Rio de Janeiro uma importantíssima diligência policial. A população desta corte soube com horror dos bárbaros assassinatos perpetrados no termo da cidade de Macaé, de que resultou na extinção de uma família inteira e o incêndio da casa que ela habitava. Em uma província de tanta ilustração e moralidade, um fato desta ordem era para causar espanto, e a expectativa pública aguardava ansiosa que os autores de semelhantes atrocidades fossem apreendidos pelas

autoridades policiais, quaisquer que fossem os esforços e fadigas que devessem arrostar. (*Jornal do Commercio*, 1852, p. 01).

[...] graças às energias providenciais do digno delegado de polícia o Sr. Dr. Antônio Francisco Barbosa, deve a esta hora achar-se já nas mãos da justiça de Macaé o façanhoso Manoel da Motta Coqueiro, indiciado autor da mais bárbara carnificina de que há notícias em toda Província do Rio de Janeiro. (*Monitor Campista*, 1852, p. 02).

Desanimado e entristecido por não encontrar na compacta massa de povo uma pessoa só que concordasse consigo, plenamente, na inocentação de Coqueiro, Martins atravessava rapidamente o beco do Caneca, quando foi detido por uma vigorosa mão.

— Com que o Sr. Martins veio também assistir ao enforcamento da Fera de Macabu?

Estas últimas palavras foram, porém, proferidas com acento tão repassado de tristeza, que o Sr. Martins, sorrindo, abriu os braços e neles estreitou o seu interlocutor, exclamando:

— Até que, enfim, encontro um homem que pensa comigo!

E os peitos daqueles dois homens deixaram que perto batessem por longo espaço os corações, que palpitavam por um sentimento bem diverso do que animava a maioria da cidade. Quando se separaram ambos tinham os olhos rasos de lágrimas, e por um movimento acorde correram o olhar em redor. Aquele olhar na sua tímida expressão traía o temor que ambos, mas principalmente o novo personagem, tinham de ser vistos por alguém; tão grande era a exaltação dos espíritos que atemorizava até a livre manifestação de sentimentos benévolos para com o sentenciado, sem logo incorrer em censura.

— Não é verdade, Sr. João Seberg? O Coqueiro morre inocente.
(PATROCÍNIO, 1877, p. 04).

52.2 A imprensa na sala de aula

O uso dos periódicos - em especial os do século XIX - poderá auxiliar o estudante na compreensão de diferentes contextos do passado e colaborar para produção do conhecimento por meio de uma atividade alternativa. No entanto, para que isso ocorra é necessário "criar mecanismos que permitam ao estudante, conhecer as etapas do processo de produção do conhecimento em História." Neste aspecto, "saber ler documentos de época, contextualizá-los, criticá-los, cotejar as informações obtidas com outros documentos e com outros textos e

verificar a procedência de informações obtidas nesses textos" são elementos importantes para "observar, analisar e classificar informações de qualquer natureza" (GRINBERG & ALMEIDA, 2012, p.315-326). Com base nas observações de Keila Grinberg e Anita Almeida (2012), sugere-se como propostas de atividades de investigação e pesquisa com alunos em sala de aula:

Atividade 1 - "Nos Rastros da Memória" (OTTO, 2012).

a) Acesse os sites da Hemeroteca Digital-BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes e realize uma pesquisa, uma investigação e procure identificar - nos jornais da Corte e da Cidade de Campos dos Goytacazes - as diversas memórias criadas e recriadas acerca do processo de prisão, condenação e enforcamento de Manoel da Motta Coqueiro, entre 1852 e 1855. Também é importante considerar para esta análise as obras dos escritores regionais como relatos, crônicas e dramaturgias sobre o caso envolvendo Motta Coqueiro e que estão disponíveis em sites na Internet.

Atividade 2 - "No Rastro de Velhos Jornais" (CAMPOS, 2012, p. 45-70)

a) Seguindo o rastro da história de Manoel da Motta Coqueiro organize um Tribunal do Júri composto por: juiz, promotor, escrevente, advogado de defesa, jurados, plateia, réu e testemunhas. Procure identificar as pessoas interrogadas, as testemunhas, a função exercida por todos os atores no tribunal e estabeleça um debate sobre a pena de morte no Brasil do século XIX.

b) "Este quadro representa a cena do enforcamento de Manoel da Motta Coqueiro, ocorrido em agosto de 1855 na cidade de Macaé, na Província do Rio de Janeiro, e vale pelo seu aspecto jurídico, por um grande passo de nossa civilização, qual o de haver, de fato, marcado a suspensão da pena de morte no Brasil" (SETH, 1943, p.136).



Desenho em bico de pena/obra de Álvaro Marins, conhecido como Seth¹¹¹

Escrita por Seth, grande chargista e consagrado como um dos maiores cartunistas brasileiros o registro e o quadro consistem em um breve resumo da sua descrição, que expõe a agonia dos últimos momentos da vida de Manoel da Motta Coqueiro. Observe com cuidado a Imagem e o fragmento do texto escrito por Seth e resolva as questões a seguir:

a) Faça uma breve análise do desenho de Seth.

b) Em sua opinião o que poderia ter levado Manoel da Motta Coqueiro - no patíbulo - a proclamar uma praça, na qual Macaé não progrediria por cem anos?

c) Comente a frase a seguir:

"A história também retrata uma fonte de experiência humana em que o homem do passado está sempre a orientar o homem do presente". (SETH, 1943, p.136).

52.3 Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL/RIO DE JANEIRO

Periódicos: *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*: 1852; *O Diário do Rio de Janeiro*: 1852; *Gazeta de Notícias*: 1877.

ARQUIVO PÚBLICO DE CAMPOS DOS GOITACAZES

Monitor Campista. Macaé, 26 de outubro de 1852. *Monitor Campista*. Campos, 13 de março de 1855.

ACERVO DA IGREJA MATRIZ DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Livro nº 2 de Óbitos (1849-1858)

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Autos do Processo de Manoel da Motta Coqueiro, Florentino da Silva, Faustino Pereira da Silva e o escravo Domingos Cabinda, 1844-1855.

ACERVO DO SOLAR DOS MELLOs - MUSEU DA CIDADE DE MACAÉ

PATROCÍNIO, José Carlos do. *Motta Coqueiro ou a pena de morte*. Rio de Janeiro: Oficina da Livraria Moderna, [1877].

52.4 Referências

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

GRINBERG, Keila; ALMEIDA, Anita. Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de História e internet. *Revista História. Hoje*, v. 1, nº 1, p. 315-326 - 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza;

LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo. 2008.

¹¹¹ Imagem retirada do livro SETH, Álvaro Marins. *O Brasil pela imagem*: Quadro expressivo da formação e do progresso da pátria brasileira desenhados a bico de pena. Rio de Janeiro: Editora Indústria do Livro Ltda., 1943, p.136.

MARCHI, Carlos. *Fera de Macabu, a história e o romance de um condenado à morte*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

OTTO, Clárcia. *Nos rastros da memória*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PARADA, Antônio Alvarez. *Histórias Curtas e Antigas de Macaé*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1995.

RIBEIRO, João Luiz de Araújo. *Violência homicida diante do tribunal do Júri da Corte Imperial do Rio de Janeiro (1833-1885)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

52.5 Para saber mais

SETH, Álvaro Marins. *O Brasil pela imagem: Quadro expressivo da formação e do progresso da pátria brasileira desenhados a bico de pena*. Rio de Janeiro: Editora Indústria do Livro Ltda., 1943.

TINOCO, Godofredo. *Motta Coqueiro: a grande incógnita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José Ltda, 1966.

VASCONCELOS, Antão. *Evocações: crimes célebres em Macahé*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã-Editor, 1911.

SEM Controle. Direção: Cris D'Amato. Roteiro: Sylvio Gonçalves. Brasil: Globo Filmes, Ananã Produções, Fox Film do Brasil, 2007. 1 vídeo (90 min.).

53. O projeto abolicionista de Joaquim Nabuco

Daniel Pinha¹¹²

O contexto de crise do Império do Brasil entre as décadas de 1870 e 1880 foi acompanhado pela crise da escravidão, a partir de um intenso debate em torno da deslegitimação do escravismo tendo em vista os prejuízos políticos, econômicos e morais para a formação social brasileira. A imprensa, por meio de jornais, revistas, panfletos e livretos, teve um papel fundamental na circulação de ideias que denunciavam a imoralidade e a falta de legitimidade do sistema da escravidão (ALONSO, 2015). Aos letrados abolicionistas que estampavam suas opiniões nos jornais, era fundamental afirmar a escravidão como obstáculo e entrave para o desenvolvimento nacional. Dentre essas vozes, a de Joaquim Nabuco (1849–1910) foi uma das que mais ganhou notoriedade.

O projeto abolicionista de Nabuco colocava em xeque o pretense equilíbrio que estruturava o funcionamento do Império do Brasil desde a independência em 1822. Tal equilíbrio foi fundado na manutenção de uma ordem social escravista — herança colonial — combinada a um programa político liberal, delimitado por valores compatíveis à monarquia e ao paradigma moderno oitocentista (NEVES e MACHADO, 2003; MATTOS, 2004; CARVALHO, 2010).

Entre as heranças coloniais e as expectativas em torno da construção de uma nação moderna, eleva-se um paradoxo: de um lado, a consolidação de uma sociedade escravista e em expansão, com contínua entrada de novos negros escravizados até 1850, quando finalmente foi extinto o tráfico internacional de escravos (SALLES, 2013); de outro, a afirmação política e jurídica do paradigma liberal, lançando mão de um repertório conceitual que incluía ideias fortes, como as de constituição, cidadania, eleições, representação, divisão e equilíbrio entre poderes, dentre outras.

Era uma combinação que, vista com olhos contemporâneos, parece inusitada e com “ideias fora do lugar”, para lembrar a formulação de Roberto Schwarz (1992): valores liberais que exaltavam a liberdade e os direitos civis de cidadãos, em um contexto de experiência marcado pela hegemonia da negação da liberdade por meio do sistema da escravidão. Assim, via-se uma nação pretensamente livre e soberana, constituída, em boa parte, por habitantes escravos, que não reconhecia a liberdade como direito natural e comum a todos, mas sim como privilégio de alguns.

Em termos econômicos, era uma sociedade distante da lógica da sociedade de mercado que começava a ser traçada em países conectados pelo capital industrial, a qual era marcada, ainda, pela dinâmica escravista e preponderantemente agrário-exportadora. O cerne do debate promovido por Joaquim Nabuco em meio a ebulição abolicionista atacava todos esses pontos, isto é, envolvia as relações entre escravidão e liberalismo, bem como o prejuízo histórico da escravidão para a formação social brasileira (NOGUEIRA, 1984; SALLES, 2002).

Para além da defesa do fim imediato da escravidão, sem qualquer concessão aos fazendeiros escravistas — que clamavam por indenização por parte do Estado —, o que estava

¹¹² Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

em jogo era a edificação de um projeto nacional que, segundo Joaquim Nabuco, encontraria a melhor forma com a manutenção da monarquia. A abolição imediata era compreendida como a primeira etapa de uma agenda maior, que envolvia uma inclusão cidadã (em termos liberais) com a realização, por exemplo, de uma reforma agrária voltada ao fomento da pequena propriedade e ao preparo do ex-escravizado ao mundo do trabalho moderno. Ao mundo letrado, por sua vez, àquele que ocupava as páginas dos jornais, revistas e impressos postos em circulação na Corte do Rio de Janeiro cabia conduzir uma missão no presente: promover e ampliar o debate em torno dos males da escravidão entre o mundo branco alfabetizado, não apenas aos escravizados.

O livro *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, publicado pela primeira vez em 1883 Londres, foi escrito para ser um panfleto, pretendendo engrossar a voz dos cidadãos comuns que formavam a opinião pública, contrários a quaisquer princípios que ferissem prerrogativas fundadas pelo primado da razão. Ainda que não fosse defensor do modelo republicano, a citada obra ele comungava de um princípio republicano que atravessava a ideia de opinião pública defendida por jornalistas, publicistas e agitadores da época: por meio das letras, era possível produzir um tribunal moral capaz de servir de medida para atuação dos representantes políticos de modo que a ideia de interesse público passava pela atuação dos letrados na imprensa.

53.1 O que disse a imprensa sobre o projeto abolicionista de Joaquim Nabuco

A seguir, verifica-se um trecho de *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco:

Somente depois de libertados os escravos e os senhores do jugo que os inutiliza, igualmente, para a vida livre, poderemos empreender esse programa sério de reformas - das quais as que podem ser votadas por lei, apesar da sua imensa importância, são, todavia, insignificantes ao lado das que devem ser realizadas por nós mesmos, por meio de educação, da associação, da imprensa, da imigração espontânea, da religião purificada, de um novo ideal de Estado: reformas que não poderão ser realizadas de um jato, aos aplausos da multidão, na praça pública, mas que terão de ser executadas, para que delas resulte um povo forte, inteligente, patriota e livre, dia por dia e noite por noite, obscuramente, anonimamente, no segredo das nossas vidas, na penumbra da família, sem outro aplauso, nem outra recompensa, senão os da consciência avigorada, moralizada e disciplinada, ao mesmo tempo viril e humana. (NABUCO, 2000, p. 169–170).

Agora, um trecho do texto “Duas belas atitudes”, assinado por Nabuco no *Jornal do Commercio*, de 17 de julho de 1884 – publicado postumamente na coletânea *Campanhas de Imprensa*.

Em todos os tempos se tinha visto entre nós, deputados votarem contra o gabinete de seu próprio partido por causa de uma idéia, mas não se tinha visto ainda deputados, cujo voto era decisivo da sorte de uma

situação votarem em um partido adverso, porque se tratava de uma questão social. [...] O patriotismo, isto é, o espírito público venceu na alma de todos eles o espírito de partido, que não era senão uma expansão do egoísmo e da preocupação social. (NABUCO, 1950, p. 28–29).

A passagem a seguir aparece pela primeira vez em *O País*, de 30 de maio de 1886 – extraído, também, de Campanhas de Imprensa.

Em vez de ser representativo este sistema deve se chamar representável. São os deputados que se fazem representar no país pelos eleitores, e não o país que se faz representar na Câmara pelos deputados. A Câmara inverte a ordem da procedência e da soberania, de modo a ser ela a suserana e o eleitorado, o vassalo. (NABUCO, 1950, p. 179–83).

Destacamos, por fim, também de *O País*, o trecho do artigo “A reorganização do Partido Liberal”, que foi a público em 9 de dezembro de 1886.

A sua organização (do Partido Liberal) servirá quando muito para patotas, mas não para reformas: ele pode estar vinculado a especuladores da Bolsa e concessões de estradas de ferro, mas não ao povo que cresce na maior degradação física, intelectual e moral. Nada tem em comum com que em toda parte se entende por liberalismo. (NABUCO, 1950, p. 215)

53.2 A Imprensa na sala de aula

O tratamento escolar das fontes assinaladas admite múltiplas possibilidades, tanto em uma abordagem fundamentada nos procedimentos, privilegiando a natureza do texto e as formas de leitura compreendidas em sua historicidade, quanto em uma abordagem centrada na compreensão dos conceitos e conteúdos situados no currículo escolar de história. Nesse sentido, apresentarei três atividades: a primeira capaz de contemplar uma ênfase nos procedimentos; a segunda focada nos conceitos e experiências históricas; e, por fim, a terceira representando uma abordagem que avance em um sentido ético-político ancorado nas demandas sociais contemporâneas. A princípio, elas terão como público-alvo o Ensino Médio, mas estão abertas a adequações ao segundo segmento do Ensino Fundamental.

Atividade 01

Em uma aula voltada a construir um raciocínio histórico e a formação para a leitura, cumpre destacar a diferença de natureza dos escritos apresentados anteriormente, dando prioridade à análise do trecho de *O Abolicionismo*. Escrito para ser um panfleto, ele é um texto com clara conotação política, que funcionou não como uma notícia, mas como escrito de uma corrente de opinião. Ou seja, o que estava em jogo era a apresentação clara e radical de um projeto político, instrumento de propaganda de uma causa. É importante situar ao aluno esse

dado, para que fique clara a multiplicidade de sentidos que envolvia a circulação de ideias impressas naquele contexto.

Convém destacar, ainda, o sentido de projeto nacional contido em *O Abolicionismo*, expresso em uma compreensão do processo histórico em etapas: não há futuro moderno para a sociedade brasileira com a manutenção da escravidão, que assola estruturalmente a sociedade tanto em âmbito público (na cena da rua) quanto em ambiente privado (no interior da casa). É possível, desse modo, refletir com os alunos os sentidos históricos construídos em um ambiente de debate, cujo epicentro é a necessária e urgente abolição, mas, além disso, a afirmação de um programa maior de reformas fundado por Nabuco a partir de uma certa interpretação histórica do Brasil.

No que tange ao método, sugere-se uma exposição oral por parte do professor, destacando as diversas formas de circulação do texto impresso naquele contexto. Em seguida, pode ser feito um debate com a turma, encaminhando uma discussão sobre os diferentes meios contemporâneos de disseminação das ideias, bem como os efeitos de leitura e a diferença de textos de natureza informativa e textos de opinião (inclusive em ambientes virtuais) enquanto questões que demarcam as condições de historicidade, não apenas aspectos retórico-formais.

Atividade 02

Partindo das citações do *Jornal do Commercio* e do primeiro trecho de *O País*, o propósito seria investir em conceitos e conteúdos ancorados em experiências históricas situadas no contexto da tradicionalmente denominada “Questão Abolicionista”. Identifico em ambos um propósito crítico de Nabuco em relação ao funcionamento do sistema político representativo, defendendo que a causa abolicionista devia superar as diferenças partidárias e a dinâmica política cotidiana.

Esse é o sentido buscado na ação da propaganda abolicionista da época, isto é, deslocar a causa da abolição em relação às lutas políticas contemporâneas travadas na dinâmica partidária. O raciocínio de Nabuco era, portanto, estruturado em uma escala temporal que extravasava o presente, promovendo um salto do passado ao futuro nacional.

A aula poderia se movimentar em torno dessa diferença: não se trata de uma questão envolvendo a distinção entre liberais e conservadores, como se correspondesse na defesa dos interesses dos representados — entendidos, pelo sistema representativo definido na Constituição de 1823, na propriedade e na riqueza acumulada enquanto critérios censitários de cidadania. Em Nabuco, o que estava em jogo não era a superação do sistema, mas a suspensão do interesse de partido em nome de uma causa patriótica maior: a superação da escravidão.

No que tange ao método, a sugestão é a ocorrência de uma aula expositiva sobre o projeto abolicionista posto em cena por Nabuco e, em seguida, uma pesquisa por parte dos alunos sobre as trajetórias biográficas e os projetos abolicionistas de André Rebouças e José do Patrocínio, trazendo e tematizando, assim, a perspectiva intelectual negra.

Atividade 03

Partindo da última passagem extraída de *O País*, e comparando-a à primeira de *O Abolicionismo*, deve-se buscar um sentido ético-político orientado para a luta antirracista contemporânea. A ideia central da aula seria compreender os fundamentos das assimetrias de

classe e de raça, a partir da afirmação de um modelo liberal construído por meio de hierarquias, exclusões e privilégio.

Como desdobramento, sugere-se uma discussão entre a estrutura social de matriz escravista e as rupturas/continuidades contidas no modelo liberal brasileiro contemporâneo. Assumindo o ponto de vista do branco e entendendo a escravidão e a abolição como problemas de todos (inclusive, e sobretudo, dos brancos), a reflexão de Nabuco ajuda a compreender as bases de um modelo de desenvolvimento que atravessou a República ao longo do século XX.

No tempo presente, assistimos cada vez mais tensionamentos e resistências capazes de encaminhar novas formas de compreender e tratar o racismo e as heranças da escravidão. Por isso, como atividade final, os alunos poderiam propor um novo programa nacional abolicionista, centrado agora nas lutas antirracistas contemporâneas a fim de compreender a luta antirracista como componente essencial para o pleno desenvolvimento da democracia.

53.3 Fontes

NABUCO, Joaquim. *Campanhas de Imprensa* (1884–1887). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1950.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

53.4 Referências

ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868–1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

53.4 Para saber mais

DOUTOR Gama. Direção: Jeferson De. Brasil, 2021. 1 vídeo (92 min).

PEREIRA, Amilcar A. O movimento negro brasileiro e a circulação de referenciais para a luta antirracista. *Portal Geledés*, nov. 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-movimento-negro-brasileiro-e-a-circulacao-de-referenciais-para-a-luta-antirracista/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

54. A crise do Império e o republicanismo

Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga¹¹³

A Proclamação da República é um dos eventos da História do Brasil que costuma ser abordado em sala de aula ainda com interpretação mais tradicional: um golpe militar feito sem o povo. A partir daí, o assunto se torna enfadonho e desinteressante, sendo rapidamente passado para o “Café-com-leite”, a Política dos Governadores e as revoltas na Primeira República. Este capítulo traz uma nova proposta: e se pudermos compreender a República com outra visão, isto é, a partir da sua longa trajetória de propaganda feita pelos jornais antes e após a Proclamação?

Tradicionalmente, diz-se que o povo assistiu a tudo “bestializado”, expressão utilizada por Aristides Lobo, um propagandista republicano, ao descrever os acontecimentos do 15 de novembro de 1889. Utilizando-se deste artigo, o historiador José Murilo de Carvalho lançou o livro *Os Bestializados*, em 1987, de grande sucesso editorial no país e ainda largamente utilizado nos livros didáticos.

Nessa versão sobre a Proclamação, a população brasileira era, no mínimo, indiferente aos acontecimentos, demonstrando que o povo seria, portanto, alheio à República. Entretanto, a História é uma ciência que se renova como qualquer outra. Desde 1980 que um novo grupo de historiadores — com base numa versão mais abrangente sobre política para além do Estado, partidos políticos e eleições — passou a se debruçar em novos campos: peças de teatro, obras didáticas, associações de auxílio e imprensa (RÉMOND, 1996). A partir de novas pesquisas, passou-se a encontrar sentidos diferentes para a expressão dos “bestializados”. Um desses trabalhos é o de Maria Thereza Chaves de Mello, intitulado *A República Consentida*.

Em *A República Consentida*, a historiadora traz como tese o argumento de que a propaganda republicana implantada no Brasil foi tão abrangente, tão intensa e tão longa que, dentre outras razões, tornou o caminho para aceitação da República mais fácil. Nesse sentido, a autora pergunta: mas se o povo assistiu a tudo bestializado, também não se importou com a queda da monarquia, sem defendê-la (MELLO, 2007). Assim, qual seria a diferença na abordagem entre José Murilo de Carvalho e Maria Thereza? O povo era indiferente ou foi convencido pela propaganda? Qual é o ponto de inversão entre os dois trabalhos?

A resposta é: a imprensa republicana. Isso porque havia imprensa das mais variadas orientações políticas no Brasil desde o surgimento em 1825. No caso específico do final do Império, tema deste capítulo, a imprensa era o principal veículo de informação que circulava no país.

Apesar dos altos índices de analfabetismo, não se pode tomar como fato que uma pessoa iletrada era alheia aos acontecimentos dos jornais, pois eles eram lidos em voz alta, passavam de mão em mão, tinham mais de um dono e, muitas vezes, eram ilustrados. Um exemplar podia atingir bem mais que apenas um leitor. Era no jornal que se sabia o horário dos navios do porto, bem como quem chegava e quem saía. Nele, havia os horários dos bondes, anúncio de empregos, anúncios de remédios, roupas e restaurantes, poemas de amor anônimos, caricaturas de políticos, folhetins de romance e muito mais (MELLO, 2007). Os jornais eram o *Instagram*,

¹¹³ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora na Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes.

o *Twitter*, o *Facebook* do século XIX, uma abordagem que, para nossos estudantes nascidos na era digital, é rapidamente compreensível.

Assim, a imprensa era o lugar em que acontecia boa parte da vida pública. Como muitos republicanos não conseguiam alcançar cargos de governo, ou mesmo espaços institucionais no Império, a imprensa era o campo mais propício para a propaganda (ALONSO, 2002). Para superar as dificuldades financeiras muito comuns e ampliar o público leitor dos jornais republicanos, algumas estratégias passaram a ser utilizadas: barateamento do exemplar ou, até mesmo, distribuição gratuita (para alcançar público mais pobre); uso em larga escala de ilustrações, charges, caricaturas (que traduziam as ideias do jornal para o público leitor e não-leitor); utilização de informações de uso diário (jornais utilitários, que traziam informações do telégrafo, dos correios, tabela dos horários dos bondes), etc.

Entretanto, nem sempre a República era abordada de forma clara e direta: tanto em razão das retaliações que poderiam sofrer — como a quebra das máquinas, incêndios na redação, prisões e ameaças de morte —, como também como forma de fazer propaganda de forma mais sutil. Iremos abordar a comparação entre a imprensa de orientações monarquista e republicana em dois temas: a Teoria da Evolução e a Lei Áurea.

54.1 O que disse a imprensa sobre a crise do Império e o republicanismo

Nem sempre um jornal declarava com todas as letras qual era sua orientação política. Entretanto, a forma como determinados conteúdos eram abordados tinha traços específicos de uma visão de mundo diferente. Vamos à análise dos trechos a seguir.

Procuraremos demonstrar que o dom da palavra, admirável privilégio da criatura formada à semelhança de Deus, basta de por si só para refutar os que atacam a narrativa da Criação, como a lemos no 1º capítulo do Gênesis, isto é, aqueles que com o nome de darwinistas ou evolucionistas, querendo prescindir da intervenção de Deus, sustentam que o Universo inteiro, emanou de transformações e evoluções sucessivas, de não sei que de átomos ou alvéolos. (*O Apóstolo*, 1880, p. 04).

O governo redigiu uns pontos de história, onde trata da criação do mundo, só segundo o Gênesis [...]. A história, pois, tal como se estuda entre nós, começa por uma profissão de fé teológica. O estudante é completamente alheio (sabemo-lo por experiência) às modernas teorias científicas: a concepção genial de Darwin, a solução heroica da filosofia positiva lhe são desconhecidas. (*O Democrata*, 1880, p. 03).

Sabendo que o primeiro trecho foi retirado de um jornal monarquista, e o segundo de um jornal republicano, quais são as inferências possíveis? Em primeiro lugar, jornais de tendência monarquista costumavam utilizar argumentos voltados para a religião — deve-se lembrar que o Brasil tinha uma religião oficial liderada pelo imperador através do padroado — e se antepunham à ciência. Os jornais republicanos, via de regra, defendiam argumentos com

base em critérios científicos, associados com a laicidade do Estado. Esse é um exemplo de como uma orientação política, mesmo não explícita, pode ser apreendida dos jornais.

Vamos ao segundo exemplo: a memória da Lei Áurea. A seguir há mais dois trechos.

[...] que diria a Escola de Bellas Artes, de cujo amor às instituições atuais ninguém duvida, de um pintor que num quadro da Guerra do Paraguai, por espírito político, substituísse a bandeira do Império pela bandeira da República, ou colocasse qualquer dos nossos generais paisanos, em lugar do Conde D'eu à frente das tropas? Por mais profundas que sejam as convicções republicanas, não autorizam anacronismos desta jes. As telas da Abolição que não forem obras de pinta-ratos, hão de reproduzir o perfil da princesa que assinou a lei de 13 de maio. (*Jornal do Brasil*, 1891, p. 01).

Os pregadores da doutrina antiescravista começaram a obra da demolição. [...] O eco de liberdade teve repercussão simpática em todos os corações em que a generosidade e o amor do próximo não são uma utopia e o partido abolicionista assumiu proporção gigante. Universalizou-se a propaganda, metódica e arregimentada, à voz de chefes dedicados e prestimosos, e do Norte ao Sul da grande terra americana só se via o clarão benéfico da ideia civilizadora a irradiar centelhas de esperança no coração dos oprimidos, onde já reinava a descrença de melhor futuro. (*Diário de Notícias*, 1890, p. 01).

Nos últimos dois trechos, qual dos jornais pode ser visto como republicano? Existem duas interpretações que se chocam nas versões. Se você deu como resposta o último, certamente percebeu que a narrativa de um fato passado do ponto de vista da imprensa republicana busca mostrar a importância da propaganda sem citar a Princesa Isabel. Já a imprensa monarquista, mesmo após a Proclamação, buscou dar a sua versão dos fatos e, na grande parte das vezes, é essa que reproduzimos.

54.2 A Imprensa na sala de aula

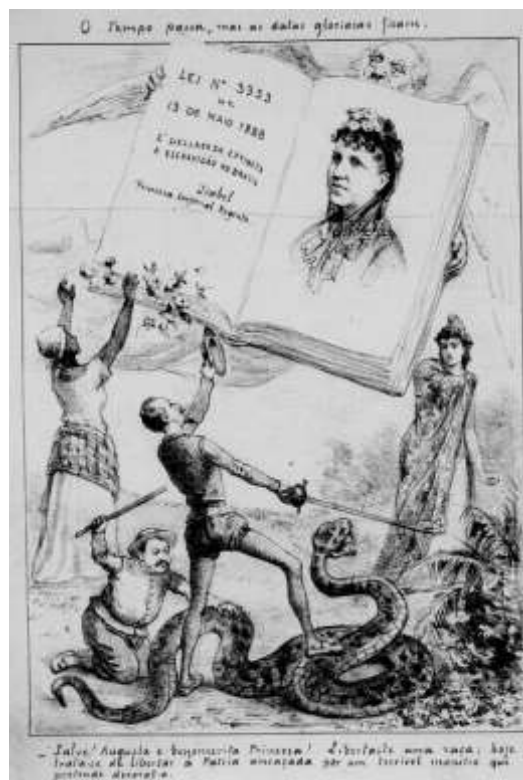
Atividade 01

As ilustrações são uma grande vitrine da orientação política de cada jornal. Como podemos identificar essas orientações a partir das charges a seguir? Ambos os jornais tinham ideias republicanas, mas um deles passou a criticar o novo regime e se afastou dos ideais originários. Qual foi? Observação: antes dessa proposta, é importante uma introdução sobre a simbologia da República, associada à representação feminina com barrete frígio.



Revista Ilustrada, Rio de Janeiro, maio/1893, n. 660, p. 01.

“13 de maio de 1893. 5º aniversário da promulgação da áurea lei nº3353”



Dom Quixote, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1895, n.17, p. 08.

“Salve! Augusta e benemérita Princesa! Libertaste uma raça. Hoje trata-se de libertar a Pátria ameaçada por um terrível monstro que pretende devorá-la”

Atividade 02

Apresente trechos de jornais sem explicitar a orientação política (pode ser em *slide* ou impresso). A seguir, peça para que os alunos identifiquem palavras e/ou trechos que possam ajudar nessa lacuna de informação (exemplo: palavras como “Progresso”, “Ciência”, “Estado Laico”, “Federalismo”). Com a apresentação de alguns trechos, será possível construir um vocabulário comum com as palavras que são mais utilizadas por dada orientação política. Por fim, após a análise de vocabulário, peça para que eles identifiquem qual orientação deveria ter tido o jornal a seguir.

E se o governo não quer derramar o quanto deve a instrução pelas massas populares, nós, os moços, que somos o porvir da pátria, façamos o quanto estiver no nosso alcance em favor de milhares de espíritos sequiosos de saber. Fundemos escolas primárias. Fundemos sociedades humanitárias que tenham por fim espalhar a instrução por todos os meios. Cada casa seja uma escola, e cada escola uma porção de inteligências a desenvolver-se. (*Romeiro das Letras*, 1876, p. 01).

54.3 Fontes

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1890, p. 01.

Dom Quixote. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1895, p. 08.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1891, p. 01.

O Apóstolo. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1880, p. 04.

O Democrata. Pernambuco, 28 de agosto de 1880, p. 03.

Revista Ilustrada. Rio de Janeiro, 05 maio 1893, p. 01.

Romeiro das Letras. Pernambuco, 31 de julho de 1876, p. 01.

54.4. Referências

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/EdUFRJ, 1996.

54.5 Para saber mais

HEMEROTECA Digital. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Provas anteriores da Olimpíada de História: <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/>

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.